

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

Nikolas Steyer Kostrhun

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Crissiuma

**Exposição e Método na Crítica da Economia Política de Karl Marx:
*da Teoria do Valor ao Conceito de Capital***

Porto Alegre

2024

NIKOLAS STEYER KOSTRHUN

**Exposição e Método na Crítica da Economia Política de Karl Marx:
*da Teoria do Valor ao Conceito de Capital***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a aquisição do título de Mestre em Filosofia

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Crissiuma

Porto Alegre

2024

CIP - Catalogação na Publicação

Kostrhun, Nikolas Steyer
Exposição e Método na Crítica da Economia Política
de Karl Marx: da Teoria do Valor ao Conceito de
Capital / Nikolas Steyer Kostrhun. -- 2024.
214 f.
Orientador: Ricardo Crissiuma.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Porto
Alegre, BR-RS, 2024.

1. Karl Marx. 2. Crítica da economia política. 3.
Valor. 4. Dinheiro. 5. Capital . I. Crissiuma,
Ricardo, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

NIKOLAS STEYER KOSTRHUN

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a aquisição do título de mestre em Filosofia

Porto Alegre, 19 de agosto de 2024

Resultado: Aprovado.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Ricardo Crissiuma (Orientador)
Departamento de Filosofia
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dr. Paulo Francisco Estrella Faria
Departamento de Filosofia
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dr. Amaro de Oliveira Fleck
Departamento de Filosofia
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Prof. Dr. Jorge Luís da Silva Grespan
Departamento de História
Universidade de São Paulo (USP)

Agradecimentos

Devo, antes de mais nada, agradecer aos meus pais, Suzete Marion Steyer Kostrhun e Alexandre Luis Kostrhun, por seu constante apoio durante a minha trajetória acadêmica, e, mais no geral, por terem inculcido em mim, desde o princípio, o hábito da reflexão, o apreço pela leitura e o amor pelo conhecimento. A escrita deste trabalho não teria sido possível sem o cuidado, o amor e a atenção que me foram sempre fartamente concedidos por vocês.

Não poderia deixar de agradecer ao prof. Nikolay Steffens Martins, que me acompanhou durante o percurso inteiro do estágio em docência, prestando, através de sua competência e conhecimento ímpares, um valioso apoio a um estudante de mestrado que recém dava os seus primeiros passos na prática do ensino. Do mesmo modo, agradeço aos alunos e às alunas que, com a sua atitude interessada e os seus questionamentos perspicazes, contribuíram para tornar a minha primeira experiência em sala de aula ainda mais frutífera e recompensadora. Agradeço ainda aos queridos companheiros de estágio em docência, Igor Nascimento da Costa e Thiago Wolke, que também realizaram os seus estágios na disciplina de Filosofia Política e com os quais estabeleci uma sólida amizade ao longo desse processo. Sua companhia seguramente fez com que essa etapa desafiadora assumisse ares mais leves e agradáveis.

Agradeço também aos amigos de longa data, que estiveram ao meu lado desde os agora longínquos tempos de colégio; em especial, a Eduardo Guarienti, Filipe Bertoglio, Guilherme Canquerini, Guilherme Garros, Victor Trefiglio e Vitória Pacheco. A companhia de vocês – seja nas salas de aula do Pastor Dohms, nas mesas de bar ou pela *calles* de Montevideo – foi imprescindível para que eu me constituísse como sujeito.

Agradeço aos professores Paulo Francisco Estrella Faria, Amaro de Oliveira Fleck e Jorge Luís da Silva Grespan, que gentilmente aceitaram o convite para participar da banca avaliadora deste trabalho. Foi, sem sombra de dúvidas, um inigualável privilégio poder contar com um grupo de intelectuais de tamanha excelência, que estão na vanguarda do debate filosófico e crítico contemporâneo, para avaliar e discutir os resultados da minha pesquisa. A sua leitura criteriosa, que se traduziu em comentários precisos e observações instigantes, não apenas pôde iluminar os méritos e eventuais lacunas do meu trabalho, como também trouxe a tona inquietações que servirão de estímulo para o desenvolvimento subsequente do projeto teórico empreendido nesta dissertação.

Uma parte expressiva deste trabalho, em especial, a longa discussão sobre o método dialético empregado por Marx na crítica da economia política, carrega as marcas de ideias que foram gestadas e de debates transcorridos no grupo de estudos Rabo de Galo, do qual participei ao longo de todo o mestrado. Coordenado pelos professores Ricardo Crissiuma e Emmanuel Nakamura, o grupo tem seu enfoque direcionado à intersecção entre o pensamento de Hegel, a filosofia pós-analítica e a teoria crítica. A influência dessa combinação teórica algo idiossincrática, mas tremendamente estimulante, atravessa o tratamento que pretendi conferir à obra de Marx. Agradeço aqui a todos aqueles que estiveram presentes no grupo em seus mais de dois anos de existência, e que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização do presente trabalho.

O processo de pesquisa que culminou com a redação deste texto remonta à época da graduação, tendo sido orientado, desde os seus primórdios, pelo prof. Ricardo Crissiuma. Muito além de apenas um intelectual extremamente erudito e de um leitor atento de tudo o que escrevo, encontro reunidas na figura do Ricardo todas as qualidades que julgo constitutivas do “tipo ideal” do orientador: um pesquisador rigoroso, de incomparável abertura ao diálogo e capacidade crítica, sempre disposto a compartilhar conhecimento e a participar da construção da pesquisa dos seus alunos. A escrita desse trabalho deve muito ao incentivo, estímulo e enriquecimento intelectual que as nossas conversas me proporcionaram. Desta maneira, deixo aqui registrada a minha imensa gratidão por esse extraordinário apoio com que pude contar ao longo de minha formação como pesquisador.

Em último lugar, mas não menos importante, gostaria de agradecer à minha namorada e melhor amiga, Nicole. Seria impossível encontrar as palavras para dar a correta dimensão do seu companheirismo. Para além de ser a minha mais assídua leitora, de ter se mantido ao meu lado durante as extenuantes noites de preparação para as minhas aulas e de depositar uma confiança sinceramente desmedida em minhas capacidades, te agradeço pela doce história que construímos ao longo dos últimos anos.

Resumo

O presente trabalho apresenta um estudo sobre a concepção do modo de produção capitalista elaborada por Karl Marx em sua crítica da economia política de maturidade. Tomando como referência a interpretação do projeto de Marx como uma teoria crítica das relações sociais no capitalismo, a qual concebe essas últimas como formas socioeconômicas objetivas, pretendemos defender a hipótese de que o núcleo da caracterização marxiana da sociedade contemporânea reside no encadeamento dos conceitos de valor, dinheiro e capital. Esse encadeamento é esclarecido por Marx através de um desenvolvimento categorial progressivo, elaborado em acordo com o método dialético de exposição (*Darstellung*). Nosso trabalho assume, portanto, a forma de uma reconstrução da exposição marxiana dos conceitos de valor, dinheiro e capital na crítica da economia política, sendo colocado em prática em quatro partes. De início, realizamos um estudo inaugural do método e da postura filosófica assumidos pelo autor em sua obra de maturidade, ao longo do qual abordamos temas tão contenciosos como a relação entre teoria e história, a proveniência hegeliana da dialética de Marx, e em que, sobretudo, lançamos as bases para o entendimento do método de exposição marxiano como um procedimento epistêmico de caráter anti-empirista e anti-representacional, que visa à reprodução conceitual progressiva e sistemática do objeto de conhecimento como um todo complexo. Com base nessa compreensão do método empregado na composição da crítica da economia política, prosseguimos à reconstrução da exposição marxiana do modo de produção capitalista. Partimos da análise da forma-mercadoria, através de cujo exame logramos conferir fundamentação à tese de que a crítica marxiana tem como seu objeto as formas socioeconômicas assumidas pelos produtos do trabalho no contexto da universalização da troca como mediadora do metabolismo social, bem como esclarecer a maneira como Marx compreende as relações sociais mais genéricas do capitalismo. Complementamos esse quadro reconstruindo a exposição marxiana do dinheiro, que tem os seus marcos gerais estabelecidos pela análise da mercadoria e leva adiante o modelo teórico avançado em tal análise ao delimitar as funções que o dinheiro, enquanto forma autonomizada do valor da mercadoria, desempenha na esfera da circulação. Por fim, efetuamos uma investigação sobre a especificidade do conceito marxiano de capital, procurando demonstrar, em acordo com o método de exposição empregado pelo autor, como seu conteúdo está inextricavelmente ligado às categorias anteriores de mercadoria, valor e dinheiro. Para tanto, submetemos a um exame pormenorizado o argumento de que Marx lança mão para fundamentar a passagem da circulação simples de mercadorias ao capital nos *Grundrisse* e no *Urtext*. A conclusão que extraímos desse esforço exegético é de que, na teoria madura de Marx, a transformação do dinheiro em capital justifica-se pela circunstância de que o dinheiro somente pode apresentar-se como uma forma socioeconômica autônoma a converter-se num processo cíclico e auto-mediado de valorização.

Palavras-chave: Karl Marx. Crítica da economia política. Valor. Dinheiro. Capital.

Abstract

This work presents a study of the conception of the capitalist mode of production which is elaborated by Karl Marx in his critique of political economy of maturity. Taking as reference the interpretation of the Marxian project as critical theory of capitalist social relations, which conceives the latter as objective socioeconomic forms, we intend to argue in favor of the hypothesis that the core of Marx's characterization of contemporary society lies in the interconnection between the concepts of value, money and capital. This interconnection is elucidated by Marx through a progressive categorial development, which is elaborated in accordance with the dialectical method of exposition (*Darstellung*). Our work therefore assumes the form of a reconstruction of the Marxian exposition of the concepts of value, money and capital, being put into practice in four parts. We begin by conducting an inaugural study of the method and philosophical stance adopted by the author in his mature work, in which we address such contentious issues as the relationship between theory and history, the Hegelian provenance of Marx's dialectics, and in which, above all, we lay the foundations for understanding the Marxian method of exposition as an epistemic procedure of an anti-empiricist and anti-representational nature, which aims at the progressive and systematic conceptual reproduction of the object of knowledge as a complex whole. Based on this understanding of the method employed in the composition of the critique of political economy, we proceed to reconstruct the Marxian exposition of the capitalist mode of production. Our starting point is an exam of the analysis of commodity-form, through which we are able to provide a basis for the thesis that Marxian critique has as its object the socioeconomic forms assumed by the products of labor in the context of the universalization of exchange as a mediator of social metabolism, as well as to clarify the way in which Marx understands the most generic social relations of capitalism. We complement this framework by reconstructing Marx's exposition of money, which has its general features established by the analysis of the commodity and takes forward the theoretical model advanced in such analysis by delimiting the functions that money, as the commodity's autonomous form of value, performs in the sphere of circulation. Lastly, we investigate the specificity of the Marxian conception of capital, seeking to demonstrate, in accordance with the author's method of exposition, how its content is inextricably linked to the previous categories of commodity, value and money. To this end, we subject to an detailed examination the argument which is put forth by Marx in the *Grundrisse* and the *Urtext* to ground the transition from simple circulation to capital. The conclusion we draw from this exegetical effort is that, in Marx's mature theory, the transformation of money into capital finds its justification in the circumstance that money can only present itself as an autonomous socioeconomic form when it is converted into a cyclical and self-mediated process of valorization.

Key words: Karl Marx. Critique of political economy. Value. Money. Capital.

Sumário

Introdução.....	11
Capítulo 1 – A crítica da economia política de maturidade e o método.....	21
1.1. O método dialético de Marx por seus intérpretes.....	21
1.2. O método dialético de Marx por Marx.....	35
1.2.1. Posfácio à 2ª Edição do Capital: idealismo e materialismo; o conceito marxiano de crítica.....	37
1.2.2. Introdução de 1857: dialética, exposição e imanência.....	50
Capítulo 2 – A análise da forma-mercadoria.....	73
2.1. Apontamentos introdutórios.....	73
2.2. O conceito de circulação simples de mercadorias: aparência e fundamento.....	78
2.3. O ponto de partida da crítica da economia política: a forma-mercadoria e a sociabilidade capitalista.....	86
2.4. A análise da forma-mercadoria: substância, magnitude e forma de valor.....	100
2.4.1. Dissecção da mercadoria: passagem da forma à substância social.....	103
2.4.2. Processo de troca, abstração do trabalho e dinheiro: a análise da forma do valor.....	116
Capítulo 3 – Dinheiro e processo de troca: a duplicação real da mercadoria.....	134
3.1. A duplicação real da mercadoria no processo de troca.....	135
3.2. A exposição marxiana da forma-dinheiro.....	142
3.2.1. O dinheiro como medida de valor.....	145
3.2.2. O dinheiro como meio de circulação.....	150
3.2.3. O dinheiro como dinheiro.....	160
Capítulo 4 - A teoria marxiana da forma-capital: a constituição do valor como processo	171
4.1. A passagem da circulação simples ao capital na literatura: transição imanente ou falsa dialética?.....	173
4.2. Das contradições do dinheiro como dinheiro ao dinheiro como capital: a derivação do conceito de capital nos Grundrisse.....	175
Conclusão.....	204
Bibliografia.....	208

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código 001.

Introdução

O presente trabalho tem como seu objeto de estudos a compreensão das relações sociais fundamentais do capitalismo desenvolvida por Karl Marx em sua crítica da economia política de maturidade. Esse projeto teórico, que começa a tomar corpo na metade final da década de 1850 e encontra a sua primeira formulação nos *Grundrisse*, ocupou as atenções e consumiu os esforços de Marx até o final de sua vida. Nele, o pensador alemão procurou realizar um acerto de contas com o pensamento socialista de Pierre Joseph-Proudhon, com a filosofia de Hegel e dos seus sucessores jovens hegelianos, e, primordialmente, com a economia política clássica. O resultado desse engajamento profundo com o que havia de mais política e teoricamente avançado em sua época foi uma investigação massiva, sistemática e, em último caso, inacabada, sobre a estrutura econômica da sociedade moderna, a qual coloca em primeiro plano o capital como a sua forma socioeconômica preponderante.

O que, no entanto, é o capital? Não pode se tratar de uma mera ideia, de algo simplesmente pensado pelos sujeitos, uma vez que ele exerce influência não apenas efetiva, como também determinante, sobre a vida social e econômica na modernidade. Por outro lado, tampouco o capital pode ser reduzido aos objetos materiais cuja forma ele por vezes assume, seja ao dinheiro ou aos meios produtivos, posto somente existir em condições históricas e sociais muito particulares, que pressupõem a libertação dos sujeitos das relações de dependência pessoal a que estavam submetidos em sociedades pré-modernas e a universalização da forma-mercadoria.¹ O capital deve, portanto, envolver de algum modo as relações travadas entre os indivíduos na esfera da reprodução social. Seria, então, o capital uma soma de valor ou de dinheiro cuja *differentia specifica* consiste na capacidade de auto-valorização? Mas o que, afinal, se deve compreender pelo conceito de valor? Qual é o estatuto ontológico que possui esse conceito? Se trata de uma entidade efetivamente presente na realidade social ou de uma representação subjetiva? Como o valor adquire uma

¹ A polêmica de Marx contra a concepção de capital com que operam os economistas clássicos, sobretudo David Ricardo, tem como um dos seus principais fundamentos a acusação de que eles reduziram o capital à forma material específica que este assume no processo produtivo, enquanto meios de produção. Para Marx, esta supressão da forma *social* do capital em favor do seu conteúdo *material* tem por efeito eliminar as relações sociais envolvidas por este conceito, o que impossibilita aos clássicos compreender como acontece a transformação do valor em capital. Desta maneira: “Se a forma determinada do capital é assim abstraída e é enfatizado só o conteúdo, que, enquanto tal, é um momento necessário de todo trabalho, naturalmente nada é mais fácil do que demonstrar que o capital é uma condição necessária de toda produção humana. A demonstração é feita justamente pela abstração das determinações específicas que fazem do capital um momento de uma fase *histórica* particularmente desenvolvida da produção humana. (...) O capital é concebido como coisa, não como relação.” (Marx, 2011, p.199)

instanciação pretensamente concreta no dinheiro e acaba dotado, quando assume a forma de capital, de manifesta autonomia em relação às pessoas?

Como não poderia ser diferente com uma obra de semelhante escopo temático e densidade conceitual, a crítica da economia política de Marx permite, e esteve historicamente sujeita, a um amplo espectro de leituras.² Há desde as abordagens predominantes entre o que convencionou-se chamar de “marxismo tradicional”, que encontram na obra de Marx um sistema econômico concorrente aos da economia política clássica, mas erguido sobre os mesmos pressupostos analíticos, até aquelas para as quais a crítica marxiana inauguraria uma nova modalidade de discurso teórico, incomensurável com o de seus predecessores.

Ao nosso ver, a trilha mais fecunda a ser seguida é aquela que concebe o projeto teórico de Marx nos termos de uma teoria sistemática das relações sociais do capitalismo como formas socioeconômicas, que se contrapõe à economia clássica, bem como aos demais paradigmas dominantes nas ciências sociais modernas, por encarar a objetividade social singular dos objetos econômicos como um problema que merece ser detidamente investigado.³ Vista deste ângulo, a crítica da economia política marxiana se ocupa, precisamente, de fornecer respostas às interrogações antes colocadas acerca da natureza das categorias elementares da forma de vida capitalista; ela pretende determinar o *conteúdo* do valor, esclarecer as condições sob as quais o valor encontra uma *forma* objetiva no dinheiro e definir como ele transforma-se em um *processo* autônomo de valorização, assumindo a forma socioeconômica de capital.

Essa é uma tradição interpretativa diversa, cujas origens podem ser referidas ao célebre estudo sobre a teoria do valor de Marx de Isaak Illich Rubin (1987). Para o economista soviético, a crítica marxiana da economia política lança mão de um método de investigação próprio, que tem as suas bases assentadas pela teoria do fetichismo da

² Para uma visão geral dos modos de se ler a crítica da economia política, centrada nas novas leituras, consultar o estudo de Jan Hoff (2017). O estudo de Hoff mostra-se particularmente interessante por reconstituir o movimento de retomada da teoria de Marx, iniciado nos anos sessenta, em sua dimensão global, sem permanecer concentrado apenas nos desenvolvimentos férteis, mas não exclusivos, do debate alemão. Hoff encontra sucesso em demonstrar que a preocupação com os aspectos metodológicos e críticos da obra marxiana apresenta-se desde a metade do século XX como uma tendência mundial, que cobre do Japão à Europa Oriental e Ocidental, das Américas à Oceania.

³ Se, do ponto de vista da rígida especialização disciplinar atualmente vigente nas Humanidades, as formas econômicas aparentam consistir num domínio de objetos um tanto inusitado – se não impróprio – para um inquérito filosófico, houve no passado outros pensadores além de Marx que intrigaram-se pela espécie extravagante de socialidade constitutiva de tais objetos. Nesta medida, a seguinte colocação de Georg Simmel, o gigante da sociologia alemã e autor da *Filosofia do Dinheiro*, mostra-se paradigmática: “A significância filosófica do dinheiro é que ele constitui, no mundo prático, a imagem mais precisa e a encarnação mais clara da fórmula de todo ser, segundo a qual as coisas recebem seu significado umas nas outras, e têm o seu ser determinado por suas relações recíprocas.” (Simmel, 2004, p. 127)

mercadoria e elege como seu ponto de partida a distinção entre “*dois diferentes aspectos da economia capitalista*: o técnico e o socioeconômico, o processo de produção técnico-material e sua forma social, as forças produtivas materiais e as relações sociais de produção.” (Rubin, 1987, p.14) Para Rubin, a teoria marxiana concentra a sua atenção sobre as relações que vinculam os sujeitos no processo produtivo, as quais ela apreende, na sua especificidade, como relações entre produtores privados que se estabelecem apenas por meio da troca de mercadorias, e que, por conseguinte, se manifestam como formas sociais dos produtos do trabalho. Desta maneira: “se dissemos anteriormente que as categorias econômicas expressam relações de produção entre pessoas, adquirindo um caráter material, podemos dizer também que elas expressam formas sociais, que são adquiridas pelas coisas enquanto intermediários das relações entre as pessoas.” (Rubin, 1987, p.49)

Embora tenha permanecido por muito tempo esquecida, a abordagem do pensamento marxiano inaugurada por Rubin ganhou sequência com a retomada dos estudos críticos sobre a obra tardia de Marx nos anos sessenta, ocorrida na esteira das revoltas estudantis que irromperam paralelamente em várias partes do mundo. Na Alemanha Ocidental, esse retorno à crítica da economia política dotado de um olhar renovado para a sua especificidade teórica e metodológica foi protagonizado por um grupo de pesquisadores associados ao Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, os quais acessaram os textos de Marx a partir de um enfoque inspirado pela teoria social elaborada por Adorno no último período de sua carreira.⁴ As abordagens por eles desenvolvidas ficaram conhecidas como *Neue Marx-Lektüre*, ou as novas leituras de Marx. Num sentido geral, elas fundam-se sobre um entendimento compartilhado de que a crítica da economia política, e sobretudo a teoria do valor marxiana, apresentar-se-ia como uma teoria das formas de socialização características do modo de produção capitalista. Assim, Hans-Georg Backhaus pauta sua leitura de Marx na tese de que as categorias da economia política referem-se a formas simultaneamente subjetivas e objetivas de relações sociais, que, se são produzidas pela própria ação dos *sujeitos*, confrontam os mesmos como *objetividades* autônomas indiferentes aos pensamentos conscientes e às ações intencionais dos mesmos. Tendo em vista esse diagnóstico, declaradamente adorniano, acerca da natureza da objetividade socioeconômica, Backhaus argumenta que a tarefa que Marx se coloca na

⁴ A respeito da possível leitura da dialética negativa de Adorno como uma crítica da objetividade econômica, ver Bonfeld (2016). Há também uma monografia recente, de alta qualidade, publicada no Brasil, que investiga o desenvolvimento das novas leituras de Marx alemãs tendo como base a teoria da sociedade adorniana. Trata-se da tese de doutorado de Bruno Klein Serrano. Cf. Serrano, 2023. Outro artigo em que está muito bem colocada a questão da convergência (e dos eventuais desencontros) entre a dialética adorniana e a reapropriação de Marx pelas novas leituras é da autoria de Amaro Fleck (2019)

crítica da economia política consiste numa reconstrução do processo através do qual as relações sociais entre os sujeitos acabam transformadas em formas objetivas supraindividuais. E o método apropriado à concreção da tarefa não poderia ser senão a exposição genética ou dialética das formas, que deve possibilitar a descoberta da conexão entre as formas crescentemente complexas da auto-alienação do trabalho social. A crítica marxiana é vista, assim, como uma instância paradigmática daquilo que a dialética negativa de Adorno classifica como “ontologia do estado falso”. Trata-se, com efeito, de uma teoria metaeconômica que visa descrever os objetos pertencentes a esse campo como formas reificadas de prática social:

“Como uma crítica da economia situada para além do ponto de vista econômico, a teoria marxiana não é mais economia política, mas teoria crítica, quer dizer, crítica das categorias e da ideologia. Os conceitos fundantes dessa crítica – ‘inversão’ (*Verkehrung*), ‘objetividade’, ‘ilusão objetiva’, forma ‘racional’ e ‘irracional’ – e, ademais, seu método genético de exposição, com a distinção entre formas ‘não-desenvolvidas’ e ‘desenvolvidas’ – não têm absolutamente nada em comum com a economia no sentido de uma teoria quantitativa de modelos. E é apenas por conta dessas distinções críticas de diferentes formas (...) que Marx mostra-se capaz de apresentar declarações coerentes sobre o sentido ou ausência de sentido dos misteriosos conceitos fundamentais da teoria clássica do capital.” (Backhaus, 1992, p.77)

Tal perspectiva sobre o projeto marxiano foi levada adiante pelos demais membros das novas leituras, vindo mesmo a transcender os limites do debate alemão. Em consonância com a postura de Backhaus, Helmut Brentel (1989, p.11) defende que a crítica da economia política marxiana deve ser compreendida como “uma teoria da constituição da objetividade econômica (*ökonomisch-sozialer Gegenständlichkeit*), como uma teoria das formas do trabalho e uma teoria crítica da reprodução.” Numa vertente semelhante, Moishe Postone (1996) apresenta uma reinterpretação da teoria madura de Marx que pretende recuperar, contra as diversas espécies de reducionismo econômico e de classe praticadas pelo marxismo tradicional, o que ele julga ser o sentido mais profundo da crítica do pensador alemão ao capitalismo, a saber, a denúncia da forma-mercadoria e do capital como formas historicamente específicas de interdependência social, constituídas a partir do caráter abstrato assumido pelo trabalho no modo de produção capitalista. Conforme escreve Postone: “No capitalismo, o trabalho objetifica-se não apenas em produtos materiais – o que é o caso para qualquer formação social –, mas também em relações sociais objetificadas. Devido ao seu caráter duplo, ele constitui, como totalidade, uma esfera social objetiva, quasi-natural, que não pode ser reduzida ao conjunto de relações sociais diretas, e que, como veremos,

contrapõe-se ao agregado dos indivíduos e dos grupos como um Outro abstrato.” (Postone, 1996, p.157)

Em síntese, esta tradição interpretativa, no interior da qual o presente trabalho pode ser situado, considera que a crítica marxiana da economia política tem como seu objeto de estudos as formas socioeconômicas do modo de produção capitalista, compreendidas como o resultado da objetivação do trabalho social decorrente de sua socialização através do mercado.⁵ Encarado dessa perspectiva, o projeto marxiano tardio procuraria cumprir com os objetivos correlatos de (1) determinar a natureza qualitativa dos objetos econômicos, retratando os mesmos em sua condição de relações sociais convertidas em formas sociais objetivas, e de, a partir dessa compreensão da objetividade social *sui generis* das categorias ou fenômenos econômicos, (2) reconstruir progressivamente a estrutura socioeconômica do modo de produção capitalista como um sistema crescentemente complexo de relações sociais consubstanciadas como formas socioeconômicas.⁶

Assentindo às linhas mestras dessa proposta de leitura do projeto marxiano, o presente trabalho tem como seu objetivo compreender a caracterização muito particular do modo de produção capitalista oferecida por Marx em sua crítica da economia política de maturidade. Trata-se de entender como está constituído, em seu nível mais profundo, o sistema de formas

⁵ Essa descrição das novas leituras de Marx não possui quaisquer pretensões de ser exaustiva. Seleccionamos as teses que organizam as interpretações de certos autores para evocar o destaque conferido à problematização da objetividade econômica no interior dessa corrente. No entanto, mesmo antes das contribuições do debate alemão, um similar movimento de retomada da teoria madura de Marx, por meio da definição precisa do seu objeto de estudos e de sua especificidade metodológica, fora empreendida entre autores franceses, por Louis Althusser e seus seguidores. Nesse cenário, sobressai-se o ensaio rigoroso e muito subestimado de Jacques Rancière (1965) no volume colaborativo *Lire le Capital*. Nele, o autor dirige seu enfoque às lições marxianas sobre o caráter particular dos objetos político-econômicos. Escreve ele: “Ao analisar a forma-mercadoria, Marx descobre a contradição, quer dizer, ele descobre que os objetos econômicos estão determinados como manifestações de uma estrutura particular.” “Desta maneira, o desenvolvimento das formas da produção burguesa – que constitui o objeto próprio do *Capital* – é pensado como o desenvolvimento das formas de movimento da contradição primitiva, a oposição entre trabalho concreto e trabalho abstrato.” (Rancière, 2014, p.132)

⁶ Em um estudo que tem em mira extrair, da exposição categorial da crítica da economia política, uma concepção das crises econômicas como um fenômeno endógeno ao modo de produção capitalista, Jorge Grespan (1994) efetua o que é a mais metodológica e teoricamente informada reconstrução da *Darstellung* de Marx disponível no debate brasileiro. O autor de *A Dinâmica da Crise* delimita, com acerto, a natureza da teoria madura de Marx: “O projeto marxiano de apresentação ... depende de que se apreenda o ‘fundamento’ da economia capitalista – o valor e o capital enquanto valor que se valoriza – como algo contraditório, gerando daí um processo pelo qual a contradição se ‘desenvolve’ para abarcar o conjunto das relações econômicas como uma totalidade na qual cada forma se liga à outra enquanto ‘forma de manifestação’ da contradição todo-abrangente” (Grespan, 1994, p.14) Baseando-se nessa compreensão, Grespan apreende o estatuto dos conceitos da crítica marxiana como o de formas socioeconômicas constitutivas da estrutura do capitalismo, as quais são progressivamente desdobradas pela exposição : “Por isso, as categorias referem-se não às coisas em si mesmas, e sim à função a elas atribuída pelo capital de acordo com o momento específico da constituição do seu conceito; e a apresentação delas adquire o caráter de enriquecimento progressivo do seu conteúdo, porque se complexificam gradativamente aquelas funções dentro do movimento totalizante do capital.” (ibid, p.19)

socioeconômicas que se impõe sobre os sujeitos como uma segunda natureza.⁷ A hipótese que procuraremos defender ao longo dos próximos capítulos é de que a especificidade da compreensão elaborada por Marx a respeito da estrutura socioeconômica do capitalismo reside no encadeamento entre as categorias de valor, dinheiro e capital na exposição da crítica da economia política. Ao efetuar um desenvolvimento progressivo de tais categorias, Marx apreende o núcleo fundamental das relações sociais capitalistas como composto de formas crescentemente complexas de objetivação do trabalho social. *Grosso modo*, esse desenvolvimento começa com o estudo do valor, concebido como a forma social assumida pela mercadoria em virtude do caráter contraditório do trabalho no modo de produção capitalista, continua com a demonstração de que a oposição interna entre as formas material (valor de uso) e social (valor) da mercadoria exige a sua duplicação (*Verdopplung*) em mercadoria e dinheiro, culminando na tese de que a autonomização do dinheiro como forma socioeconômica exige a sua conversão em um processo cíclico de valorização, quer dizer, em capital.

O programa assim delineado será implementado através de uma reconstrução pormenorizada da maneira como a exposição marxiana efetua o referido desenvolvimento conceitual. Essa reconstrução está menos interessada no que Marx tem a dizer sobre cada forma socioeconômica tomada em isolamento do que em realizar o árduo esforço de apreender a ordem que comanda a exposição das categorias constitutivas do capitalismo, a qual deve refletir “a relação que têm entre si na moderna sociedade civil-burguesa (*bürgerlichen Gesellschaft*).” (Marx, 2011, p.60) A escolha de direcionar o enfoque de nosso estudo à problemática do “fio condutor” da exposição justifica-se pelo método e pela concepção de ciência com que o pensador alemão firma compromisso, ambos herdados do idealismo alemão.⁸ Conforme defenderemos na sequência, o método de Marx preconiza que o conteúdo

⁷ “A objetividade econômica ou objetividade de valor é, portanto, o caso de uma objetividade (*Gegenständlichkeit*) *sui generis*, uma segunda natureza estruturada de acordo com suas próprias leis, e que está oculta por trás do que é em-si” (Backhaus, 1992, p.61)

⁸ O conceito de *Darstellung* possui um longo histórico na filosofia clássica alemã, anterior à sua adoção por Marx na crítica da economia política. A sua origem pode ser situada na Doutrina do Método da *Crítica da Razão Pura*. Nela, Kant (2012) considera que, em contraposição aos conceitos matemáticos, os conceitos filosóficos ou empíricos nunca podem ser definidos, mas apenas *explicados* através de uma *exposição*. Aparecendo ainda um tanto timidamente na obra de Kant, o conceito de *Darstellung* é mobilizado por Fichte como uma das principais ferramentas em sua revisão crítica do idealismo transcendental kantiano. Com efeito, a sua *Doutrina da Ciência* é concebida nos termos de uma *exposição genética* do sistema do saber. A propósito disso, Rubens Rodrigues Torres Filho comenta (1978, p.61): “Na intelecção (*Einsicht*) genética, dissolve-se a autonomia dos dois termos (o ‘eu’ e o ‘ser’) tomados separadamente, e abre-se a única perspectiva capaz de superar a facticidade da disjunção, em que o próprio Kant estacionara, entre sensível e supra-sensível. (...) A doutrina-da-ciência, *posta em cena*, é justamente a dramatização dessa intelecção; insustentável como *teoria* – conceber o inconcebível –, ela se realiza como *teatro* – a *Erscheinung* posta em ação.” Tomada como princípio responsável pela composição do sistema filosófico fichteano, a noção de *Darstellung* é posteriormente abraçada

de um conceito é indissociável das relações que ele mantêm com outros conceitos. Nesse caso, há a necessidade de se deslindar a intrincada teia de relações de pressuposição e implicação no âmbito da qual os conceitos adquirem seu sentido. O procedimento que Marx incumbe dessa função é justamente a exposição categorial, compreendida em seu sentido rigoroso como *Darstellung* do conhecimento científico. Empregada em seu estudo do modo de produção capitalista, a exposição dialética deve reconstruir metodicamente a estrutura socioeconômica do mesmo, desde as suas relações mais simples e abstratas até os processos complexos que constituem a realidade efetiva do sistema. A ordem rigorosa observada por esse procedimento tem em mira determinar a posição que cada categoria ou relação assume no contexto do capitalismo como “totalidade concreta”.

Dada essa compreensão da natureza do método de exposição de Marx, fica evidente que a determinação do conteúdo das categorias da crítica da economia política, e, por consequência, da compreensão marxiana dos objetos econômicos, depende do movimento expositivo tomado em seu conjunto, quer dizer, das relações de sentido estabelecidas entre as categorias no curso do seu progressivo desenvolvimento. Isso é posto em destaque por Marx no final dos *Grundrisse*, numa passagem em que o autor lança um olhar retrospectivo sobre o percurso até ali travado. Nela, Marx escolhe tanto apresentar o valor e o dinheiro na condição de *pressupostos* do capital enquanto forma desenvolvida de valor, quanto ressaltar que o conteúdo conceitual dessas formas socioeconômicas simples acaba plenamente determinado apenas à medida que elas são resignificadas com o seu desenvolvimento em capital:

“No decorrer da nossa exposição (*Darstellung*) ficou evidenciado como o valor, que apareceu como uma abstração, só se torna possível enquanto tal abstração quando é posto o dinheiro; a circulação de dinheiro por outro lado, leva ao capital, ou seja, só pode estar plenamente desenvolvida sobre a base (*Grundlage*) do capital, da mesma forma que somente sobre a base do capital a circulação pode se apoderar de todos os momentos da produção. (...) O conceito econômico de valor não ocorre entre os antigos. (...) O conceito de valor pertence completamente à economia mais moderna, porque é a expressão mais abstrata do próprio capital e da produção baseada nele. No conceito de valor é revelado o seu segredo.” (Marx, 2011, p.651 - trad. adaptada)

Portanto, se a caracterização do conceito de capital exige, forçosamente, o desenvolvimento prévio da forma de valor enquanto reflexo objetivo das relações entre os possuidores de mercadorias reciprocamente indiferentes (“No conceito de valor é revelado o seu segredo”), pelo outro, a própria forma de valor se revela, no decorrer da análise, como a

por Hegel, que lhe concede também uma função metodológica central em suas invectivas contra o paradigma filosófico da Representação.

“expressão mais abstrata do próprio capital e da produção baseada nele”. É esse entrelaçamento entre o conteúdo dos conceitos fundamentais da crítica da economia política (em especial, da tríade valor-dinheiro-capital) que pretendemos elucidar através da reconstrução da exposição marxiana. Por essa via, resgataremos a sofisticada compreensão avançada por Marx a respeito do núcleo fundamental das relações sociais do capitalismo.

Realizados esses esclarecimentos preliminares acerca do problema encarado nesta dissertação e da natureza do programa por meio do qual procuraremos investigá-lo, cabe detalhar como está estruturado o nosso estudo.

O *primeiro capítulo* deste trabalho visa iluminar o contexto filosófico e metodológico que confere à problemática da crítica da economia política o seu sentido próprio. Para tanto, debruçamo-nos, de início, sobre a plethora de interpretações avançadas na literatura a respeito do método ou da dialética marxiana. Entre as posições abordadas, destacamos que a que goza de maior embasamento textual, bem como de maior assentimento entre os esforços exegéticos mais rigorosos, consiste na interpretação segundo a qual Marx emprega a dialética na crítica da economia política, essencialmente, como um método de exposição (*Darstellung*). No entanto, o entendimento acerca do conteúdo desse método e dos seus fundamentos de validade está longe de ser pacífico, mesmo entre os autores que enxergam a “exposição” como seu operador conceitual primário.

Delineado esse panorama do debate sobre o método de Marx, que tem por fim proporcionar alguma ordem e inteligibilidade a este campo marcado por um confronto caótico entre interpretações divergentes e tradições políticas mutuamente hostis, passamos a uma caracterização mais sistemática e aprofundada do método da crítica da economia política, que colocamos em prática através de uma análise própria dos (escassos) textos de maior relevância metodológica ou filosófica redigidos por Marx durante a sua fase madura. Esse esforço exegético estabelece, com efeito, o marco conceitual a partir do qual lemos a crítica da economia política; por meio dele, explicamos em *que* consiste exatamente o método dialético de exposição, elucidamos o *porquê* de sua adoção por Marx em sua produção teórica de maturidade e determinamos *como* ele é empregado para organizar o desenvolvimento das categorias econômicas. Os resultados que são assim obtidos fundamentam praticamente todas as escolhas tomadas em nossa reconstrução subsequente da exposição marxiana. Em meio a essa discussão, tratamos também de realizar alguns apontamentos que auxiliam a situar a dialética de Marx em relação ao método especulativo de Hegel, procurando disputar certos consensos arraigados a respeito da atitude de Marx para com a filosofia hegeliana, e de

esclarecer os vínculos, em sua maior parte ausentes, entre a *Darstellung* e o processo histórico.

Encerrada a investigação metodológica inaugural, prosseguimos ao nosso esforço de reconstruir a exposição da crítica da economia política. Começamos com um estudo acerca do desenvolvimento das categorias econômicas da esfera da circulação simples. Esse estudo tem como fio condutor a ideia da duplicação (*Verdopplung*) da mercadoria e está dividido em dois capítulos tematicamente conectados.

No *segundo capítulo*, dirigimos o nosso enfoque à análise marxiana da forma-mercadoria, que é vista como composta de dois movimentos argumentativos complementares. De início, Marx caracteriza a mercadoria, em sua forma imediata, como um objeto em que coabitam o *valor de uso*, concernente à sua forma material, e o valor de troca, que expressa a sua forma social. Ele então analisa o *valor de troca*, reduzindo-o ao *valor*, que tem como fundamento (ou substância) o trabalho humano abstrato. Temos, assim, uma *passagem da forma à substância*. Essa operação é complementada, na segunda etapa da exposição da mercadoria, por um argumento que toma o sentido inverso. Na análise da forma do valor e na seção sobre o fetichismo, Marx procura demonstrar como o trabalho abstrato (a *substância* do valor) encontra expressão objetiva no valor de troca (a *forma* do valor). Em sua análise de tal forma, o pensador alemão não apenas assinala as conexões categoriais entre a mercadoria e o dinheiro, como também estabelece que a existência da forma social da mercadoria requer a sua duplicação (*Verdopplung*) em mercadoria e dinheiro. Ou seja, para assumir uma forma de valor, a mercadoria precisa relacionar-se com o dinheiro como se o mesmo fosse a materialização do trabalho humano abstrato.

No entanto, a necessidade de duplicação da mercadoria permanece, no nível da análise da forma-mercadoria, uma mera constatação analítica. Trata-se apenas de uma *duplicação ideal*. No *terceiro capítulo*, estudaremos como Marx leva a cabo a investigação da *duplicação real* da mercadoria em sua exposição do processo de troca e das funções desempenhadas pelo dinheiro na circulação de mercadorias. Nesse caso, está em jogo compreender como a oposição externa (*äußerer Gegensatz*) entre mercadoria e dinheiro governa os movimentos da esfera da circulação de mercadorias. Com isso, concluímos a reconstrução do desenvolvimento das categorias econômicas na circulação simples.

O *quarto e último capítulo* trata de conferir um fechamento à reconstrução desenvolvida ao longo do trabalho. Nele, procuramos examinar os vínculos estabelecidos pela exposição marxiana entre a estrutura conceitual da circulação simples, constituída pela oposição externa entre mercadoria e dinheiro, e o capital. Escolhemos estudar esse problema

através de uma análise da derivação do conceito de "capital em geral" empreendida por Marx nos *Grundrisse* e no *Urtext*. Trata-se de um argumento que está ausente (ou presente apenas de maneira extremamente abreviada, a ponto de tornar-se irreconhecível) na exposição do *Capital*, em que Marx propõe-se a deduzir o conceito de valor a partir do desenvolvimento da contradição do dinheiro como dinheiro.

Grosso modo, o ponto do pensador alemão é de que o valor não pode apresentar-se como uma forma socioeconômica autônoma no âmbito da circulação simples de mercadorias, na qual ele não existe senão como reflexo temporário do movimento das mercadorias. Para caracterizar a objetividade do valor, se faz necessário, então, introduzir a ideia de um processo de valorização cíclico, que institui os seus próprios pressupostos. No entanto, assim compreendido, o valor não consiste mais simplesmente na materialização do trabalho abstrato, mas em *capital*, em um valor que transformou-se num processo de valorização, que abarca em si a totalidade das esferas da produção e da circulação. A tese defendida por Marx na passagem da circulação simples ao conceito de capital é, portanto, de que o modo de produção capitalista, enquanto um sistema de formas socioeconômicas independentes, repousa sobre o circuito do capital industrial. É apenas em seu interior que emerge a objetividade de valor (*Wertgegenständlichkeit*) constitutiva dos objetos econômicos, quer dizer, que o dinheiro pode representar a universalidade do trabalho humano. Desta maneira, pode-se perceber que os conceitos de valor e dinheiro têm o conteúdo retroativamente determinado pelo capital desdobrado em sua processualidade.

Antes de passar ao texto, convém realizar um breve adendo técnico, que concerne às convenções que adotamos a respeito das traduções de fontes primárias e secundárias. Sempre que houver disponível uma tradução de boa qualidade das obras citadas ao português, optaremos por fazer uso das mesmas em nosso trabalho. Nas (não) raras ocasiões em que julgarmos ser necessário efetuar ajustes sobre as traduções alheias, a fim de preservar a especificidade da terminologia empregada pelos autores e de não ocultar a carga histórica embutida em seus conceitos, deixaremos isso explicitamente indicado nas referências. Isso acontece sobretudo com as obras de Marx. Por outro lado, em todos os casos em que forem citadas obras que estão em língua estrangeira, a tradução das passagens relevantes é, sem exceção, de nossa própria autoria.

Capítulo 1 – A crítica da economia política de maturidade e o método

1.1. O método dialético de Marx por seus intérpretes

Apresentar uma interpretação do método seguido por Marx na redação da crítica da economia política de maturidade consiste, sem dúvidas, em uma tarefa desafiadora. Além de o filósofo alemão nunca ter se manifestado de forma inequívoca sobre o tema em seus escritos publicados, tendo se limitado a oferecer na maior parte dos casos declarações esparsas que até hoje são objeto de discórdia ferrenha entre os pesquisadores de sua obra, o tratamento da questão também é dificultado pelo fato de que o debate sobre a especificidade da metodologia marxiana possui um histórico extenso e altamente conturbado, que está entremeado pela história do próprio marxismo enquanto movimento político que reivindica a implementação prática do pensamento de Marx.⁹

É bem conhecida a ampla variedade de leituras discordantes que foram propostas a respeito do problema na literatura desde o final do século XIX; pode-se dizer que a disputa pela interpretação do método de Marx começa com as intervenções de Friedrich Engels nos debates sobre a conexão entre as dialéticas de Marx e de Hegel e sobre o estatuto metodológico da teoria do valor marxiana, passa pela formulação de uma doutrina intitulada materialismo dialético por Georgi Plekhanov e por sua consolidação enquanto representação da teoria marxista hegemônica entre o marxismo da Segunda Internacional e os seus sucessores ortodoxos, e acaba desembocando em várias correntes que direcionam os seus

⁹ Outro obstáculo em que necessariamente esbarra a tentativa de uma apresentação preliminar do método de Marx é o postulado, estabelecido por Hegel em sua crítica ao formalismo do idealismo transcendental kantiano e adotado por Marx após 1857, segundo o qual a dialética deve consistir num “método” de exposição que mostra-se adequado ao seu próprio objeto. Como coloca Hegel no Prefácio à *Fenomenologia do Espírito*, “o conhecimento científico requer o abandono à vida do objeto; ou, o que é o mesmo, exige que se tenha presente e se exprima a necessidade do objeto.” (Hegel, 2002, p.55) Portanto, Marx, na esteira de Hegel, recusa que o método possa ser pensado como um conjunto *externo* de regras de inferência e de axiomas a ser aplicado sobre uma matéria qualquer. Isso leva Michael Heinrich a assumir uma posição cética em relação à possibilidade de se apreender os princípios metodológicos que fundamentam a exposição marxiana antes de debruçar-se sobre a mesma: “Uma discussão embasada da ‘apresentação dialética’ de Marx só é possível se já se souber algo sobre as categorias retratadas; não se pode falar sobre o caráter ‘dialético’ da explicação de Marx ou mesmo sobre a relação entre as dialéticas de Marx e de Hegel antes de se ter engajado com a própria teoria de Marx.” (Heinrich, 2012, p.38) Embora, por certo, uma exposição do método marxiano de maturidade não possa ser realizada de forma plenamente satisfatória na ausência de referências a problemas objetivos da crítica da economia política, consideramos que ainda assim se pode – e mesmo se *deve* – abordar elementos metodológicos cruciais para a compreensão do projeto de Marx no *Capital* antes de se dar início à análise da exposição das categorias econômicas. Afinal, a longa história de enganos e de falsas suposições sobre o estatuto teórico dos seus capítulos iniciais serve para demonstrar que a ausência de reflexões metodológicas explícitas por parte do autor impediu que mesmo leitores perspicazes, com destaque para o seu mais frequente colaborador, Engels, compreendessem apropriadamente as intenções da obra.

esforços críticos, cada uma à sua maneira, à recuperação daquilo que seria a originalidade do método marxiano frente tanto aos desvios dogmáticos de sua versão ortodoxa quanto à filosofia especulativa hegeliana.

Naturalmente, o nosso propósito não pode ser o de reconstituir os detalhes deste debate cujo início remonta há mais de um século e que envolve uma diversidade de participantes que adotaram perspectivas um tanto diferentes sobre o problema, as quais, muitas vezes, apenas podem ter a sua particularidade compreendida no contexto de sua relação com as controvérsias do movimento político socialista ou operário do seu tempo.¹⁰ Ao invés disso, adotamos uma estratégia mais focalizada para apresentar os marcos centrais da discussão sobre o método dialético de Marx, a qual adequa-se melhor à finalidade de facilitar a compreensão dos aspectos da crítica da economia política privilegiados pelo recorte de nosso estudo.

Nesta medida, julgamos ser possível estabelecer uma tipologia que divide as interpretações avançadas na literatura sobre o método empregado por Marx em seu projeto maduro em três grandes grupos. Essa tipologia procura categorizar tais leituras com base em um certo fundamento, que podemos expressar sob uma forma interrogativa. A saber, qual é o sentido assumido pelo método dialético na obra tardia de Marx? Que função este método desempenha no discurso da crítica da economia política? Em primeiro lugar, há (I) a corrente que compreende o método dialético que Marx alega ter aplicado na formulação da crítica da economia política no sentido de um método de exposição (*Darstellung*) que reconstrói lógica ou sistematicamente a estrutura do modo de produção capitalista. Em segundo lugar, encontramos (II) um grupo diverso de abordagens que se caracteriza pela assimilação do método marxiano em termos fundamentalmente ontológicos, seja como uma teoria abrangente das leis da realidade tal qual a dialética da natureza de Engels ou o materialismo dialético de Plekhanov e dos soviéticos, como uma dialética transhistórica da interação recíproca entre homem e natureza mediada pelo trabalho, inspirada pelas ideias avançadas pelo jovem Marx nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, ou ainda como uma pretensa transformação antropológica da concepção hegeliana de Espírito em que este é substituído pelo proletariado na condição de sujeito-objeto idêntico da história. Em terceiro lugar,

¹⁰ No âmbito dessa sobreposição entre o conteúdo das leituras adotadas acerca do pensamento de Marx e as controvérsias em voga nos círculos políticos, podemos citar: a conexão entre a teoria da reificação desenvolvida por Lukács (2003) em *História e Consciência de Classe* e o seu confronto com o programa político da II Internacional; a relação íntima entre o retorno a Marx praticado na França, na Alemanha e na Itália a partir dos anos 60 e o momento de efervescência experimentado pelos movimentos estudantis. É possível também identificar a existência de liames ente conjuntura política e posicionamento teórico no caso do próprio Marx: a elaboração da crítica da economia política de maturidade é motivada, em certa medida, pela intenção de refutar as bases teóricas sobre as quais assentava-se o programa reformista dos socialistas proudhonianos.

destacamos (III) a posição, defendida em roupagens variadas pela ala bernsteiniana ou austríaca da II Internacional, pela escola althusseriana e pelo marxismo analítico, segundo a qual a ruptura de Marx com Hegel estaria praticamente consumada quando da escrita do *Capital*, de sorte que o método marxiano maduro poderia ser concebido à maneira do procedimento analítico-formal característico das ciências naturais, do pós-kantismo ou da filosofia de Espinosa.

Apesar de outras tantas reconstruções deste debate serem possíveis a depender de quais aspectos forem considerados como de importância decisiva para a compreensão da orientação metodológica do autor, acreditamos que o critério que escolhemos para sistematizá-lo apresenta-se como o mais promissor, na medida em que possibilita ordenar as posições defendidas na literatura de acordo com a maneira como as mesmas compreendem o papel exercido pelo método de Marx no projeto da crítica da economia política.¹¹ Ou seja, colocamos em primeiro plano a questão do sentido atribuído à “dialética” enquanto característica definidora do método marxiano de maturidade. Isso, por um lado, facilita estabelecer uma distinção crucial interna a um grupo de leituras que, de um modo ou de outro, consideram que o desenvolvimento do método dialético de Marx passaria fundamentalmente por uma apropriação materialista da dialética hegeliana, qual seja, a distinção entre aqueles que veem na dialética da crítica da economia política um método de exposição imanente ao objeto, e os que vinculam a incorporação marxiana da dialética à elaboração de um certo tipo de concepção ontológica positiva ou de teoria da história. Essa diferença é apagada caso se atente unicamente à atitude defendida pelos autores frente à natureza da incorporação da filosofia hegeliana por Marx. Por outro lado, tal modelo permite realçar de forma mais nítida o rasgo que separa a metodologia que fundamenta o procedimento crítico levado a cabo pelo jovem Marx e o método que passa a estruturar a obra do filósofo alemão após a publicação dos *Grundrisse*, em 1857. Portanto, as vantagens da

¹¹ Esse modelo esquemático de sistematização deve bastar à reconstrução de Tony Burns e Ian Fraser, que enquadra os participantes do debate sobre o método marxiano em três grupos: a corrente da apropriação materialista da dialética hegeliana, a corrente que recusa qualquer continuidade entre os métodos de Marx e Hegel e um último grupo que propõe a ideia de que Marx teria efetuado uma apropriação direta da dialética hegeliana. Entretanto, possuímos discordâncias significativas com a maneira como tais autores colocam em prática a sua reconstrução, deixando de lado referências centrais do debate contemporâneo, sobretudo no tocante àqueles autores situados para além do universo anglo-saxão, como os frankfurtianos e as Novas Leituras de Marx. Ademais, as limitações da proposta dos autores de reconstruir o debate marxiano com base na posição assumida por seus participantes diante do problema da relação entre o método de Marx e a filosofia hegeliana é evidenciado pelo fato de que Burns e Fraser reúnem sob a mesma categoria de “apropriação materialista” interpretações tão distintas quanto aquela da assim chamada *New Dialectics* de Chris Arthur, Geert Reuten e Tony Smith, que enfatiza o caráter sistemático da exposição marxiana, a teoria dialética da praxis do proletariado formulada por Lukács em *História e Consciência de Classe*, e a dialética negativa de Adorno. Cf. Burns; Fraser, 2000.

nossa proposta de reconstrução são duplas: ela permite tanto melhor depreender os termos em torno dos quais gira a discussão contemporânea sobre o método marxiano de maturidade, quanto divisar as continuidades e as rupturas que caracterizam a evolução da obra de Marx ao longo das décadas.

Se determinamos que existem três grandes posições que dominam o debate sobre o método da crítica da economia política, isso não significa, entretanto, que estejamos sugerindo que essas posições se mostram igualmente plausíveis ou disponham de uma reputação equiparável entre os pesquisadores e as pesquisadoras responsáveis pela produção dos estudos mais minuciosos acerca do problema. Com efeito, é digno de nota que a tendência predominante entre aqueles que se dedicaram a investigar com verdadeiro rigor a especificidade do discurso marxiano de maturidade seja de afirmar que o método dialético da crítica da economia política se articula sobretudo como um método de exposição aplicado a um objeto historicamente determinado, o modo de produção capitalista.¹² Essa é uma tese com a qual estamos em pleno acordo e que procuraremos demonstrar na sequência através de uma análise direta dos textos marxianos relevantes. A compreensão do método de Marx como uma estratégia empregada com vistas a estruturar a exposição da crítica da economia política constitui, portanto, o fio-condutor deste capítulo e fornece o pano de fundo teórico exigido para a compreensão do desenvolvimento categorial que, segundo defendemos neste trabalho, forma o núcleo da análise marxiana do modo de produção capitalista – isto é, o encadeamento entre o valor, o dinheiro e capital enquanto formas sociais dominantes do tipo de sociedade criticamente examinado por Marx em seu projeto de maturidade.

Em razão de tais circunstâncias, a única corrente de interpretação do método de Marx com a qual doravante procuraremos manter um diálogo contínuo é (I) aquela que vincula a dialética marxiana à configuração particular da exposição da crítica da economia política. No entanto, apenas declarar que a metodologia marxiana assume o sentido de um método de exposição esclarece pouquíssimo sobre os princípios metodológicos efetivamente seguidos

¹² Se o método dialético empregado por Marx de forma paradigmática nos *Grundrisse* e no *Capital* não pode ser associado a uma teoria geral da história ou a uma dialética do trabalho desprovida de lastro histórico determinado, o discurso marxiano anterior à crítica da economia certamente contém passagens que podem apontar em tal direção. Como coloca Heinrich: “Construções histórico-filosóficas podem ser encontradas em Marx, mas acima de tudo nos ‘*Manuscritos Parisienses*’ do jovem Marx e em seu período intermediário do *Manifesto Comunista*. Em *O capital* é possível encontrar alguns traços que, no entanto, não têm qualquer papel decisivo em seu corpo teórico.” (Heinrich, 2014, p.32) Por isso, é imprescindível ter em vista que estamos abordando aqui especificamente o método da obra de maturidade, cujo início situamos no período de escrita dos *Grundrisse* – embora elementos centrais da obra posterior já estivessem sendo gestados desde que Marx mudara-se para Londres e decidira reiniciar os seus estudos de economia política a partir do zero, no começo da década de 1850. Sobre a existência de modelos variados de apresentação [*Darstellung*] da história dentro da obra marxiana, consultar o estudo rigoroso de Ruy Fausto (1987, 2002) nos dois últimos volumes de *Marx: Lógica e Política*.

por Marx na formulação de sua obra e tampouco contribui para tornar inteligível o que afasta a exposição marxiana, com seu caráter dialético, de outras formas mais rotineiras de se organizar a apresentação dos resultados de uma investigação teórica ou científica. É evidente que os economistas clássicos, os filósofos idealistas e os teóricos do socialismo utópico – para recordar apenas alguns dos principais alvos da crítica de Marx em matéria de método – também adotaram, de maneira mais ou menos consciente, estratégias expositivas determinadas a fim de conferir uma forma sistemática às suas reflexões. Quais são, nesse caso, os atributos que definem a especificidade da dialética marxiana enquanto método de exposição destoante dos preceitos metodológicos da economia política e da filosofia tradicional (empirista ou idealista)? E de que modo este método se relaciona com a filosofia especulativa hegeliana, na qual o conceito de exposição (*Darstellung*) desempenha, reconhecidamente, uma função também crucial?¹³

Embora tais problemas mantenham-se em aberto na literatura, estando longe de receber uma resolução definitiva, acreditamos que os avanços verificados nas últimas décadas na pesquisa marxiana contribuíram para prestar um expressivo esclarecimento a uma série de questões envolvendo o método da crítica da economia política. Assim, se não se pode falar em uma situação de unanimidade, é ao menos certo que o significado do procedimento marxiano e o contexto teórico e político no qual o autor coloca as suas perguntas é hoje bem melhor conhecido do que antes do grande reavivamento dos estudos sobre Marx que teve lugar a partir da segunda metade do século passado e do progresso tangível no projeto de uma edição crítica da obra do autor – a MEGA².

Com vistas a avançar na caracterização do método da crítica da economia política e dar assim um primeiro passo rumo à elucidação dos problemas descritos, apresentaremos agora os contornos gerais da discussão travada na literatura acerca da metodologia marxiana enquanto um método de exposição dialético. Isto é, direcionaremos o nosso foco ao conjunto de leituras proposto por aqueles autores vinculados à abordagem que figura em nosso esquema como (I). Nosso objetivo não pode ser de examinar exaustivamente esta abordagem, mas antes nos serviremos de tal esforço para contextualizar alguns elementos teóricos que serão mobilizados posteriormente, quando de nossa análise dos textos marxianos.

O que convém de início mencionar é que se trata de um grupo de abordagens muito menos homogêneo do que a nossa categorização inicial pode ter sugerido. A despeito de

¹³ “Exposição é, também, um conceito central da dialética especulativa de Hegel. A *Ciência da Lógica* se apresenta como a exposição sistemática das categorias do pensamento puro enquanto formas de concepção de realidade, com o intuito de fundar o próprio conceito de ciência (filosófica) e de método.” (MÜLLER, 1982, p.3)

enfatarem todos a centralidade da exposição à metodologia dialética de Marx, os autores reunidos neste grupo defendem, em muitos casos, posições diferentes a respeito dos fundamentos de validade do emprego marxiano da dialética, dos princípios metodológicos particulares envolvidos por tal exposição e da natureza da “apropriação materialista” da filosofia hegeliana posta em prática por Marx na crítica da economia política. Isso nos leva a estabelecer uma divisão subsequente do debate, que mostra-se interna à corrente (I). Num sentido geral, as discordâncias entre os autores que caracterizam o método dialético de Marx como um método de exposição decorrem da existência de duas formas distintas (e nem sempre devidamente explicitadas) de se compreender as condições de validade do emprego de tal método ao capitalismo.

Podemos divisar, de um lado, uma tradição interpretativa arraigada que, levando a sério a asserção de Marx segundo a qual o seu método consistiria numa apropriação ou transformação materialista da filosofia hegeliana, sustenta que o emprego marxiano da dialética como método expositivo adequado ao modo de produção capitalista tem como seu fundamento uma assimilação do capital, concebido por Marx como forma social dominante, à concepção hegeliana de Espírito (*Geist*) ou de Conceito (*Begriff*).¹⁴ Trata-se, possivelmente, da posição mais comumente defendida – embora em graus variados de radicalidade – pelos autores que acessam nos dias de hoje a problemática da exposição da crítica da economia política a partir de um ângulo filosófico, em especial entre os que possuem alguma filiação ao pensamento de Hegel. Nela podemos incluir alguns dos expoentes mais destacados da Nova Leitura de Marx alemã (como Hans-Georg Backhaus, Helmut Reichelt e Helmut Brentel), os membros, predominantes oriundos de países de língua inglesa, do grupo que ficou conhecido como *New Dialectics* (entre os quais podemos citar Christopher Arthur, Tony Smith¹⁵ e Geert

¹⁴ Não seria imprudente reiterar que essa não pretende ser uma sistematização exaustiva do debate sobre o método de exposição de Marx. Estamos apenas lançando luz sobre uma diferença interpretativa, a nosso ver não suficientemente evidenciada na literatura, que mostra-se central à apreciação do sentido da dialética em seu emprego marxiano ao modo de produção capitalista. Desta maneira, podemos já adiantar que a maioria dos partidários desta interpretação maximalista não defendem a existência de uma identidade compreensiva entre os percursos expositivos da *Ciência da Lógica* e do *Capital*, como a primeira formulação de tal ponto poderia dar a entender – exceção seja feita a Chris Arthur, que advoga o que é talvez a tese mais radical acerca do espelhamento entre as grandes obras de Hegel e de Marx. Com efeito, Arthur defende que “em algum sentido a a forma do valor e a lógica de Hegel devem ser *identificadas*; não se trata simplesmente de uma aplicação da lógica de Hegel a um conteúdo independente. Não é que a forma de valor acabe gerando estruturas de uma complexidade mapeada por Hegel em suas categorias lógicas; as formas são, de fato, de uma tal pureza abstrata que constituem uma encarnação real das ideias da lógica de Hegel.” (Arthur, 2004, p.82)

¹⁵ A posição de Tony Smith é singular. De um ponto de vista exegético, ele encaixa-se perfeitamente no interior da corrente maximalista, posto que defende que Marx teria formulado o seu conceito de capital ao modo de uma materialização econômica do Conceito de Hegel. Segundo ele, “*a estrutura do capital é exatamente isomórfica à estrutura do Absoluto hegeliano.*” (Smith, 2014, p. 23) Entretanto, Smith dirige duras críticas a esta homologia, avançada por Marx, entre Conceito e capital, argumentando que ela decorre de uma compreensão insatisfatória das particularidades da lógica hegeliana do Conceito. Smith sustenta que a aplicação profícua

Reuten), e uma série de teóricos brasileiros e latino-americanos cujas pesquisas detiveram-se sobre a especificidade do projeto marxiano maduro (para citar alguns dos nomes mais relevantes, Marcos Müller, Ruy Fausto, Jorge Grespan e Enrique Dussel¹⁶). Designaremos esta como uma (I') *interpretação maximalista* do método de exposição da crítica da economia política, uma vez que ela condiciona a legitimidade da aplicação marxiana da dialética a uma operação conceitual particular, que consiste numa transferência do conteúdo semântico do Conceito hegeliano ao universo da economia política, no qual o mesmo é rearticulado como um modelo para a compreensão do funcionamento do capital. Evidentemente, a adoção dessa hipótese, especialmente em suas formulações mais radicais, implica em se assumir um pesado fardo teórico.

Se a posição brevemente descrita no parágrafo anterior propõe que a exposição dialética das categorias econômicas se assenta sobre uma “reabilitação” materialista do Espírito hegeliano, a ela se contrapõe uma série de leituras que compreendem o emprego do método dialético de exposição por Marx em termos menos filosoficamente carregados. Trata-se do que consideramos como formando uma (I'') *interpretação minimalista do método marxiano*, a qual tem como sua característica decisiva a recusa de que Marx teria empreendido uma transferência direta das categorias da lógica especulativa hegeliana (sobretudo do Conceito enquanto fundamento de validade da dialética) à sua exposição crítica da estrutura do modo de produção capitalista. Entretanto, embora tais autores se sintam pouco convencidos pela hipótese da transformação materialista do discurso especulativo (ou não estejam confortáveis em admiti-la), eles de maneira alguma rejeitam a influência da filosofia hegeliana sobre a constituição da metodologia marxiana de maturidade. Mesmo Michael Heinrich, que, dentro desta tradição minimalista, é o mais enfático em defender que o método especulativo de Hegel não pode ser apontado como um pré-requisito para o entendimento da

empreendida por Marx das categorias hegelianas em sua investigação do capitalismo deve ser remetida, ao invés disso, à Lógica da Essência: “Por contraste, a segunda parte fundamental da *Lógica* de Hegel, a Doutrina da Essência, fornece categorias aplicáveis à ontologia social da produção de mercadorias generalizada.” (Smith, 2014, p.31)

¹⁶ Embora a leitura que Enrique Dussel (1985, p.347-348) efetua do método de Marx deposite grande ênfase sobre a subsunção do trabalho vivo ao trabalho passado, um fenômeno que é inusitadamente concebido por ele a partir da crítica de Schelling à filosofia especulativa hegeliana, Dussel vincula prontamente o sentido do emprego marxiano da dialética ao estatuto ontológico *sui generis* do capital na sociedade civil-burguesa: “Com efeito, o capital não é simplesmente valor, nem dinheiro, nem mercadoria, etc. Ele é a *totalidade* de todas essas determinações; ele é o sujeito de todas elas; é a unidade dos diversos processos; é movimento e permanência como capital circulante; é origem e criador de valor como capital produtivo. O ‘processo total’ do capital é como ‘um círculo de círculos... um círculo enrolado em si mesmo, em cujo começo, que é o fundamento simples, a mediação enrosca o fim’ – como disse Hegel sobre o Conceito que devém Ideia.” Por consequência: “Marx desenvolveu toda uma ontologia do capital, em estrito senso filosófico e em estrito senso econômico, ao mesmo tempo, e com categorias que mostram-se rigorosas em ambos os campos epistêmicos. Essa é a sua originalidade dialética. (...) Trata-se de uma ontologia da economia, uma economia ontológica.”

lógica de exposição da crítica da economia política,¹⁷ devendo esta última ser julgada exclusivamente a partir da maneira como reconstrói categorialmente o capitalismo, acaba reconhecendo que características centrais do método de exposição de Marx – como a natureza circular da exposição, o tratamento do capitalismo como uma totalidade orgânica, e o intento crítico de desvelar mediante o desenvolvimento categorial as mediações subjacentes ao dado imediato – remontam à teoria de Hegel.

Sua leitura declaradamente minimalista do método de exposição marxiano enquadra este último, entretanto, como uma “forma de fundamentação científica” anti-empirista, que procede através do desenvolvimento conceitual progressivo das relações mais simples às mais complexas, visando a reconstruir o modo de produção capitalista em “sua média ideal” (uma expressão que Heinrich pega emprestada do terceiro livro do *Capital* e que ele mobiliza para definir o nível elevado de abstração em que está situada a investigação marxiana do capitalismo).¹⁸ Esta reconstrução categorial do capitalismo, articulada como uma exposição dialética do mesmo, tem como seu principal objetivo, na visão de Heinrich, oferecer uma explicação rigorosa acerca da interdependência entre as categorias empregadas para caracterizar este fenômeno social complexo, revelando assim as várias mediações (ou seja, relações recíprocas entre categorias ordenadas pela exposição de acordo com a sua primordialidade explicativa) que se ocultam por trás da aparência imediatamente apreensível do mesmo. Portanto, para Heinrich, a exposição das categorias econômicas se afigura idêntica à crítica tanto do capitalismo quanto do discurso da economia política clássica. Nas palavras do autor:

“Com Marx, como com Hegel, é uma questão de desenvolvimento *conceitual*, só que, por um lado, é o Conceito [*Begriff*] (singular) que se desenvolve por si mesmo independentemente de toda empiria, enquanto, por outro lado, é sobre a conexão entre conceitos (plural) que processam material empírico sem se deixarem absorver em abstrações meramente nominalistas: estão preocupados com o ‘real-universal’ que foi mencionado acima. Pode-se falar de desenvolvimento conceitual em Marx na medida em que ele descreve os conceitos individuais não simplesmente estando próximos uns dos outros como elementos independentes e justificando-os com

¹⁷ Nisso Heinrich opõe-se ao famoso aforisma de Lenin, registrado em um dos cadernos que contêm os seus comentários à *Ciência da Lógica*, segundo o qual a inteligibilidade da obra máxima de Marx estaria vinculada a um conhecimento prévio sobre a filosofia especulativa. De fato, para Lenin, “não se pode compreender plenamente *O capital* de Marx, e particularmente o seu primeiro capítulo, sem ter estudado e compreendido toda a *Lógica* de Hegel. Portanto, meio século depois de Marx, nenhum marxista o compreendeu!” (Lenin, 2011, p. 157)

¹⁸ A ideia de uma caracterização minimalista do método de exposição de Marx” é empregada por Michael Heinrich a fim de oferecer uma descrição dos princípios metodológicos centrais da exposição marxiana que mostre-se suficientemente geral para poder ser aplicada tanto aos *Grundrisse* como ao *Capital*, e que não se comprometa com a tese de uma homologia estrutural entre os conceitos lógico-especulativos e os objetos investigados na crítica da economia política. Trata-se, pois, do que ele julga ser o mínimo necessário para tornar inteligível a ordem de exposição da obra de Marx e sua análise do modo de produção capitalista.

referência ao material empírico do qual foram obtidos, mas antes os colocando em uma certa *ordem*, que não é externa a eles e apenas cria o contexto geral, mas que ainda é essencial para determinar as próprias categorias: *uma ordem que expressa relações essenciais entre as categorias.*” (Heinrich, 1999, p. 172 - 173)

Tendo em vista o teor das colocações de Heinrich na passagem acima e a maneira como ele elabora a sua interpretação do método de exposição marxiano no restante do seu livro, fica evidente que Heinrich toma como sua principal referência marxiana a *Introdução* de 1857, um texto que ele, em outros momentos, julga não ser mais que um esboço preliminar do procedimento metódico efetivamente seguido por Marx em seu projeto maduro.¹⁹ Afora esta inconsistência, devemos notar que a alegação de Heinrich segundo a qual o método de exposição de Marx não poderia ser caracterizado em termos semelhantes ao de Hegel aparenta ser rebatida por seu próprio tratamento da questão, uma vez que os princípios metodológicos que ele identifica como constitutivos da exposição marxiana se encontram prefigurados, como o autor mesmo nota ao longo do texto, na filosofia de Hegel. De resto, a diferença crucial que ele diagnostica entre os métodos de Marx e de Hegel – a saber, a pura autorreferencialidade do desenvolvimento expositivo do Conceito na *Ciência da Lógica* contra o caráter empiricamente enformado da reconstrução marxiana do modo de produção capitalista, cuja validade está atrelada à admissão de certos pressupostos históricos – deriva de uma compreensão bastante tradicional do pensamento de Hegel. Em síntese, Heinrich lança mão de uma leitura minimalista do método de exposição de Marx, que o compreende como um método de construção teórica ou justificação científica que mostra-se contrário tanto ao empirismo quanto ao positivismo. Segundo ele, a incorporação marxiana da dialética não “enxerta” pura e simplesmente as categorias lógico-especulativas no discurso da economia política. Todavia, a apreensão que Heinrich faz da filosofia de Hegel, e consequentemente da relação entre os métodos de Hegel e de Marx, é questionável. Consideramos que isso pode trazer prejuízos para a sua compreensão da exposição marxiana, posto que Hegel é o teórico que dedicou os mais brilhantes esforços a refletir sobre o procedimento metódico de exposição da ciência como uma alternativa aos impasses das teorias representacionistas do conhecimento – o que, segundo Heinrich, define precisamente a especificidade do tratamento marxiano da economia política.

Heinrich apresenta-se, portanto, como o defensor de uma leitura minimalista do método de exposição marxiano que mantém-se comprometida com a ideia de que Marx teria

¹⁹ “As considerações formuladas na ‘*Introdução*’, como a frequentemente mencionada ‘ascensão do abstrato ao concreto’, não apresentam-se de maneira alguma como irrefutáveis, mas são antes tentativas iniciais e provisórias, que acabam subsequentemente modificadas numa redação concreta.” (Heinrich, 2016, p.99)

se apropriado da dialética hegeliana em uma chave materialista. Ele diverge dos autores maximalistas sobretudo no que toca aos fundamentos de tal apropriação: se estes argumentam em favor de uma transposição das categorias lógico-especulativas à economia, Heinrich prefere enfatizar a exposição marxiana como um método científico desprovido de compromissos especulativos maiores, que se distingue por privilegiar a interrelação entre os conceitos empregados para a descrição do material empírico. Esclarecer estas relações de dependência conceitual mútua (em que o significado de um conceito particular depende de sua posição no interior de um esquema conceitual amplo) é, para Heinrich, o propósito do método de exposição marxiano.

Entretanto, a posição minimalista acerca do método de exposição de Marx inclui também o trabalho de um conjunto de intérpretes que se põem a pensar sobre a natureza da metodologia de Marx à luz de um envolvimento sistemático com a pesquisa mais atualizada sobre o pensamento de Hegel, a qual tem paulatinamente desconstruído o retrato tradicional de Hegel como o proponente de um sistema metafísico de fortes traços teológicos, em que a realidade objetiva e histórica encontraria-se subordinada ao processo de atualização de um princípio espiritual monista, o Absoluto, que guia de maneira determinista o transcurso dos acontecimentos humanos.²⁰ Contra esta imagem de Hegel como um metafísico dogmático, os estudos hegelianos recentes tendem a interpretar a sua obra no sentido de uma empreitada metateórica estreitamente ligada à problemática estabelecida pelo criticismo kantiano.²¹ Eles sugerem, pois, que a filosofia especulativa de Hegel visa à superação dos impasses do

²⁰ Uma interpretação da filosofia hegeliana em termos tradicionais, como uma doutrina ontológica que afirma a soberania da Ideia sobre o mundo finito, guia a reconstrução do pensamento de Hegel levada a cabo por Charles Taylor. Ao discutir a atualidade da filosofia hegeliana, Taylor afirma que “hoje, ninguém realmente acredita em sua tese ontológica central, que o universo é posto por um Espírito cuja essência é a necessidade racional.” (Taylor, 1977, p. 538) Essa posição contrasta radicalmente com o significado meta-conceitual que uma intérprete de Hegel associada a uma corrente “revisionista”, Béatrice Longuenesse, atribui à categoria hegeliana de Absoluto: “O Absoluto não é aquela substância impossível e literalmente impensável supostamente independente das categorias (subjetivamente relativas) através das quais o sujeito cognoscente o pensa. Ele é o acordo plenamente realizado e auto-consciente, refletido como tal, entre as categorias e o objeto que é pensado através delas.” (Longuenesse, 2007 p. 27)

²¹ Foge do escopo de nossa investigação entrar mais a fundo no debate contemporâneo sobre a filosofia hegeliana. *Grosso modo*, as abordagens mais recentes, que poderíamos considerar como revisionistas, caracterizam-se, de um lado, ressaltar que as duas primeiras seções da *Lógica*, a Doutrina do Ser e a Doutrina da Essência articulam-se como críticas profundas à metafísica pré-kantiana, de sorte que Hegel não poderia ser classificado como um pensador ontológico tradicional, e, pelo outro lado, por investigar detidamente as linhas de continuidade entre o idealismo transcendental de Kant e o projeto hegeliano, da *Fenomenologia* de Iena à *Lógica*. De acordo com Paul Redding (2020), as leituras revisionistas dividem-se entre aquelas que isentam Hegel de qualquer intenção metafísica, considerando-o como um pensador ainda mais sóbrio que o próprio Kant, e as que consideram que em seu projeto especulativo Hegel pretende reestabelecer a metafísica em bases pós-críticas. Convém mencionar que o fato de o pensamento de Hegel estar sendo submetido a uma revisão que o exime das acusações mais drásticas de obscurantismo metafísico não significa que os participantes deste debate considerem que ele tenha sido inteiramente bem-sucedido em sua reformulação especulativa do idealismo transcendental de Kant, ou que o seu sistema seja destituído de quaisquer elementos metafísicos.

idealismo transcendental de Kant por meio de uma investigação, inspirada pela tese kantiana da unidade transcendental da apercepção, a respeito das funções conceituais e autorreflexivas *necessariamente* envolvidas em toda e qualquer experiência determinada.²² Hegel afasta-se de Kant, entretanto, ao apontar que o fato de o filósofo de Königsberg ter sido o primeiro a tematizar o papel constitutivo desempenhado pela espontaneidade conceitual na experiência não impede que o seu idealismo transcendental recaia em última análise no empirismo. Isso acontece sobretudo na medida em que Kant faz a cognição depender da faculdade passivamente receptiva da sensibilidade, que intermedia o contato entre a consciência e a coisa em si incognoscível através da matéria das intuições empíricas. Para Hegel, pelo contrário, o conteúdo e a validade objetiva das categorias deriva unicamente do movimento de auto-determinação do pensamento. Reconstituir esse movimento é o objetivo que comanda as exposições da *Ciência da Lógica* e da *Fenomenologia do Espírito*.

Essa reavaliação da filosofia hegeliana trouxe, previsivelmente, impactos para a forma como é compreendido o método marxiano, em especial no que toca à sua relação com o método especulativo de Hegel. Constata-se, assim, no interior da interpretação minimalista do método de exposição da crítica da economia política, a presença de um grupo autores que colocam em disputa o antigo consenso, cuja origem remonta às declarações do próprio autor no Prefácio à 2ª Edição do *Capital*, de que Marx teria promovido uma transformação materialista da dialética hegeliana a fim de adaptar o método especulativo à finalidade precípua de representar criticamente o capitalismo. Tais autores argumentam que o método de exposição marxiano deve antes ser compreendido como estando baseado nos mesmos princípios do de Hegel. Essa posição um tanto iconoclástica no contexto da tradição marxista se assenta sobre o reconhecimento de que a exposição progressiva das categorias do pensamento puro na *Ciência da Lógica*, que se apresenta como um desenvolvimento estritamente imanente e autorreferencial do Conceito, não é concebida por Hegel como fornecendo um método filosófico que fosse passível de ser empregado de maneira imediata a domínios particulares do conhecimento além do lógico. Pois, para Hegel, “a estrutura da ideia absoluta – a absoluta autorrelacionalidade do conceito como tal – jamais poderia ser a

²² Com efeito, podemos dizer que Hegel mobiliza contra a dependência do sistema kantiano para com a noção de um imediato inescrutável (a coisa-em-si) a própria teoria da conceitualidade constitutiva da experiência desenvolvida por Kant na Dedução Transcendental. Como esclarece Pippin: “O ponto da proposta hegeliana apresentada até agora aparenta partir de, e tomar como sua principal referência, uma certa teoria da *subjetividade consciente-de-si* e a relação entre um tal sujeito e o conjunto de explicações possíveis acerca das condições do conhecimento. Por conseguinte, o que Hegel está sugerindo nesta crítica da formalidade e da ‘mera subjetividade’ em Kant não é uma dedução do conteúdo do universo real ou da história mundial. Ele está argumentando em favor da necessidade de condições exigidas pela experiência inteligível de todo objeto que não são empiricamente derivadas, mas antes resultam da autodeterminação (...)” (Pippin, 1989, p. 39)

estrutura de qualquer realidade abaixo do nível do espírito absoluto, porque as formas da natureza, do espírito subjetivo e objetivo são finitas, e, nessa medida, não absolutamente autorrelacionadas, mas relacionadas a uma outra.” (Arndt, 2020, p. 33-34) Consequentemente, a própria ideia de uma transformação materialista da dialética hegeliana se revela como um contrassenso uma vez que se atenta para o estatuto particular do discurso lógico-especulativo frente ao das ciências. Assim, ponto de vista de Hegel, uma investigação que lida com fenômenos sociais, como a crítica da economia política de Marx ou as *Linhas Fundamentais da Filosofia do Direito* do próprio Hegel, não pode realizar um emprego esquemático das categorias lógicas, impondo de maneira externa o mesmo procedimento da exposição especulativa a um conteúdo finito.²³ O método, considera Hegel, deve antes ser adaptado à natureza do conteúdo em questão. Isso significa que, ao contrário do Conceito, a exposição de um objeto pertencente ao nível do Espírito Objetivo (seja o modo de produção capitalista ou o direito moderno) precisa obrigatoriamente ser conduzida à luz dos seus pressupostos. E isso é, de fato, o que Hegel faz em sua *Filosofia do Direito*. O seu tratamento inicial da categoria da personalidade abstrata, que constitui o ponto de partida da reconstrução empreendida em tal obra, pressupõe o desenvolvimento histórico de uma esfera da particularidade representada pela sociedade civil-burguesa e do domínio universal do Estado moderno.

Por essa razão, esses autores que tomam como sua referência uma leitura pós-metafísica de Hegel argumentam que não teria sido necessário para Marx efetuar uma apropriação materialista da dialética hegeliana, haja vista que a própria filosofia do Espírito Objetivo de Hegel se apresenta justamente como uma aplicação “materialista” – ao menos no sentido visado por Marx – do método dialético de exposição.²⁴ Logo, não haveria qualquer

²³ Em larga medida, a crítica do jovem Marx à filosofia hegeliana passa pela acusação de que esta coloca em prática um esquematismo lógico, por meio do qual Hegel mistificaria a existência do Estado, invertendo a relação entre sujeito e predicado. Como lemos na *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* de 1843: “Ele [Hegel] transformou em um produto, um predicado da Ideia, o que é seu sujeito; ele não desenvolve seu pensamento a partir do objeto, mas desenvolve o objeto segundo um pensamento previamente concebido na esfera abstrata da lógica. Não se trata de desenvolver a ideia determinada da constituição política, mas de dar à constituição política uma relação com a Ideia abstrata, de dispô-la como um membro de sua biografia (da Ideia): uma clara mistificação.” (Marx, 2005, p.42)

²⁴ É um consenso entre os defensores desta posição que a compreensão de Marx da filosofia hegeliana, que ensejou a sua crítica ao que seriam mistificações ocasionadas pelo emprego do método especulativo à realidade político-social, contém lacunas substanciais. Segundo Andreas Arndt, a visão de Marx sobre o “idealismo” da dialética hegeliana é “baseada numa incompreensão que procede do discurso dos jovens hegelianos, do qual Marx participou do início até a metade de 1840.” (Arndt, 2020, p. 37) No mesmo sentido, Roberto Fineschi afirma que: “Marx, como muitos outros de sua geração, acreditava que, de acordo com Hegel, este [o desenvolvimento do objeto segundo a sua lógica interna - acréscimo nosso] seria o modo como a Ideia cria o mundo material: este é o seu ‘idealismo’; para Marx, ao contrário, trata-se apenas da maneira como as leis científicas são reproduzidas no pensamento. Hoje sabemos que a interpretação de Marx é insustentável e que a

motivo para se condicionar, como fazem os teóricos da (I') interpretação maximalista, a legitimidade do emprego marxiano da dialética a uma equiparação do capital ao Absoluto hegeliano. Pelo contrário: o emprego do método de exposição dialético por Marx em sua investigação do modo de produção capitalista deve ser compreendido como uma reconstrução categorial do objeto que, embora enformada pelas lições da *Lógica*, procura reproduzir progressivamente as formas sociais que constituem o mesmo, sem a necessidade de retratá-las como “encarnações” econômicas dos conceitos especulativos – uma hipótese que encontra-se mesmo interdita pelos preceitos da dialética. É este destaque que os autores revisionistas de que estamos presentemente tratando conferem à necessidade de se entender o emprego marxiano do método de exposição dialético nos seus próprios termos, em estreita conexão com a estrutura lógica do objeto estudado e em diálogo próximo com os problemas metodológicos próprios ao campo da economia política, que justifica a nossa decisão de enquadrá-los como intérpretes minimalistas. Desta maneira, julgamos que, a despeito da perspectiva muito distinta que adotam em relação à filosofia de Hegel, a posição de tais autores enseja uma reconstrução da exposição marxiana do modo de produção capitalista que procede em linhas semelhantes àquela preconizada pelo minimalismo de Heinrich.

Andreas Arndt (2020, p.34) oferece uma síntese precisa dos pontos gerais abarcados por essa nova perspectiva acerca da função e do sentido da metodologia marxiana na seguinte passagem:

“Por essa razão, num primeiro olhar, o uso assistemático de Marx das categorias hegelianas – assistemático, porque não segue as suas sequências internas na *Ciência da Lógica* – não indica um conceito alternativo de dialética, isto é, a dialética ‘materialista’, mas a necessidade de reproduzir estruturas específicas de objetos específicos pelo pensamento. O uso de Hegel por Marx na sua *Crítica da Economia Política* poderia ser analisado completamente dentro das pressuposições do arcabouço da filosofia de Hegel. O próprio Hegel está fazendo o mesmo nas suas filosofias do real, isto é, as filosofias da natureza e do espírito”

Além do já mencionado Arndt, esta posição, ainda minoritária dentro do debate a respeito do método dialético de exposição marxiano, é defendida por outros autores como David

tradução do real ao pensamento mostra-se muito mais próxima da atitude de Hegel do que ele poderia imaginar.” (Fineschi, 2014, p.162)

MacGregor e Roberto Fineschi.²⁵ No contexto brasileiro, essa leitura foi recentemente avançada por Emmanuel Nakamura (2022).²⁶

Encontramos, ainda, uma concepção minimalista do método marxiano que adota um tom mais moderado em relação tanto a Heinrich quanto à reconceitualização hegeliana da metodologia de Marx na obra do filósofo norte-americano Tony Smith. Smith, como procuramos esclarecer em uma nota anterior, assume uma postura bastante *sui generis* dentro do debate, uma vez que considera que a intenção de Marx teria sido, tal como propõem os autores maximalistas, estabelecer um paralelismo robusto entre a sua categoria de capital e o Conceito hegeliano. De um ponto de vista *interpretativo*, podemos contá-lo como um maximalista. Contudo, Smith, que é provavelmente o pesquisador marxista anglo-saxão que se debruçou com maior afinco sobre o pensamento de Hegel, avalia que tal paralelismo é impossível de ser sustentado. Ele defende, ao invés disso, que o emprego produtivo por Marx da filosofia hegeliana em sua análise da sociedade civil-burguesa deve ser apreendido – contra a autocompreensão de Marx – como uma adaptação livre e assistemática do referencial especulativo ao terreno particular da economia política, que se serve majoritariamente das categorias da Lógica da Essência com vistas a caracterizar uma socialidade reificada, refletida em coisas. De um ponto de vista *crítico*, portanto, a leitura de Tony Smith possui mais em comum com a de Heinrich e dos “revisionistas hegelianos” do que com a corrente maximalista. Podemos dizer, com efeito, que Smith representa uma posição intermediária dentro da interpretação minimalista do método de Marx, posto que, contra Heinrich, ele concede um papel determinante à dialética hegeliana na compreensão da crítica da economia política, mas ainda se diferencia dos autores acima analisados na medida em que assinala a

²⁵ Para Fineschi, as críticas de Marx ao pretenso misticismo da filosofia de Hegel decorrem de sua absorção irrefletida de uma leitura superficial acerca desta então prevalente no movimento dos jovens hegelianos. O filósofo italiano argumenta que, no *Capital*, Marx teria posto em prática a metodologia dialética hegeliana ao estudar o seu objeto com base em sua lógica interna de desenvolvimento. Ademais, Fineschi identifica uma correspondência de longo alcance entre a autocompreensão metodológica exposta por Marx na Introdução de 1857 – a reprodução do concreto através do pensamento – e a concepção hegeliana de ciência assentada sobre o método especulativo: “A compreensão especulativa faz parte do todo real cuja estrutura conceitual ela explica, sem, no entanto, que essa estrutura conceitual substitua a própria realidade à qual mostra-se congruente, mas não idêntica. Neste sentido, Hegel define repetidamente o pensamento especulativo como a forma como a representação e a intuição são transpostas em conceitos; exatamente da mesma forma que Marx se expressa sobre o método científico. É a forma conceitual de tratar o objeto. Este objeto pré-existe ao tratamento conceitual e é experimentado pela consciência por meio da intuição e da representação.” (Fineschi, 2006, p.136)

²⁶ “Pressupor o método dialético significa que formas abstratas do pensar conceitual – Ser, Identidade, Diferença, Contradição etc. – não são novamente objeto de análise, na *Filosofia do Direito*. O mesmo deve valer para *O Capital* de Marx. Não faz sentido procurar, p. ex., um conceito marxiano de contradição, na leitura d’*O Capital*, quando Marx está analisando o modo de produção capitalista, a partir de categorias da Economia Política, isto é, das *formas econômicas de determinação* (MEGA II,2, p. 80). Hegel diria que as *contradições sociais* analisadas em sua apresentação da sociedade civil burguesa, na *Filosofia do Direito* – assim como n’*O Capital* de Marx – também adquirem um outro sentido daquele dado em função da análise lógica da ‘categoria’ de contradição.” (Nakamura, 2022, p. 87)

existência de certos elementos idealistas no pensamento de Hegel, que teriam sido suprimidos quando de sua apropriação por Marx.

1.2. O método dialético de Marx por Marx

Realizamos, na seção anterior, uma apresentação geral das clivagens que caracterizam o debate, sobretudo contemporâneo, acerca da metodologia empregada por Marx em sua crítica da economia política. Esse mapeamento do estado da arte da literatura envolveu um esforço de sistematização declaradamente seletivo do amplo leque de posições discordantes avançadas sobre a problemática, levando a dois resultados: em primeiro lugar, o método dialético que confere à obra marxiana madura sua forma consiste, essencialmente, num método de exposição; em segundo lugar, contrapõe-se na literatura duas interpretações distintas sobre a natureza do método de exposição de Marx – uma (I^o) corrente maximalista, cuja ênfase recai sobre uma certa homologia entre o Conceito especulativo e o capital, e uma (I^o) corrente minimalista, que, se baseando, via de regra, numa reavaliação das dimensões teórica e prática da filosofia hegeliana, compreende o emprego marxiano da dialética de um modo menos rigoroso.

Este esforço inicial pôde esclarecer alguns dos pontos centrais da disputa acerca do método marxiano, bem como compor, ainda que por uma via indireta, uma primeira imagem das particularidades do método de exposição dialético em sua aplicação por Marx ao modo de produção capitalista. Tal imagem, contudo, mostra-se ainda um bocado nebulosa e carente de determinação, na medida em que não se possui um entendimento detalhado dos princípios metodológicos que regem a reconstrução marxiana do capitalismo; não se compreende, portanto, *como* de fato opera a exposição da crítica da economia política. Para iluminar este quadro, procuraremos agora reconstituir a concepção metodológica de Marx a partir de uma análise dos textos em que ele tece considerações explícita ou ao menos significativamente vinculadas ao problema do método do seu projeto de maturidade. Pretendemos, desta maneira, elaborar a nossa própria interpretação da metodologia que estrutura a exposição marxiana do modo de produção capitalista, que será seguida no restante do trabalho. Esse mergulho na obra de Marx cumpre com a finalidade adicional de justificar retroativamente algumas das hipóteses e colocações que introduzimos na primeira seção sem que fosse melhor delineado o contexto do qual derivam o seu sentido.

A primeira dificuldade que se coloca é: em quais textos devemos procurar indicativos que possam nos auxiliar a reconstituir o sentido do procedimento metodológico marxiano?

Como se sabe, Marx não legou qualquer tratamento definitivo ou mesmo sistemático do problema à posteridade. Apesar de ter declarado, numa carta a Engels de 16 de janeiro de 1858, que “gostaria muito de escrever 2 ou 3 folhas que tornassem acessível ao leitor comum o aspecto *racional* do método que Hegel não apenas descobriu, como também mistificou” (Marx, 2020, p.245), o filósofo alemão nunca chegou a colocar em prática tal projeto, que permaneceu para sempre uma proposta vazia. Diante disso, não nos resta alternativa senão recorrer aos comentários metateóricos apresentados pelo autor em momentos pontuais de sua obra, sobretudo em manuscritos e textos que, por não terem sido intencionados para a publicação, servem como um importante registro do processo de composição da crítica da economia política, no qual a lógica por trás da estrutura da exposição pode ser melhor discernida. Temos em vista aqui cartas, manuscritos datados do período de formação do projeto da crítica da economia política (em particular, os *Grundrisse* de 1857-58 e as assim chamadas *Teorias da Mais-Valia*,²⁷ que abrangem cerca de metade dos cadernos redigidos por Marx de 1861 a 1863), prefácios e posfácios às obras publicadas, e um texto de caráter introdutório concebido pouco antes da escrita dos *Grundrisse*, que contém as mais aprofundadas reflexões de Marx acerca do problema do método adequado à exposição da crítica da economia política. Este último texto, que ficou conhecido na literatura como a *Introdução* de 1857, serve como a principal referência em nossa interpretação da metodologia da crítica da economia política.

²⁷ Consta-se uma tendência recente muito expressiva nos estudos marxianos, notadamente inspirada pela publicação dos manuscritos originais da crítica da economia política pela MEGA², a se destacar a investigação empreendida por Marx nas *Teorias da Mais-Valia* como um episódio teórico e metodologicamente decisivo no desenvolvimento do projeto marxiano de maturidade, a qual serve como um elo de ligação entre os *Grundrisse* e o *Capital*. Nesse sentido, Heinrich (1999), como Roman Rosdolsky antes o fizera de forma menos categórica, remete a esta obra o abandono da concepção de “capital em geral” como fio-condutor da crítica da economia política. Na perspectiva de Arndt, por sua vez, foi apenas através deste confronto mais abrangente com o pensamento dos economistas clássicos que Marx concebeu a sua concepção de “contradição”. A contextualização das *Teorias da Mais-Valia* em relação ao projeto maduro de Marx proposta por Enrique Dussel oferece, ao nosso ver, uma síntese excelente do significado desta obra. Conforme o filósofo latino-americano, nela “Marx interrompió su discurso anterior para realizar una tarea teórica bien precisa: confrontar sus hallazgos realizados hasta marzo de 1862, las categorías ya construidas (esencialmente la de plusvalor), críticamente, con las estructuras categoriales de los economistas burgueses anteriores más importantes y relevantes. Era una confrontación genética entre paradigmas: el de las estructuras categoriales nacientes y crecientes de Marx mismo, con las de los clásicos u otros, de la economía vigente. No era sólo un “arreglar cuentas”; era algo anterior. Era en realidad una “crítica”. Era un compulsar, probar, lanzar sus hipótesis y considerar la capacidad de responder, de poner a prueba a los otros economistas, ya sí mismo. Con esta puja, casi lucha de pugilato teórico, Marx no sólo comprobará la fuerza, la resistencia de sus categorías construidas, sino que se verá obligado a ir constituyendo nuevas categorías. Esta confrontación crítica de teorías, de categorías (ni historia ni teoría propiamente dichas del plusvalor, entonces), fue de suma importancia en la biografía intelectual de Marx.” (Dussel, 1988, p. 111)

1.2.1. Posfácio à 2ª Edição do *Capital*: idealismo e materialismo; o conceito marxiano de crítica

Afora a *Introdução*, o posicionamento mais explícito de Marx a respeito de questões de método se dá em alguns poucos parágrafos ao final do Posfácio à 2ª Edição do *Capital*, no decorrer dos quais o filósofo alemão reage àquilo que julga como um fracasso generalizado dos seus intérpretes em apreender o seu método de exposição. Assim, numa declaração que seguramente não estaria fora de lugar no debate contemporâneo, Marx (2013, p.88) afirma que: “O método aplicado em *O Capital* foi pouco compreendido, como já o demonstram as interpretações contraditórias que se apresentaram sobre o livro.” O conteúdo das resenhas e dos comentários que Marx recupera a fim de ilustrar este mal-entendido na recepção do método empregado na primeira edição do *Capital* revela que o seu incômodo é suscitado, em particular, pelas acusações de que ele estaria empreendendo uma investigação da economia política alicerçada sobre a “metafísica hegeliana”.²⁸ Marx tinha razão em avaliar esta associação do seu projeto ao “sistema idealista” de Hegel como uma tentativa de descreditá-lo: pois, independentemente dos méritos que lhe devem ser atribuídos, é um fato histórico amplamente documentado que a filosofia de Hegel se tornara, em decorrência da revolta dos jovens hegelianos contra o sistema edificado pelo mestre, dos efeitos exercidos pelo rápido avanço da ciência moderna sobre o campo intelectual germânico, e da ascensão do neokantismo e de abordagens filosóficas inspiradas pelo pensamento de Schelling, numa posição pouquíssimo popular entre o público ao qual estava dirigida a crítica marxiana da economia política.²⁹

É nesse contexto que Marx apresenta uma série de colocações breves e enigmáticas com vistas a clarificar o sentido do seu método e demarcar a distância deste para com o de Hegel. Estas colocações assumiram um estatuto quasi-doutrinal dentro da tradição marxista,

²⁸ Segue alguns exemplos de leituras sobre o método do *Capital* contra as quais Marx protesta no Prefácio: “Assim, a *Revue Positiviste* me acusa, por um lado, de tratar a economia metafisicamente e, por outro, – adivinhem! –, de limitar-me à mera dissecação do dado, em vez de prescrever receitas (comtianas?) para o cardápio da taberna do futuro. (...) Os resenhistas alemães bradam, naturalmente, contra a sofística hegeliana. O *Correio Europeu*, de São Petersburgo, em um artigo inteiramente dedicado ao método de *O Capital* (maio de 1872, p.427 - 36, considera meu método de investigação estritamente realista, mas o modo de exposição, desgraçadamente, dialético-alemão.” (Marx, 2013, p.88)

²⁹ O ocaso da filosofia hegeliana é um processo multicausal, que passa tanto pelas consequências de um embate travado no plano teórico quanto por transformações históricas e políticas de longo alcance ocorridas na Alemanha por volta da metade do século XIX. Esse processo deu-se de forma muito rápida, de maneira que, segundo Frederick Beiser: “Ao final dos anos 1840, o hegelianismo estava rapidamente transformando-se numa memória que se apaga.” (Beiser, 2005, p. 313) Sobre a desintegração da escola hegeliana e a transformação do campo intelectual germânico após a morte de Hegel, consultar Frederick Beiser, *After Hegel: German Philosophy 1840 - 1900*. Outro estudo clássico sobre o tema, que muito influenciou a compreensão tradicional sobre a passagem da filosofia especulativa de Hegel às abordagens posteriores de Marx e dos existencialistas, é *De Hegel a Nietzsche: a ruptura revolucionária no pensamento do século XIX*, de Karl Löwith.

tendo sido comentadas à exaustão por aqueles que se propuseram a compreender a dialética de Marx. Cabe indagar, à luz dos resultados vacilantes obtidos por esse esforço exegético, sobre o valor teórico destas passagens. O que, afinal, podemos extrair de metodologicamente relevante do Posfácio? É justificada a atenção desproporcional recebida por ele na literatura?

Em primeiro lugar, o Posfácio – de maneira particularmente evidente, embora a mesma ideia possa ser encontrada em outras passagens de Marx – ajuda a estabelecer um ponto que deve constituir um consenso no debate sobre a crítica marxiana da economia política: isto é, Marx refere-se abertamente ao método que emprega em sua obra madura como possuindo um caráter *dialético*. Assim, se, por um lado, Marx não mede esforços neste texto para se distanciar do método hegeliano, ele, pelo outro, caracteriza a dialética, quando concebida em sua “configuração racional”, como o método apropriado para se unir apresentação e crítica no estudo do modo de produção capitalista:

“Em sua forma mistificada, a dialética esteve em moda na Alemanha porque parecia glorificar o existente. Em sua configuração racional [*rationellen Gestalt*], ela constitui um escândalo e um horror para a burguesia e seus porta-vozes doutrinários, uma vez que, no entendimento positivo [*positiven Verständnis*] do existente, inclui, ao mesmo tempo, a entendimento de sua negação [*Verständnis seiner Negation*], de sua necessária derrocada [*notwendigen Untergangs*]. Além disso, apreende toda forma desenvolvida no fluxo do movimento, portanto, incluindo o seu lado transitório; porque não se deixa intimidar por nada e é, por essência crítica e revolucionária.” (MARX, 2013, p.91)

Retornaremos, na sequência, ao problema da perspectiva adotada por Marx neste texto em relação à filosofia hegeliana. O que mostra-se digno de nota nesta passagem é o fato de Marx atribuir um potencial crítico muito elevado à dialética, haja vista que ela deve vincular o “entendimento positivo do existente” (uma descrição científica da dinâmica de operação do capitalismo) ao “entendimento de sua negação” (uma identificação das estruturas e das práticas sociais que, embora surgidas no interior de tal formação social, estabelecem as condições de possibilidade para uma forma de vida mais racional, que não seja governada pela lei supraindividual do valor).³⁰ E a dialética somente pode cumprir com tais exigências

³⁰ É verdade que a afirmação de que a dialética também permite entrever a “derrocada necessária” do seu objeto pode ser interpretada no sentido de que a crítica da economia política propõe uma teoria do colapso necessário do capitalismo (tese essa que é, via de regra, defendida mediante referência à lei tendencial da queda da taxa de lucro) ou mesmo de que Marx vincularia o aspecto crítico da dialética a um tal diagnóstico teleológico. Entretanto, acreditamos que uma leitura mais sofisticada não somente é possível, como também corresponde melhor ao sentido do projeto marxiano maduro. Nesta medida, podemos remeter o “necessário perecimento” imanente à “intelecção negativa” do modo de produção capitalista à circunstância de que a crítica da economia política revela a natureza profundamente instável do processo de acumulação do capital e a irracionalidade de uma distribuição do trabalho social mediada pelas estruturas de mercado (e não, portanto, por um processo democrático de deliberação, capaz de abarcar todos os concernidos), bem como lança luz sobre a emergência de novas formas configuração social e de inovações tecnológicas que poderiam ser postas a serviço de finalidades

críticas, prossegue Marx, porque permite conceituar apropriadamente a determinidade histórica das formas sociais objetivadas que constituem a estrutura básica do modo de produção capitalista; ela “apreende toda forma desenvolvida no fluxo do seu movimento, portanto, incluindo o seu lado transitório.” Com efeito, como veremos no próximo capítulo, o aspecto metodológico determinante da crítica de Marx aos economistas clássicos concentra-se justamente sobre a incapacidade destes de caracterizarem a especificidade histórica e o condicionamento social dos objetos que investigam, a começar pelo mais elementar destes, a forma-mercadoria.³¹

Depreendemos, por conseguinte, que o Posfácio esclarece, de maneira a não deixar margem para maiores dúvidas, a importância atribuída por Marx à natureza dialética do seu método, que está intimamente conectada ao intento crítico do seu tratamento da economia política. A dialética possibilita, pois, conjuntar exposição e crítica num mesmo quadro teórico, o que assegura que o movimento da crítica não afigura-se externo ao objeto, mas antes decorre do desvelamento de suas próprias mediações. Numa carta a Ferdinand Lassalle de fevereiro de 1858, escrita em meio à redação dos *Grundrisse*, Marx (2010b, p.270) descreve as linhas mestras do seu projeto ainda incipiente de crítica da economia política em termos muito semelhantes àqueles encontrados na passagem do Posfácio que estamos examinando: “O trabalho de que me ocupo atualmente é uma *Crítica das Categorias Econômicas*, ou, se você preferir, uma exposição crítica do sistema da economia burguesa. É ao mesmo tempo uma exposição e, no mesmo sentido [*by the same token*], uma crítica do sistema burguês.” O filósofo alemão ressalta, deste modo, que se trata de uma investigação da economia política clássica que deve conciliar exposição e crítica. Além disso, ele oferece uma explicação suplementar sobre a maneira como tal “crítica” deve ser compreendida: trata-se não *apenas* de uma refutação de teses particulares avançadas pelos economistas

mais desejáveis numa sociedade organizada sob bases distintas. Agora, a atualização de tais potenciais (ou melhor, a *posição* dos *pressupostos* de uma sociedade vindoura) depende da conjunção de uma série de fatores históricos e políticos contingentes, que recaem fora do universo discursivo da crítica da economia política.

³¹ Marx acusa repetidamente os economistas burgueses (clássicos e vulgares) de não atentarem à especificidade histórica ou ao caráter social dos objetos que investigam. Na seguinte passagem dos *Grundrisse*, ele critica David Ricardo por confundir a dimensão propriamente social das categorias econômicas (sua *determinidade formal*) com o seu conteúdo técnico-material, o que acaba levando o economista britânico a assumir uma compreensão ahistórica do modo de produção capitalista: “Nele [i.e, em Ricardo - acréscimo nosso], capital e trabalho são outra vez concebidos não como forma social histórica determinada, mas como forma social natural para a produção da riqueza como valor de uso, i.e, a sua forma enquanto tal, precisamente porque é natural, é *indiferente*, e não é concebida em sua relação *determinada* com a forma da riqueza, da mesma maneira que a própria riqueza, em sua forma como valor de troca, aparece como simples mediação formal da sua existência material; daí por que o caráter determinado da riqueza burguesa não é compreendido – exatamente porque ela aparece como a forma adequada da riqueza em geral, e daí por que também, *economicamente*, ainda que se tenha partido do *valor de troca*, as *formas econômicas determinadas* da própria troca não desempenham absolutamente nenhum papel em sua Economia (...)” (Marx, 2011, p.261)

clássicos acerca da dinâmica capitalista de produção de riquezas e de acumulação do capital, mas, fundamentalmente, de uma crítica que põe em disputa o próprio paradigma segundo o qual os economistas clássicos concebem as categorias econômicas.

Fica patente, também, o sentido duplo em que o conceito de crítica está sendo empregado nessa passagem: o projeto marxiano da crítica da economia política visa tanto a desconstruir teoricamente as representações tradicionais do modo de produção capitalista, quanto a, através desta operação, estender a crítica à própria realidade social representada de modo invertido ou reificado pela economia burguesa.³² O exemplo paradigmático de como funciona tal procedimento crítico do Marx maduro pode ser identificado em sua análise do fetichismo da mercadoria, na qual, como será demonstrado com maior riqueza de detalhes num capítulo posterior, o filósofo alemão remete a gênese da forma de valor das mercadorias ao fato historicamente singular de, no capitalismo, a socialização do trabalho acontecer através do processo de troca. Com base nisso, Marx critica tanto, por um lado, a concepção de valor desprovida de determinidade histórica esposada pelos economistas clássicos, que ignora os laços entre tal categoria e a sociabilidade *sui generis* da sociedade civil-burguesa, levando a uma cisão irreconciliável entre substância e forma de valor, quanto, pelo outro, a própria circunstância de que nesta formação social a qualidade social do trabalho humano possa expressar-se unicamente *a posteriori* através da esfera do mercado, na qual o caráter social do trabalho adquire uma forma objetivada de existência quando da conversão do seu produto em dinheiro.³³

Não foi, entretanto, a referência de Marx ao vínculo intrínseco entre método dialético e crítica que fez do Posfácio um dos textos mais comentados da história do marxismo. O fascínio que ele exerceu sobre sucessivas gerações de pesquisadores encontra-se antes ligado à postura particularmente enérgica assumida por Marx acerca da relação da dialética hegeliana com o seu próprio método. Logo após estabelecer uma diferença importante entre

³² Nesta medida, não seria inoportuno recordar que, para Marx (2011, p. 59), as “categorias expressam formas de ser [*Daseinsformen*], determinações de existência [*Existenzbestimmungen*]”.

³³ A ideia de que o dinheiro consiste numa forma materializada e, portanto, autônoma, das relações sociais entre os indivíduos, desempenha uma função crucial dentro da exposição da crítica da economia política. Já nos *Grundrisse*, Marx (2011, p. 115), afirmava, contra aqueles que compreendiam o dinheiro como um mero facilitador da troca, que o mesmo apresenta-se como uma forma social intrinsecamente vinculada à produção capitalista de mercadorias, sendo responsável por mediatizar as relações sociais entre produtores formalmente autônomos. Assim: “A objetivação [*Vergegenständlichung*] do caráter universal, social do trabalho (e, por conseguinte, do tempo de trabalho contido no valor de troca) faz justamente de seu produto um valor de troca; confere à mercadoria a propriedade do dinheiro, que, entretanto, implica por sua vez um sujeito-dinheiro autônomo existente fora dela. (...) O dinheiro é o tempo de trabalho como objeto universal [*allgemeine Gegenstand*], ou a objetivação do tempo de trabalho universal, o tempo de trabalho como *mercadoria universal*.”

método de pesquisa e método de exposição,³⁴ com o auxílio da qual ele circunscreve o campo de aplicação da dialética ao momento específico da *exposição*, o filósofo alemão declara:

“Meu método dialético, em sua base [*Grundlage*], não é apenas diferente do método hegeliano, mas a sua contraparte direta [*ihr direktes Gegenteil*]. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de Ideia, chega mesmo a transformar num sujeito autônomo, é o demiurgo do processo efetivo [*Demiurg des Wirklichen*], o qual constitui apenas a manifestação externa do primeiro. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem.” (Marx, 2013, p. 90 - tradução adaptada)

À primeira vista, Marx parece estar argumentando que existe um afastamento intransponível entre o seu tratamento dialético da economia política e do modo de produção capitalista e a filosofia de Hegel. Tudo se passa, portanto, como se a dialética marxiana consistisse numa negação absoluta do método hegeliano. Qual é, na perspectiva de Marx, a origem de tal oposição entre o seu método e o de Hegel? Para o autor, essa diferença explica-se pelo fato de Hegel, como um bom idealista, reduzir a realidade e os seus processos concretos à ação da Ideia, que exerce um papel análogo ao do demiurgo platônico, imprimindo sobre o mundo material uma ordem que se mostra conforme à razão.³⁵ Desta maneira, Marx considera que a dialética, em sua formulação hegeliana, possui uma tendência a produzir mistificações da realidade, na medida em que retrata os processos nela acontecidos não com base em sua dinâmica própria de desenvolvimento, mas como instâncias do Conceito.³⁶ Esta caracterização do caráter mistificador da dialética de Hegel funda-se numa crítica de proveniência feuerbachiana à inversão entre sujeito e objeto, ao *quid pro quo* entre o lógico-especulativo e o material. Uma enunciação particularmente clara deste procedimento crítico, e da natureza das “mistificações” apontadas por Marx na dialética de Hegel, pode ser encontrada em sua crítica de juventude à filosofia do direito hegeliana:

³⁴ Ao nosso ver, essa distinção, esboçada em 1872, pode ser equiparada a uma característica central do modelo metodológico exposto por Marx na *Introdução* de 1857. Desenvolveremos esse ponto – que sugere a existência de uma continuidade metodológica significativa ao longo do desenvolvimento da crítica da economia política – mais a fundo na sequência.

³⁵ Convém frisar que o demiurgo de Platão não apresenta-se, tal como o Deus cristão, como o criador do mundo material. Ele é antes uma entidade que remodela a matéria pré-existente de modo a conferir-lhe uma forma adequada às ideias racionais. Ao estabelecer uma analogia entre o demiurgo e a Ideia hegeliana, Marx não está afirmando, portanto, que Hegel reduz a matéria à Ideia num sentido ontológico estrito, mas que ele julga a ordem dos processos materiais como se esta correspondesse precisamente à ordem da Ideia; isto é, como se a realidade, sobretudo político-social, fosse imediatamente racional. Sobre isso, conferir Arndt, 2020.

³⁶ “A realidade empírica é, portanto, tomada tal como é; ela é, também, enunciada como racional; porém, ela não é racional devido à sua própria razão, mas sim porque o fato empírico, em sua existência empírica, possui um outro significado diferente dele mesmo. O fato, saído da existência empírica, não é apreendido como tal, mas como resultado místico. O real torna-se fenômeno; porém a Ideia não tem outro conteúdo a não ser esse fenômeno.” (Marx, 2005, p.37)

“Esta inversão do subjetivo no objetivo e do objetivo no subjetivo (...) tem necessariamente como resultado que uma *existência empírica* é tomada de maneira *acrítica* como a verdade real da Ideia; pois não trata de trazer a existência empírica à sua verdade mas, antes, de trazer a verdade a uma existência empírica, de tal modo que aquilo que se encontra mais próximo é desenvolvimento como um momento *real* da Ideia.” (Marx, 2005, p.65)

É nisso, portanto, que consiste o *idealismo* que Marx acusa ser constitutivo do método hegeliano: a ordem de desenvolvimento dos processos materiais acaba sendo julgada não em seus próprios termos, mas de maneira distorcida, como se fosse o resultado do auto-desenvolvimento do Conceito. Como já afirmara o jovem Marx a respeito do pensamento de Hegel, nele: “O momento filosófico não é a lógica da coisa, mas a coisa da lógica” (Marx, 2005, p.45) Na dialética autoproclamada *materialista*, pelo contrário, a situação deve se afigurar outra; nela, “o ideal não é mais do que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem.” (Marx, 2013b, p.90)

No parágrafo subsequente do Posfácio, Marx apresenta uma célebre colocação sobre o modo como o seu método dialético está relacionado com o de Hegel, segundo a qual a contraposição entre dialética idealista e dialética materialista deve ser compreendida precisamente a partir da alegoria de uma inversão.³⁷ Para Marx (2013b, p.91):

“A mistificação que a dialética sofre nas mãos de Hegel não impede em absoluto que ele tenha sido o primeiro a expor, de modo amplo e consciente, suas formas gerais de movimento. Nele, ela se encontra de cabeça para baixo. É preciso desvirá-la [*Man muss sie umstülpen*], a fim de descobrir o cerne racional [*rationellen Kern*] dentro do invólucro místico.”

Como bem registrado por Marcos Müller (1982), é necessário tomar muito cuidado ao se traduzir o termo alemão “*umstülpen*”, empregado aqui por Marx para caracterizar o procedimento que permite extrair o “núcleo racional” da dialética idealista, de maneira a transformá-la em um método de exposição materialista. Esse termo pode ter o seu sentido apreendido de duas formas distintas, podendo tanto remeter a um processo de “inversão” – i.e, de meramente colocar em pé o que encontrado-se virado para baixo –, quanto designar a ideia mais complexa de “virar algo ao avesso”. Müller manifesta uma clara preferência por

³⁷ Numa carta a Kugelmann de março de 1868, Marx outra vez distingue o seu método de exposição dialético do de Hegel a partir da contraposição entre um “idealismo místico” e o seu método de exposição “materialista”. Referindo-se a Eugen Dühring, Marx afirma: “Ele sabe perfeitamente bem que o meu método de exposição *não* é o hegeliano, pois sou materialista, e Hegel, idealista. A dialética de Hegel é a forma básica de toda a dialética, mas somente após ser destituída de sua forma mística, e é precisamente isso que distingue o *meu* método.” (Marx, 2010d, p. 544) Não obstante a acusação de misticismo, é notável a reverência aqui prestada novamente por Marx à filosofia hegeliana; “a dialética de Hegel é a forma básica de toda dialética”.

este último sentido, dado que a metáfora da inversão pode sugerir que as dificuldades de uma adaptação materialista do método especulativo seriam triviais, como se bastasse apenas inverter a relação entre matéria e ideia para se chegar a uma solução. Compreender o “*umstülpen*” como uma virada ao avesso da dialética de Hegel também traz a vantagem, argumenta o filósofo brasileiro, de salientar o fato de a teoria de Marx situar a contradição no núcleo do modo de produção capitalista, revelando assim que “a sua resolução especulativa na unidade do conceito é que representa o lado aparente, mistificador, de uma realidade contraditória.”³⁸ (Müller, 1982, p.6)

Essas passagens do Posfácio que examinamos rapidamente acima desempenharam um papel de protagonismo no debate sobre o método dialético de Marx, o qual esteve concentrado, em grande parte, sobre a questão do fundamento que está implicado na transformação do método especulativo hegeliano em um método de exposição materialista. Constatamos que essa oposição entre materialismo e idealismo é o que estabelece, segundo a autocompreensão do próprio Marx, a diferença crucial entre a sua dialética e a de Hegel. Como entretanto, devemos julgar a posição desenvolvida por Marx nestes trechos? O retrato que ele propõe a respeito do pensamento de Hegel se sustenta diante das novas pesquisas? De que modo se pode entender a crítica ao idealismo da dialética hegeliana dentro da trajetória intelectual de Marx – sobretudo à luz da revisão metodológica empreendida quando do início do projeto maduro de crítica da economia política?

Estamos lidando no Posfácio com uma apreciação do método de Hegel que remonta ao envolvimento do jovem Marx com a filosofia hegeliana na *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, de 1843.³⁹ Essa continuidade é explicitamente admitida pelo autor: “Critiquei o lado mistificador da dialética hegeliana há quase trinta anos, quando ela ainda estava na moda.” (2013, p.91). Ela pode ser depreendida, ademais, do emprego constante de expedientes conceituais próprios ao paradigma marxiano de juventude, como a crítica da inversão sujeito-objeto e a denúncia da mistificação da empiria pela especulação. Assim, embora a crítica da economia política de Marx caracterize-se metateoricamente por um emprego do método de Hegel que seria impensável do ponto de vista da crítica marxiana de juventude, se servindo da dialética com vistas a articular a estrutura de sua exposição crítica

³⁸ “Virando ao avesso a realidade invertida, alienada pelo capital, ‘enquanto figura objetiva consumada da propriedade privada’, a contradição, que estava do lado de fora, transforma-se no seu verdadeiro interior, na pérola racional desta realidade, e o que estava por dentro, a unidade resolutiva e integradora das contradições, revela-se como o seu exterior aparente, o seu envoltório não só místico, mas mistificador.” (Müller, 1982, p.6)

³⁹ Conforme argumenta Andreas Arndt (2020, p.31): “Falando estritamente, a crítica de Marx a Hegel, também em *O Capital*, é um resquício do período anterior à sua ruptura com o movimento dos jovens hegelianos na *Ideologia Alemã* de 1845.”

do modo de produção capitalista, Marx não parece ter tomado consciência das potenciais implicações que tal mudança metodológica traz para a sua antiga leitura da filosofia de Hegel. Como veremos na sequência, apesar de Marx avançar na *Introdução* de 1857 um modelo metodológico que exhibe enormes similaridades com a concepção hegeliana do *Darstellung* da ciência, ele repete também em tal texto a acusação de que Hegel confunde a ordem material com a ordem da Ideia: “Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado pensamento que sintetiza-se em si, aprofunda em si e movimenta-se a partir de si mesmo”. (Marx, 2011, p.55) Em vista disso, o juízo emitido por Andreas Arndt (2020, p.38) a respeito da existência de uma certa defasagem na autocompreensão marxiana de maturidade do método aparenta ser preciso:

“Na sua ruptura entre ele e seus companheiros jovens hegelianos anteriores, Marx passou programaticamente da filosofia para as ciências empíricas, mas quando ele voltou a Hegel no desenvolvimento de sua Crítica da Economia Política, Marx não pensou acerca da necessidade de uma nova reflexão filosófica acerca de sua utilização do método dialético.”

Agora, como devemos julgar a crítica de Marx ao idealismo da dialética hegeliana – a qual, como se pôde perceber, permanece uma constante em meio à evolução do pensamento marxiano? Em conformidade com o panorama desenhado na primeira seção do capítulo, o debate acerca da validade da diferenciação estabelecida por Marx entre dialética idealista e materialista é marcado por uma divisão entre os que questionam a compreensão marxiana do método de Hegel e os que identificam na apropriação materialista da dialética a chave para o correto entendimento da crítica da economia política.

Ao comentar a crítica marxiana à representação hegeliana da realidade empírica como resultado da auto-produção do Conceito, Andreas Arndt (2016, p.36 - 37) observa que: “Marx (...) identifica o método hegeliano com o método absoluto, no qual o Conceito refere-se apenas a ele mesmo, e pressupõe, ao mesmo tempo, que Hegel teria pretendido aplicar esse método diretamente à realidade.” Todavia, “o que Marx compreende como uma consequência do fato de que o seu método é o exato oposto do método hegeliano, revela-se, sob um olhar mais detido, como uma adequação à determinação do Conceito de Hegel na realidade finita.” Nesta medida, Arndt argumenta, como já expusemos brevemente na seção anterior do capítulo, que a crítica de Marx ao caráter místico da dialética hegeliana, que levaria Hegel a inverter a relação entre pensamento e matéria, baseia-se num mal-entendido sobre o estatuto

particular do desenvolvimento autorreferencial do Conceito na *Ciência da Lógica*.⁴⁰ Isso porque a transposição do método especulativo à dimensão do espírito objetivo exige, do ponto de vista da filosofia de Hegel, que tal método seja submetido a uma série de ajustes que possam torná-lo adequado ao tratamento da matéria particular a que o mesmo pretende ser aplicado, entre as quais, inclusive, está a diferenciação, preconizada por Marx como um traço constitutivo da dialética materialista, entre o desenvolvimento concreto do objeto e a ordem através da qual o mesmo pode ser apreendido pela razão. Para o autor, isso significa que não existem diferenças metodológicas substanciais – excetuando aquelas decorrentes da distinta natureza dos objetos investigados – entre o método empregado por Hegel na *Filosofia do Direito* e o método “materialista” de Marx.

Não obstante Arndt afirme haver uma identidade entre Hegel e Marx em matéria de método, o intérprete alemão considera que Hegel pode ser plausivelmente acusado de não ter aproveitado todas as potencialidades críticas de tal método em sua teoria do espírito objetivo.⁴¹ Em outras palavras, reconhecer o caráter sofisticado do método hegeliano (subestimado pela leitura de Marx) não implica concordar com o emprego particular que Hegel faz do mesmo em sua reconstrução categorial da realidade político-social moderna.

Roberto Fineschi (2006) mantém uma posição em larga medida congruente com a de Arndt. Assim como o intérprete alemão, Fineschi detecta uma mudança decisiva de método na passagem do projeto marxiano de juventude ao de maturidade, a qual resume-se a uma reapropriação da dialética enquanto método de exposição do capitalismo que procede do abstrato ao concreto. Ademais, ele também reconhece que o tom geral da leitura marxiana da filosofia de Hegel deriva da crítica dos hegelianos de esquerda, e permanece o mesmo o longo de sua obra. Seu diagnóstico é, assim, de que há uma tensão entre a recuperação da dialética como método de exposição pelo Marx da crítica da economia política e a crítica, de

⁴⁰ Dieter Henrich (2003) concorda com a avaliação negativa da crítica do jovem Marx a Hegel. Para Henrich, o modelo de crítica a que Marx submete a *Filosofia do Direito* hegeliana em sua obra de 1843 estaria baseado na formulação menos sofisticada da filosofia de Hegel da *Fenomenologia do Espírito* – e não naquela da *Lógica*. Consequentemente, tal crítica compreenderia mal a conceitualização do nexa entre sociedade civil e Estado proposta por Hegel em sua teoria do espírito objetivo. Henrich argumenta, ademais, em favor da superioridade do emprego que Marx faz do pensamento hegeliano na crítica da economia política, em comparação com o da obra de juventude: “O aparato conceitual dos escritos tardios de Marx é muito mais rico do que aquele que encontramos na crítica de juventude da *Filosofia do Direito*. Ao mesmo tempo, entretanto, sua obra tardia está muito mais distante do estudo detalhado e da crítica da filosofia de Hegel; logo, o modo como as estruturas e os argumentos hegelianos operam no *Capital* de Marx permanece virtualmente desconhecido.” (Henrich, 2003, p.329)

⁴¹ “Em momentos decisivos das *Linhas Fundamentais da Filosofia do Direito* e até mesmo em parte de suas preleções sobre a filosofia do direito, Hegel reduz a função crítica do seu método, e permanece ambíguo em relação às possibilidades e necessidades de uma crítica do estado atual de coisas e da institucionalização dos conflitos políticos e sociais.” (Arndt, 2016, p. 24)

natureza essencialmente feuerbachiana, que ele continua a dirigir a Hegel mesmo após tal ruptura metodológica:

“Vimos como o Marx maduro reavalia a descida do abstrato ao concreto, passando mesmo a considerá-la como o único método efetivamente científico; ele se distancia assim decisivamente da ‘solução’ feuerbachiana da inversão. Por outro lado, porém, ele continua a falar de Hegel exatamente nos termos de Feuerbach. Para Marx, Hegel continua a ser uma espécie de místico ‘emanacionista’(...) À luz do que se viu na breve reconstrução do pensamento hegeliano em relação a estes pontos, pode-se argumentar que a crítica marxiana tem pouco fundamento, pois Hegel expõe a forma como o pensamento apropria-se do concreto na forma de pensamento em termos paradoxalmente idênticos aos de Marx.” (Fineschi, 2006, p. 74)

Se Fineschi e Arndt encaram como suspeição a crítica de Marx ao idealismo da dialética hegeliana, e conseqüentemente a própria ideia de uma transformação materialista da dialética, Marcos Müller (1982, p.7) representa uma corrente oposta do debate, que demonstra maior apreço por o que seria a extração marxiana do seu núcleo racional. Ele sustenta que a incorporação da dialética como “instrumento de caracterização do capital enquanto autovalorização implica, portanto, na revogação apenas parcial da crítica a Hegel”. Para Müller, a despeito da existência inquestionável de uma segunda leitura de Hegel pelo Marx maduro, a crítica às mistificações do método hegeliano, formulada de modo praticamente análogo à “crítica ‘aristotélica do jovem Marx à subjetividade da ideia hegeliana”, continuaria possuindo uma importância central ao método marxiano maduro. Essa crítica passaria a ter como alvo a predisposição da dialética hegeliana a identificar o concreto imediato como racional, bem como a promover a “resolução das contradições numa unidade essencial, que se torna para Marx aparente, ideológica.” (ibid, p.6) Do mesmo modo, ele sustenta que o caráter materialista da dialética marxiana é assegurado pela circunstância de que Marx se propõe a efetuar uma exposição imanente do objeto cujo fundamento não consiste no auto-desenvolvimento do Conceito, mas em um *processo de pesquisa* prévio que elucida de antemão as mediações conceituais da coisa. Müller, portanto, confere grande importância à distinção do Posfácio entre método de pesquisa e método de investigação, a que antes aludimos.

Em suma: os autores cujas interpretações descrevemos acima – as quais podem ser tomadas como representativas das duas principais facções do debate – concordam, no geral, em relação à existência de uma continuidade entre as críticas marxianas de juventude e de maturidade ao idealismo de Hegel, bem como no que toca ao emprego da dialética como método de exposição na crítica da economia política; entretanto, eles avaliam de forma radicalmente distinta o valor de tal crítica.

Qual é a nossa perspectiva diante desse impasse? Por certo, assumir uma posição definitiva a respeito de um problema tão complexo e contencioso quanto a relação entre os métodos de Marx e Hegel exigiria que fosse realizada uma investigação da filosofia hegeliana muito mais extensa do que se pode acomodar dentro dos limites deste trabalho. Pois não é apenas o significado do método marxiano que se encontra em disputa, mas também a compreensão de características centrais do pensamento de Hegel: se as abordagens revisionistas obtiveram sucesso em demonstrar a profundidade do engajamento de Hegel com a filosofia crítica kantiana e em afastar a imagem do sistema hegeliano como uma empreitada metafísica grosseira, resta ainda dúvidas, mesmo entre os seus mais caridosos leitores, em relação à capacidade do método especulativo de superar a dicotomia sujeito-objeto e fornecer uma explicação desprovida de pressuposições a respeito das faculdades conceituais em operação em toda experiência.⁴²

Dito isso, a nossa análise das declarações de Marx no Posfácio esclareceu uma série de aspectos abarcados pelo problema, permitindo-nos retirar algumas conclusões bastante seguras no que toca, especialmente, à perspectiva do próprio Marx e (da tradição marxista) acerca de sua apropriação do método dialético. Em primeiro lugar, foi possível reparar que, embora um dos propósitos de tal texto seja caracterizar a especificidade do método empregado na crítica da economia política, essa tarefa é realizada em termos majoritariamente negativos, através de uma contraposição com a dialética hegeliana. Todavia, essa contraposição é pouco elucidada para além de uma alusão superficial à diferença entre idealismo e materialismo. Ou seja, se Marx menciona a necessidade de se extrair o núcleo racional da dialética do invólucro místico que o envolve em sua formulação hegeliana, as particularidades de tal procedimento permanecem inteiramente indeterminadas. Podemos, portanto, responder de forma negativa à pergunta que colocamos no início desta seção: o

⁴² Por exemplo, Robert Pippin (1989, p.260), um dos mais enfáticos proponentes da interpretação não-metafísica e pós-kantiana do idealismo de Hegel, admite que as ambições sistemáticas da *Ciência da Lógica* (e, de certa maneira, do projeto hegeliano) podem exceder o que o filósofo alemão foi capaz de efetivamente demonstrar em sua exposição: “Para Hegel, uma tal unidade [de *todas* as dimensões teóricas e práticas da vida humana – acréscimo nosso] poderia ser apreendida se se pudesse demonstrar, como ele acreditou ter feito, que tais atividades humanas fundamentais são essencialmente cognitivas e que todas essas tentativas de conhecimento encontram-se, numa certa dimensão, fundadas na tentativa de auto-conhecimento da Subjetividade Absoluta. Mas Hegel também aparenta ter pensado, em muito de sua obra, em particular em seu trabalho tardio, que ele poderia demonstrar essa tese apenas se ele fosse capaz de provar que isso [i.e, a “consciência-de-si” do Absoluto - acréscimo nosso] constitui *integralmente* tais tentativas, ou seja, que a sua teoria não poderia encontrar sucesso a não ser que uma tal totalidade concreta, sistemática e abrangente pudesse ser defendida.” Apesar disso, Pippin considera que a filosofia hegeliana pode ser interpretada, talvez contra as intenções de Hegel, em termos menos demandantes.

Posfácio, ao nosso ver, *não* oferece evidências de grande valia à reconstrução do método da crítica da economia política, de sorte que a sua importância foi historicamente superestimada. A exceção a tal veredito é dada pela afirmação de Marx sobre o vínculo entre o método expositivo dialético e a crítica. Mas mesmo esse ponto recebe uma caracterização pouco clara no texto.

Em segundo lugar, o exame cuidadoso da leitura da dialética hegeliana proposta por Marx neste texto demonstrou que ela é formulada com base no mesmo modelo teórico da crítica do jovem Marx à filosofia de Hegel. Esse ponto mostra-se potencialmente problemático, haja vista a existência de um descompasso significativo entre a prática filosófica do jovem Marx e a orientação metodológica do projeto de crítica da economia política de maturidade.⁴³ Nesse sentido, a hipótese de Fineschi e de Arndt, segundo a qual a avaliação da filosofia de Hegel avançada pelo Marx maduro apresenta-se como uma herança do período jovem que não teria sido revisada à luz de novos parâmetros teóricos, nos parece acertada.

O que pensar, afinal, da relação entre os métodos de Marx e de Hegel? Não esquecendo das ressalvas apontadas acima, julgamos que existe uma proximidade muito maior entre o método materialista de exposição de Marx e o método especulativo de Hegel do que o primeiro reconhece. Marx não pôde vislumbrar essa proximidade devido às limitações de sua própria leitura da filosofia hegeliana, que se assenta sobre uma representação tradicional da mesma. É essa leitura que enseja a famosa crítica de Marx ao caráter idealista e mistificador da dialética em sua concepção hegeliana, a qual deve ser “invertida” ou “virada ao avesso” a fim de ser transformada num método “materialista”. O que a crítica de Marx, segundo a qual Hegel teria confundido a ordem efetiva das coisas com a ordem racional do Conceito, ignora é que o emprego hegeliano do método especulativo na *Filosofia do Direito* observa precisamente aqueles critérios que ele delineia como característicos da dialética em sua forma materialista. Nesta medida, Hegel distingue de maneira inequívoca entre o modo como os processos desdobram-se na realidade empírica ou histórica e a ordem segundo a qual

⁴³ Além de colocar em evidência o afastamento entre as perspectivas teóricas do jovem Marx e do Marx de maturidade, Ruy Fausto (1983, p.243) identifica, com precisão, que a crítica do jovem Marx à filosofia de Hegel ataca o método especulativo ou dialético como *necessariamente* mistificador. Sua crítica não se restringe, portanto, a um emprego esquemático do mesmo. Assim: “Vemos que Marx critica Hegel [na obra de 1843 – acréscimo nosso] porque este supõe a existência de um sujeito autônomo de que os indivíduos são portadores. O que, guardadas outras diferenças, ele mesmo suporia mais tarde, ao escrever *O Capital*. Analisada mais de perto, a *Crítica do Direito do Estado de Hegel* aparece assim não (ou não só) como a crítica do formalismo dialético, mas como a crítica da própria dialética. Crítica do pensamento que estabelece a posição de abstrações reais que se tomam autônomas.” (Fausto, 1987, p.243)

os mesmos são conceitualmente apreendidos. Ademais, ele caracteriza o método de exposição empregado na *Filosofia do Direito* em termos marcadamente similares à “ascensão do abstrato ao concreto” tida por Marx como o método correto para se investigar um fenômeno complexo. Como Hegel coloca numa reveladora passagem do Adendo ao §32 da *Filosofia do Direito*:

“Nas ciências empíricas analisa-se habitualmente o que é encontrado na representação, e, quando se reconduziu o singular ao que é comum, chama-se isso, a seguir, de conceito. Nós não procedemos assim, pois queremos somente olhar para o modo como o conceito se determina a si mesmo, e forçamo-nos a não adicionar nada do que é nosso opinar e nosso pensar. Mas o que obtemos dessa maneira é uma série de pensamentos e outra série de figuras sendo-aí, com as quais pode suceder que a ordem do tempo no fenômeno efetivo é em parte outra que a ordem do conceito. Portanto, poder-se-ia levantar aqui a questão de saber por que não começamos com o mais elevado, isto é, com o concretamente verdadeiro. A resposta é que, precisamente porque queremos ver o verdadeiro na forma de um resultado, é essencial para isso conceber primeiro o próprio conceito abstrato. O que é efetivo, a figura do conceito, é para nós, por conseguinte, somente o que segue e o que é ulterior, ainda que na efetividade fosse o primeiro. Nossa progressão consiste em que as formas abstratas se demonstrem não enquanto autônomas, porém enquanto não verdadeiras.” (Hegel, 2022, p.220)

Se, por um lado, ressaltamos a existência de uma parcialidade na leitura marxiana da filosofia de Hegel, que impede Marx de perceber a sofisticação metodológica do tratamento hegeliano de questões políticas e sociais e a grande similaridade do método hegeliano de exposição para com seu próprio método “materialista”, pelo outro, não queremos subestimar as diferenças fundamentais que separam a crítica da economia política marxiana e a teoria de Hegel do espírito objetivo, tanto em relação à sua estrutura expositiva quanto no que tange aos diagnósticos apresentados em tais obras.

O nosso ponto central é: a origem de tais diferenças deve ser procuradas menos ao nível do método de exposição do que na compreensão particular que esses autores possuem da natureza da moderna sociedade capitalista. Sendo assim, é apenas natural que tal discordância tenha como consequência que o *emprego particular* que esses autores fazem do método dialético de exposição produza resultados incomensuráveis. Afinal, se um postulado elementar da exposição dialética é que o método deve reproduzir de forma imanente as articulações internas do objeto, então se mostra pouco surpreendente que concepções distintas do objeto levem, forçosamente, a reconstruções conceituais diferentes do mesmo. Desta maneira, o que singulariza o uso marxiano do método dialético é a demonstração de que a estrutura contraditória das relações sociais no modo de produção capitalista se expressa através de um sistema de formas sociais objetivas que tendem a ser apreendidas de modo

imediatos pelos participantes. É, portanto, a própria realidade do capitalismo – as dinâmicas essenciais da produção universal de mercadorias para a troca – que imprime *necessariamente* sobre os fenômenos sociais um caráter fetichista ou ilusório. Ora, este é um emprego do método de exposição que destoa radicalmente, em sua orientação crítica, da reconstrução hegeliana da sociedade civil-burguesa e do Estado a partir do princípio do desenvolvimento conceitual e institucional de uma ideia do direito que tem como seu conteúdo a liberdade.⁴⁴ Enquanto Hegel funda o seu diagnóstico na expectativa de que a mediação dos conflitos sociais pelas organizações da corporação e da *Polizei* e pela instância político-estatal possa ensejar a consolidação de relações de reconhecimento recíproco entre os indivíduos, Marx (2013, p.156) argumenta que a emancipação aparece como impossível no âmbito da sujeição da ação humana à lei do valor e aos imperativos supraindividuais da acumulação de capital, ou seja, numa “formação social em que o processo de produção domina os homens, e não os homens o processo de produção.” Em outras palavras, para Marx, não pode haver qualquer reconciliação legítima enquanto as relações entre os sujeitos apresentam-se como um sistema de formas socioeconômicas objetivas. Hegel, por sua vez, considera que uma espécie de aperfeiçoamento moral proporcionado pelo reconhecimento recíproco, amparado pelo papel das instâncias mediadoras antes citadas, pode, de fato, fazer surgir arranjos sociais livres, sem que seja necessária a abolição do sistema de carecimentos

1.2.2. *Introdução de 1857: dialética, exposição e imanência*

Deixemos em segundo plano, a partir de agora, tudo o que concerne à relação entre as dialéticas de Marx e de Hegel.

Se o Posfácio, como vimos, não fornece os recursos teóricos necessários para se caracterizar de forma positiva o método de exposição empregado por Marx na crítica da economia política, o mesmo não pode ser afirmado sobre o texto que, no começo da seção, designamos como a principal fonte de nossa interpretação da metodologia marxiana de maturidade, a saber, a *Introdução* de 1857. Esta consiste num pequeno tratado de pouco mais de vinte páginas redigido entre agosto e setembro de 1857, cerca de um mês antes de Marx embarcar em definitivo na escrita da primeira formulação da crítica da economia política – os *Grundrisse*.⁴⁵

⁴⁴ “A ideia do direito é a liberdade, e para ser verdadeiramente apreendida, ela tem de ser conhecida no seu conceito e no ser-aí do conceito.” (Hegel, 2022, p.152)

⁴⁵ Em seu estudo sobre a formação do projeto marxiano de crítica da economia política à época dos *Grundrisse*, Enrique Dussel (1996, p.25) defende que Marx “começa na última semana de agosto de 1857 o *Caderno M*, que

Como indicado pelo título estampado na capa do Caderno M, esse texto foi concebido por Marx com o propósito de servir como introdução ao projeto da crítica da economia em sua integralidade – e não apenas à parte relativamente pequena do seu plano estrutural que o filósofo alemão logrou realizar nos *Grundrisse*. Isso pode ser aduzido da justificativa dada por Marx, no prefácio de *Contribuição para a Crítica da Economia Política*, para a malfadada decisão, aparentemente baseada em critérios de natureza apenas formal, de não fazer acompanhar a sua obra de qualquer preâmbulo metodológico:

“Suprimo uma introdução geral que esbocei porque, depois de refletir bem a respeito, me pareceu que antecipar resultados que estão para ser demonstrados poderia ser desconcertante e o leitor que se dispuser a me seguir terá que se decidir a se elevar do particular ao geral (*von dem Einzelnen zum Allgemeinen aufzusteigen*). (Marx, 2008, p. 45 – 46)

A *Introdução* é seguramente a mais extensa, detalhada e sistemática reflexão de Marx sobre o método empregado na crítica da economia política. Tendo sido provavelmente escrita com vistas a clarificar ao autor o modo como deveria ser estruturada a exposição da “moderna sociedade civil-burguesa” (Marx, 2011, p. 60) que ele planejava levar a cabo nos *Grundrisse*, ela propicia um olhar privilegiado sobre a autocompreensão metodológica do filósofo alemão. Não se deve perder de vista, entretanto, que trata-se de um texto inacabado e que nunca sequer foi cogitado para ser publicado. Além dos inúmeros pontos que são levantados por Marx sem que ele lhes confira arremate algum, nada atesta melhor esse caráter incompleto da *Introdução* do que a circunstância de que o autor, muito literalmente, abandonou a sua escrita na metade do caminho. Concordamos, portanto, com Enrique Dussel (1996, p.54) quando este afirma que “as reflexões de Marx sobre o método no *Caderno M* não são um tratado de metodologia, são ao invés disso reflexões ‘ao correr da caneta’. Existem muitas suposições, muitos aspectos inexplicados.”

Tais limitações deram origem a uma controvérsia na literatura a respeito do estatuto que deve ser atribuído à *Introdução* no contexto da crítica da economia política. A controvérsia gira em torno da continuidade entre as deliberações metodológicas apresentadas por Marx neste texto e a metodologia que ele efetivamente empregou na formulação dos *Grundrisse* e do *Capital*. Há desde autores que postulam a existência de um continuidade completa até outros que sustentam a tese segundo a qual o modelo da *Introdução* teria sido

é pensado como a ‘Introdução’ aos *Grundrisse*.” Para o pesquisador latino-americano, a escrita do que veio propriamente a ser conhecido como *Grundrisse* teve lugar entre outubro do mesmo ano e julho de 1858.

descartado quando da tentativa de pô-lo em prática nos *Grundrisse*.⁴⁶ Não cabe aqui reconstruir os fundamentos sobre os quais estão assentadas essas posições. A perspectiva que defendemos exhibe um tom mais equilibrado, que pende, todavia, para o lado da afirmação da continuidade: quer dizer, julgamos que este texto traz importantíssimos apontamentos sobre as particularidades do método da crítica da economia política, a despeito do seu caráter fragmentário e de certas transformações que tiveram lugar no procedimento expositivo marxiano após a sua escrita. Nesta medida, a *Introdução* proporciona material fecundo para se compreender a metodologia do *Capital*. Pretendemos que a reconstrução realizada a seguir justifique tal posicionamento.

O texto da *Introdução* divide-se em quatro seções, em que são sucessivamente abordadas por Marx as seguintes temáticas: (1) o caráter social e historicamente determinado de todo processo de produção, que contrasta com as “robinsonadas” então predominantes entre os economistas burgueses e os filósofos políticos, ensejando uma crítica poderosa ao ahistoricismo e ao individualismo metodológico que definem o paradigma teórico da maior parte dos seus antecessores;⁴⁷ (2) o condicionamento recíproco entre os processos de produção, circulação e consumo de mercadorias, (3) o método da economia política e (4) reflexões assistemáticas ou fragmentárias sobre a historicidade das relações de produção e

⁴⁶ Curiosamente, um dos mais entusiasmados defensores do potencial crítico da *Introdução* – a despeito dos evidentes ecos hegelianos do procedimento da “ascensão do abstrato ao concreto” – é Louis Althusser (2015, p.148). Para o marxista francês, essa obra deveria ser tomada como o pilar do esforço de reconstrução da dialética materialista: “Eu disse que Marx não nos deu uma ‘Dialética’. Não é totalmente exato. Eles deu-nos um texto de metodologia de primeira ordem, infelizmente inacabado: a *Introdução à crítica da economia política*, de 1859 [Althusser equivocou-se aqui quanto à datação do texto - acréscimo nosso]. Esse texto não cita a palavra inversão, mas fala de sua realidade: das condições de validade do emprego científico dos conceitos da economia política. Basta refletir sobre esse emprego para daí tirar os elementos fundamentais de uma Dialética, visto que esse emprego nada mais é do que a Dialética em estado prático.” Em seu comentário aos *Grundrisse*, Antonio Negri (1992, p.41) também defende haver uma congruência muito forte entre a *Introdução* e a primeira implementação da crítica da economia política: “*Ler a Introdução e os Grundrisse ao mesmo tempo nos permite compreender melhor cada um desses textos*. Que existe uma continuidade entre eles é demonstrado pela recorrência, a reaparição em ambos, do mesmo plano de trabalho, quaisquer que sejam as suas modificações. O que está sendo proposto aqui é que tal continuidade não apresenta-se como uma continuidade temporal simples, mas que ela toca o próprio coração do problema.” (Negri, 1992, p. 41)

⁴⁷ É uma pena que não disponhamos aqui do espaço para refletir melhor sobre o conteúdo da primeira seção da *Introdução*. Encontramos já em seu primeiro parágrafo a apresentação de um *critério metodológico de historicidade*, que é alçado por Marx à condição de princípio estruturante dos seus estudos sobre o modo de produção capitalista e sobre formações sociais pregressas. Em sua visão, tal critério não é respeitado pelos economistas clássicos ou pelos teóricos filiados à tradição contratualista do direito natural (com a meritória exceção de James Steuart). Essa tese culmina com uma crítica imane a ao individualismo metodológico que mereceria maior atenção dos estudiosos marxistas. Para Marx (2011, p.40): “Somente no século XVIII, com a ‘sociedade civil-burguesa’, as diversas formas de conexão social confrontam o indivíduo como simples meio para seus fins privados, como necessidade exterior. Mas a época que produz esse ponto de vista, o ponto de vista do indivíduo isolado, é justamente a época das relações sociais (universais desde esse ponto de vista) mais desenvolvidas até o presente. (...) A produção do singular isolado fora da sociedade – um caso excepcional que decerto pode muito bem ocorrer a um civilizado, já na selva – é tão absurda quanto o desenvolvimento da linguagem sem indivíduos vivendo *juntos* e falando uns com os outros.”

sobre o nexos entre o desenvolvimento histórico e social e a arte. Embora cada uma destas seções contenha apontamentos de grande relevância à interpretação da obra de Marx, a discussão sobre a *Introdução* na literatura secundária se concentrou sobretudo em sua terceira parte, na qual o filósofo alemão reflete de forma mais explícita sobre as características centrais do seu método de exposição. Em virtude dos propósitos do atual capítulo e da enorme importância assumida por este texto no interior da discussão sobre o método de Marx, trataremos de apresentar somente as teses avançadas pelo autor na terceira seção da *Introdução*, intitulada “O método da economia política”.⁴⁸

A metodologia que Marx (2011, p.54) julga ser apropriada à exposição da economia política é alternadamente caracterizada por ele como o “método de ascender do abstrato ao concreto” ou como a “reprodução do concreto por meio do pensamento”. Essas fórmulas são frequentemente repetidas na literatura a fim de salientar o que seria específico ao método do *Capital*, sem, entretanto, que se adentre mais a fundo nas particularidades envolvidas por tal procedimento. O que, afinal, Marx quer dizer com isso? Qual é a natureza da posição metodológica ou epistemológica que está sendo advogada pelo filósofo alemão?

À primeira vista, a apresentação que Marx faz deste modelo metodológico afigura-se um tanto confusa, porquanto os conceitos centrais de “concreto” e “abstrato” são empregados pelo autor de forma polissêmica, sem o devido cuidado de diferenciar entre os seus usos. Convém, portanto, efetuar um esclarecimento prévio: o conceito de “concreto” assume três sentidos distintos no texto, e o de “abstrato”, dois. O concreto designa (a) o “concreto real” – i.e, o objeto tal como ele existe na realidade concreta, à margem de qualquer operação cognitiva –, (b) um primeiro “concreto representado”, que consiste na apreensão inicial do concreto real pelo sujeito, em que o mesmo figura como uma “representação caótica do todo”, e (c) um “segundo concreto representado”, que é justamente a reprodução mental do concreto real a partir de um esforço de síntese. Por sua vez, o “abstrato” pode referir-se tanto, por um lado, (d) ao caráter conceitualmente indeterminado do concreto real tal qual

⁴⁸ Desde muito cedo a *Introdução* teve reconhecida a sua centralidade à compreensão da crítica da economia política. Sintomático disso é ela ter sido o único texto contido nos cadernos dos *Grundrisse* a ser publicado por Karl Kautsky, líder do Partido Social-Democrata Alemão (SPD) e então encarregado dos arquivos de Marx, nos anos iniciais do século XX, enquanto os *Grundrisse* somente foram trazidos à público pela Instituto Marx-Lenin da União Soviética muito depois, em 1939, sob os auspícios do seu diretor David Riazanov. Como relata Marcello Musto (2008, p.179 - 80) “Após a morte de Engels, uma grande parte dos textos originais de Marx foram depositados no arquivo do Partido Social-Democrata Alemão (SPD) em Berlim, onde eles foram tratados com a mais absoluta negligência. Conflitos políticos internos ao Partido impediram a publicação de numerosos materiais importantes que Marx deixara para trás; de fato, tais conflitos levaram à dispersão dos manuscritos, tornando impossível, por um longo tempo, que fosse produzida uma edição completa de suas obras. (...) A única parte [dos Cadernos de 1857-8 - acréscimo nosso] que veio à tona durante esse período foi a ‘Introdução’, que Karl Kautsky publicou em 1903, na *Die Neue Zeit*, junto de uma breve nota que a apresentava como um ‘formulação fragmentária’ datada de 23 de agosto de 1857.”

apreendido de imediato pelo sujeito, antes de o mesmo ser submetido a um esforço de reconstrução metódica, quanto, pelo outro, (e) às próprias categorias simples (os “conceitos abstratos”) que apresentam-se como o resultado da decomposição da primeira representação do concreto real. Ou seja, num dos casos o “abstrato” remete à representação conceitualmente indeterminada do todo, e no outro às representações possivelmente acuradas de aspectos unilaterais desse todo (as categorias simples).

Estabelecido esse ponto, é possível reconstituir o argumento de Marx sem o perigo de incorrer em confusões terminológicas facilmente evitáveis. Segundo Marx (2011), a história da economia política atesta a existência de duas concepções metodológicas opostas, que se diferenciam primariamente pela escolha do ponto de partida da exposição. Por um lado, existe a via “que tomou historicamente a economia em sua gênese”, que é instanciada pelo modo de proceder dos “economistas do século XVII”.⁴⁹ Essa via apresenta-se como a mais intuitiva do ponto de vista do senso comum, posto que propõe que o ponto de partida da exposição político-econômica seja dado pelo “real e pelo concreto, pelo pressuposto efetivo, e, portanto, no caso da economia,” deva-se começar “pela população, que é a base [Grundlage] e o sujeito [Subjekt] do ato social de produção.” (ibid, p.54) Em outras palavras, essa posição preconiza, num marco expressamente empirista, que a exposição parta do fenômeno social mais complexo (a população) da maneira como ele se encontra disponível à percepção imediata. Esse privilégio ao concreto e ao sujeito efetivo em detrimento de determinações mais abstratas evoca fortes reminiscências da perspectiva assumida pelo jovem Marx em seu embate com Hegel.⁵⁰

Contudo, a escolha de se começar a exposição pelo fenômeno social mais complexo esbarra, afirma Marx, num problema inviabilizador, na medida em que a primeira tentativa de representar teoricamente o objeto enquanto totalidade (no caso, a “população”), de transformá-lo, portanto, num concreto representado, não produz senão uma “representação

⁴⁹ Marx não menciona quem seriam tais economistas. Pode-se presumir que ele tem em mente os fisiocratas, William Petty e James Steuart.

⁵⁰ Para Marcos Müller (1982, p.7), o emprego do método de exposição dialético baseado num desenvolvimento categorial progressivo distingue, em termos metodológicas, a obra madura de Marx do seu paradigma teórico de juventude, uma vez que “a crítica dos Manuscritos se apoiava ainda no imediatismo de Feuerbach para afirmar, contra a subjetividade da ideia, o gênero humano como o sujeito último no sentido de um positivo que repousa sobre si mesmo.” É preciso se precaver, no entanto, contra uma identificação muito apressada entre a crítica filosófica de juventude de Marx e a filosofia antropológica de Feuerbach, à qual ele nunca subscreveu de forma completa. Conforme argumenta Ruy Fausto (1980, p. 8), “os *Manuscritos* representam mais uma antropologia negativa do que uma antropologia positiva – o que já é diferente. O fundamento antropológico nos Manuscritos é menos o homem do que o *homem alienado*. Isto não nos remete ao velho Marx, mas representa uma diferença importante em relação à filosofia feuerbachiana.” Feitas essas ressalvas, continua sendo verdadeiro que a concepção metodológica de uma “ascensão do abstrato” ao concreto é absolutamente estranha ao pensamento do jovem Marx e incompatível com os seus princípios teóricos mais caros.

caótica do todo”.⁵¹ Desta maneira, é inquestionável, por um lado, que os processos de produção e de circulação de mercadorias que dominam a vida econômica no capitalismo são protagonizados pela população. Mas quais são as formas e relações sociais mais específicas que condicionam o transcurso desses processos, e qual é a ordem “hierárquica” entre as categorias mediante as quais estas são apreendidas? Como a população se divide em grupos que executam funções diversas no metabolismo socioeconômico? Quais elementos materiais eles envolvem? Tudo isso permanece indeterminado no plano do concreto representado de forma imediata. O concreto representado inicial apresenta-se, portanto, como carente de mediações conceituais; não se pode vislumbrar através de sua representação difusa como os momentos que o constituem estão articulados de maneira a produzir o objeto como um fenômeno complexo e multifacetado.

Dada a impossibilidade de se elucidar a estrutura conceitual do objeto complexo através do começo pelo concreto efetivo, Marx (2011, p.54) sustenta que a investigação conduzida pelos partidários desta primeira concepção metodológica acaba assumindo uma *forma estritamente analítica*. Com efeito, estando diante de uma representação confusa do objeto, estes autores procuram submeter o concreto imediatamente apreendido a uma operação analítica que tem por objetivo decompor o todo complexo em seus elementos mais básicos, ou seja, que visa a fixar por meio do entendimento as determinações abstratas que o constituem. Assim, como coloca Marx (2011):

“A população é uma abstração quando deixo de fora, p.ex, as classes das quais é constituída. Essas classes, por sua vez, são uma palavra vazia se desconheço os elementos nos quais se baseiam. P. ex, trabalho assalariado, capital. Estes supõem troca, divisão do trabalho, preço etc. O capital, p.ex, não é nada sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço. Por isso, se eu começasse pela população, esta seria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais precisa, chegaria analiticamente a conceitos cada vez mais

⁵¹ Marx demonstra aqui uma clara influência da crítica hegeliana (cujas origens, em grande medida, remontam à Revolução Copernicana de Kant) à imediatidade, segundo a qual o que é receptivamente apreendido pela consciência mostra-se desprovido de valor cognitivo ou científico se concebida independentemente da intervenção das funções conceituais que estruturam a experiência objetiva. Até mesmo a linguagem empregada por Marx na *Introdução* coincide com aquela da instância mais famosa da crítica de Hegel (2002, p.83) ao dado, qual seja, a exposição da pobreza conceitual da certeza sensível na *Fenomenologia do Espírito*: “O conteúdo concreto da *certeza sensível* faz aparecer imediatamente essa certeza como o *mais rico* conhecimento, e até como um conhecimento de riqueza infinda, para o qual é impossível achar limite (...) Além disso, a certeza sensível aparece como a *mais verdadeira*, pois do objeto ainda nada deixou de lado, mas o tem em toda a sua plenitude diante de si. Mas, de fato, essa *certeza* se faz passar a si mesma pela *verdade* mais abstrata e mais pobre. Sua verdade contém o *ser* da Coisa; a consciência, por seu lado, só está nessa consciência como puro Eu, ou seja: Eu só estou ali como puro *este*, e o objeto, igualmente apenas como puro *isto*. Eu, *este*, estou certo *desta* Coisa; não porque Eu, enquanto consciência, me tenha desenvolvido, e movimentado de muitas maneiras o pensamento. Nem tampouco porque a *Coisa* de que estou certo, conforme uma multidão de características diversas, seja um rico relacionamento em si mesma, ou uma multiforme relação com outros.”

simples; do concreto representado chegaria a conceitos abstratos [*Abstrakta*] cada vez mais finos, até que tivesse chegado às determinações mais simples.

Essas determinações abstratas que resultam da análise não possuem, todavia, uma validade autônoma em relação ao objeto complexo de que foram extraídas pelo poder da abstração. O sentido da categoria simples encontra-se, na visão de Marx, inextricavelmente vinculado às relações que ela mantém com os outros momentos do fenômeno. Nesta medida, o filósofo alemão (2011, p.55) é inequívoco em afirmar que a categoria simples não “pode jamais existir, exceto como relação abstrata, unilateral, de um todo vivente, concreto, já dado.” Determinar a natureza desta relação constitutiva entre a parte e o todo é precisamente, no entanto, o que a abordagem metodológica descrita fracassa em realizar. Por conta disso, Marx a julga inadequada como método de exposição da crítica da economia política.

Marx (2011, p.54) argumenta que as deficiências do procedimento puramente analítico ensejado pelo privilégio ao objeto complexo podem ser superadas por uma segunda concepção metodológica presente na história da economia política. Essa concepção, que apresenta-se aos seus olhos como o “método cientificamente correto”, adota a perspectiva inversa no tocante ao ponto de partida da exposição; ela não se deixa levar pela miragem empirista de que os fenômenos complexos da realidade social possam ser teoricamente elucidados através da apreensão imediata, bem como não limita o papel da investigação teórica à mera análise do existente em seus momentos abstratos. Pelo contrário, a hipótese fundamental em que ela se baseia é de que o objeto somente pode ser verdadeiramente conhecido caso seja reconstruído progressivamente mediante um movimento que parte de suas determinações mais abstratas ou simples rumo às suas formas mais complexas, de maneira que a exposição assumira a forma de uma “reprodução do concreto por meio do pensamento” ou de uma ascensão do abstrato ao concreto. Tal procedimento tem como objetivo representar o objeto concreto como “uma rica totalidade de muitas determinações e relações”.⁵² Trata-se, portanto, de uma representação do concreto que resulta de um esforço prévio de reconstrução expositiva – i.e, que corresponde ao (c) segundo concreto representado que mencionamos em nosso esclarecimento anterior.

⁵² Os paralelos entre a formulação que Marx dá à sua concepção metodológica na *Introdução* e o método especulativo de Hegel são significativos. Com efeito, Hegel (1995, p.167) caracteriza, na *Pequena Lógica da Enciclopédia*, o momento propriamente especulativo do seu método, que apresenta-se como o resultado do momento dialético de negação das determinações finitas do entendimento, em termos praticamente análogos aos da definição marxiana do concreto resultante da reconstrução expositiva: “Esse racional, portanto, embora seja algo pensado – também abstrato –, é ao mesmo tempo algo *concreto*, porque não é unidade *simples, formal*, mas *unidade de determinações diferentes*. Por isso a filosofia em geral nada tem a ver, absolutamente, com simples abstrações ou pensamentos formais, mas somente com pensamentos concretos.”

Essa ideia é sintetizada pelo filósofo alemão numa das passagens mais memoráveis da *Introdução*:

“O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação. Na primeira via, a representação plena foi volatilizada em uma determinação abstrata; na segunda, as determinações abstratas levam à reprodução do concreto por meio do pensamento.” (Marx, 2013, p.54)

Neste trecho, Marx demarca claramente a diferença entre o concreto realmente existente, que confere ao processo de conhecimento o seu “ponto de partida efetivo”, e a representação do concreto que apresenta-se como o resultado do processo de reconstituição teórica do concreto real. Como vimos anteriormente, ele julga, com base numa leitura imprecisa da filosofia, hegeliana que é o reconhecimento da distinção entre o objeto em sua materialidade e a reprodução conceitual do mesmo que afasta o seu método materialista de exposição da dialética idealista de Hegel, que “caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que sintetiza-se em si, aprofunda-se em si e movimenta-se a partir de si mesmo.” (Marx, 2011, p.54) De acordo com Marx, “no método teórico, o sujeito, a sociedade, tem de estar continuamente presente como pressuposto da representação.” (ibid, p.55)

Agora, reproduzir o objeto complexo como uma “rica totalidade de muitas determinações e relações” somente é possível se a exposição for capaz de integrar em um mesmo plano teórico as muitas determinações que definem o objeto complexo em seus variados níveis de abstração. Como isso pode acontecer? É certo que o texto da *Introdução* não toca, ao menos diretamente, no problema dos fundamentos envolvidos na transição entre categorias e entre os domínios de concretude da exposição. Podemos, no entanto, apresentar uma resposta que complementa as reflexões da *Introdução* e auxilia a clarificar o método empregado na exposição da crítica da economia política, com base no pensamento de Hegel e no desenvolvimento categorial marxiano do *Capital* e, sobretudo, dos *Grundrisse*.

Em essência, o que assegura que a exposição dialética seja mais do que uma mera reunião fortuita de categorias, isso é, que ela realmente proporcione uma reconstrução da estrutura conceitual do objeto estudado, é o fato de a progressão das formas mais abstratas e gerais às mais concretas encarnar uma certa necessidade, que está vinculada à existência de uma assimetria persistente entre os conceitos empregados para descrever o objeto em um dado nível de abstração e o próprio objeto enquanto um todo complexo que resiste aos esforços de ser conceituado. Assim, a exposição parte da categoria abstrata que expressa as

relações mais gerais e simples do todo complexo (por exemplo, na crítica da economia política, a forma-mercadoria). Inicialmente, ela mostra-se capaz de descrever com sucesso as propriedades e relações que caracterizam o objeto concebido sob este elevado nível de abstração. A certa altura da investigação, entretanto, a categoria abstrata revela ser incapaz de dar conta de todas as particularidades do seu objeto sem incorrer em contradições.⁵³ Ora, a experiência desta assimetria entre categoria e objeto desencadeia o progresso da exposição em direção a uma categoria mais concreta, a qual deve permitir que as propriedades do objeto que escapavam à capacidade analítica da categoria abstrata, levando-na a se enredar em contradições, se tornem passíveis de tratamento teórico.⁵⁴ A introdução destes recursos conceituais inéditos renova não apenas o quadro categorial empregado para compreender o objeto, mas também ajuda a identificar neste último processos e propriedades mais complexos, que se encontravam apenas pressupostos no nível prévio de abstração. Desta maneira, o progresso na exposição categorial é acompanhado por uma redefinição da objetividade em termos mais concretos.⁵⁵

Em um certo sentido é, portanto, a negação da primeira categoria, ocasionada pela contradição, que serve como motor do desenvolvimento categorial progressivo. Todavia, a negação dialética é uma *negação determinada*, que não tem como resultado a rejeição do conceito abstrato como falso ou impróprio e a sua substituição por outro conceito inteiramente novo, mas que, ao invés disso, deduz dialeticamente a categoria superior a partir das limitações da inferior, conservando na primeira as determinações positivas da última.⁵⁶ O

⁵³ O estatuto da contradição dialética é um tema dos mais controversos na discussão sobre o pensamento de Hegel. Existem opiniões variadas acerca da relação desta espécie peculiar de contradição com o princípio aristotélico da não-contradição. Para os nossos propósitos, é suficiente mencionar que Marx distingue entre *contradições do entendimento*, presumidamente lógico-formais, e *contradições dialéticas*, que têm como uma de suas funções precípua impulsionar o progresso no desdobramento categorial. Isso pode ser inferido da crítica de Marx (2013, p.672, n. 41), no *Capital*, ao fato de John Stuart Mill aderir simultaneamente a teorias do lucro irreconciliáveis: “O sr. John S. Mill, ao contrário, reproduz, por um lado, a teoria do lucro de Ricardo, e, por outro, filia-se à ‘*remuneration of abstinence*’ de Senior. Na mesma medida em que Mill é alheio à contradição hegeliana, fonte de toda dialética, tanto mais ele se encontra em seu elemento ao tratar de contradição triviais.” Sobre a noção hegeliana de contradição e sua relação com a lógica formal, conferir o capítulo 7 do estudo de Paul Redding (2019).

⁵⁴ Um exemplo paradigmático deste fenômeno, que será examinado no capítulo seguinte, encontra-se na transição do conceito de valor àquele de dinheiro na análise da forma-mercadoria, no primeiro capítulo do *Capital*.

⁵⁵ Essa é, de forma muito geral, a maneira como Hegel compreende a estrutura da experiência (*Erfahrung*). Rompendo decisivamente com a tradição da filosofia moderna, Hegel (1992, p.77) caracteriza a experiência fundamentalmente como um processo dinâmico, dialético, em que o momento do negativo transforma tanto o saber da consciência quanto a própria concepção de objetividade: “Esse movimento *dialético* que a consciência exercita em si mesma, tanto em seu saber como em seu objeto, enquanto dele *surge o novo objeto verdadeiro* para a consciência, é justamente o que se chama *experiência*.”

⁵⁶ A redefinição do conceito de negatividade como um momento intrínseco ao processo de conhecimento é um marco central da filosofia hegeliana. Hegel (1992, p.74) contrasta a negação determinada, que prepara a passagem a um novo conteúdo, com a negação absoluta do ceticismo, que limita-se à demonstração da falsidade de saberes particulares: “O ceticismo que termina com a abstração do nada ou do esvaziamento não pode ir além

que acontece, nesse caso, com a categoria abstrata negada? A sua suspensão ou supressão (*Aufhebung*) – este é o termo técnico empregado pela dialética, desde Hegel, para designar um movimento de resolução da contradição que, ao mesmo tempo, preserva e nega aspectos do objeto – por uma categoria mais concreta a contextualiza, no interior do plano teórico da exposição, como uma representação unilateral do todo complexo, que serve como pressuposto para o desenvolvimento das categorias subsequentes. Em outras palavras, a negação destitui a categoria abstrata de sua imediatidade ao determinar a relação particular que esta mantém com o todo.

É este procedimento reiterado de reconfiguração do quadro categorial à luz das limitações que emergem quando do seu confronto com o objeto que confere à exposição o seu caráter *sistemático e necessário*. O expediente teórico da negação determinada produz, pois, uma concatenação entre as várias determinações do objeto, que passam a ser dispostas numa ordem de exposição sequencial estruturada de acordo com o critério do grau de complexidade. Tal ordem visa a expressar as relações de dependência mútua ou de pressuposição que conectam as categorias empregadas para conceitualizar a totalidade concreta.⁵⁷ O método de exposição dialético pode ser compreendido, nesses termos, como uma teoria semântica holista ou processual, segundo a qual o sentido dos conceitos somente pode ser determinado por meio de suas relações com outros conceitos, as quais são progressivamente elucidadas pela exposição.⁵⁸ Portanto – e esse ponto assume especial

disso, mas tem de esperar que algo de novo se lhe apresente – e que novo seja esse – para jogá-lo no abismo vazio. Porém, quando o resultado é apreendido como em verdade é – como *negação determinada* –, é que então já despontou uma nova forma imediatamente, e se abriu na negação a passagem pela qual, através da série completa de figuras, o processo se produz por si mesmo.”

⁵⁷ Hans-Georg Backhaus (1992, p.75) pontua corretamente que o objetivo do emprego marxiano do método de exposição dialético consiste na superação das aporias em que esbarram os tratamentos da economia política assentados sobre um método empirista, que prescinde de esclarecer a interrelação entre as categorias econômicas: “O procedimento que Marx, na esteira de Hegel e de Feuerbach, denomina ‘exposição genética, também conhecido como ‘método dialético de desenvolvimento’, implicitamente contém momentos autênticos de cognição. A construção ou ‘exposição’ torna-se ela própria uma fonte de cognição, um instrumento para a ‘cognição não-empírica’. De fato, na literatura alemã, há um consenso claro de que no caso das teorias do valor, do dinheiro e do capital, somos confrontados com a questão da possibilidade de uma ‘doutrina não-empírica’. (...) Portanto, não pode haver alternativa ao procedimento marxiano da ‘exposição’, ainda que este encontre-se em um estado fragmentário e experimental, necessitando tratamento crítico.” Do mesmo modo, Michael Heinrich (1999, p.173) sustenta que o método de exposição dialético, ao evidenciar a centralidade da ordem de sucessão das categorias, abre caminho para uma importante dimensão não-empírica do processo teórico: “A ‘exposição dialética fornece, portanto, um contexto de fundamentação específico entre as categorias individuais; a sequência das categorias, a transição de uma categoria à próxima não se resume a uma questão de didática, mas possui um conteúdo informacional próprio.”

⁵⁸ Robert Brandom (2019) recentemente propôs uma interpretação do projeto filosófico de Hegel que coloca em primeiro plano a teoria hegeliana da determinação do conteúdo (ou seja, do sentido) de conceitos. De acordo com Brandom (2019, p.7), Hegel considera, contra as filosofias do entendimento, que o conteúdo de conceitos somente pode ser definido por meio de uma exposição que reconstitua processualmente as suas relações com outros conceitos: “Do modo como eu o leio, Hegel compreende a *determinidade* dos conceitos de superfície [i.e, dos conceitos empregados em juízos empíricos ou práticos – acréscimo nosso] nos termos do processo de *determinar* os seus conteúdos. Conceber a determinidade do conteúdo conceitual nos termos de um tal *processo*,

importância em nosso trabalho –, tanto a categoria mais concreta tem o seu sentido condicionado pela categoria abstrata, na medida em que os processos de ordem complexa que ela designa pressupõem as relações simples expressas por esta última, quanto o sentido da categoria abstrata, por sua vez, somente se torna inteiramente determinado conforme o progresso da exposição demonstra, mediante a prática repetida da negação dialética, como as relações de maior generalidade (como, p.ex., a lei do valor) expressam-se através dos processos complexos (p.ex., o processo dinâmico de acumulação do capital).

Nesta medida, Marx menciona na *Introdução* que o papel desempenhado pelo dinheiro no modo de produção capitalista não pode ser compreendido sem se levar em conta como o dinheiro participa dos processos de circulação e de produção do capital e é, por seu turno, afetado por estes. O dinheiro enquanto forma de valor das mercadorias pressupõe, portanto, o pleno desenvolvimento da produção capitalista de mercadorias, não podendo ser assimilado à maneira como o dinheiro se integrava à dinâmica de formações sociais anteriores.⁵⁹ O mesmo se dá com o conceito aparentemente simples de trabalho que, “concebido economicamente nessa simplicidade ... é uma categoria tão moderna quanto as relações que geram essa simples abstração.” (Marx, 2013, p.57) Assim, o método dialético de Marx reserva um tratamento muito cuidadoso às categorias simples que, à primeira vista, se mostram presentes em diversas formações sociais. Contra a tentação empirista (amplamente praticada pelos economistas clássicos) de promover uma redução anacrônica das formas sociais básicas da economia capitalista aos elementos de sociedades passadas, o filósofo alemão adverte que, ainda que as categorias mais gerais possam designar fenômenos parcialmente semelhantes em épocas distintas da história, o seu sentido não é equiparável. Pois, em conformidade com os preceitos da dialética, o conteúdo da categoria abstrata é determinado apenas à medida que a exposição a relaciona com os processos mais complexos do todo. Logo, os conceitos de mercadoria, dinheiro e capital remetem a fenômenos distintos

e não em termos da *propriedade* de ter fronteiras claramente definidas e completas, como fazem Frege e Kant, significa compreendê-lo em acordo com as meta-categorias dinâmicas da *Vernunft* ao invés das meta-categorias estáticas do *Verstand*. Hegel denomina o processo que determina conteúdos conceituais como ‘experiência’ (*Erfahrung*). Os conteúdos assim determinados articulam as normas para a aplicação adequada dos seus conceitos. (...) Por pensar a determinidade dessa forma, Hegel rejeita a possibilidade de expressar o conteúdo de um conceito o definindo. Como uma questão de princípios pragmáticos profundos, a única forma de se compreender o conteúdo de um conceito determinado, sustenta ele, é reconstruindo racionalmente uma história expressivamente progressiva do processo de sua determinação.”

⁵⁹ Além disso: o dinheiro, não obstante ter desempenhado um papel desde muito cedo e de diversas formas, só é possível ser indicado como elemento dominante na Antiguidade em nações determinadas unilateralmente, ou seja, nações comerciantes. E mesmo na Antiguidade mais cultivada, entre os gregos e os romanos, o pleno desenvolvimento do dinheiro, pressuposto na moderna sociedade civil-burguesa, só aparece no período de sua dissolução. Portanto, essa categoria muito simples não aparece historicamente em sua intensidade senão nas condições mais desenvolvidas da sociedade. De forma alguma permeava todas as relações sociais. (Marx, 2011, p.56)

no modo de produção fundado no capital e nas sociedades antiga ou feudal.⁶⁰ Essas reflexões sobre o *estatuto teórico das categorias abstratas* possuem grande importância para se compreender a metodologia da investigação marxiana, sobretudo nos estágios iniciais da ascensão do abstrato ao concreto.

É por conta disso que Marcos Müller (1982) classifica, de forma muito precisa, a exposição dialética do *Capital* como progressivo-regressiva: compete ao desdobramento da exposição das categorias econômicas, de uma só vez, conduzir *progressivamente* a investigação para domínios mais concretos do objeto, a aproximando da realidade efetiva, e demonstrar *retroativamente* a validade das determinações simples que deram início a esse movimento.⁶¹

A ordem da exposição teórica é regida, portanto, por princípios metodológicos específicos, que visam ao objetivo de reproduzir conceitualmente o objeto complexo por meio do desenvolvimento progressivo das relações e formas sociais que o constituem. A especificidade deste desenvolvimento encontra-se no progresso das relações mais simples e gerais do objeto às suas relações complexas, através do qual, por um lado, o significado ou conteúdo das determinações simples deve ser estabelecido por meio de sua relação com os momentos mais concretos e, pelo outro, estes últimos devem ter os seus pressupostos desvelados. Sendo assim, o emprego do método dialético por Marx tem como propósito reproduzir, através da ordem em que as categorias econômicas são expostas, a estrutura do modo de produção capitalista:

Seria impraticável e falso, portanto, deixar as categorias econômicas sucederem-se umas às outras na sequência em que foram determinantes historicamente. A sua ordem é determinada, pelo contrário, pela relação que têm entre si na moderna sociedade burguesa, e que é exatamente o inverso do que aparece como sua ordem natural ou da ordem que corresponde ao desenvolvimento histórico. Não se trata das relações que as relações econômicas assumem historicamente na sucessão de diferentes formas de sociedade. Muito menos de sua ordem na ideia (como em Proudhon) (uma representação obscura do movimento histórico). Trata-se, ao contrário, de sua estruturação no interior da moderna sociedade civil burguesa. (Marx, 2011, p.60)

Essa passagem traz à tona um aspecto decisivo do método de exposição marxiano, que foi muito mal compreendido pelos autores vinculados à corrente tradicional de interpretação da obra de Marx: a saber, que a ordem estritamente lógica da exposição da

⁶⁰ Por conseguinte, se é verdade que as categorias da economia burguesa têm uma verdade para todas as outras formas de sociedade, isso deve ser tomado *cum grano salis*. Elas podem conter tais categorias de modo desenvolvido, atrofiado, caricato, etc., mas sempre com diferença essencial. (Marx, 2011, p.59)

⁶¹ “O método de *O Capital* se caracterizaria por ser uma exposição crítica, progressivo-regressiva das contradições do capital a partir de sua contradição fundamental.” (Müller, 1982, p.2)

crítica da economia política se constitui a partir de princípios distintos daqueles que governam o processo histórico de desenvolvimento do seu objeto, de sorte que não pode haver correspondência entre a ordem de sucessão das categorias na exposição dialética e a sequência em que estas aparecem no processo histórico. Isso significa que a finalidade da exposição marxiana consiste em compreender sistematicamente as relações sociais que estruturam o modo de produção capitalista em sua forma desenvolvida (a “sua estrutura no interior da moderna sociedade civil-burguesa”), e não em documentar o movimento histórico que culminou com a instauração do capitalismo. Como declara Marx nos *Grundrisse* após encerrar a sua investigação do processo de acumulação do capital, é imprescindível distinguir entre a *história de formação* (*Bildungsgeschichte*) do sistema capitalista e a sua *história contemporânea* (*contemporären Geschichte*). A rigor, apenas a história contemporânea do sistema pode apresentar-se como objeto da exposição dialética:

Uma vez pressuposta a produção baseada no capital (...) a condição segundo a qual o capitalista, para se pôr como capital, tem de trazer para a circulação valores criados pelo trabalho próprio ou de alguma outra maneira – menos os valores criados por trabalho assalariado passado, já existente – pertence às condições antediluvianas do capital; pertence a seus *pressupostos históricos*, que, justamente nessa qualidade de pressupostos *históricos*, são passados e, por isso, fazem parte da *história de sua formação*, mas de nenhuma maneira da sua *história contemporânea*, i.e, não fazem parte do sistema efetivo do modo de produção dominado por ele. (...) As condições e os pressupostos do devir, da gênese do capital, supõe precisamente que ele ainda não é, mas só devem; logo, desaparecem com o capital efetivo, com o próprio capital que, partindo de sua efetividade, põe as condições de sua efetivação. (Marx, 2011, p.377)

Podemos observar que a distinção entre história contemporânea e história de formação encerra também uma diferenciação entre os *pressupostos históricos* e os *pressupostos contemporâneos* do modo de produção capitalista. Os primeiros dizem respeito às circunstâncias externas ao capital (em essência, a diversidade de fatores abarcadas pelo processo de acumulação originária) envolvidas no devir histórico do modo de produção capitalista. Esses pressupostos históricos não possuem relevância direta para a compreensão de sua história contemporânea, porquanto o capitalismo plenamente desenvolvido põe os próprios pressupostos de que parte o movimento incessante de acumulação do capital. Assim, se a gênese do capitalismo é marcada pela separação entre os trabalhadores e os seus meios de trabalho, tal separação é continuamente reproduzida pelo processo de acumulação do capital. A separação originária (o pressuposto histórico) tem como causa uma confluência de eventos históricos externos ao capital. A separação contemporânea (o pressuposto do sistema

efetivo do capital), por sua vez, não é senão um resultado da própria lei de valorização do capital. Nas palavras de Marx (2011, p.378), no âmbito do capitalismo desenvolvido:

“Esses pressupostos, que originalmente apareciam como condições do seu devir – e consequentemente, ainda não podiam nascer de sua ação *como capital* –, aparecem agora como resultado de sua própria efetivação, de sua efetividade, como condições *postas* por ele – *não como condições de sua gênese, mas como resultados de sua existência*. Para devir, o capital não parte mais de pressupostos, mas ele próprio é pressuposto e, partindo de si mesmo, cria os pressupostos de sua própria conservação e crescimento.”

Os pressupostos externos do modo de produção capitalista são, portanto, internalizados por sua lógica objetiva de operação. Essa demonstração de que o capitalismo põe os seus próprios pressupostos – que acontece, como veremos na sequência do trabalho, no contexto da análise do processo de reprodução do capital –, aliada à sua tendência de subordinar as demais relações sociais e formas de produção à lógica do capital, leva Marx a equipará-lo a uma totalidade orgânica.⁶² Na leitura de vários intérpretes, de maneira particularmente acentuada entre os autores que filiam-se à interpretação do método marxiano que denominamos maximalista, é tal circunstância que torna o capitalismo particularmente adequado a ser submetido a uma exposição dialética.⁶³ O movimento do capital de posição das suas próprias pressuposições também pode ser compreendido, como sugerem Heinrich (1997) e Nakamura (2022), à luz da função regressiva do método dialético, que fundamenta retroativamente as categorias abstratas mediante o progresso do desenvolvimento conceitual. Em *Resultados Imediatos do Processo de Produção*, um texto dos Manuscritos de 1863-65 concebido por Marx (1976, p.949) como elo de ligação entre as investigações dos processos de produção e de circulação do capital, o filósofo alemão declara que a exposição do primeiro livro do *Capital* possui um *caráter circular*, na medida em que se demonstra, ao seu final, que a mercadoria, enquanto *pressuposto* do processo de produção do capital afigura-se, na verdade, um *produto* do mesmo: “Como a forma elementar da riqueza burguesa, a *mercadoria* foi o nosso ponto de partida, o pré-requisito para a emergência do capital. Por outro lado, as

⁶² “Se no sistema burguês acabado cada relação econômica pressupõe a outra sob a forma econômico-burguesa, e, desse modo, cada elemento posto é ao mesmo tempo pressuposto, o mesmo sucede em todo sistema orgânico. Como totalidade, esse próprio sistema orgânico tem seus pressupostos, e seu desenvolvimento na totalidade consiste precisamente em subordinar a si todos os elementos da sociedade, ou em extrair dela os órgãos que ainda lhe faltam. É assim que devém uma totalidade historicamente.” (Marx, 2011, p. 217)

⁶³ “A determinação categorial do capital como Sujeito histórico por Marx indica, todavia, que a totalidade tornou-se o *objeto* da sua crítica. Como será visto, a totalidade social, na análise de Marx, é uma característica essencial da formação capitalista e uma expressão da alienação. A formação social capitalista, para Marx, é única, na medida em que é constituída por uma substância qualitativamente homogênea; portanto, ela existe como uma totalidade social. Outras formações sociais não são totalizadas dessa forma; as suas relações sociais não são qualitativamente homogêneas.” (Postone, 1993, p.79)

mercadorias aparecem agora como o *produto do capital*.” A exposição dialética culmina, portanto, com o restabelecimento da imediatidade inicial como uma imediatidade mediada – a forma-mercadoria passa a aparecer como mediada pelos processos de produção e circulação do capital. Neste movimento circular, o ponto de partida e o ponto de chegada consistem no mesmo objeto, analisado, de início, em sua imediatidade, e posteriormente como uma “totalidade rica de muitas relações e determinações”.

A análise de tais considerações metodológicas apresentadas por Marx na *Introdução* e noutros textos que lhe são complementares permite, portanto, afastar a leitura tradicional da crítica da economia política que interpreta a exposição marxiana em termos fundamentalmente históricos, como se a exposição categorial fosse um mero reflexo do curso histórico de desenvolvimento. Esta leitura remonta aos comentários de Friedrich Engels a respeito da natureza do método de Marx e do objeto de estudos dos três primeiros capítulos da *Capital*.⁶⁴ De acordo com Engels (2008, p.282 - 283), o método lógico de exposição empregado por Marx na crítica da economia política “não é, na realidade, senão o método histórico despojado unicamente de sua forma histórica e das casualidades perturbadoras. (...) Com este método partimos sempre da relação mais simples e primeira que existe historicamente” Com base nesta compreensão distorcida do método de exposição da crítica da economia política, que subordina a reconstrução *teórica* do modo de produção capitalista à ordem *histórica* de desenvolvimento de suas categorias, Engels propôs, em um ensaio de 1895, que a primeira seção do *Capital*, que examina as categorias e relações sociais mais gerais do modo de produção capitalista, não teria como seu objeto de estudos o capitalismo, mas antes consistiria numa análise da produção mercantil tal como esta é levada a cabo antes do surgimento do trabalho assalariado e do capital, por produtores independentes de mercadorias que estão em posse dos seus meios de trabalho. Em virtude disso, Engels (2017, p.960 – 961) julga que a teoria do valor de Marx, o fundamento pressuposto pela investigação marxiana de todas as relações sociais e processos econômicos constitutivos do modo de produção capitalista, consiste, na verdade, numa generalização formulada com base na dinâmica mercantil de sociedades passadas:

“Em resumo: a lei marxiana do valor tem validade geral, desde que as leis econômicas valham para todo o período da produção simples de mercadorias,

⁶⁴ A origem da interpretação tradicional do método de exposição da crítica da economia política e da teoria do valor de Marx pode ser rastreada a dois ensaios de Engels: a *Resenha a Contribuição para a Crítica da Economia Política*, de 1859, e o *Apêndice e Notas Suplementares ao Livro III d'O Capital*, de 1895. Uma análise muito detalhada desta problemática está disponível na quarta parte dos *Materialen* de Backhaus (1997). Cf. também Arthur (1996).

portanto, até o tempo em que esta experimenta uma modificação por meio da introdução da forma de produção capitalista. Até então os preços variavam na direção dos valores determinados pela lei marxiana e gravitam em torno desses valores, de modo que, quanto mais desenvolvida a produção simples de mercadorias, tanto mais os preços médios de períodos mais longos, não interrompidos por crises violentas e de origem externa, coincidem com os valores, podendo-se desprezar os pequenos desvios. Portanto, a lei marxiana do valor tem validade econômica geral para um período que se estende desde os primórdios da troca que transforma os produtos em mercadorias até o século XV de nossa era. Mas a troca de mercadorias tem origem numa época anterior a toda a história escrita; numa época que, no Egito, remonta a pelo menos 3.500, talvez 5000, e na Babilônia, a 4000, talvez 6.000 anos antes da nossa era; a lei do valor vigorou, pois, por um período de cinco a sete milênios.”

Engels aparenta não ter assimilado a lição ministrada por Marx (2011, p.59) na *Introdução*, segundo a qual, numa exposição dialética, “as categorias expressam formas de ser, determinações de existência, com frequência apenas aspectos singulares, dessa sociedade determinada, desse sujeito, e quem, por isso, a sociedade, *também do ponto de vista científico*, de modo algum começa só ali onde o discurso é sobre ela *enquanto tal*.” Em outras palavras, todas as categorias da crítica da economia política são historicamente determinadas enquanto representações unilaterais do capitalismo – o que Engels e os seus sucessores passam longe de apreender.

Apesar de ir nitidamente de encontro à caracterização do seu método de exposição dada por Marx na *Introdução* e em outros textos, a tese engelsiana de que a seção inicial da crítica da economia política aborda a produção de mercadorias historicamente anterior ao surgimento do capitalismo, ou mesmo, nas formulações mais sofisticadas dessa tese, um modelo econômico abstrato da produção de mercadorias em sua forma mais geral e passível de aplicação a qualquer período histórico (seja a formações sociais progressas ou, com o acréscimo de restrições adicionais, ao próprio capitalismo), recebeu assentimento quase unânime entre os autores alinhados ao marxismo tradicional.⁶⁵ Tal deslize teórico provocou graves consequências para a compreensão da exposição marxiana do modo de produção capitalista, ao situar em domínios teóricos separados, por um lado, a investigação de suas relações mais abstratas, conduzidas ao nível das teorias do valor e do dinheiro, e, pelo outro, a análise dos processos de produção, circulação e acumulação do capital. Isso fez com que as

⁶⁵ A recepção tradicional da teoria do valor de Marx, segundo Hans-Georg Backhaus (1997) compreende tanto a (i) *chave de leitura lógico-histórica*, que identifica nos conceitos marxianos uma referência direta a um estágio histórico de produção de mercadorias antecedente ao capitalismo, quanto o que ele classifica como (ii) a interpretação *modellístico-platônica*, de notável predominância entre os economistas que ocupam-se do pensamento de Marx e que compreende a exposição do *Capital* como uma série de ‘aproximações sucessivas’, partindo da produção simples de mercadorias, ao capitalismo. Apesar de a leitura (ii) apresentar similaridades, à primeira vista, com o método da progressão do abstrato ao concreto, trata-se de uma impressão falsa. Isso se deve ao fato de ela não conferir importância à reprodução progressiva do objeto a partir do desdobramento de suas categorias.

relações de dependência semântica entre as categorias que designam os elementos simples e complexos do objeto estudado – a finalidade precípua que motiva o emprego do método dialético na crítica da economia política – permanecessem ocultas para uma vasta maioria dos estudiosos da obra marxiana.⁶⁶

Embora o desenvolvimento lógico seja, no geral, autônomo em relação ao curso da história, o método de exposição marxiano não encara o capitalismo como se este fosse um sistema completamente auto-referencial à maneira do Conceito especulativo. Assim, embora o funcionamento contemporâneo do capitalismo possa ser tratado como uma posição dos seus próprios pressupostos (i.e, apesar de o processo de reprodução do capital poder ser compreendido nos seus próprios termos, sem necessidade de remissão ao seu passado), o seu surgimento histórico deve ser compreendido de acordo com um modelo diverso. Sua gênese é dependente de processos históricos e condições político-sociais pertencentes a formações sociais pgressas. Em virtude do seu caráter externo em relação ao modo de produção capitalista, os pressupostos de sua gênese histórica não podem figurar como objeto da exposição dialética; eles formam antes os *limites* que esta última não pode transpor, sob pena de falsear o seu objeto.⁶⁷ Por conta disso, Marx (2010a, p.505) declara no *Urtext de Contribuição para a Crítica da Economia Política* que “a forma dialética de exposição [*Darstellung*] é correta apenas quando conhece os seus limites.” Em que consistem esses limites? No mesmo texto, o filósofo alemão afirma que a separação entre os trabalhadores e as suas condições objetivas de trabalho forma o “pressuposto para a emergência e, ainda mais, para o ser do capital enquanto tal”. Se, de um lado, a formação do capital é condicionada pela expropriação dos produtores diretos, por outro, essa circunstância somente pode levar à emergência da produção capitalista no caso de os indivíduos disporem da prerrogativa jurídica de fazer um livre uso de sua capacidade de trabalho, sem estarem sujeitos a relações de dependência de ordem política ou tradicional. A conjunção entre esses dois fatores – a existência do “trabalhador livre, e livre em dois sentidos” (Marx, 2013,

⁶⁶ Uma consequência particularmente nociva do desconhecimento do método de exposição da crítica da economia política pode ser localizado no fato de as interpretações tradicionais ignorarem a mediação estabelecida por Marx entre as categorias de valor e de dinheiro na análise da forma do valor. Como bem notado por vários autores, com especial destaque para os estudos abrangentes e pioneiros de Backhaus (1997), isso tende a resultar na assimilação da teoria do valor de Marx à teoria ricardiana do valor-trabalho.

⁶⁷ Isto é, ao menos enquanto permanecem meros pressupostos históricos. Na medida em que são internalizados pelo processo de reprodução, passando a estar envolvidos em seu movimento de auto-constituição, tais pressupostos tornam-se contemporâneos, passando a estar disponíveis para a exposição dialética.

p.244) – enseja a universalização da relação entre trabalho assalariado e capital para todas as esferas econômicas.⁶⁸

A exposição dialética do capitalismo pode, pois, determinar que a *transformação da força de trabalho em mercadoria* apresenta-se como o pressuposto fundamental do modo de produção baseado no capital. Entretanto, ela não permite retratar o percurso histórico acidentado que leva a esse resultado. Este percurso é tematizado por Marx (2013, p.786) sob a rubrica da acumulação originária (*ursprüngliche Akkumulation*) do capital, após o término de sua exposição dos processos de produção e de reprodução do capital: “A assim chamada acumulação originária não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meios de produção. Ela aparece como originária porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde.” Marx argumenta que, historicamente, tal separação, que deu lugar à formação de um mercado de trabalhadores assalariados dispostos a colocarem as suas capacidades laborais a serviço do capital industrial, teve como sua causa principal a expulsão de suas terras dos agricultores de subsistência e dos pequenos camponeses que habitavam a propriedade de senhores feudais em troca da prestação de serviço ou tributos em espécie.⁶⁹ No caso particular analisado pelo pensador alemão, a emergência do proletariado urbano na Inglaterra, a expropriação das terras comunais e a expulsão dos pequenos camponeses dos domínios feudais em que antes exerciam com relativa autonomia sua atividade de subsistência decorreu sobretudo da decisão dos proprietários de terra de transformar as terras agrícolas em pastagens de ovelha em resposta à demanda crescente da produção manufatureira de tecidos por lã. Este processo de desapropriação, iniciado no final do século XV, passou a contar com amplo apoio do Estado britânico a partir do século XVIII, que lançou mão de coerção militar e jurídica com vistas a esvaziar o campo dos agricultores independentes e cercar as terras comunalmente

⁶⁸ “Tendo constatado, assim, que a transformação do dinheiro em capital pressupõe um processo histórico que separou as condições objetivas do trabalho, que as autonomizou em relação ao trabalhador – o efeito do capital assim originário e do seu processo é o de submeter a si toda a produção, desenvolver e efetivar em todos os lugares o divórcio entre trabalho e propriedade, entre o trabalho e as condições objetivas do trabalho.” (Marx, 2011, p.421)

⁶⁹ “Na história da acumulação originária, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo. Sua história assume tonalidades distintas nos diversos países e percorre as várias fases em sucessão diversa e em diferentes épocas históricas. (Marx, 2013, p.787)

cultivadas.⁷⁰ O contingente populacional daí liberado veio a abastecer com trabalhadores assalariados as oficinas e fábricas operadas pelo capital produtivo nascente.

Ora, por que o relato da gênese histórica do modo de produção capitalista sucede, na arquitetura da crítica da economia política, a exposição de sua história contemporânea? Como Heinrich bem observa (1999, cap.6), a metodologia marxiana considera que o conhecimento do processo histórico de desenvolvimento do capitalismo se mostra tributário da reprodução teórica do mesmo enquanto um sistema econômico multifacetado e dominado pela lei de valorização do capital. Isso ocorre porque o emprego do método de exposição dialético ao modo de produção capitalista permite evidenciar a dependência de uma forma de vida baseada no capital para com elementos externos, que sinalizam processos históricos já concluídos. Portanto, é a conceituação da estrutura complexa do sistema contemporâneo que estabelece as bases para a compreensão do devir do sistema, e não o contrário.⁷¹ Nas palavras de Marx (2011, p.376):

“Por outro lado, o que é muito mais importante para nós, o nosso método indica os pontos onde a análise histórica tem de ser introduzida, ou onde a economia burguesa, como simples figura histórica do processo de produção, aponta para além de si mesma, para modos de produção anteriores. Por essa razão, para desenvolver as leis da economia burguesa não é necessário escrever a *história efetiva das relações de produção*.”

A exposição dialética limita-se, assim, a identificar aqueles elementos do modo de produção cuja existência apresenta-se como o resultado de processos históricos passados, os quais são reunidos por Marx na categoria de acumulação originária. Marx julga, todavia, que a reconstituição de tais processos históricos, em suma, da gênese do capitalismo, deve ser alcançada através de uma investigação assentada sobre o método historiográfico, e não por meio da exposição dialética. *Os limites do método dialético de exposição são, portanto, os limites do seu próprio objeto. A característica definidora da crítica marxiana é a imanência.*

⁷⁰ Essa é uma reconstrução admitidamente abreviada do complexo relato que Marx apresenta a respeito da gênese histórica do modo de produção capitalista. O filósofo alemão realiza uma análise histórica muito detalhada das formas de apropriação capitalistas e pré-capitalistas, e do processo de transição de umas às outras, na seção dos Grundrisse que ficou conhecida como “Formas que precederam a produção capitalista”. Cf. Marx (2011, p.388- 424)

⁷¹ Na mesma linha, Marx (2011, p. 58) argumenta na *Introdução* que é a reconstituição teórica das categorias da sociedade civil burguesa que torna possível a compreensão de formações sociais passadas: “A sociedade civil-burguesa é a mais desenvolvida e diversificada organização histórica da produção. Por essa razão, as categorias que expressam as suas relações e a compreensão da sua estrutura permitem simultaneamente compreender a organização e as relações de produção de todas as formas de sociedades desaparecidas (...) Mas de modo algum à moda dos economistas, que apagam todas as diferenças históricas e vêm a sociedade civil-burguesa em todas as formas de sociedade.”

Antes de concluirmos a nossa interpretação da metodologia da crítica da economia política, gostaríamos de chamar atenção a um aspecto central a essa temática que é abordado por Marx na *Introdução*. Nos referimos à discussão acerca do nexos entre análise e exposição, que traz também impactos importantes para o problema de como situar metodologicamente o pensamento de Marx em relação às teorias econômicas precedentes.

O “método de ascender do abstrato ao concreto” prescreve que a exposição deve partir das categorias que expressam as relações mais simples e gerais do objeto. Isso significa que, apesar de ser contraposto por Marx ao procedimento analítico de decomposição do concreto imediatamente apreendido em suas determinações simples, tal método *pressupõe* um esforço prévio de análise do material empírico que já tenha logrado definir quais são as suas determinações mais simples e abstratas. As duas alternativas consideradas pelo autor não são, portanto, completamente estranhas uma à outra. É essencial ter em vista, todavia, que o momento da análise não constitui parte da exposição propriamente dita, mas apenas fornece as determinações conceituais a serem mobilizadas na reconstrução sintética da totalidade real. Podemos aproximar esse vínculo entre análise e exposição preconizado pelo modelo metodológico da *Introdução* a duas outras reflexões sobre o mesmo problema. Em primeiro lugar, à maneira como o método especulativo de Hegel compreende a relação entre o papel do entendimento (*Verstand*) e os momentos negativo e positivo da razão (*Vernunft*) – o dialético e o especulativo.⁷² Em segundo lugar, à distinção que o próprio Marx (2013b, p.90) estabelece, no Posfácio à segunda edição do *Capital*, entre modo de pesquisa (*Forschungsweise*) e modo de exposição (*Darstellungsweise*):

“Sem dúvida, deve-se distinguir o modo de exposição segundo sua forma, do modo de pesquisa. A pesquisa tem de se apropriar da matéria [*Stoff*] em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno [*inneres Band*]. Somente depois de consumado tal trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento efetivo [*wirkliche Bewegung*]. Se isso é realizado com sucesso, e se a vida da matéria é agora refletida idealmente, o observador pode ter a impressão de se encontrar diante de uma construção *a priori*.”

⁷² A saber, na filosofia de Hegel (1995, p.168), cabe ao entendimento primeiro estabelecer as determinações que são subsequentemente negadas pelo movimento dialético, dando origem a uma unidade especulativa de opostos. Logo: “Ao contrário, há que dizer que o especulativo, segundo sua verdadeira significação, não é – nem de modo provisório, nem também definitivo – algo puramente subjetivo; mas é, antes, expressamente o que contém em si mesmo, como suprassumidas, aquelas oposições em que o entendimento fica imobilizado – por conseguinte, também a oposição de subjetivo e objetivo, e justamente por isso se mostra como concreto e como totalidade.”

A correspondência entre, por um lado, o modo de pesquisa e o movimento analítico que serve como pré-condição do método de ascender do abstrato ao concreto salta aos olhos ao se atentar à formulação do trecho acima: a *pesquisa* é caracterizada como uma atividade analítica preparatória que primeiro ocupa-se da matéria empírica com vistas a “analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno”. Por outro lado, Marx não mede esforços em afirmar que o seu método dialético encara a *exposição* como uma fase distinta da pesquisa, que aproveita-se das determinações que esta última estabelece para reproduzir teoricamente o “movimento efetivo” do objeto. A similaridade do “*modo de exposição*” com o método da progressão do abstrato ao concreto é também perceptível. Tais correspondências podem ser tomadas como uma evidência significativa de que a metodologia empregada por Marx em fases posteriores da implementação do seu projeto de crítica da economia política (o Posfácio, cabe recordar, data de 1872) se orienta, em boa medida, pelos mesmos princípios delimitados no tratado metodológico preparatório à redação dos *Grundrisse* que estamos examinando.

Além disso, Marx argumenta na *Introdução* que, sob um certo aspecto, a relação entre o momento analítico preliminar e a síntese categorial progressiva promovida pela exposição espelha o próprio desenvolvimento histórico da economia política enquanto disciplina. O filósofo alemão sugere, de fato, a existência de uma sucessão cronológica desta espécie ao correlacionar a abordagem que inicia as suas investigações pelo concreto imediato à época pré-clássica da economia política (os “economistas do século XVII”), e ao atribuir a implementação do método de ascensão do abstrato ao concreto aos “sistemas econômicos” da escola clássica.

Convém observar, entretanto, que, em textos posteriores à *Introdução*, Marx assevera que mesmo o mais competente representante da economia clássica, David Ricardo, não realiza senão um emprego pouco rigoroso e altamente imperfeito do método da ascensão do abstrato ao concreto em seu estudo do modo de produção capitalista. Em seu extenso comentário à economia política ricardiana nas *Teorias do Mais-Valor*, Marx argumenta que os equívocos de Ricardo a respeito de questões decisivas em matéria de teoria econômica, como a diferença entre o mais-valor e as suas formas de aparecimento (lucro, juros e renda da terra) e a formação da taxa geral de lucro, guardam relação direta com o método de exposição problemático que orienta a composição dos *Principles*. Para o filósofo alemão, mesmo em seus *magnum opus*, Ricardo não efetua um desenvolvimento progressivo das categorias econômicas em estrita observância aos graus de complexidade lógica do objeto, mas antes as

introduz desordenadamente e sem qualquer mediação. Assim, Marx (1968 p.167) sustenta de início que:

“A teoria ricardiana está, portanto, contida exclusivamente nos seis primeiros capítulos da obra. É com respeito a esta parte da obra que emprego a expressão ‘arquitetônica defeituosa’. (...) Mas a arquitetura defeituosa da parte teórica (dos primeiros seis capítulos) não é acidental, é, ao invés disso, resultado do próprio método de investigação de Ricardo e da tarefa determinada que ele se propôs nesta obra. Ela expressa as deficiências do seu do seu próprio método de investigação.” (Marx, 1968, p.167)

Mas em que, mais exatamente, consiste tal “arquitetônica defeituosa” e como ela decorre dos princípios do método de Ricardo? Marx afirma na sequência que o cerne do problema se encontra, sobretudo, no fato de o economista britânico abordar, em um mesmo momento de sua exposição e de forma indiscriminada, categorias que exibem graus de complexidade radicalmente distintos. A arquitetura defeituosa da exposição ricardiana manifesta-se com o procedimento empirista adotado por Ricardo de apresentar, logo no começo da exposição, a totalidade das formas sociais capitalistas na condição de axiomas, sem o devido cuidado de determinar genética ou progressivamente as mediações entre as categorias. A exposição ricardiana não segue, portanto, uma ordem metódica – o que a impede de apreender adequadamente a estrutura do modo de produção capitalista. Como coloca Marx (1968, p.168):

“Portanto, é possível reparar que no primeiro capítulo [da obra de Ricardo] pressupõe-se não apenas que existam *mercadorias* – e, quando se considera o valor como tal, nada mais é exigido –, mas também salários, capital, lucro, taxa geral de lucro e mesmo, como veremos, as várias formas do capital conforme elas emergem do processo de circulação, assim como as diferenças entre preço natural e preço de mercado.” (Marx, 1968, p.168)

Uma consequência fatal desta ausência de reflexão metodológica, que abordaremos no capítulo seguinte, diz respeito à ausência de mediação na teoria do valor-trabalho de Ricardo, entre o trabalho abstrato enquanto substância social do valor e a sua forma objetiva de expressão no dinheiro.

O tom desta crítica que Marx endereça ao método de exposição de Ricardo, cerca de seis anos após a escrita da *Introdução* e no contexto de um engajamento renovado com a economia política clássica, insinua que a reverência prestada na *Introdução* à metodologia dos “sistemas econômicos” dos autores clássicos superestimava a adequação de suas obras ao método de ascender do abstrato ao concreto. Nas *Teorias do Mais-Valor*, o primado do desenvolvimento conceitual progressivo passa a ser empregado justamente para criticar a

atenção insuficiente dedicada por Ricardo à ordem de exposição das suas categorias. Esses indícios posteriores levam a crer que já na *Introdução* a principal fonte de que bebe a metodologia de Marx deve ser procurada na filosofia de Hegel, ou que, em 1857, Marx ainda não possuía plena consciência da dimensão do abismo a separá-lo da economia política clássica em termos de método.

Capítulo 2 – A análise da forma-mercadoria

2.1. Apontamentos introdutórios

A reconstrução da análise marxiana da forma-mercadoria realizada neste capítulo tem como seu objetivo fundamental explicitar a concepção das relações sociais mais abstratas do modo de produção capitalista que é elaborada por Marx na seção inicial da crítica da economia política. Colocaremos esse objetivo em prática através de um estudo do vínculo estabelecido pelo filósofo alemão entre as categorias de mercadoria e dinheiro. A hipótese que orienta o nosso estudo é de que a chave metodológica para se compreender esse momento decisivo da exposição marxiana deve ser encontrada no conceito de duplicação (*Verdopplung*) da mercadoria. Através de uma reconstrução alicerçada sobre esse princípio, pretendemos também cumprir com o propósito secundário, mas não menos importante, de demonstrar como a exposição dialética de Marx se articula como uma crítica aos pressupostos metodológicos com base nos quais a economia política clássica concebe o modo de produção capitalista e as suas formas econômicas elementares – em particular, o valor, o dinheiro e o processo de troca. Em outras palavras, trata-se de explorar a compreensão de sociedade civil-burguesa (*bürgerliche Gesellschaft*) que, como argumentado por Clarke (1991), a crítica da economia política desenvolve em contraposição ao modelo de matriz liberal dos clássicos.⁷³

O nosso tratamento da exposição marxiana das categorias da circulação simples de mercadorias efetua-se em estreita consonância com o entendimento do método de Marx obtido na discussão do capítulo anterior, o qual ressaltou a função dupla que tal método atribui à exposição dialética. Essa deve, pois, conjugar o desenvolvimento conceitual progressivo das determinações do objeto à fundamentação retroativa das categorias abstratas

⁷³ O instigante livro do sociólogo britânico Simon Clarke (1991) *Marx, Marginalism and Modern Sociology* apresenta uma investigação de fôlego sobre o compromisso firmado pela sociologia e ciência econômica contemporâneas a uma mesma concepção da sociedade capitalista, que tem suas raízes num modelo de caráter naturalista e individualista herdado da economia política clássica. Na visão de Clarke (p. 99-100), a crítica da economia política marxiana fornece, especialmente através de sua teoria da forma do valor, a mais promissora alternativa a esta concepção de sociedade, na medida em que abre o caminho para a compreensão do caráter objetivo das relações sociais mediadas pela troca. Assim: “A crítica de Marx da economia política, centrada na crítica da teoria do valor-trabalho, é o núcleo da teoria marxiana da sociedade capitalista. Não se trata primariamente de uma crítica da adequação da economia política como teoria econômica, embora também engendre conclusões econômicas importantes (e Marx antecipou a maioria das críticas válidas à economia clássica que vieram a ser formuladas por economistas posteriores: à teoria do fundo salarial, à lei malthusiana da população, à negligência do papel do mercado, à teoria do dinheiro e à lei de Say). Acima de tudo, trata-se de uma crítica da concepção clássica de sociedade que repousava sobre o naturalismo da teoria clássica do valor. Em *O Capital*, Marx estabeleceu os fundamentos de uma abordagem substancialmente distinta da sociedade capitalista.”

e, em último caso, do próprio ponto de partida escolhido para a exposição. Assim, as investigações realizadas por Marx no domínio expositivo altamente abstrato da circulação simples possuem uma importância crucial para a compreensão dos processos de ordem complexa da totalidade formada pelo sistema econômico capitalista, bem como para a concreção do objetivo declarado do autor de estudar, em sua obra, “o modo de produção capitalista e suas correspondentes relações de produção ou circulação.” (Marx, 2013c, p.78). Isso acontece porque a forma-mercadoria expressa as relações mais elementares de uma sociedade em que o metabolismo social se apresenta sob a forma historicamente única da produção universal de mercadorias para a troca. É no decorrer de sua exposição que Marx desenvolve aquele que talvez consista no principal recurso crítico de sua obra de maturidade – a teoria marxiana do valor, que tanto estabelece as bases de um modelo sofisticado para a conceituação da sociabilidade *sui generis* do capitalismo (sobretudo na análise da forma do valor e nas considerações sobre o fetichismo), quanto fundamenta a ruptura de Marx com a economia política clássica. Ao lado das determinações associadas do valor e do dinheiro, a mercadoria serve, portanto, como pressuposto às investigações subsequentes dos processos de produção e reprodução do capital.

Por outro lado, a especificidade do método dialético marxiano determina que o desvelamento pleno do papel assumido pela mercadoria no modo de produção capitalista depende de como a exposição da crítica da economia política a relaciona com a figura progressivamente desenvolvida do capitalismo enquanto “rica totalidade de muitas determinações e relações”. (Marx, 2011, p.54) A fim de sanar as dificuldades interpretativas que decorrem do fato de a demonstração da validade das categorias abstratas ser indissociável do progresso da exposição a momentos ulteriores, faremos remissão a conteúdos pontuais pertencentes a fases mais concretas da exposição marxiana – um pouco ao modo do registro discursivo antecipatório do “para nós” que Hegel entrelaça com a perspectiva imanente à consciência na *Fenomenologia do Espírito* – sempre que esse procedimento se mostrar necessário para complementar as teses apresentadas na análise da forma-mercadoria.

Agora, quais textos ou manuscritos marxianos devemos privilegiar em nosso esforço interpretativo? É bem conhecido que, no curso do desenvolvimento do seu projeto de crítica da economia política, Marx redigiu diversas formulações da análise da forma-mercadoria, as quais, por vezes, divergem significativamente no que concerne à forma e ao conteúdo da exposição.⁷⁴ Foge ao escopo deste trabalho rastrear de forma sistemática ou exaustiva todas

⁷⁴ A exposição do dinheiro, por outro lado, permaneceu praticamente inalterada após sua primeira formulação sistemática em *Contribuição*. Cf. Arnon, 1984.

as mudanças que marcam o processo de elaboração do projeto marxiano de maturidade.⁷⁵ Julgamos que os pontos centrais de tal caracterização não sofreram transformações expressivas entre as principais formulações da análise da forma-mercadoria a que temos acesso – a saber, o Capítulo do Dinheiro dos *Grundrisse*, de 1857, os primeiros capítulos de *Contribuição à Crítica da Economia Política*, de 1859 e a seção inicial d’*O Capital* na primeira e segunda edições de tal obra, respectivamente, de 1867 e 1872. Naturalmente, cada um desses textos aborda o tema sob uma perspectiva particular, conferindo ênfase a alguns dos seus aspectos ao mesmo tempo em que desenvolve outros de maneira menos aprofundada. Além disso, o grau de acabamento e de sistematicidade das formulações iniciais certamente destoa em relação àquelas que foram consideradas por Marx como prontas para serem publicadas. Em nossa apresentação, aproveitaremos as vantagens oferecidas por essas diferentes perspectivas, visando compor uma imagem o mais completa possível da análise da forma-mercadoria e do desenvolvimento categorial presente na seção inicial da crítica da economia política.⁷⁶

Escolhemos realizar uma reconstrução geral da teoria marxiana das relações simples do capitalismo por estarmos convencidos da existência de um núcleo argumentativo comum às suas mais diversas formulações. Em um dos primeiros estudos a dirigir um olhar detido à problemática do desenvolvimento das categorias econômicas na exposição da crítica da economia política, Helmut Reichelt (2013) chamou atenção para o fato de que a exposição das categorias da circulação simples de mercadorias pode ser compreendida como uma reconstituição progressiva do processo de duplicação (*Verdopplung*) ideal e efetiva da forma-mercadoria em dinheiro.⁷⁷ Essa é uma delimitação metodológica cuja origem remonta à própria obra de Marx. Apesar de estar presente também no texto da segunda edição d’*O Capital*, ela assume um papel de maior protagonismo na primeira edição dessa mesma obra e,

⁷⁵ Entre outros estudos rigorosos sobre o desenvolvimento da crítica da economia política, mencionamos a análise textual e filológica muito qualificada dos manuscritos marxianos de maturidade empreendida ao longo de três volumes pelo filósofo latino-americano Enrique Dussel (1988, 1990, 1995). O escopo da obra de Dussel é nada menos que grandioso; cobre dos *Grundrisse* aos últimos manuscritos redigidos por Marx no final da década de 1870. Para outras perspectivas sobre o desenvolvimento da crítica da economia política, consultar Heinrich (1999), Vygodsky (1973) e Rosdolsky (2001).

⁷⁶ A adoção deste procedimento significa que evitamos tanto retratar a exposição d’*O Capital* como uma versão aperfeiçoada dos *Grundrisse* e dos demais manuscritos anteriores, quanto a postura inversa que atribui aos *Grundrisse* o estatuto de chave para a compreensão do método expositivo d’*O Capital*. Preferimos avaliar cada texto em seus próprios termos, realçando seus méritos e lacunas.

⁷⁷ Para Reichelt (2013, p.157), os processos de duplicação ideal e efetiva da mercadoria correspondem, no plano da exposição da crítica da economia política, respectivamente, à análise da forma-mercadoria e ao estudo do processo de troca: “A primeira parte do primeiro capítulo de *Para a crítica* caracteriza-se pelo fato de Marx analisar a mercadoria primeiro do ponto de vista do valor de uso e, em seguida, do ponto de vista do valor ou então de sua forma de manifestação. Na segunda parte desse capítulo, ele passa a apresentar a mercadoria como unidade de valor de uso e valor de troca. Essa estrutura corresponde em *O capital* ao primeiro e ao segundo capítulo respectivamente.”

especialmente, preside a investigação do vínculo entre mercadoria e dinheiro levada a cabo pelo autor no capítulo de abertura dos *Grundrisse*.⁷⁸ Enquanto o fenômeno da *duplicação ideal* da mercadoria em dinheiro designa a expressão do valor da mercadoria através de sua equiparação com a figura meramente representada do equivalente universal ou do dinheiro, a *duplicação efetiva* refere-se ao confronto entre a mercadoria particular e o dinheiro que caracteriza o processo de intercâmbio. Marx (2011, p.94) formula a questão da seguinte maneira nos *Grundrisse*:

“Pelo fato de que o produto devém mercadoria, e a mercadoria devém valor de troca, o produto adquire, primeiro na cabeça, uma dupla existência. Essa duplicação ideal [*ideel Verdopplung*] acontece (e tem de acontecer) de modo que a mercadoria aparece duplicada na troca efetiva; de um lado, como produto natural, de outro, como valor de troca. Em outras palavras, seu valor de troca adquire uma existência material dela separada.”

Consideramos que o *leitmotiv* da duplicação da mercadoria ajuda a esclarecer o vínculo estabelecido por Marx entre as categorias de mercadoria e dinheiro (ou, alternativamente, entre a forma de valor do produto do trabalho e a sua manifestação monetária) na exposição dialética da crítica da economia política. Quando concebida com base em tal princípio, a passagem da mercadoria ao dinheiro revela estar em estrita concordância com os preceitos do método expositivo marxiano. Isso pois, *grosso modo*, o dinheiro é progressivamente deduzido da forma-mercadoria à medida que esta se revela como insuficiente para explicar os fenômenos da expressão do valor e da estrutura generalizada do processo de troca. Entretanto, esse procedimento não leva ao abandono da categoria de mercadoria, mas a coloca em relação direta com o dinheiro enquanto um objeto mais concreto que contribui para circunscrever a função da mercadoria no intercâmbio generalizado. O próprio emprego da expressão “duplicação” aponta o entrelaçamento entre o conteúdo desses conceitos. Em *O Capital*, Marx enfatiza o papel expositivo deste procedimento ao argumentar que a duplicação da mercadoria, tomada em sua totalidade, resolve a oposição interior (*innerer Gegensatz*) da mercadoria entre valor e valor de uso através da distribuição desses termos opostos entre as mercadorias particulares (*valor de uso*)

⁷⁸ Os autores das novas leituras alemãs de Marx concordam de maneira quase unânime que a formulação da análise da forma do valor da primeira edição d’*O Capital*, de 1867, evidencia uma aplicação do método dialético mais sofisticada do que aquela que pode-se constatar em suas versões seguintes (Cf. Heinrich, 1997, Backhaus, 1997, Reichelt, 2011). Um dos motivos para tanto consiste no emprego explícito do *conceito de duplicação* para referir-se ao nexos entre a mercadoria e o dinheiro. Como lemos no texto da primeira edição: “Em si, a mercadoria é uma coisa *dupla*, valor de uso e valor, produto do trabalho útil e gelatina abstrata de trabalho. Para apresentar-se como o que é, portanto, a mercadoria precisa *duplicar* a sua forma.” (Marx, 1998, p. 990)

e o dinheiro (*valor*). Ela provoca, assim, uma externalização da oposição interior da mercadoria na estrutura da circulação:

“Inicialmente, as mercadorias entram no processo de troca sem serem douradas, nem açucaradas, mas tal como vieram ao mundo. Esse processo gera uma duplicação (*Verdopplung*) da mercadoria em mercadoria e dinheiro, uma oposição externa (*äußerer Gegensatz*), na qual elas expressam sua oposição interior (*innerer Gegensatz*) entre valor e valor de uso. Nessa antítese, as mercadorias, como valores de uso, confrontam-se com o dinheiro, como valor de troca. Por outro lado, ambos os polos da antítese são mercadorias, portanto, unidades de valor de uso e valor. Mas essa unidade de diferentes (*Einheit von Unterschieden*) se expressa em cada um dos polos de modo inverso, e com isso, expressa ao mesmo tempo sua relação recíproca.” (Marx, 2013a, p.179)

Por conta de todas essas razões, a tese da duplicação da mercadoria assume a condição de fio condutor de nosso esforço para reconstruir a exposição marxiana da circulação simples. É a partir dela que procuraremos examinar a conexão conceitual entre mercadoria e dinheiro que é progressivamente desenvolvida por Marx ao longo de suas análises da forma-mercadoria, do processo de troca e da forma-dinheiro. O capítulo atual concentra-se sobre o problema da expressão do trabalho abstrato no dinheiro, tendo, portanto, seu enfoque direcionado à duplicação ideal. No próximo capítulo, examinaremos as circunstâncias envolvidas pela duplicação real e reconstruiremos, com base nela, a estrutura e a dinâmica atribuídas pela crítica marxiana à esfera da circulação.

Vale, no entanto, deixar registrada aqui uma ressalva. Embora estructuremos a nossa investigação tomando por base esse princípio metodológico que Helmut Reichelt (2013) teve o mérito de primeiro colocar em evidência, não necessariamente concordamos com todos os particulares da leitura proposta por Reichelt a respeito da exposição categorial da circulação simples. De acordo com o pesquisador alemão, o que está em jogo na duplicação ideal, examinada no primeiro capítulo do *Capital* e na primeira subdivisão do terceiro capítulo, não é a forma-mercadoria enquanto unidade contraditória entre valor e valor de uso, mas a contradição entre “a universalidade do valor e sua forma insuficiente de manifestação.” (Reichelt, 2013, p.165) Consequentemente, ele sustenta que o progresso da exposição de *O Capital* somente passa a ser regido pela relação conflituosa entre valor e valor de uso a partir da análise do processo de troca, quando da emergência da duplicação efetiva. Ao nosso ver, a posição de Reichelt, especialmente no que toca à análise inicial da forma-mercadoria, distorce a lógica do argumento marxiano, na medida em que postula uma separação implausível entre a análise da forma do valor da mercadoria e o desenvolvimento da contradição interna da mesma. Já na análise da forma do valor está em jogo a ideia de que o

valor da mercadoria encontra expressão na forma material, quer dizer, no *valor de uso* do seu equivalente; e que, por sua vez, o valor de uso do equivalente universal consiste no fato de ele ser socialmente reconhecido como materialização do valor.

2.2. O conceito de circulação simples de mercadorias: aparência e fundamento

No capítulo anterior, vimos que a crítica da economia política marxiana tem como objeto de estudos o modo de produção capitalista, bem como que o emprego por Marx do método dialético a esse último visa a reconstruí-lo teoricamente, destacando as várias mediações conceituais que constituem a estrutura do mesmo enquanto totalidade. Disso segue-se que a ordem em que as categorias econômicas são dispostas na exposição marxiana deve refletir “a relação que mantêm entre si”, sua “estruturação no interior da moderna sociedade civil-burguesa” (Marx, 2011 p.60). A fim de satisfazer esse princípio metodológico, a exposição marxiana assume a forma de uma ascensão do abstrato ao concreto, progredindo das relações mais simples e gerais desse modo de produção até os seus processos complexos.

A correta caracterização da especificidade metodológica da exposição marxiana mostra-se imprescindível para que possamos compreender o propósito da análise da forma-mercadoria e do desenvolvimento das categorias da circulação simples num geral. Ela permite estabelecer, em primeiro lugar, a *determinidade histórica* intrínseca a esse momento mais abstrato da crítica da economia política, que não examina a produção mercantil pré-capitalista (como quer Engels) ou objetos genéricos presentes em qualquer formação social, mas se encontra antes direcionada, desde o princípio, à investigação da mercadoria, do dinheiro e do processo de troca na condição de formas elementares das relações sociais no modo de produção capitalista.⁷⁹ Essas categorias simples, como também adiantamos na discussão metodológica do capítulo anterior, têm o seu conteúdo inextricavelmente vinculado às fases posteriores da reprodução do concreto pelo pensamento, designando, portanto, unicamente as determinações gerais ou relações simples do objeto que está sendo progressivamente reconstituído. Nesse sentido, Postone (1996, p.128) está inteiramente

⁷⁹ Esse é um ponto exaustivamente enfatizado pela reinterpretação crítica da teoria marxiana de Moishe Postone (1996). Postone argumenta que a guinada de Marx em direção a uma teoria historicamente circunscrita do capitalismo acontece a partir do momento em que ele determina a forma-mercadoria como ponto de partida de sua exposição. Discordamos dele nesse quesito. Parece-nos que a opção de Marx por uma exposição imanente do modo de produção capitalista remonta, no mais tardar, à reflexão metodológica levada a cabo na *Introdução* de 1857. Nesta medida, a circunstância de a crítica da economia política começar pela forma-mercadoria pode ser compreendida como um *resultado*, e não como *causa*, de sua incorporação da dialética como um método de exposição imanente ao seu objeto.

correto em afirmar que “a mercadoria, tal como examinada por Marx em *O Capital*, pressupõe o trabalho assalariado e, portanto, o capital.”

Antes de procedermos à reconstrução da análise da forma-mercadoria, convém apresentar algumas clarificações adicionais a respeito da perspectiva sob a qual Marx investiga o capitalismo na seção inicial da crítica da economia política. Para tanto, precisamos também brevemente indicar a relação que essa seção mantém com o restante do primeiro livro do *Capital* (ou, nos *Grundrisse*, com a primeira parte do Capítulo do Capital).

Sabemos que o começo da exposição marxiana tem como seu objeto a dimensão mais abstrata do capitalismo, que antecede o desdobramento conceitual do trabalho assalariado e do capital. Ora, de que maneira Marx pretende descrever o capitalismo sem lançar mão de suas categorias paradigmáticas? Como está constituído o quadro teórico que ele emprega para dar conta do cenário algo paradoxal de um capitalismo sem capital – ou melhor, em que esse último existe apenas enquanto pressuposto?

Embora essas dificuldades permaneçam sem resposta direta em *O Capital*, Marx explica nos *Grundrisse* e em manuscritos anteriores que a seção inicial da crítica da economia política apresenta-se como uma investigação da esfera da *circulação simples de mercadorias*, esfera essa que consiste na aparência (*Schein*) imediata do modo de produção capitalista. O emprego do conceito de *Schein* para caracterizá-la está longe de ser casual.⁸⁰ Esse conceito (normalmente traduzido como “aparência” ou “aparecer”) denota, na lógica hegeliana, a primeira forma de imediatidade examinada na Doutrina da Essência. Trata-se da aparência concebida como uma imagem ilusória do ser, a qual exhibe uma determinidade que não pode ser adequadamente explicada em seus próprios termos, e que, por conta disso, tende à auto-negação. Como coloca Hegel (2017, p.41): “A aparência (*Schein*) é um negativo que tem um ser, mas em um outro, em sua negação; ela é a não autossubsistência que nela mesma está suprassumida e é nula.” Essa aparência apresenta-se, portanto, como mediada por um Outro, do qual ela deriva sua determinidade.

Cabe aqui fazer uma consideração geral sobre a concepção hegeliana de essência. Em linha com sua crítica à distinção kantiana entre fenômeno e coisa em-si e ao dogmatismo da metafísica pré-crítica, Hegel recusa-se a conceber a essência como se a mesma fosse um fundamento necessário mas inescrutável do conhecimento empírico. Para Hegel, a aparência

⁸⁰ Ruy Fausto (2002, p. 287), de cuja rigorosa interpretação das particularidades metodológicas da seção inicial da crítica da economia política retiramos grande inspiração neste desenvolvimento, afirma que a teoria marxiana da circulação simples articula-se como “uma dialética das aparências, que é preciso pensar a partir das três seções da lógica hegeliana da essência. Nesse primeiro momento, temos o *Schein* (aparecer, aparição, “paraître”) mais do que a *Erscheinung* (aparência, fenômeno, “apparâître”) e de modo algum a *Manifestation* ou *Offenbarung* (manifestação, revelação).”

nunca é apenas mera aparência; ela está desde o princípio inserida numa relação intrínseca com a essência, tomada como o seu fundamento (*Grund*).⁸¹ No entanto, ao nível do *Schein*, essa relação assume a sua forma mais imediata e irrefletida. A explicação de como *a essência manifesta-se necessária e exclusivamente através dos seus apareceres* ocorre à medida que a exposição de Hegel, após passar da mera aparência (*Schein*) à atividade de reflexão que a mediatiza, examina as categorias subsequentes de aparecimento (*Erscheinung*) e de manifestação (*Offenbarung*).

Há fortes indícios textuais de que Marx formula o movimento expositivo da circulação simples de mercadorias, bem como a sua transição à análise do processo de produção do capital, tendo como sua principal referência metodológica a doutrina hegeliana da essência. (Cf. Fausto, 1983, 2002; Reichelt, 2013.) A circulação simples representa, portanto, a aparência imediata (*Schein*) do modo de produção capitalista, que se vê progressivamente destituída de sua imediatidade (e, portanto, negada) conforme a exposição passa a examinar os processos que a mediatizam, a saber, a produção e a acumulação do capital. Nesse sentido, Marx (2011, p.196) declara que a análise da circulação simples de mercadorias leva, eventualmente, ao resultado negativo de que:

“A circulação, que aparece, portanto, na superfície da sociedade civil-burguesa como o imediatamente dado (*unmittelbar Vorhandne*), existe somente à medida que é incessantemente mediada. Considerada em si mesma, a circulação é a mediação de extremos pressupostos. Mas não põe esses extremos. Por conseguinte, ela própria tem de ser mediada não só em cada um de seus momentos, mas como totalidade da mediação, como processo total. É por isso que seu ser imediato é pura aparência (*Schein*). *A circulação é o fenômeno (Phänomenon) de um processo transcorrendo por trás dela.*” (Marx, 2011, p.196)

Ou, como o pensador alemão coloca de maneira particularmente clara no *Texto Original de Contribuição para a Crítica da Economia Política* (o assim chamado *Urtext*), explicitando, ademais, o fato de a transição expositiva da circulação simples ao processo de formação do

⁸¹ Trata-se de uma tese que Hegel (1995, p.251) formula de maneira especialmente clara no parágrafo 131 da Pequena Lógica da *Enciclopédia*: “A essência deve aparecer. Seu aparecer é nela o suprassumir de si mesma em direção da imediatez que como reflexão-sobre-si é tanto consistência (matéria) quanto é forma, reflexão-sobre-Outro, consistência que se suprassume. O aparecer (*Erscheinung*) é a determinação, mediante a qual a essência não é ser, mas essência; e o aparecer desenvolvido é o fenômeno. A essência portanto não está atrás ou além do fenômeno mas, porque é essência que existe, a existência é fenômeno.” Ou, como ele coloca em sua exposição do Entendimento na *Fenomenologia*: “Mas o interior, ou Além suprassensível já surgiu: *provém do fenômeno*, e esse é sua mediação. Quer dizer: o *fenômeno é sua essência*, e de fato, sua implementação. O suprassensível é o sensível e o percebido postos como tais como são em *verdade*; pois a *verdade* do sensível e do percebido é serem *fenômeno*. O suprassensível é, pois, o *fenômeno* como *fenômeno*.” (Hegel, 1992, p.116)

capital consistir na passagem da aparência do modo de produção capitalista desenvolvido aos seus fundamentos – e não numa reconstituição do devir histórico do capital:

“Neste ponto, entretanto, não nos referimos à transição histórica da circulação ao capital. A circulação simples é, na verdade, uma esfera abstrata do processo burguês de produção como um todo, que através de suas próprias determinações revela-se como um momento, uma mera forma aparente de um processo mais profundo que encontra-se por trás dela, que dela resulta e também a produz – o capital industrial.” (Marx, 2010, p.482)

Os pormenores do movimento desse movimento de negação da circulação simples mediante a passagem à análise do capital industrial serão examinados em um momento posterior do trabalho. O que nos interessa agora é, primariamente, compreender o objeto de estudos da primeira seção da crítica da economia política.

Como se estrutura a circulação simples enquanto *aparência imediata do modo de produção capitalista*? Nessa esfera, Marx encarrega-se de expor as formas sociais elementares desse modo de produção, que correspondem às relações que os indivíduos mantêm entre si como possuidores de mercadorias. O que acaba por conferir a essa exposição inicial um caráter de aparência ou imediatidade é o fato de tais relações serem retratadas independentemente dos processos complexos no interior dos quais elas efetivamente existem, e pelos quais elas são profundamente condicionadas, no âmbito do capitalismo enquanto totalidade concreta. Aludindo à citação de Hegel que introduzimos acima, podemos dizer que, enquanto aparência, a circulação simples tem um ser, mas em um Outro – que não é senão o processo de produção do capital industrial.⁸² Com efeito, um dos traços característicos da análise marxiana da circulação simples é a abstração sistemática do processo mediante o qual as mercadorias são produzidas, o que também contribui para que ela seja descrita como a imagem de superfície ou a aparência externa assumida pela estrutura socioeconômica desse modo de produção. Devido a essas limitações ou indeterminidades, o processo de circulação das mercadorias exhibe, na esfera da circulação simples, as seguintes características fundamentais:

⁸² No caso da *Lógica* hegeliana, a imediatidade do aparecer é superada quando demonstra-se sua dependência para com as atividades reflexivas do sujeito (reflexão ponente, reflexão externa e reflexão determinante). Na exposição marxiana, a negação da circulação simples revela que a mesma consiste num aparecer (*Schein*) distorcido do processo de reprodução do capital industrial.

- (a) A finalidade da circulação de mercadorias consiste na satisfação recíproca dos carecimentos dos seus possuidores (ou seja, o processo de circulação assume a forma M-D-M, na qual predomina o valor de uso).
- (b) Os participantes do processo de troca aparecem como sujeitos livres, iguais e auto-interessados que decidem voluntariamente pela alienação mútua dos seus produtos (um ato de reconhecimento recíproco que assume uma forma objetiva no contrato).
- (c) Na medida em que cada indivíduo pode levar ao mercado somente o que ele próprio produziu, ou adquiriu mediante a troca do seu produto pelo de outrem, a aquisição de propriedade apresenta-se como intrinsecamente vinculada ao trabalho próprio. Nas palavras de Marx (2011, p.181), “a propriedade do trabalho alheio é mediada pelo equivalente do trabalho próprio”. Logo, a circulação simples aparece como regida pela lei burguesa da propriedade.

Esse conjunto de determinações caracteriza a aparência imediata (*Schein*) do modo de produção capitalista. Como afirma Marx (2013, p.250), numa das raras passagens d’*O Capital* em que se pode encontrar uma síntese do tratamento mais pormenorizado que fora conferido ao conceito de circulação simples nos *Grundrisse*, essa aparência engendra a ideia segundo a qual “a esfera da circulação ou troca das mercadorias, em cujos limites se move a compra e a venda da força de trabalho, é, de fato, um verdadeiro Éden dos direitos inatos do homem. Ela é o reino exclusivo da liberdade, da igualdade, da propriedade e de Bentham.”⁸³

Para Marx, a investigação da esfera das relações sociais mais gerais dos sujeitos enquanto trocadores de mercadorias, embora seja imprescindível para o entendimento do modo de produção capitalista e consista no ponto de partida correto para a exposição dialética do mesmo, traz consigo uma perigosa armadilha, qual seja, a tentação de encarar as categorias que pertencem a essa esfera abstrata como se elas pudessem ser imediatamente empregadas para caracterizar os processos complexos da produção capitalista, em especial, a troca entre capital e trabalho assalariado. Marx considera que a concepção liberal clássica da

⁸³ Marx avalia, ademais, que os ideais burgueses de igualdade, liberdade e propriedade privada originam-se do processo de troca considerado ao nível da circulação simples: “Igualdade e liberdade, por conseguinte, não apenas são respeitadas na troca baseada em valores de troca, mas a troca de valores de troca é a base produtiva, real, de toda *igualdade e liberdade*. Como ideias puras, são simples expressões idealizadas dessa base; quando desenvolvidas em relações jurídicas, políticas e sociais, são apenas essa base em uma outra potência.” (Marx, 2011, p.188) Entretanto, a sequência da exposição marxiana procura demonstrar que tais princípios são dialeticamente negados pelo desenvolvimento da própria circulação simples em produção capitalista.

sociedade civil-burguesa funda-se exatamente numa tal absolutização das relações simples dos sujeitos como possuidores de mercadorias. Essa concepção restringe seu enfoque ao plano da circulação simples, sem avaliar como os princípios formais de liberdade, igualdade e propriedade constitutivos desta esfera acabam subvertidos (ou, alternativamente, dialeticamente negados) quando da consideração do intercâmbio de mercadorias à luz do processo de reprodução do capital industrial.⁸⁴ Em outras palavras, o problema identificado por Marx com a compreensão liberal do capitalismo não se resume à mera apologia da ordem dominante, mas consiste antes no resultado de uma debilidade metodológica particular, a saber, da circunstância de os autores vinculados a essa tradição prescindirem de efetuar um desenvolvimento progressivo do seu objeto de conhecimento.

Vimos, portanto, que a seção inicial da crítica da economia política desempenha um papel duplo dentro da exposição marxiana do modo de produção capitalista. Em primeiro lugar, ela cumpre com uma (I) *função expositiva* de primeira necessidade, na medida em que está encarregada de desenvolver conceitualmente as relações mais simples e gerais do capitalismo através da análise da conexão entre forma-mercadoria e dinheiro. Em segundo lugar, ela desempenha uma (II) *função crítica* central ao projeto marxiano, ao reconstituir a circulação simples enquanto aparência imediata do modo de produção capitalista, a qual emerge a partir da ruptura dos laços entre a esfera abstrata do mercado e o processo de reprodução do capital industrial.

Pode-se interrogar se é mesmo possível que tais funções crítica e expositiva caminhem de mãos dadas. Afinal, o fato de a esfera da circulação simples ser revelada como a aparência imediata ou distorcida do modo de produção capitalista não conflita com o propósito da exposição marxiana de investigar as suas relações elementares?

Como estabelecemos no capítulo anterior, o método de exposição marxiano caracteriza-se por reproduzir teoricamente o objeto num movimento que progride do abstrato ao complexo. Esse progresso é impulsionado pela constatação repetida da insuficiência das

⁸⁴ Contra os socialistas proudhonianos, que contrapunham às mazelas do capitalismo as promessas de liberdade e igualdade pretensamente oferecidas pela ordem social burguesa, Marx (2011, p.191) argumenta que a separação entre a circulação simples (i.e, as relações gerais de troca entre possuidores de mercadorias) e as formas desenvolvidas do capitalismo decorre de um entendimento insuficiente da natureza de tal modo de produção, que ignora o nexa estreito entre a produção universal para a troca e a generalização do trabalho assalariado. Assim, dirigindo-se à proposta revolucionária de Proudhon de abolir o dinheiro e o capital, enquanto mantém-se intacto o modo de produção mercantil, Marx replica: “Cabe responder-lhes: o valor de troca ou, mais precisamente, o sistema monetário é de fato o sistema da igualdade e liberdade, e as perturbações que enfrentam no desenvolvimento ulterior do sistema são perturbações a ele imanentes, justamente a efetivação da liberdade e igualdade, que se patenteiam como desigualdade e ausência de liberdade. É tão piedoso quanto tolo desejar que o valor de troca não se desenvolva em capital, ou que o trabalho produtor de valor de troca não se desenvolva em trabalho assalariado.”

categorias abstratas em definir a objetividade à qual se reportam. Nesta medida, a experiência da negação do quadro teórico constituído pelas determinações simples não somente mostra-se perfeitamente admissível do ponto de vista dos objetivos perseguidos por Marx na crítica da economia política, como também se apresenta como o principal recurso mobilizado pelo método dialético a fim de elucidar os vínculos entre as relações simples e os processos complexos no plano da totalidade. É a negatividade que assinala as mediações responsáveis por vincular o conceito imediatamente apreendido com o todo do qual ele faz parte.

Assim sendo, podemos compreender que o fato de a exposição marxiana demonstrar, a certa altura, que a circulação simples consiste na aparência imediata do capitalismo não implica que essa última deva ser relegada à condição de mera miragem. Pelo contrário, nessa esfera são de fato expostas as relações mais gerais de tal modo de produção, posto que a compra e venda de mercadorias efetivamente consiste na forma universal assumida pelas relações sociais numa sociedade estruturada em torno da reprodução do capital. Todavia, o conteúdo de tais relações gerais não está simplesmente *dado* ao nível abstrato da circulação simples. O método expositivo de Marx preconiza que o conteúdo das categorias simples é indissociável de suas *mediações*, as quais devem ser reveladas pelo avanço da exposição a níveis mais concretos de objetividade. Logo, à medida que a crítica da economia política examina a passagem da circulação simples à análise das formas de movimento do capital industrial, deve se verificar uma alteração correspondente no conteúdo conceitual das relações dos indivíduos enquanto possuidores de mercadorias (expressas pelas categorias abstratas de mercadoria, valor e dinheiro) – as quais, não deixam, todavia, de denotar a estrutura profunda de tal modo de produção. A suspensão da imediatidade das categorias abstratas passa, pois, por sua negação dialética.

Uma abordagem muito semelhante do problema é avançada por Ruy Fausto (2002, p.286) em sua meticulosa leitura da exposição marxiana da circulação simples. O filósofo brasileiro defende que a investigação da circulação simples aborda, em simultâneo, tanto os fundamentos ou pressupostos do capitalismo quanto sua aparência. Ele ressalta, ademais, que o progresso da exposição tem por efeito submeter tais fundamentos ao procedimento da negação determinada:

“Na realidade, a seção I apresenta a circulação simples e os seus fundamentos. Mas se dizemos “e os seus fundamentos”, dado que esses fundamentos são — ao que parece — os fundamentos do modo de produção, ter-se-á mais do que a aparência do modo. Evidentemente, pode-se e deve-se dizer que a seção I nos dá as pressuposições do modo de produção capitalista. Mas é preciso acrescentar: a) que essas pressuposições lhe são interiores (não se trata das pressuposições

antropológicas, que são externas); e b) que essas pressuposições são a aparência do sistema. *Isto vale mesmo para a esfera dos fundamentos*, embora “aparência” tome nesse último caso um sentido um pouco modificado (mais precisamente, duplicamos aqui a noção de aparência, porém a significação geral é a mesma). Sem dúvida, os fundamentos *tais como são dados* na seção I são a aparência do sistema; e isto porque o *capital enquanto capital*, que está ausente dessa seção, opera, na realidade — quando ele se apresenta (no segundo momento) — uma negação desses fundamentos (ver mais adiante). Ora, como o capital enquanto capital não está presente na seção I, os fundamentos negados pelo capital aparecem como *fundamentos positivos* ou *plenamente positivos, o que eles não são*; aparecem na realidade como fundamentos à maneira do entendimento, o que corresponde bem ao objeto mas ao objeto (objetivamente) *aparente*.”

Em resumo: a exposição da circulação simples desdobra as formas elementares e estruturantes do modo de produção capitalista tais como essas se apresentam imediatamente. Essa análise inicial das relações simples desempenha um papel fundante na investigação marxiana do capitalismo, mas não pode ser compreendida como uma caracterização autônoma em relação aos desenvolvimentos posteriores da exposição. O método marxiano não opera com axiomas que permaneçam invariantes ao longo da investigação. Desta maneira, a função crítica da exposição marxiana da circulação simples passa pela demonstração de que tal esfera é condicionada pelo processo de reprodução do capital. Do ponto de vista do autor, essa mediação entre a esfera abstrata da circulação e os fenômenos associados à dinâmica de valorização do capital não é levada em conta pela concepção tradicional da sociedade civil-burguesa, que é formulada com base numa metodologia empirista cujo enfoque se direciona exclusivamente ao plano da aparência imediata. Em decorrência disso, essa concepção permanece alheia à circunstância de que os ideais de liberdade, igualdade formal e propriedade privada que caracterizam, à primeira vista, as relações dos indivíduos enquanto possuidores de mercadorias ou participantes do mercado se transformam, quando do desenvolvimento da circulação simples em reprodução capitalista, em desigualdade, coerção e expropriação da propriedade fundada no trabalho próprio. Para Marx (2013, p.659), “a lei da apropriação ou lei da propriedade privada, fundada na produção e circulação de mercadorias, transforma-se, obedecendo a sua dialética própria, interna e inevitável, em seu direto oposto.” Assim, como Ruy Fausto (1983, p.192) bem observa, Marx compreende o movimento mediante o qual os princípios da circulação simples são convertidos em seu contrário pela produção capitalista como uma *interversão (Umschlag)*. Trata-se de uma “inversão que se faz pela própria aplicação das leis da circulação simples”.

2.3. O ponto de partida da crítica da economia política: a forma-mercadoria e a sociabilidade capitalista

No Prefácio da Primeira Edição do *Capital*, Marx realiza o seguinte alerta aos seus leitores: “Todo começo é difícil, e isso vale para toda ciência. Por isso, a compreensão do primeiro capítulo, em especial da parte que contém a análise da mercadoria, apresentará a dificuldade maior.” A julgar pelo volume e pelo fervor das desavenças interpretativas relacionadas às teses desenvolvidas pelo autor na etapa de abertura da exposição da crítica da economia política, a advertência do autor revela-se plenamente justificada. Essa impressão é reforçada pelo diagnóstico dado por Hans-Georg Backhaus (1997, p.111) mais de um século após a publicação do *magnus opus* marxiano, segundo o qual “em toda a literatura das ciências sociais não se conhece um texto cuja estrutura formal e cujo significado material sejam tão controversos quanto os três primeiros capítulos do *Capital*.”

A exposição da circulação simples toma como seu ponto de partida a análise da forma-mercadoria. Agora, por que a investigação marxiana do modo de produção capitalista começa com a categoria de mercadoria? Qual é o roteiro seguido pelo argumento de Marx nesta análise admitidamente hermética da forma social mais abstrata do capitalismo?

Os esclarecimentos metodológicos fartos que empreendemos nas seções anteriores permitem que respondamos sem maiores dificuldades à primeira de tais perguntas. Marx escolhe a forma-mercadoria como *ponto de partida da exposição da crítica da economia política* porquanto tal categoria designa as relações mais simples e gerais que os indivíduos mantêm entre si no modo de produção capitalista.⁸⁵ O pensador alemão caracteriza a mercadoria, alternadamente, como a forma elementar da riqueza nas “sociedades em que reina o modo de produção capitalista” (Marx, 2013, p.113), como a “forma econômica celular” (Marx, 2013, p.78) da sociedade civil-burguesa, ou mesmo como a “forma social mais simples em que o produto do trabalho apresenta-se na sociedade atual.” (Marx, 2018) Estas expressões empregadas por Marx em variados textos para se referir à forma-mercadoria trazem à tona dois dos seus atributos fundamentais, que justificam seu posicionamento de destaque na ordem de exposição da crítica da economia política: em primeiro lugar, Marx deixa claro em todas as passagens acima citadas que o ponto de partida de sua análise

⁸⁵ Como coloca Postone (1996, p.129): “A análise da mercadoria com a qual Marx começa a sua crítica é, em outras palavras, uma análise de uma forma social historicamente específica. Ele aborda a mercadoria como uma forma estruturada e estruturante da prática social, que apresenta-se como a determinação inicial e mais geral das relações sociais da formação capitalista.”

consiste num objeto *historicamente situado*, qual seja, a forma-mercadoria como uma entidade específica ao modo de produção capitalista; em segundo lugar, o pensador alemão coloca em primeiro plano o *estatuto teórico simples* assumido pela categoria de mercadoria dentro da estrutura do modo de produção capitalista.

Com efeito, a primeira e imprescindível etapa de todo processo de formação do capital consiste na compra das *mercadorias* força de trabalho e meios de produção.⁸⁶ Já o produto do capital apresenta-se, por sua vez, como uma certa quantidade de *mercadorias* que devem ser vendidas para que o trabalho excedente de que o capitalista se apropriou durante o processo de produção venha a assumir uma forma socialmente válida de valor (correspondente ao valor adiantado no começo do ciclo, acrescido do mais-valor), possibilitando que o movimento de valorização do capital tenha reinício a partir da compra de novas mercadorias. Assim, “se considerarmos sociedades em que a *produção capitalista encontra-se altamente desenvolvida*, descobriremos que a mercadoria é tanto a premissa elementar constante (pré-condição) do capital quanto o resultado imediato do processo capitalista de produção.” (Marx, 1976, p.949) Marx determina inequivocamente que este domínio da forma social de mercadoria como “*forma elementar universal do produto*” consiste, ademais, numa situação historicamente *sui generis*, na qual o processo de reprodução das condições materiais da vida dos indivíduos encontra-se subsumido formal e materialmente às relações sociais capitalistas, assumindo a forma socialmente condicionada de processo de acumulação do capital:

“Em estágios anteriores da produção, *uma parte* do que era produzido assumia a forma de mercadorias. O capital, entretanto, necessariamente produz seu produto como uma *mercadoria*. É por isso que, à medida que a produção capitalista, i.e, o capital, desenvolve-se, as leis gerais governando a mercadoria evoluem em proporção; por exemplo, as leis atinentes ao valor desenvolvem-se sob a forma distinta da circulação de dinheiro.”

Vemos, portanto, que a categoria marxiana de mercadoria, com cuja análise Marx inicia a exposição da crítica da economia política, retrata a mercadoria na forma social específica em que essa apresenta-se no modo de produção capitalista, enquanto pressuposto e resultado do processo de produção do capital. Essa determinidade histórica da forma-mercadoria está implicada pela própria natureza do método de exposição marxiano, o

⁸⁶ “Marx precisa começar com a forma de mercadoria também porque a força de trabalho se reveste dessa forma, isto é, da forma de mercadoria vendida pelo trabalhador livre, que, como toda mercadoria, tem valor de uso e valor; sabemos que essa distinção é crucial, porque dela se deduz o mais-valor, como diferença entre o valor da força de trabalho e o valor que ela cria ao ter seu valor de uso consumido no processo de produção comandado pelo capital.” (Grespan, 2019, p.162)

qual, como explicamos no capítulo anterior, vincula o conteúdo da categoria simples ou abstrata ao seu desdobramento ulterior em processos complexos. Assim, uma vez que o processo de reprodução do capital industrial se apresenta como um fenômeno socioeconômico exclusivo ao modo de produção capitalista, segue-se necessariamente que a mercadoria, na condição de seu pressuposto elementar, também o é.

Há, todavia, um sentido ainda mais fundamental em que a forma-mercadoria pode ser dita específica a esse modo de produção. Marx julga que a ubiquidade da mercadoria como forma social do produto do trabalho deve ser tomada como a expressão mais essencial do advento da *forma singular de sociabilidade* que caracteriza o capitalismo, o distinguindo radicalmente de formações sociais pregressas. Embora os traços centrais dessa sociabilidade sejam desdobrados pelo autor apenas em suas considerações acerca do fetichismo da mercadoria, sua presença está pressuposta pela própria definição inicial da mercadoria como uma unidade de duas determinações opostas. Nesta medida, conforme declara Marx (1998, p.1003) na primeira edição do *Capital*, o fato de a mercadoria ostentar uma forma dupla, possuindo em simultâneo uma forma material e uma forma social, deve ser compreendido à luz do modo muito particular como estrutura-se a divisão social do trabalho no capitalismo:

“Na realidade, todos os valores de usos são mercadorias somente por serem produtos de trabalhos privados reciprocamente independentes, os quais, todavia, enquanto membros particulares – embora autonomizados – da divisão social do trabalho, dependem materialmente uns dos outros. Desta maneira, e de um ponto de vista social, estão interconectados precisamente por sua diversidade, por sua utilidade particular.”

Em sua dimensão mais abstrata, o modo de produção capitalista consiste numa forma de organização da atividade produtiva da sociedade cuja particularidade reside na produção de mercadorias para a troca por produtores privados formalmente livres. Trata-se de um sistema econômico em que os sujeitos obtêm os objetos de consumo de que necessitam para satisfazer suas múltiplas carências não diretamente através do trabalho voltado à subsistência, mas por uma via indireta, através da troca dos produtos do seu próprio trabalho pelos produtos da atividade de outros possuidores de mercadorias.⁸⁷ Nessa sociedade, “as

⁸⁷ Em *A Riqueza das Nações*, Adam Smith (1977) identificara, com enorme perspicácia, que o processo de troca desempenha o papel de mediador da satisfação das carências dos indivíduos nas “sociedades comerciais”, termo esse que ele emprega para referir-se ao capitalismo nascente: “Quando a divisão social do trabalho consolidou-se definitivamente, não é senão uma parcela muito pequena das carências do homem que o produto do seu próprio trabalho pode satisfazer. Ele satisfaz a parte maior delas trocando o excedente do produto do seu próprio trabalho, que está para além de seu próprio consumo, pelas partes do produto do trabalho de outros homens que ele pode obter. Todo homem vive, assim, da troca, ou torna-se em alguma medida um comerciante, e a própria sociedade transforma-se no que é propriamente uma sociedade comercial (*commercial society*).” (Smith, 1977, p.41) Para Marx, entretanto, essa intuição é formulada de modo ainda bastante embrionário pelo

mercadorias são não-valores de uso para seus possuidores e valores de uso para seus não-possuidores.” (Marx, 2013, p.160) O intercâmbio de mercadorias apresenta-se, portanto, como o processo através do qual os indivíduos, ao mesmo tempo em que se apossam dos seus meios de subsistência, também contribuem para a satisfação das carências sociais, na medida em que produzem desde o princípio visando à troca e somente podem se apoderar dos valores de uso que almejam no caso de haver sujeitos dispostos a adquirir o produto do seu trabalho. A cooperação acontece, nesse caso, mediante a alienação mútua dos produtos do trabalho, a qual possibilita que as carências multilaterais de cada indivíduo venham a ser supridas pelos produtos da atividade produtiva de terceiros.⁸⁸

Para Marx, as relações sociais entre os indivíduos no modo de produção capitalista possuem, portanto, duas características centrais. Em primeiro lugar, na condição de possuidores de mercadorias que trocam livremente os produtos do seu próprio trabalho, os indivíduos se apresentam como produtores privados, que dispõem de autonomia para escolher o objeto e o volume de sua produção, bem como os métodos e os meios de trabalho que empregam para levá-la a cabo. O trabalho dos produtores de mercadoria reveste-se, assim, do caráter de *trabalho privado*, sendo uma atividade realizada de forma completamente autônoma em relação aos demais produtores e à sociedade como um todo. Em outras palavras, para que o processo de troca se transforme na relação social dominante e os produtos do trabalho assumam a forma de mercadoria, é imprescindível que a atividade produtiva dos sujeitos não esteja mais determinada de antemão pelos laços que eles mantêm com a comunidade, por relações de dependência pessoal para com autoridades políticas ou tradicionais, ou por costumes culturalmente arraigados. Os possuidores de mercadorias

filósofo escocês, na medida em que a produção de mercadorias, tendo em vista a troca, é restringida por Smith ao “excedente do produto do seu próprio trabalho”. Consequentemente, a teoria de Smith não apreenderia o caráter contraditório da mercadoria – o fato de que ela é ao mesmo tempo um objeto útil, um valor de uso, e a materialização do tempo de trabalho social, isto é, dinheiro. Assim: “As duas determinações do valor de troca aparecem, para ele, uma *ao lado da* outra, externas. O interior da mercadoria como um todo ainda não aparece capturado e penetrado pela contradição.” (Marx, 2011, p. 116)

⁸⁸ Nos termos expostos, essa caracterização geral da sociabilidade própria ao modo de produção capitalista não origina-se com a obra de Marx, mas remonta aos escritos de Bernard Mandeville e de Adam Smith acerca da nova forma de sociedade que avizinhava-se nos séculos XVI e XVII. Antes das reflexões de Marx, a análise mais penetrante do problema da mediação social em condições modernas fora dado por Hegel em sua teoria da sociedade civil-burguesa. Em direta concordância com Marx, Hegel (2022, p.440) considera que a sociedade civil-burguesa deve sua unidade ao entrelaçamento dos interesses dos particulares. Para ele, a perseguição auto-interessada dos fins particulares faz emergir um complexo e multifacetado sistema de dependência social, em que os sujeitos se vêem forçados a cooperar para assegurar a satisfação do bem-próprio: “Na sua efetivação, o fim egoísta, assim condicionado pela universalidade, funda um sistema de dependência omnilateral, de modo que a subsistência e o bem-próprio do singular, bem como o seu ser-aí jurídico, estão entrelaçados com a subsistência e o bem-próprio e o direito de todos, estão fundados nesse entrelaçamento e são efetivos e assegurados somente nessa conexão. Pode-se, inicialmente, considerar esse sistema como o *Estado externo* – o *Estado da necessidade* e do *entendimento*.”

devem ser, *formalmente*, proprietários privados livres e autônomos, indiferentes uns aos outros. Conforme aponta Marx (2011, p.104) nos *Grundrisse*, este é um cenário que pode ser constatado apenas na época moderna, com a emergência do capitalismo:

“A dissolução de todos os produtos e atividades em valores de troca pressupõe a dissolução de todas as relações fixas (históricas) de dependência pessoal na produção, bem como a dependência multilateral dos produtores entre si. A produção de todo indivíduo singular é dependente da produção de todos os outros; bem como a transformação de seu produto em meios de vida para si próprio torna-se dependente do consumo de todos os outros. Os preços são antigos; a troca também; mas a crescente determinação dos primeiros pelos custos de produção, assim como a predominância da última sobre todas as relações de produção, só se desenvolvem completamente, e continuam a desenvolver-se cada vez mais completamente, na sociedade civil-burguesa (*bürgerliches Gesellschaft*), a sociedade da livre-concorrência.”

Em segundo lugar, como descrito de passagem por Marx na citação reproduzida acima, a generalização das relações dos indivíduos como possuidores de mercadorias, a qual traz consigo a implicação de que cada um obtém os bens úteis de que precisam para viver através do processo de troca, sinaliza que os sujeitos dependem materialmente uns dos outros em um grau muito mais acentuado do que em sociedades passadas. Essa “dependência multilateral” entre os possuidores de mercadorias é uma marca característica do modo de produção capitalista, no interior do qual a satisfação das carências de cada indivíduo é condicionada pelo trabalho dos outros. Ademais, além de dependerem uns dos outros como consumidores (o que é colocado em primeiro plano na exposição da circulação simples de mercadorias), a interdependência entre os indivíduos estende-se também aos seus próprios trabalhos, que mobilizam matéria-prima e instrumentos adquiridos através do mercado, ou seja, que já se encontram mediados pelo trabalho privado de outros produtores. Desta maneira, o trabalho dos possuidores de mercadorias apresenta-se como *trabalho social*, sendo parte constitutiva da divisão social do trabalho complexa que permite à sociedade civil-burguesa prover os indivíduos do necessário para a satisfação do círculo constantemente alargado de suas carências.

Portanto, as relações entre possuidores de mercadorias têm como seus atributos centrais, por um lado, (1) a autonomia formal dos produtores, que confere ao seu trabalho um caráter privado e independente da comunidade, e, pelo outro, (2) a interdependência concreta dos mesmos, que somente podem levar a cabo seus trabalhos privados e suprir suas carências mediante a apropriação dos produtos dos demais participantes da divisão social do trabalho. Agora, aparenta haver algo de contraditório no fato de ambos esses aspectos estarem simultaneamente reunidos nas relações sociais capitalistas: estamos diante um organismo

produtivo altamente diversificado e coordenado, que é composto, no entanto, de indivíduos que empreendem seus trabalhos de forma autônoma, sem receber qualquer orientação direta da sociedade. Como a divisão social do trabalho pode se instituir num modo de produção em que a função desempenhada pelos produtores não é determinada por sua subordinação à comunidade ou por uma regulação consciente do processo de produção social, mas concerne apenas aos interesses privados de cada um? Como a *unidade* do trabalho social total se impõe por sobre a *autonomia* com que operam os produtores privados de mercadorias?

A identificação deste problema fornece o ponto de partida para a teoria marxiana da sociabilidade específica ao modo de produção capitalista. Com efeito, é a partir da análise da configuração contraditória assumida pelo trabalho no capitalismo que Marx fundamenta o fato de os produtos do trabalho humano adquirirem uma forma social de valor, sendo transformados em mercadorias. Para o autor, tal fenômeno é ocasionado pelo fato de as *mercadorias* desempenharem, por meio de sua forma de valor, um *papel central* no *estabelecimento da divisão social do trabalho* numa sociedade em que o contato entre os produtores se dá exclusivamente através do processo de troca:

“A dependência recíproca e multilateral dos indivíduos mutuamente indiferentes forma sua conexão social. Essa conexão social é expressa no valor de troca, e somente nele a atividade própria ou o produto de cada indivíduo devêm uma atividade ou produto para si; o indivíduo tem de produzir um produto universal – o valor de troca, ou este último por si isolado, o dinheiro. (...) Seu poder social, assim como seu nexos com a sociedade, o [indivíduo] traz consigo no bolso. A atividade, qualquer que seja sua forma de manifestação individual, e o produto da atividade, qualquer que seja sua qualidade particular, é o *valor de troca*, i.e, um universal em que toda individualidade, peculiaridade, é negada e apagada.” (Marx, 2011, p.105)

Ora, qual é o princípio que rege a divisão social do trabalho no capitalismo? Como os diversos trabalhos *prima facie* privados e autônomos acabam se complementando reciprocamente num sistema produtivo integrado? E o que isso tem a ver com a análise da forma-mercadoria? A existência da divisão social do trabalho pressupõe a vigência de algum mecanismo que encarregue-se de distribuir o trabalho social agregado entre as diversas esferas produtivas da sociedade, numa proporção ajustada à variedade e ao volume das carências sociais que devem ser supridas. O que significa dizer que devem existir certas relações de dependência material mútua entre os trabalhos qualitativamente distintos dos indivíduos, que indiquem o conteúdo da atividade produtiva a ser desempenhada por cada um enquanto órgão ou parte do trabalho social total.

Em formações sociais que não estruturam-se em torno da produção de mercadorias, a distribuição do trabalho social disponível ocorre ou bem em conformidade com relações de

dependência pessoal, em que os indivíduos são compelidos, pela tradição ou pelo exercício da violência, a realizarem funções específicas no processo de produção social (como no regime escravocrata, no sistema de castas ou nos estamentos medievais), ou bem com base no planejamento prévio e consciente da quantidade de trabalho social a ser destinada a cada esfera produtiva, tendo em vista a satisfação eficaz das carências sociais ou a concreção de objetivos coletivamente decididos. Como Marx não mede esforços em esclarecer na sua análise do fetichismo, essa modalidade de determinação *ex ante* das relações sociais de produção, quer dizer, de distribuição do trabalho social, caracteriza toda sociedade ou organismo produtivo em que não há predominância da forma-mercadoria.

Nesse sentido, a distribuição planejada do trabalho social não precisa ser remetida a uma comunidade socialista hipotética em que os indivíduos deliberem conjuntamente sobre a estrutura e os rumos da produção social. No próprio modo de produção capitalista, o planejamento da atividade produtiva e a divisão de tarefas no interior de uma empresa é decidida de antemão pelo coordenador da produção, que distribui seus funcionários em setores produtivos específicos, encarregados da fabricação de produtos parciais. O produto final é composto por meio da reunião desses produtos parciais, que se complementam uns aos outros de acordo com um plano pré-estabelecido. De maneira parecida, Marx, parodiando a predileção da economia política clássica pelo individualismo metodológico, descreve como até mesmo Robinson Crusóé, perdido numa ilha deserta, deve distribuir de modo ordenado o trabalho total que ele pode diariamente realizar entre as inúmeras atividades que são necessárias para assegurar a sua sobrevivência.⁸⁹

Em todos os casos descritos, a dimensão social do trabalho dos indivíduos – sua relação para com os outros trabalhos aos quais ele está vinculado no quadro do trabalho social total – encontra-se delimitada antes de sua execução, sendo estabelecida com base em seu caráter concreto ou útil (ou seja, a socialidade do trabalho guarda relação direta com o efeito útil particular que ele imprime sobre a matéria, complementando as particularidades das demais formas de trabalho). Com base nisso, Marx conclui que, quando a distribuição do trabalho social acontece *ex ante*, “a forma natural do produto – sua particularidade, e não, como na base da produção de mercadorias, sua universalidade” apresenta-se como a sua

⁸⁹ Na análise da atividade produtiva de Robinson Crusóé, que Marx empreende em suas considerações sobre o fetichismo da mercadoria, ele esclarece que o *conteúdo material* das determinações do valor (i.e, o trabalho necessário e a igualdade física do trabalho humano) encontra-se presente mesmo no mais abstrato dos casos. Todavia, o conceito de valor mostra-se pertinente apenas ao capitalismo, pois as relações entre os sujeitos acabam refletidas como formas sociais dos produtos do trabalho apenas quando a socialização do trabalho é mediada pelo processo de troca. Assim: “Aqui, todas as relações entre Robinson e as coisas que formam sua riqueza, por ele mesmo criada, são tão simples que até mesmo o sr. M. Wirth poderia compreendê-las sem maior esforço intelectual. E, no entanto, nelas já estão contidas todas as determinações do valor.” (Marx, 2013, p.152)

“forma imediatamente social” (Marx, 2013, p.152) Ou seja, quando as relações sociais entre os sujeitos são determinadas anteriormente ao processo de produção, de maneira que a natureza social do trabalho não depende da troca posterior do seu produto, não existe qualquer motivo para que as coisas assumam uma forma de valor ou se transformem em mercadorias.

Se, portanto, em sociedades não-capitalistas os trabalhos dos indivíduos cumprem com finalidades sociais que lhes são delegadas por relações de dependência pessoal ou por um plano racionalmente pré-estabelecido, o mesmo não acontece no modo de produção capitalista, no qual as partículas individuais da divisão social do trabalho apresentam-se sob a forma historicamente determinada de produtores privados de mercadorias, os quais, por definição, se encontram tanto libertos das amarras comunitárias ou tradicionais que restringiam sua atividade produtiva a um campo estreitamente determinado em períodos anteriores, quanto alheios a qualquer espécie de planejamento deliberado da produção social. Como, então, os seus trabalhos privados podem ser postos em relação uns com os outros, se não existem vínculos sociais prévios a estabelecer o conteúdo concreto da atividade produtiva dos indivíduos? Qual é o princípio que garante a distribuição proporcional do trabalho social entre as inúmeras esferas produtivas numa sociedade baseada na produção privada de mercadorias para a troca? Em suma: *como compreender a socialização dos trabalhos privados?*

Chegamos aqui ao ponto em que se pode finalmente compreender o significado do conceito marxiano de valor e a perspectiva a partir da qual Marx analisa a forma-mercadoria, e conseqüentemente o dinheiro, na seção inicial da crítica da economia política. De acordo com o autor, o trabalho dos produtores privados de mercadorias carece, de fato, de qualquer determinação social que seja anterior ou coexistente à produção. Nesse caso, a tensão entre autonomia formal (*propriedade privada*) e interdependência concreta (*divisão social do trabalho*), que define o trabalho dos produtores de mercadorias, pode ser resolvida apenas na esfera do mercado, na medida em que os indivíduos submetem os produtos dos seus trabalhos privados ao processo de troca.⁹⁰ Embora aparente consistir na mera substituição de objetos materiais úteis, esse processo envolve o estabelecimento de *relações de igualdade* entre

⁹⁰ “Sobre a base dos valores de troca, primeiramente por meio da *troca* o trabalho é *posto* como trabalho universal. Sobre a base anterior, o trabalho seria *posto* como trabalho universal antes da troca; i.e, a troca dos produtos não seria de modo algum o *meio* pelo qual seria mediada a participação dos indivíduos singulares na produção universal. A mediação tem, naturalmente, de ocorrer. No primeiro caso, que parte da produção autônoma dos indivíduos singulares – por mais que essas produções autônomas se determinem e se modifiquem *post festum* por suas relações recíprocas –, a mediação tem lugar por meio da troca das mercadorias, do valor de troca, do dinheiro, que são expressões de uma única e mesma relação.” (Marx, 2011, p.118-119)

formas qualitativamente distintas de trabalhos concretos que foram levados a cabo em condições privadas. Por conseguinte, para Marx, o processo de troca opera a redução dos trabalhos concretos privados dos produtores de mercadorias à forma característica do trabalho social no capitalismo: trabalho humano abstrato, cuja expressão objetiva consiste na *forma de valor* das mercadorias, e que assume uma existência autônoma na figura do *dinheiro*.

Podemos compreender, assim, que o ponto fundamental da concepção marxiana de sociabilidade capitalista é de que as relações sociais entre os produtores privados são estabelecidas por intermédio da troca de produtos do trabalho, os quais assumem, devido ao papel mediador que realizam no interior deste processo, uma forma social específica. Eles passam a existir como valores, quer dizer, como quantidades materializadas de trabalho social. Conforme escrito pelo pensador alemão em uma carta a Ludwig Kugelmann de 11 de julho de 1868, a forma de valor adquirida pelas mercadorias no processo de troca consiste no expediente historicamente *sui generis* através do qual a distribuição do trabalho social vem a ser concretizada no modo de produção capitalista:

“O falatório sobre a necessidade de se provar o conceito de valor surge da completa ignorância tanto do problema sob discussão quanto do método científico. Toda criança sabe que qualquer nação que parasse de trabalhar, não por um ano, mas digamos, por algumas semanas, pereceria. E toda criança sabe, também, que as quantidades de produtos correspondendo às quantidades diversas de carências sociais exigem quantidades diferentes, e quantitativamente determinadas, do trabalho agregado da sociedade. É *auto-evidente* que essa necessidade de distribuição do trabalho social em proporções específicas não pode ser abolida pela *forma específica* da produção social; ela pode apenas mudar sua *forma de manifestação*. Leis naturais não podem ser abolidas. A única coisa que pode se alterar é a *forma* em que tais leis afirmam-se sob condições históricas diferentes. E a forma em que essa distribuição proporcional do trabalho social afirma-se num estado da sociedade em que a interconexão do trabalho social expressa-se como a *troca privada* dos produtos do trabalho, é precisamente o *valor de troca* desses produtos. O que cabe à ciência é demonstrar *como* a lei do valor se afirma.” (Marx, 1988, p. 67)

Agora, como essa distribuição do trabalho social ocorre ao nível da sociedade como um todo? O que assegura o equilíbrio entre as diversas esferas produtivas em que o trabalho social é alocado? Para compreender esse problema, Marx considera ser essencial atentar à relação entre a *magnitude de valor* das mercadorias, determinada pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção, e sua expressão relativa na *forma-preço*, que, a depender das condições vigentes de mercado, pode refletir o valor da mercadoria com maior ou menor precisão.⁹¹ Para o autor, os desvios entre valor e preço de mercado, decorrentes do

⁹¹ “A grandeza de valor da mercadoria expressa, portanto, uma relação necessária – e imanente ao seu processo constitutivo – com o tempo de trabalho social. Com a transformação da grandeza de valor em preço, essa relação necessária aparece como relação de troca entre uma mercadoria e a mercadoria-dinheiro existente fora

desajuste na relação entre oferta e demanda, tendem a ser corrigidos pela redistribuição do trabalho social entre as esferas produtivas da sociedade.⁹² O valor constitui, portanto, o centro de gravidade em torno do qual variam os preços de mercado, e com o qual estes últimos nunca coincidem – ou somente o fazem de maneira efêmera, numa situação que não pode perdurar por períodos prolongados.⁹³ Para Marx, essa é uma questão que carrega particular relevância para a compreensão da natureza do modo de produção capitalista; ele argumenta que foi justamente por ignorá-la, encarando o valor não como uma “ideia reguladora”, mas como um enunciado empírico imediatamente válido, que Proudhon e os seus seguidores foram levados a fundar seu programa revolucionário sobre uma concepção equivocada das estruturas básicas do sistema econômico capitalista.⁹⁴

dela. Nessa relação, porém, é igualmente possível que se expresse a grandeza de valor da mercadoria, como o mais ou o menos pela qual ela é vendável sob dadas circunstâncias. A possibilidade de uma incongruência quantitativa entre preço e grandeza de valor, ou o desvio do preço em relação à grandeza de valor, reside, portanto, na própria forma-preço. Isso não é nenhum defeito dessa forma, mas, ao contrário, aquilo que faz dela a forma adequada a um modo de produção em que a regra só pode se impor como a lei média do desregramento que se aplica cegamente.” (Marx, 2013, p.176–177)

⁹² A ideia de que a distribuição do trabalho social no modo de produção capitalista procede por meio da desigualdade entre valor (ou preço natural) e preço de mercado encontra-se já presente nas obras de Adam Smith e de David Ricardo. Como escreve Ricardo (2004, p.54) no quarto capítulo dos *Principles*: “Ao fazer do trabalho o fundamento do valor das mercadorias, e da quantidade comparada de trabalho necessária à sua produção a regra que determina as quantidades respectivas de bens que devem ser trocados uns pelos outros, não devemos negar os desvios temporários e acidentais do preço real ou de mercado das mercadorias em relação ao seu preço natural e primário. (...) É apenas como resultado de tais variações que o capital é alocado de forma precisa, na quantidade requisitada e apenas nela, à produção das diferentes mercadorias que são demandadas. Com a queda ou a ascensão do preço, os lucros elevam-se acima, ou caem abaixo do seu nível geral, e o capital é ou bem encorajado a entrar em, ou é advertido a deixar, aquele emprego particular em que a variação teve lugar.” No que concerne à formulação smithiana desta explicação, que é significativamente menos elaborada do que as de Ricardo e Marx, conferir o sétimo capítulo de Smith (1977).

⁹³ O centro gravitacional dos preços de mercado é determinado pelos *valores* apenas caso se pressuponha, como Marx o faz nos dois primeiros livros do *Capital*, que os capitais individuais apresentam uma composição orgânica comum – isto é, que seus valores dividem-se entre capital constante e capital variável nas mesmas exatas proporções. Havendo composições orgânicas distintas, e conseqüentemente, taxas de mais-valor distintas para capitais da mesma grandeza, o centro gravitacional dos preços de mercado passa a ser dado pelos *preços de produção*. Neste último caso, a transferência de trabalho social entre esferas produtivas tem como sua causa a divergência entre preços de mercado e preços de produção, que enseja uma distorção nas taxas de lucro particulares das diferentes esferas produtivas. Em que pese as diferenças quantitativas que daí se seguem, a estrutura do argumento permanece idêntica.

⁹⁴ Com efeito, já nos *Grundrisse* Marx criticara a teoria de Proudhon por pretender substituir o dinheiro por certificados do dispêndio de trabalho sem abolir as relações sociais que tornam necessária a existência do dinheiro enquanto elemento socializador de trabalhos privados. Ou seja, o equívoco dos proudhonianos consiste em tratar os valores e os preços de mercado como categorias intercambiáveis, sem perceber que é apenas a diferença entre estes (e a tendência à supressão dessa diferença) que possibilita a distribuição proporcional do trabalho social numa sociedade mercantil: “O valor de mercado da mercadoria é sempre diferente desse seu valor médio, e se encontra sempre abaixo ou acima dele. O valor de mercado iguala-se ao valor real por suas incessantes oscilações, jamais por meio de uma equação com o valor real como terceiro termo, mas por sua contínua inequação consigo mesmo (não, como diria Hegel, por meio de identidade abstrata, mas pela constante negação da negação, i.e, de si mesmo como negação do valor real). (...) O *preço* diferencia-se também do *valor*, não apenas como o nominal se diferencia do real; não apenas pela denominação em ouro e prata, mas pelo fato de que o último aparece como a lei dos movimentos por que passa o primeiro.” (Marx, 2011, p.87-88)

Como a articulação oscilante entre magnitude de valor e forma-preço leva à redistribuição do trabalho social? Podemos esclarecer esta questão por meio de um exemplo. Se, mantendo-se idênticas as condições produtivas no interior de um dado setor x da produção que fabrica a mercadoria A, verifica-se um aumento significativo na demanda pela mercadoria A ou uma queda expressiva em sua oferta, seu preço de mercado tende a elevar-se acima do seu valor. Essa situação produz um desequilíbrio entre esta e as demais esferas da sociedade, uma vez que, através da realização da mesma quantidade de trabalho socialmente necessário, os produtores de A obterão uma remuneração maior do que os produtores de outras mercadorias. Ora, o que garante que os desvios entre preços de mercado e valores sejam eventualmente corrigidos (ainda que ao possível custo de outros desvios na direção contrária) é a concorrência entre os produtores de mercadorias (isto é, os capitalistas) de diferentes setores, os quais tendem a migrar das esferas produtivas menos vantajosas ou que oferecem vantagens aproximadas à média àquelas que o desequilíbrio da relação entre oferta e demanda tornou especialmente rentáveis. Esse processo tem lugar tanto no caso de o preço da mercadoria se elevar acima do seu valor quanto na situação contrária.⁹⁵

Desta maneira, embora a ausência de uma regulação consciente das atividades autônomas dos produtores privados de mercadorias enseje, naturalmente, o surgimento contínuo de desajustes entre a produção social e as carências da sociedade, de subprodução ou superprodução de mercadorias, a *concorrência intersetorial* opera de maneira tal que os desvios entre valor e preço de mercado tendem a ser, em alguma medida, contrabalançados pela transferência do trabalho social entre as esferas produtivas. Em outras palavras, a concorrência estabelece uma certa coordenação não-intencionada entre os trabalhos privados, ainda que ao custo do desequilíbrio e da desproporção constantes. Assim, do ponto de vista de Marx, a distribuição do trabalho social no capitalismo é um processo dinâmico e instável, que atinge uma complementariedade aproximada entre as várias esferas da divisão social do trabalho apenas através da permanente oscilação entre extremos.⁹⁶ Além de a unidade do

⁹⁵ A teoria marxiana da distribuição do trabalho social mediante a relação entre forma de valor e forma-preço é analisada em detalhes no capítulo 9 de Rubin (1987) “O valor como regulador da produção”, e no capítulo 2 de Shaikh (1990) “Valor, Dinero y Precio”.

⁹⁶ Conforme apontado com muita argúcia por Anwar Shaikh (1990, p.79), a perspectiva de Marx acerca do equilíbrio no modo de produção capitalista, em que pese eventuais similaridades terminológicas, é diametralmente oposta à da economia neoclássica: “Dentro da agitada contradição que é a produção capitalista de mercadorias, a reprodução da sociedade é necessariamente um processo de tentativa e erro, no qual as discrepâncias de uma classe são permanentemente seguidas por outras de conteúdo oposto. É apenas por meio de uma perpétua desordem que se realiza a distribuição necessária do tempo de trabalho social. É a isso que se refere Marx quando fala de um processo de regulação turbulenta, e não a uma situação estática de equilíbrio. Em contraposição, é precisamente o conceito de equilíbrio que permite à economia ortodoxa abolir todas as contradições da articulação forçada e eliminar assim tanto a necessidade do dinheiro quanto a possibilidade da crise.”

trabalho social estar sujeita às distorções que são intrínsecas a um modo de produção em que a atividade produtiva dos indivíduos é motivada apenas pela perseguição privada do lucro, esse desequilíbrio é exacerbado, em primeiro lugar, pelo fato de as constantes alterações da matriz tecnológica da produção ocasionarem alterações correspondentes no tempo de trabalho socialmente necessário à produção das mercadorias e, conseqüentemente, na distribuição do trabalho social, e, em segundo lugar, devido à circunstância de a expansão da produção (o capital em processo de reprodução ampliada) acontecer de forma assimétrica numa sociedade em que o caráter social do trabalho se encontra vinculado ao intercâmbio do seu produto. Como explica Marx (2011, p.338) nos *Grundrisse*: “O capital é tanto o contínuo pôr quanto a contínua superação da produção proporcional. A proporção existente tem de ser constantemente abolida por meio da criação de valores excedentes e do aumento das forças produtivas.”

A natureza necessariamente turbulenta e instável do processo de composição da unidade do trabalho social no modo de produção capitalista é descrita em termos claros por Marx num capítulo de importância subestimada do primeiro livro do *Capital*, em que o pensador alemão discute a especificidade da divisão social do trabalho na sociedade civil-burguesa face àquela que vige no interior da manufatura. Para Marx, se a distribuição das tarefas dentro uma unidade manufatureira obedece a um planejamento rigoroso, que procura otimizar ao máximo a aplicação do tempo dos seus empregados e racionalizar o emprego de recursos e instrumentos, a divisão do trabalho na sociedade enquanto um todo emerge apenas como o resultado da operação de um mecanismo anárquico, centrado na oscilação constante dos preços dos produtos do trabalho:

“É verdade que as diferentes esferas de produção procuram constantemente pôr-se em equilíbrio uma com as outras, já que, por um lado, se cada produtor tem de produzir um valor de uso e, portanto, satisfazer uma necessidade social particular, o âmbito dessas necessidades é quantitativamente distinto, e um vínculo interno concatena as diferentes massas de necessidades num sistema natural-espontâneo, ao passo que, por outro lado, a lei do valor das mercadorias determina quanto do tempo total de trabalho disponível a sociedade pode gastar na produção de cada tipo particular de mercadoria. Mas essa tendência constante das diferentes esferas da produção de se pôr em equilíbrio é exercida apenas como reação contra a constante supressão desse mesmo equilíbrio. A regra premeditada e planejadamente seguida (*vorbedacht und planmäßig befolgte Regel*) na divisão do trabalho no interior da oficina atua na divisão do trabalho no interior da sociedade apenas retrospectivamente (*nachträglich*), como necessidade natural (*Naturnotwendigkeit*), interna, muda, que controla o arbítrio desregrado dos produtores de mercadorias e pode ser percebida nas flutuações barométricas dos preços do mercado.” (Marx, 2013, p.429 - 430, tradução adaptada)⁹⁷

⁹⁷ A lei do valor determina “quanto do tempo total de trabalho disponível a sociedade pode gastar na produção de cada tipo de mercadoria” na medida em que institui o tempo de trabalho socialmente necessário para a

Ao longo desta seção, procuramos apresentar, em seus contornos gerais, a compreensão marxiana da sociabilidade *sui generis* do modo de produção capitalista, que tanto, por um lado, fornece o fundamento da análise marxiana da forma-mercadoria, quanto, pelo outro, acaba sendo substancialmente enriquecida à medida que a exposição de Marx investiga a função de mediação social exercida pelas formas sociais objetivadas da mercadoria e do dinheiro. Tivemos, assim, como nosso principal propósito lançar luz sobre o ângulo muito particular a partir do qual Marx analisa a forma-mercadoria na seção inicial da crítica da economia política, na qual esta é encarada não como um mero objeto útil empregado para satisfazer carências, mas sobretudo na condição de determinação elementar das relações sociais entre indivíduos no modo de produção capitalista. Nessa medida, efetuamos um primeiro e significativo passo em direção ao esclarecimento de como a exposição marxiana desenvolve conceitualmente as relações sociais simples de tal forma de sociedade através da análise da forma-mercadoria – uma tarefa que levamos a cabo em consonância com os princípios do método de exposição marxiano que foram evidenciados no capítulo anterior.

O argumento que desenvolvemos nos permitiu explicar o caráter social atribuído por Marx à forma-mercadoria. O ponto de partida da teoria do pensador alemão não é a mercadoria em si, mas a estrutura das relações sociais do modo de produção capitalista. Essa estrutura é marcada pela integração dos trabalhos privados dos produtores formalmente autônomos ao quadro de uma divisão social do trabalho complexa. Há, assim, uma contradição entre as dimensões privada e social do trabalho humano no modo de produção capitalista. A resolução do impasse entre produção privada e interdependência concreta acontece unicamente na esfera do mercado, de maneira que a dependência multilateral e recíproca entre os diversos trabalhos particulares acaba instituída apenas através do intercâmbio dos seus produtos. Em outras palavras, a socialização do trabalho dos indivíduos numa sociedade fundada na produção de mercadorias mostra-se tributária do processo de

produção de cada unidade de um determinado tipo de mercadoria. Ao multiplicar esse tempo de trabalho socialmente necessário pelo volume de mercadorias exigidas para a satisfação da demanda social, tem-se a quantidade de trabalho social que deve ser empregada em tal esfera produtiva. É importante reforçar que, para Marx, este processo de distribuição do trabalho social mediado pela lei do valor não é executado de forma consciente pelos indivíduos, mas resulta antes de concorrência entre possuidores de mercadorias ou capitalistas que visam somente à consecução dos seus interesses privados.

troca. E uma vez que as relações sociais são mediadas pelas coisas, essas últimas assumem uma forma social específica, que expressa qualitativa e quantitativamente a interconexão dos trabalhos humanos. Tal é a origem da *forma de valor* que transforma os produtos do trabalho humano em mercadorias. Ela tem como seu fundamento a contradição, específica ao modo de produção capitalista, entre a socialidade intrínseca ao trabalho humano e a dispersão dos indivíduos em unidades privadas de produção formalmente apartadas do controle social.⁹⁸ Por fim, explicamos como, para Marx, a unidade da divisão social do trabalho no capitalismo constitui-se mediante a concorrência entre os capitais de distintas esferas produtivas, num processo turbulento, propenso à emergência de reiterados desequilíbrios, que o autor apreende teoricamente através da articulação entre a magnitude da valor das mercadorias e sua expressão relativa na forma-preço.⁹⁹

Tendo assim caracterizado as linhas gerais da concepção marxiana da sociabilidade específica ao capitalismo, bem como assinalado o papel outorgado pelo autor à forma-mercadoria neste quadro teórico, podemos melhor compreender como Marx se propõe a estudar as relações sociais simples entre os indivíduos enquanto membros do organismo capitalista de produção social na análise da forma-mercadoria. Conforme escreve Marx (1971, p. 129) em *Teorias do Mais-Valor*:

“Como valores, as mercadorias são magnitudes *sociais*, quer dizer, algo absolutamente distinto de suas ‘propriedades’ como ‘coisas’. Como valores, elas constituem apenas relações entre os homens em sua atividade produtiva. (...) Onde o trabalho é comunal, as relações entre os homens em sua produção social não manifesta-se como ‘valores’ de ‘coisas’. A troca de produtos como mercadorias consiste num método de trocar trabalho, que demonstra a dependência do trabalho de cada um para com o trabalho dos outros, e corresponde a um certo modo de trabalho social ou de produção social.”

2.4. A análise da forma-mercadoria: substância, magnitude e forma de valor

Deixamos em aberto um questionamento no começo da seção anterior, concernente à estrutura da análise da forma-mercadoria. Afinal, qual é o roteiro percorrido pela exposição

⁹⁸ “A razão oculta para a existência da medida de valor é encontrada por Marx numa contradição caracterizando a essência da esfera da produção: na contradição de importância preeminente para sua teoria social, aquela entre trabalho privado e trabalho social. A contradição fundamental de que na produção mercadorias o trabalho social é realizado apenas como o trabalho *social* de indivíduos *privados* expressa-se na contradição derivada de que a troca de atividades e produtos deve ser mediada por um produto simultaneamente particular e universal.” (Backhaus, 1980, p.107)

⁹⁹ Como diz Marx na mesma carta a Kugelmann que referenciamos anteriormente: “O ponto da sociedade civil-burguesa é precisamente que, *a priori*, não se verifica nenhuma regulação consciente da produção social. O que é racional e necessário por natureza afirma-se apenas como uma média que opera cegamente.” (Marx, 1988, p.69)

marxiana da forma social mais simples do modo de produção capitalista? Para conferir uma resposta satisfatória a esse problema, devemos, antes de mais nada, dedicar alguma atenção à circunstância de esta seção inicial da crítica da economia política ter recebido diferentes tratamentos nos cerca de quinze anos que separam a publicação dos *Grundrisse* e a formulação pretensamente definitiva da problemática na segunda edição do *Capital*.

Com efeito, o começo da exposição dos *Grundrisse* traz consigo evidentes marcas de um pensamento em estágio de desenvolvimento, que sinalizam o esforço ainda cambaleante do pensador alemão para encontrar um acesso teórico adequado ao seu objeto de estudos. As reflexões de Marx no capítulo inicial desta obra, o “Capítulo do Dinheiro”, partem de uma extensa e sinuosa crítica do diagnóstico acerca da crise de 1855 enfrentada pelo Banco da França emitido por um seguidor obscuro de Proudhon, de nome Alfred Darimon, a qual se estende aos fundamentos teóricos da proposta proudhoniana de reforma bancária como solução às vicissitudes do capitalismo.¹⁰⁰ Os detalhes dessa crítica não vem ao caso. O que deve ser ressaltado é que, na primeira formulação do seu projeto de maturidade, a atenção de Marx acaba dirigida à exposição das relações sociais mais abstratas do capitalismo, posta em prática através de uma análise do vínculo imanente entre forma-mercadoria e dinheiro, somente após ele ter examinado criticamente o entendimento avançado pelo socialismo proudhoniano acerca da relação entre dinheiro e produção mercantil.

Não obstante, apesar de o seu conteúdo coincidir, em larga medida, com o das formulações subsequentes, a análise da forma-mercadoria dos *Grundrisse* se mostra um tanto assistemática e carente de organização formal, se assemelhando mais a um processo ativo de descobrimento teórico do que à apresentação de resultados de pesquisa já bem consolidados. Não é a toa que se concedeu aos *Grundrisse* a alcunha de “laboratório de Marx”. Entre outros aspectos, o que distingue essa análise da mercadoria na exposição inaugural da crítica da economia política é, em primeiro lugar, o tratamento pouco metódico ou dialético concedido às categorias de mercadoria e dinheiro, as quais são examinadas conjuntamente no mesmo nível expositivo, e, em segundo lugar, o desenvolvimento pouco detalhado do conceito de

¹⁰⁰ Um questionamento de grande importância obtido por Marx através do seu engajamento com Darimon, que sublinha a estreita ligação entre as empreitadas teóricas e os interesses práticos do pensador alemão, é o seguinte: “Chegamos aqui à questão fundamental, que não se relaciona mais com o ponto de partida. A questão geral seria: as relações de produção existentes e suas correspondentes relações de distribuição podem ser revolucionadas pela mudança no instrumento de circulação – na organização da circulação? Pergunta-se ainda: uma tal transformação da circulação pode ser implementada sem tocar nas relações de produção existentes e nas relações sociais nela baseadas?” (Marx, 2011, p.74) Sabemos, naturalmente, que a resposta de Marx a essas perguntas não mais que retóricas é negativa. No entanto, elas esclarecem uma motivação claramente significativa por trás do desenvolvimento marxiano da análise da forma-mercadoria, e, particularmente, da análise da forma do valor, qual seja, o embate teórico contra aquela que era a corrente mais popular do socialismo europeu à época, o proudhonismo.

valor, que não tem seus aspectos formal, substancial ou quantitativo devidamente expostos. A bem da verdade, a análise da forma-mercadoria encontra-se, nesta primeira redação da crítica da economia política, unida ao estudo do dinheiro e à exposição da esfera da circulação simples enquanto um todo – o que, se exprime uma imperfeição do ponto de vista expositivo, permite também apreender com maior facilidade do que em textos marxianos subsequentes o fio condutor da exposição da circulação simples, qual seja, a duplicação da mercadoria.

Quando foi, então, que Marx conferiu à exposição da seção inicial da crítica da economia política seu arranjo acabado, que começa com a análise da forma-mercadoria enquanto unidade de valor de uso e valor de troca? Curiosamente, o passo fundamental aparenta ter sido realizado ainda durante a escrita dos *Grundrisse*, numa pequena seção intitulada “Valor”, que marca o final do último caderno de 1858. Assim, lemos em seu parágrafo inicial:

“A primeira categoria em que se apresenta a riqueza burguesa é a da *mercadoria*. A própria mercadoria aparece como unidade de duas determinações. Ela é *valor de uso*, i.e, objeto da satisfação de um sistema qualquer de carências humanas. (...) Na realidade, entretanto, o valor de uso da mercadoria é um pressuposto dado – a base material em que se apresenta uma relação econômica determinada. É essa relação determinada que carimba o valor de uso como mercadoria. (...) Então como o valor de uso se transforma em mercadoria? Como suporte de *valor de troca*.” (Marx, 2011, p.756)

Embora o texto não avance muito além dessas considerações, podemos observar que Marx já determinara aqui o ponto de partida que seria rigorosamente seguido em suas investigações futuras. E, de fato, Marx coloca em prática tais apontamentos em *Contribuição para a Crítica da Economia Política*, de 1859. Trata-se de um texto consideravelmente mais maduro do que os *Grundrisse*, que exhibe uma grande similaridade estrutural à primeira seção do *Capital*. Nele, o pensador alemão demarca claramente a análise da mercadoria e o estudo do dinheiro como procedimentos teóricos separados, bem como efetua uma apresentação muito mais compreensiva do conceito de valor em suas variadas dimensões.¹⁰¹ Podemos dizer que a exposição da circulação simples de mercadorias encontra aqui sua forma madura, a qual fornece as bases para o tratamento da mercadoria no *Capital*. No entanto, Marx ainda não

¹⁰¹ Conforme a leitura que Michael Heinrich (2016, p.104) propõe a respeito do desenvolvimento da crítica da economia política: “Em ‘*Contribuição*’, que trata das mercadorias e do dinheiro, encontramos a primeira apresentação do caráter duplo do trabalho produtor de mercadorias, bem como uma análise rudimentar do fetichismo (embora Marx ainda não esteja usando este termo). Os fundamentos da teoria do valor, ausentes nos *Grundrisse*, já haviam sido estabelecidos nessa época e foram ligados ao estudo do dinheiro através de uma análise da forma do valor.” Discordamos de Heinrich somente num ponto. Nos parece que os rudimentos de uma teoria do fetichismo já encontram-se presentes nos *Grundrisse*, particularmente nas considerações de Marx acerca da autonomização do nexos social entre indivíduos na figura do valor de troca, assim como nas reflexões sobre as diferenças entre a socialização imediata e mediada do trabalho e as suas consequências reificantes.

realizara, nesse texto de 1859, uma análise da forma do valor tão rigorosa quanto aquelas que podem ser encontradas na primeira e segunda edições do seu *magnum opus*.

Ao nosso ver, a análise da forma-mercadoria apresentada por Marx na primeira e na segunda edições do *Capital* oferece a exposição mais desenvolvida da forma social elementar do modo de produção capitalista, que sistematiza e confere um arranjo metódico às inúmeras ideias que vinham sendo gestadas, pelo menos, desde a escrita dos *Grundrisse*. Ela pode ser concebida como o ponto culminante de um esforço de clarificação acerca da natureza da sociedade civil-burguesa incansavelmente perseguido por Marx desde a sua juventude. Por conta disso, a tomaremos como referência primária na reconstrução que se segue.

A estrutura da exposição da forma-mercadoria pode ser caracterizada da seguinte maneira. Em primeiro lugar, Marx parte da forma-mercadoria em sua imediatidade, tomada enquanto unidade de valor de uso e valor de troca. Nessa etapa inicial, que compreende os dois primeiros itens do primeiro capítulo da segunda edição do *Capital* (respectivamente, “Os dois fatores da mercadoria...” e “O duplo caráter do trabalho representado nas mercadorias”), Marx efetua um *procedimento analítico* que reduz o valor de troca à condição de forma de aparecimento do valor.¹⁰² O autor então prossegue em sua análise e determina que a substância social do valor das mercadorias consiste no trabalho humano abstrato, o qual se contrapõe ao trabalho em sua dimensão concreta. Em sua segunda etapa, correspondente aos dois últimos itens do primeiro capítulo (“A análise da forma do valor...” e “O caráter fetichista da mercadoria...”), o argumento de Marx empreende um movimento oposto àquele da redução do valor de troca aos fundamentos. A partir desse momento, o propósito do autor passa a ser investigar como e por que o trabalho humano abstrato (a *substância* ou *conteúdo* do valor) encontra uma forma determinada de expressão no valor de troca (a *forma* do valor). Em alusão aos princípios do método de exposição dialético anteriormente discutidos, podemos afirmar que essa segunda etapa da análise da mercadoria consiste num

¹⁰² O próprio Marx ofereceu uma explicação sobre a estrutura do argumento da análise da forma-mercadoria num dos últimos textos que teve a oportunidade de escrever, as *Glosas Marginais ao Tratado de Economia de Adolph Wagner*, redigidas entre 1879 e 1880. Nessa obra, Marx rebate a interpretação equivocada de Wagner acerca da análise da forma-mercadoria, explicitando a natureza do procedimento que ele empreende no começo da crítica da economia política: “*De prime bord* [inicialmente], eu não parto de ‘conceitos’, nem mesmo do ‘conceito de valor’, e, assim, de modo algum tenho também que o dividir. Parto da forma social mais simples na qual o produto do trabalho se apresenta dentro da sociedade atual, e essa forma é a *mercadoria*. Eu a analiso, em primeiro lugar, precisamente na *forma pela qual ela aparece*. Aqui descubro, então, que, de um lado, ela é dentro de sua forma natural, uma coisa de uso, também conhecida como valor de uso; de outro lado, ela é portadora de valor de troca, e, desse ponto de vista é, por si mesma, valor de troca. A análise posterior desse último me mostra que o valor de troca é apenas uma ‘*forma* de manifestação’, modo autônomo de apresentação do *valor* contido na mercadoria, e então inicio a análise do valor.” (Marx, 2020, p. 60-61)

procedimento de *síntese*, em que se pode observar a ascensão do abstrato à forma concreta assumida por ele na realidade efetiva.

A avaliação da estrutura do argumento da análise da forma-mercadoria revela que o propósito de Marx consiste, sobretudo, em investigar compreensivamente as várias dimensões que constituem a forma social do produto do trabalho (o valor de troca, a magnitude do valor e o trabalho abstrato), atentando para relação que elas mantêm umas com as outras no interior da figura complexa da forma-mercadoria. Esse tratamento multifacetado do conceito de valor, que institui uma diferença decisiva entre a teoria de Marx e a economia política clássica, tem sua centralidade à análise da forma-mercadoria destacada num comentário feito pelo pensador alemão ao final do texto da primeira edição. Nele, Marx (1998, p.1006) sustenta que o propósito de tal análise consiste em ”descobrir a conexão interna necessária entre a *forma* de valor, a *substância* de valor e a *magnitude* de valor; ou seja, expressando em termos *ideais*, demonstrar que a *forma* de valor surge do *conceito* de valor.” Nossa discussão anterior da concepção marxiana da sociabilidade capitalista explorou aspectos importantes do papel atribuído por Marx à forma de valor da mercadoria no modo de produção capitalista. Vejamos, agora, como tal conexão é desenvolvida pelo pensador alemão ao longo do primeiro capítulo do *Capital*.

2.4.1. Dissecção da mercadoria: passagem da forma à substância social

A exposição de Marx começa com uma caracterização de como a forma-mercadoria do produto do trabalho se apresenta em seu caráter mais imediato, na superfície do processo de troca. À primeira vista, ela aparenta ser “um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz carências humanas de um tipo qualquer.” (Marx, 2013, p.113) No que concerne à sua *forma material*, a mercadoria consiste, portanto, num um objeto dotado de propriedades úteis, que fazem dele um meio para a satisfação das carências as mais variadas e, portanto, para a perpetuação da vida humana. Na medida em que possui utilidade, a mercadoria é caracterizada por Marx como um *valor de uso*, determinação essa que designa um tipo de relação entre produtos do trabalho e indivíduos que mostra-se comum a toda e qualquer formação social, sendo, pois, desprovida de determinação histórica: “Os valores de uso formam o conteúdo material (*stofflichen Inhalt*) da riqueza, qualquer que seja a forma social desta.” (Marx, 2013, p.114)

Entretanto, nossa discussão anterior determinou que o interesse de Marx pela forma-mercadoria decorre do papel de mediação social que tal objeto, aparentemente

material, executa no modo de produção capitalista, ao relacionar os trabalhos privados de indivíduos atomizados. A primeira forma através da qual essa dimensão social da mercadoria permite-se entrever é o seu *valor de troca*, que “aparece (*erscheint*) inicialmente como a relação quantitativa, a proporção em que valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo, numa relação que se altera constantemente no tempo e no espaço.” (ibid, p.114) Ou seja, Marx constata que a mercadoria possui uma certa propriedade social, que se expressa mediante sua capacidade de ser trocada em proporções definidas por outras mercadorias qualitativamente distintas. A princípio, os valores de troca que pertencem à mercadoria são intermináveis, uma vez que ela pode ser posta em relação de troca com qualquer outro objeto presente no mercado.

Como, todavia, deve ser compreendida essa forma social da mercadoria que se exterioriza apenas em suas relações de troca com outras mercadorias? O passo seguinte dado por Marx em sua exposição da forma-mercadoria consiste em submeter o valor de troca a uma análise mais detida. Ele apresenta, para tanto, um argumento que visa demonstrar que os *múltiplos* valores de troca possuídos por uma determinada mercadoria não possuem uma magnitude contingente ou aleatória, mas antes expressam a existência de uma *unidade* comum à qual devem ser reduzidos.¹⁰³ Por conveniência, passaremos a nos referir ao argumento que Marx apresenta com esta finalidade como o *argumento da dedução do valor*.

Convém ressaltar que esse escrutínio sobre a passagem do valor de troca ao valor não está presente nas formulações iniciais da análise da forma-mercadoria. Em *Contribuição*, por exemplo, o conceito de valor é desdobrado do valor de troca da mercadoria sem que o filósofo alemão julgue ser necessário avançar qualquer raciocínio em favor de sua dedutibilidade; nessa obra, Marx limita-se a afirmar que devemos considerar que os vários valores de troca da mercadoria consistem em pouco mais do que formas de manifestação de uma unidade comum, o tempo de trabalho social.¹⁰⁴ A hipótese mais convincente levantada na literatura a respeito do motivo responsável pelo acréscimo do argumento da dedutibilidade

¹⁰³ Esse movimento de passagem do valor de troca ao valor deve ser concebido, como bem observa Ruy Fausto (1987, p. 150), como uma redução e não uma generalização: “Se a mercadoria é valor de uso, ela é igualmente valor de troca. E o valor de troca é uma determinação que supõe que uma relação se estabeleça entre pelo menos duas mercadorias. Para que a expressão de valor de uma mercadoria em outras mercadorias seja possível, é necessário que sua forma sensível seja reduzida a algo comum. Esse movimento que conduz ao valor como fundamento do valor de troca e ao trabalho como substância do valor não é uma generalização, mas uma *redução*. Razão pela qual o *valor de uso em geral* não poderia servir como denominador comum.”

¹⁰⁴ Na visão de Heinrich (1997, p.204), essa é uma vantagem da exposição de *Contribuição* em relação à do *Capital*: “A questão do caráter especificamente social do trabalho que produz mercadorias não é formulada tão claramente na primeira subsecção do primeiro capítulo de *O Capital* como na passagem correspondente de *Contribuição*.” Em *Contribuição*, “Marx considera as mercadorias desde o início como matéria de trabalho social”, deixando claro que o que “ele quer determinar não é principalmente a relação de troca quantitativa, mas o caráter específico do trabalho que produz mercadorias.”

do valor à análise da forma-mercadoria no *Capital* vai no sentido de associar tal mudança à assimilação, por parte de Marx, das críticas dirigidas por Samuel Bailey à teoria do valor-trabalho de David Ricardo.¹⁰⁵ Trata-se de uma explicação primeiro aventada por Isaak Illich Rubin (1987, cap.12) em seu estudo clássico sobre a teoria do valor marxiana.

Samuel Bailey era uma figura de menor importância no quadro do pensamento econômico clássico, cujas obras ostentavam marcada influência da tradição do empirismo britânico. Bailey adquiriu certo renome ao criticar a teoria ricardiana do valor-trabalho por transformar o valor em algo absoluto, na medida em que ela se propõe a explicar as proporções em que as mercadorias são trocadas umas pelas outras com base no dispêndio de trabalho necessário à sua produção. Munido de uma metodologia empirista das mais radicais, Bailey argumenta que o valor consiste num conceito necessariamente relativo, que expressa apenas a proporção de troca vigente entre mercadorias num dado ponto do tempo e do espaço. Em outras palavras, valor de troca e valor apresentam-se como conceitos intercambiáveis, de maneira que qualquer conceito de valor que remeta a fatores extrínsecos ao ato individual de troca a fim de explicar os termos nos quais este último ocorre não passa de um contrassenso desprovido de méritos analíticos. Assim sendo, a economia política deve, defende Bailey, restringir a investigação sobre o valor da mercadoria às considerações subjetivas dos participantes da troca. Nas palavras do autor: “Quaisquer circunstâncias que ajam com influência verificável, seja de modo mediado ou imediato, sobre a *mente* no intercâmbio de mercadorias, podem ser consideradas como causas do valor.” (Bailey, 1825, p.182-183)

Marx debateu a teoria do valor nominalista de Bailey e suas críticas a David Ricardo de maneira muito aprofundada nas *Teorias da Mais-Valor*, num capítulo de inquestionável importância para se compreender a particularidade da sua concepção de valor. Embora, evidentemente, não nutra quaisquer simpatias pelo subjetivismo econômico radical de Bailey, Marx reconheceu que o desafio cético montado pelo filósofo britânico a propósito da existência do valor lhe impunha a obrigação teórica de apresentar um argumento em favor da tese de que os valores de troca da mercadoria são governados por uma determinada regularidade, a ser apreendida mediante o conceito de valor. Ademais, Marx concedeu certa razão a Bailey em sua crítica à teoria do valor ricardiana, posto que essa negligenciou completamente o problema da forma do valor, se ocupando somente com questões de ordem quantitativa. Esse ponto cego torna Ricardo incapaz de demonstrar convincentemente a

¹⁰⁵ Uma reconstrução competente da concepção de valor defendida por Bailey contra a economia política clássica e da crítica de Marx à teoria de Bailey pode ser encontrada em Murray (2016, cap.6)

conexão entre o trabalho formador de valor e o dinheiro. Contra Bailey, entretanto, Marx argumenta que o dinheiro somente pode se apresentar como a medida do valor das mercadorias porque confere expressão a uma substância social comum que lhes é comum, mas que apenas se manifesta no processo de troca, através de sua equiparação ao equivalente universal enquanto forma materializada de trabalho humano abstrato.

É à luz do diálogo de Marx com Bailey que o argumento marxiano da dedução do valor deve ser lido. Com efeito, toda a variedade de teses que tal argumento mobiliza foram anteriormente propostas, com profundidade filosófica significativamente mais elevada, no capítulo mencionado de *Teorias da Mais-Valia*. Nele, Marx não apenas fundamenta teoricamente a necessidade de se dispor de um conceito objetivo de valor para investigar as regularidades por trás da circulação de mercadorias, como também demonstra que a tese defendida por Bailey da identidade absoluta entre valor de troca e valor leva a consequências espúrias, que inviabilizam a própria economia política enquanto disciplina, apagando o caráter socialmente determinado do processo de troca no capitalismo.

Examinemos mais atentamente o argumento da dedução do valor. Em linha com os princípios do seu método dialético de exposição, Marx concebe o processo de troca de acordo com a forma social específica que esse assume no modo de produção capitalista. Isso significa que o objeto de estudos do argumento de Marx não é uma representação abstrata de um ato individual de intercâmbio (uma troca simples de produtos), o escambo ou o regime de trocas característico das sociedades arcaicas, o qual, como apontado por Marcel Mauss, se encontra fundido ao universo simbólico das mesmas e é regido por um complexo sistema de prestação recíproca de favores.¹⁰⁶ Ao invés disso, Marx encara a mercadoria como um elemento participante do processo generalizado de circulação de mercadorias, que se apresenta como mediador do metabolismo social na sociedade capitalista.¹⁰⁷ Esse processo caracteriza-se pela presença ubíqua do dinheiro enquanto forma universal de valor das

¹⁰⁶ “Nas economias e nos direitos que precederam os nossos, nunca se constatam, por assim dizer, simples trocas de bens, de riquezas e de produtos num mercado estabelecido entre os indivíduos. Em primeiro lugar, não são indivíduos, são coletividades que se obrigam mutuamente, trocam e contratam; as pessoas presentes ao contrato são pessoas morais: clãs, tribos, famílias, que se enfrentam e se opõem seja em grupos frente a frente num terreno, seja por intermédio de seus chefes, seja ainda dessas duas maneiras ao mesmo tempo. Ademais, o que eles trocam não são exclusivamente bens e riquezas, bens móveis e imóveis, coisas úteis economicamente. São, antes de tudo, amabilidades, banquetes, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, danças, festas, feiras, dos quais o mercado é apenas um dos momentos, e nos quais a circulação de riquezas não é senão um dos termos de um contrato bem mais geral e bem mais permanente.” (Mauss, 2003, p.190-191)

¹⁰⁷ Entre outros autores, Rubin (1987), Heinrich (1997) e Elson (1989) salientam corretamente a necessidade de se compreender o argumento da dedução do valor à luz da determinidade histórica do processo de troca examinado por Marx. Nessa medida, Rubin (1987, p. 124) sustenta que “o ponto de partida de todo o raciocínio de Marx é a estrutura concreta da economia mercantil, e não o método puramente lógico de comparação de duas mercadorias entre si.”

mercadorias, que as torna indiretamente permutáveis entre si. Portanto, embora Marx não mencione explicitamente o dinheiro nessa primeira parte da análise da forma-mercadoria, uma vez que a exposição ainda não introduziu tal categoria, ele encontra-se *pressuposto* no argumento da dedução do valor.

Estabelecido esse ponto, podemos reconstituir o argumento de Marx da seguinte maneira. Em primeiro lugar, Marx (2013, p.114-115) constata o fato trivial de que cada mercadoria possui múltiplos valores de troca: “Certa mercadoria, 1 *quarter* de trigo, por exemplo, é trocada por x de gravata ou por y de seda ou z de ouro, em suma, por outras mercadorias nas mais diversas proporções. O trigo tem, assim, múltiplos valores de troca em vez de um único.” Em segundo lugar, Marx introduz uma premissa cuja validade se mostra exclusiva ao modo de produção capitalista. Ele sustenta que “sendo x de graxa de sapatos, assim como y de seda e z de ouro etc. o valor de troca de 1 *quarter* de trigo, então x de graxa de sapatos, y de seda e z de ouro etc. têm de ser valores permutáveis entre si ou valores de troca da mesma grandeza.” (ibid, p.115) Noutras palavras, o valor de troca é uma relação transitiva, em que, se $a = b$ e $b = c$, então, necessariamente, $a = c$. Essa premissa não expressa senão a circunstância de que, na circulação capitalista de mercadorias, as mercadorias são efetivamente intercambiáveis em proporções constantes, a despeito de suas diferenças qualitativas e do conjunto particular de interesses que motiva a ação de cada participante do processo de troca. O que explica isso é a função mediadora exercida pelo dinheiro.

A conclusão do argumento de Marx é bem conhecida: se os múltiplos valores de troca de uma mercadoria aparecem como intercambiáveis (em termos qualitativos e quantitativos), então devemos considerar que o “valor de troca não pode ser mais que o modo de expressão, a ‘forma de aparecimento’ (*Erscheinungsform*) de um conteúdo que pode ser dele distinguido.” (ibid) Ou seja, a multiplicidade dos valores de troca da mercadoria expressa a existência de uma *unidade* subjacente que se exterioriza através das relações de troca que a mercadoria mantém. Essa unidade responsável por tornar as mercadorias equivalentes não é senão o *valor*. Quando duas mercadorias são trocadas no processo de circulação capitalista, elas são, portanto, relacionadas ou equiparadas na condição de valores.

Ao examinar a determinação social mais imediata da forma-mercadoria, o valor de troca, Marx chega à conclusão de que ela está assentada sobre o valor. O valor consiste, portanto, no fundamento do caráter social da mercadoria. No entanto, não se conhece ainda sua natureza. O que torna as mercadorias comensuráveis enquanto valores? De onde se origina sua estranha dimensão social? Ora, é de saída evidente que seria um contrassenso pretender explicar a forma social da mercadoria nos termos de suas propriedades materiais.

Ademais, o processo de troca é um processo social em que mercadorias qualitativamente distintas são reduzidas a uma unidade comum, sendo quantitativamente comparadas como materializações dessa mesma substância. Logo, “parece claro que a abstração dos seus valores de uso é justamente o que caracteriza a relação de troca das mercadorias.” (Marx, 2013, p.115) Se a forma material da mercadoria, bem como seu caráter útil, se mostram completamente estranhos à unidade de valor que encontra expressão em sua troca, então como compreender a natureza dessa substância social? O que torna possível a equiparação entre mercadorias qualitativamente distintas? A solução desse problema passa, para Marx, pelo reconhecimento de que todas as mercadorias, independentemente de sua forma material particular e das carências que satisfazem, representam a objetivação de uma certa quantidade de trabalho humano. Isto é, “como materializações do trabalho social todas as mercadorias são cristalizações da mesma unidade.” (Marx, 2008, p.53)

Deste modo, Marx determina que as mercadorias apresentam-se como equivalentes no processo de troca por serem produtos do trabalho humano. Entretanto, assim como a forma material das mercadorias nada tem em comum com sua existência enquanto valores, também o trabalho representado em sua objetividade de valor não pode consistir numa forma materialmente específica do trabalho humano. Em outras palavras, o trabalho que aparece como fundamento do valor das mercadorias não pode ser identificado com qualquer espécie particular de *trabalho concreto*, que, ao imprimir sobre elas uma determinada forma material, as tornando aptas para satisfazer carências de um certa classe, as transforma em valores de uso. O trabalho que constitui a substância do valor define-se, pelo contrário, por seu caráter homogêneo e geral, pela completa abstração das propriedades que caracterizam o trabalho humano em sua função de efetuar o metabolismo entre homem e natureza. A substância do valor consiste, pois, em *trabalho abstrato*. Podemos, a partir dos apontamentos antes realizados acerca da concepção de sociabilidade pressuposta pela análise marxiana da forma-mercadoria, depreender que a caracterização do trabalho como substância do valor guarda vínculos estreitos com o processo historicamente específico de composição da divisão social do trabalho por intermédio da troca de mercadorias. Contudo, antes de prosseguirmos em nossa reconstrução, cabe realizar um comentário breve, mas prudente, a respeito das controvérsias que acumularam-se em torno deste ponto na recepção da obra de Marx.¹⁰⁸

¹⁰⁸ Essa advertência justifica-se na medida em que mesmo um intérprete tão rigoroso da obra de Marx quanto Moishe Postone apresenta uma leitura francamente absurda dos propósitos de Marx na parte inicial da análise da forma-mercadoria, em especial no que concerne ao argumento da dedução do valor. Para Postone (1996, p.142), “os argumentos de Marx deduzindo o valor devem ser lidos como um metacomentário acerca das formas de pensamento características da sociedade capitalista (por exemplo, da tradição da filosofia moderna, assim como da economia política.” Embora Postone tenha razão em afirmar que tal argumento não é pretendido por Marx

O raciocínio por meio do qual Marx promove a identificação da substância do valor com o trabalho humano recebeu um grande número de críticas por parte daqueles que, na esteira da infame crítica do economista austríaco Eugen Böhm-Bawerk, o interpretaram à maneira de uma demonstração analítica da validade da teoria do valor-trabalho. Essa nos parece, todavia, ser uma leitura equivocada do texto.¹⁰⁹ Tendemos a concordar com a posição de Heinrich (1999, cap.6), segundo a qual o argumento marxiano deve ser compreendido como uma etapa intermediária na definição do caráter social específico do trabalho no modo de produção capitalista, empreendida a partir da análise da forma social mais simples do seu produto. Para Heinrich, o propósito do argumento de Marx pode ser mais facilmente apreendido na análise da forma-mercadoria de *Contribuição*, em que o pensador alemão dirige os seus esforços, desde o princípio, à delimitação da especificidade social e histórica do trabalho que cria valor.

Além de se adequar melhor ao objetivo da exposição da forma-mercadoria, essa interpretação se afigura mais compatível com o método do autor. Pois se a natureza do método de exposição empregado por Marx na crítica da economia política preconiza o desenvolvimento progressivo das categorias e a fundamentação retroativa das determinações abstratas, então se mostra no mínimo improvável que o autor pretenda estabelecer axiomáticamente, através de um raciocínio analítico de elevado formalismo, a validade da tese do valor-trabalho já nas páginas iniciais de sua investigação. E, de fato, Marx (1988, p.67) parece ter precisamente esse tipo de procedimento axiomático-dedutivo em vista quando escreve, na carta a Kugelman antes citada, que: “O falatório sobre a necessidade de se provar o conceito de valor surge da completa ignorância tanto do problema sob discussão

como uma demonstração formal do conceito de valor, ele equivoca-se ao considerar que o pensador alemão estaria mimetizando a modalidade analítica de pensamento adotada por seus adversários, a fim de evidenciar a sua insensatez. Conforme argumentos no presente capítulo, a exposição do valor levada a cabo por Marx nas primeiras páginas da análise da forma-mercadoria: (i) tem como contexto o embate entre a teoria do valor-trabalho ricardiana e a crítica subjetivista de Samuel Bailey; (ii) é retroativamente fundamentada pela elucidação do mecanismo de abstração do trabalho na análise da forma do valor.

¹⁰⁹ Böhm-Bawerk sustenta que Marx pretende fornecer uma prova definitiva da teoria do valor-trabalho na primeira parte do primeiro capítulo do *Capital*, através do emprego de um “método puramente lógico” de análise a um ato individual de troca que envolveria apenas dois produtos. Segundo o economista austríaco, Marx teria, após deduzir do ato de troca abstrato a necessidade de equivalência entre os produtos trocados, tentado definir a natureza de tal equivalência através de um raciocínio por eliminação grosseiro, cujo ponto de chegada é o trabalho humano concebido em termos físicos ou fisiológicos. Escreve Böhm-Bawerk (1949, p.69): “Marx procura pelo ‘fator comum’ que é o atributo do valor de troca da seguinte maneira: ele submete à análise todos as propriedades dos objetos equiparados na troca e, com base no método de exclusão, descarta todas aquelas que não passam no teste, até que, ao final, apenas uma propriedade permanece, a de ser um produto do trabalho. Essa, portanto, deve ser a propriedade comum buscada.” Nossa reconstrução do argumento marxiano à luz das especificidades do seu método expositivo permite perceber os erros da leitura de Böhm-Bawerk, que ignora o condicionamento histórico-social da análise marxiana da forma-mercadoria e o caráter fundamentalmente social do trabalho constitutivo da substância do valor.

quanto do método científico.” Do ponto de vista do método seguido por Marx, a demonstração da lei do valor deve acontecer à medida que a exposição relaciona progressivamente as determinações simples do modo de produção capitalista (valor, trabalho abstrato, dinheiro) aos processos complexos de produção e reprodução do capital, consumando-se apenas ao final da obra. É por isso que, nessa mesma carta, Marx (ibid) sustenta, contra a exigência espúria por uma prova do conceito de valor, que “o que cabe à ciência é demonstrar como a lei do valor se afirma”. Tamanha é a importância atribuída pelo pensador alemão ao método de reconstrução progressiva do objeto de conhecimento que, para ele, “mesmo se não houvesse capítulo algum sobre valor em meu livro, minha análise das relações efetivas conteria a prova e a demonstração da relação efetiva de valor” (ibid).

Acompanhamos a exposição de Marx até a especificação de que o valor tem como sua substância o trabalho abstrato. Sabemos também que a unidade que converte as mercadorias em valores apresenta uma natureza estritamente social.¹¹⁰ Logo, o trabalho que constitui o valor deve possuir forçosamente as características da socialidade e da unidade. Mas por que ele é dito abstrato? Qual é o estatuto desta abstração que destitui o trabalho humano de suas particularidades? O conceito marxiano de trabalho abstrato é tão central à crítica da economia política quanto controverso dentro da literatura secundária. Afora o fato de ser definido negativamente em relação ao trabalho concreto (isto é, de consistir em trabalho humano em geral, abstraído de suas propriedades), o conteúdo desse conceito foi compreendido de maneiras muito díspares pelos intérpretes.

Em primeiro lugar, existe uma interpretação de cunho naturalista ou fisiológico, segundo a qual o conceito de trabalho abstrato denota o conjunto de características fisiológicas que são comuns a todas as formas particulares de trabalho humano. A referência primária que costuma ser empregada para respaldar essa leitura é a caracterização do trabalho abstrato empreendida pelo pensador alemão ao discutir o “duplo caráter do trabalho representado nas mercadorias” na segunda edição do *Capital*. Nesse texto, Marx (2013, p.121) coloca em primeiro plano a generalidade fisiológica que inere ao trabalho humano em suas mais diferentes aplicações:

“Abstraindo da determinidade da atividade produtiva, e, portanto, do caráter útil do trabalho, resta o fato de que ela é dispêndio de força humana de trabalho. Alfaiataria e tecelagem, embora atividades produtivas qualitativamente distintas, são ambas dispêndio produtivo de cérebro, músculos, nervos, mãos, etc. humanos e, nesse

¹¹⁰ “Da análise do valor conclui-se que para criar valor de troca é preciso que o trabalho esteja determinado socialmente, que seja trabalho social, não simplesmente social, mas de um modo particular. É um modo específico de socialidade.” (Marx, 2008, p.57)

sentido, ambas são trabalho humano. Elas não são mais do que duas formas diferentes de se despendar força humana de trabalho.”

Assim, a contraposição entre trabalho abstrato e trabalho concreto acaba concebida nos moldes da relação gênero-espécie:

“Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força humana de trabalho em sentido fisiológico, e graças a essa sua propriedade de trabalho humano, igual ou abstrato ele gera o valor das mercadorias. Por outro lado, todo trabalho é dispêndio de força humana de trabalho numa forma específica, determinada à realização de um fim, e, nessa qualidade de trabalho concreto e útil, ele produz valores de uso.” (Marx, 2013 p.124)

Apesar de encontrar forte adesão entre as correntes tradicionais do marxismo, e de aparentar ser corroborada por passagens do texto de Marx, essa interpretação entra em conflito com o papel atribuído ao trabalho enquanto substância de valor. Isso porque o fato de todo trabalho poder ser reduzido a “dispêndio produtivo de cérebro, músculos, nervos, mãos, etc. humanos” em nada contribui, por um lado, para esclarecer o tipo particular de relação social entre trabalhos que exterioriza-se na forma de valor das mercadorias; pelo outro, ele remete a um fundamento biológico presente em toda forma histórica de organização da produção social. Em outras palavras, se o trabalho abstrato deve ser entendido como uma forma particular de trabalho social, então sua definição não pode se dar a partir da igualdade fisiológica do trabalho humano.¹¹¹

Na base da leitura fisiológica, reside uma definição imprecisa do conceito marxiano de abstração do trabalho. Para seus proponentes, a generalidade fisiológica do trabalho humano consiste no resultado de um procedimento subjetivo de abstração (seja da parte do intérprete ou do agente da troca), que envolve a comparação deliberada dos vários tipos qualitativamente distintos de trabalho concreto, culminando com a descoberta de que os mesmos têm em comum apenas certas propriedades fisiológicas elementares. No entanto, Marx compreende a abstração do trabalho como um processo social objetivo, que opera a

¹¹¹ O que não quer dizer que Marx considere a igualdade fisiológica do trabalho como analiticamente irrelevante. Pelo contrário, como coloca Ruy Fausto (1983, p.91-92), o trabalho humano em sua generalidade fisiológica consiste, para Marx, num *pressuposto material* da categoria de trabalho abstrato. Para haver trabalho abstrato no sentido visado pela teoria de Marx, entretanto, mostra-se necessário que essa generalidade seja *posta* por um processo social objetivo e historicamente circunscrito ao capitalismo. “Não é a realidade biológica da universalidade do trabalho que constitui o trabalho abstrato, mas a posição dessa realidade, e a posição não é mais biológica. A generalidade em sentido fisiológico (não mais do que a generalidade abstrata e subjetiva) — retomamos o problema num nível mais elevado — não constitui o trabalho abstrato: ela é apenas a realidade natural *pressuposta* à (posição) deste. A realidade social *faz com que valha* o que era apenas uma realidade natural. E que a abstração do trabalho em sentido fisiológico não pode constituir o trabalho abstrato, é visível pelo fato de que lhe falta o momento da *singularidade*.”

redução dos diferentes trabalhos concretos dos produtores de mercadorias a trabalho humano abstrato de modo completamente independente em relação às intenções dos sujeitos. Esse aspecto objetivo e supraindividual da abstração do trabalho é explicitado pelo autor na seguinte passagem de *Contribuição*:

“Para medir os valores de uso das mercadorias pelo tempo de trabalho que elas contêm, é preciso que os diferentes trabalhos, eles próprios, sejam reduzidos a um trabalho não diferenciado, uniforme, simples, em resumo a um trabalho que seja qualitativamente o mesmo e só se diferencie quantitativamente. Esta redução aparece como uma abstração, mas é uma abstração que se realiza todos os dias no processo de produção social. A resolução de todas as mercadorias em tempo de trabalho não é uma abstração maior nem ao mesmo tempo menos real do que a resolução de todos os corpos orgânicos em ar. Na realidade, o trabalho que assim se mede com o tempo não aparece como o trabalho de indivíduos distintos; os diferentes indivíduos que trabalham surgem antes como simples órgãos do trabalho.” (Marx, 2008, p. 55 - 56)

Na mesma linha, Marx salienta a autonomia da abstração do trabalho face à consciência dos possuidores de mercadorias em suas considerações sobre o fetichismo da mercadoria:

“Os homens não relacionam entre si seus produtos do trabalho como valores por considerarem essas coisas meros invólucros materiais de trabalho humano de mesmo tipo. Ao contrário. Porque equiparam entre si seus produtos de diferentes tipos na troca, como valores, eles equiparam entre si seus diferentes trabalhos como trabalho humano. Eles não sabem disso, mas o fazem.” (Marx, 2013, p.149)

O entendimento de que o trabalho abstrato é constituído por um processo objetivo de redução do trabalho dos possuidores de mercadorias a trabalho humano em geral ensejou a emergência de uma segunda interpretação, que se contrapõe à leitura fisiológica por ressaltar que o trabalho abstrato consiste numa modalidade específica de trabalho social cuja existência encontra-se circunscrita à sociedade civil-burguesa.¹¹² A natureza desse trabalho social já foi esclarecida em nossa apresentação anterior da concepção marxiana da sociabilidade capitalista: trata-se do trabalho de produtores privados de mercadorias, que somente acaba posto em relação com o trabalho de outros indivíduos e, conseqüentemente, com o trabalho social total, através da troca do seu produto.¹¹³ No entanto, ao mesmo tempo

¹¹²O precursor desta interpretação do conceito de trabalho abstrato é Isaak Illich Rubin (1987). Ela foi subsequentemente adotada pelos autores vinculados à *Neue Marx-Lektüre*, como Backhaus (1997), Reichelt (2013), Heinrich (1997) e Brentel (1989), entre outros. Essa interpretação também exerce grande influência no debate contemporâneo sobre a teoria do valor de Marx ocorrido num contexto mais diretamente econômico. Alguns pesquisadores que enfatizam o papel socializador da troca na abstração do trabalho e o caráter monetário do conceito de valor marxiano são, por exemplo, Geert Reuten (1988), Gérard Duménil (1983) e Riccardo Bellofiore (1989).

¹¹³ Há outra chave de leitura que, reconhecendo o caráter objetivo da abstração marxiana, defende a tese segundo a qual o movimento de constituição do trabalho abstrato é tematizado por Marx sobretudo no quadro da subsunção do trabalho ao capital. (Cf. Postone, 1996, Fausto, 1983) Nessa medida, o trabalho seria abstrato por

que efetua a socialização do trabalho privado, a troca também o destitui de seu caráter concreto, porquanto a relação de igualdade entre trabalhos privados materialmente distintos depende de que estes últimos sejam conjuntamente reduzidos a a trabalho humano indiferenciado, isto é, a trabalho que produz valor. Essa redução tem lugar mediante a equiparação das mercadorias de cada produtor privado com o equivalente universal – o dinheiro –, que consiste, para Marx (2013, p.142), na “encarnação visível”, na “crisalidação social e universal de todo trabalho humano.” Assim, “para que o resultado do trabalho do indivíduo seja um valor de troca, é preciso que constitua um equivalente universal; é necessário que o tempo de trabalho do indivíduo represente tempo de trabalho universal, ou que o tempo de trabalho universal represente o indivíduo”. (Marx, 2008, p.58)

Vemos que, a despeito de sua aparente simplicidade, o conceito marxiano de trabalho abstrato mantém vínculos estreitos com as relações sociais básicas do modo de produção capitalista e com o dinheiro. O *trabalho abstrato* consiste em uma forma de trabalho social resultante da socialização dos trabalhos privados por intermédio do processo de troca das mercadorias.¹¹⁴ Uma vez que as relações entre os diferentes trabalhos são estabelecidas apenas no mercado, através da equiparação dos seus produtos, o “caráter social específico do trabalho que produz mercadorias” (Marx, 2013, p.148) – sua existência como parte individual do trabalho coletivamente empregado pela sociedade na reprodução de suas condições materiais – acaba se manifestando objetivamente sob a *forma de valor* das mercadorias. Assim sendo, resta concluir que a *substância do valor* é o trabalho humano reduzido pela troca à trabalho abstrato. Com efeito, a interpretação aqui proposta, que remete a gênese do

apresentar-se diante do capital como um simples meio para a produção de riqueza em sua forma genérica, como a potencialidade para o trabalho produtivo, existente na personalidade do sujeito, que acaba incorporada ao capital em sua marcha de acumulação. Marx (2011, p.230) desenvolve esse ponto com maior clareza na exposição da troca entre capital e trabalho assalariado nos *Grundrisse*: “O último ponto para o qual é preciso chamar a atenção no trabalho, tal como ele se defronta com o capital, é que o trabalho, como o valor de uso que se defronta com o dinheiro posto como capital, não é esse ou aquele trabalho, mas é *trabalho por excelência*, trabalho abstrato: absolutamente indiferente diante de sua *determinabilidade* particular, mas suscetível de qualquer determinação. À substância particular que constitui um capital determinado tem de naturalmente corresponder o trabalho como trabalho particular; no entanto, como o capital *enquanto tal* é indiferente perante a qualquer particularidade de sua substância, e é tanto a totalidade da substância quanto a abstração de todas as suas particularidades, o trabalho que o defronta possui em si subjetivamente a mesma totalidade e abstração.” Não examinaremos aqui se essa compreensão do trabalho como trabalho subsumido ao capital mostra-se complementar à redução do trabalho engendrada pela troca (como defendido por Napoleoni (1981), Murray (2016) e Bonefeld (2014)), contribuindo assim para especificar a natureza da substância do valor em termos mais concretos, ou se estamos diante de definições contraditórias, a qual parece ser a perspectiva de Heinrich (1999), que acusa Marx de não ter distinguido adequadamente entre trabalho abstrato e trabalho simples nos *Grundrisse*.

¹¹⁴ Quem primeiro abriu nossos olhos para o encadeamento complexo dos conceitos fundamentais da análise da mercadoria e da teoria do valor marxianas, exercendo influência expressiva sobre a linha de interpretação aqui seguida, foi o esforço exegético primoroso de Rubin (1987). Apesar de ter sido originalmente publicado há quase um século, num momento em que as pesquisas rigorosas sobre a obra de Marx ainda engatinhavam, o texto do marxista soviético permanece uma referência incontornável.

trabalho abstrato e do valor à contradição privado-social constitutiva do trabalho empregado na produção de mercadorias, e elenca o dinheiro como um elemento indispensável do processo mercantil de socialização que dela decorre, aparenta ser sustentada, em termos inequívocos, pelo próprio Marx (1971, p.135-136) na seguinte passagem de *Teorias do Mais-Valor*:

“Que a quantidade de trabalho incorporada é a quantidade *socialmente necessária* à sua produção - o tempo de trabalho sendo, assim, *tempo de trabalho necessário* - é uma definição que concerne apenas à *magnitude de valor*. Mas o trabalho que constitui a substância do valor não é apenas trabalho simples, uniforme, médio; é o trabalho de um indivíduo privado representado em um produto particular. Entretanto, o produto como valor deve consistir na encarnação do trabalho *social*, e, dessa maneira, ser passível de conversão direta de um valor de uso em todos os outros. (...) Portanto, o *trabalho do indivíduos* precisa ser representado como seu oposto, trabalho *social*; esse trabalho transformado é, como seu oposto, *trabalho abstrato geral*, que é, portanto, representado em um equivalente universal. Apenas através de sua alienação o trabalho individual pode manifestar-se como seu oposto.” (Marx, 1971, p.135-136)

Como veremos na sequência, Marx se encarrega de explicar como o processo de troca opera a redução dos trabalhos concretos dos produtores privados de mercadorias ao seu contrário, a trabalho social abstraído de suas propriedades particulares, na análise da forma do valor.

Todavia, antes de dirigirmos nossa atenção à segunda parte da exposição da forma-mercadoria, que examina o movimento sintético de expressão do trabalho humano abstrato (da *substância* do valor) no dinheiro (a *forma social* de valor), devemos considerar o aspecto quantitativo do valor das mercadorias. O significado mais amplo da teoria marxiana da *magnitude de valor* já foi descrito ao apresentarmos como acontece a distribuição do trabalho social no modo de produção capitalista, a saber, através da oscilação anárquica dos preços de mercado em torno da magnitude de valor dos produtos do trabalho. Agora, como a grandeza de valor é determinada? Qual sua relação com o exame qualitativo da forma-mercadoria? As reflexões precedentes demonstraram que, para que as mercadorias sejam consideradas desde um ponto de vista quantitativo, é preciso que elas tenham sido reduzidas a uma qualidade comum; elas precisam poder ser tratadas como quantidades distintas de uma mesma substância social, cuja natureza consiste em trabalho social em sua forma abstrata. Se, como valores, as mercadorias representam quantidades determinadas de trabalho humano indistinto, então a *medida* do seu valor deve se dar a partir do tempo de trabalho social abstrato nelas materializado. Percebemos, assim, que a investigação quantitativa do valor pressupõe a definição do trabalho abstrato como sua substância. Em linha com essa compreensão, Marx (1971, p.134-135) interpreta a busca infrutífera dos

economistas clássicos por uma medida invariável de valor como sintomática do seu fracasso em definir o caráter socialmente específico do trabalho que cria valor:

“O problema da ‘medida invariável de valor’ era simplesmente um nome espúrio para a procura pelo conceito, pela natureza do próprio valor, cuja definição não poderia ser dada por outro valor, e consequentemente não poderia estar sujeita a variações como valor. Esse é o *tempo de trabalho, trabalho social* na forma específica em que apresenta-se na produção de mercadorias. Uma quantidade de trabalho não tem valor, não é uma mercadoria, mas é aquilo que transforma as mercadorias em valores, é sua *substância comum*; como manifestações dele, as mercadorias são *qualitativamente idênticas* e apenas *quantitativamente distintas*. Elas aparecem como quantidades definidas de tempo de trabalho social.” (Marx, 1971, p.134-135)

O tempo de trabalho que determina a magnitude de valor das mercadorias possui, portanto, um caráter social. Não se trata da quantidade de trabalho concreto efetivamente despendida por um certo indivíduo na produção de suas mercadorias, mas do tempo de trabalho “requerido para produzir um valor de uso qualquer sob as condições normais para uma dada sociedade e com o grau social médio de destreza e de intensidade do trabalho.” (Marx, 2013, p. 117) Sendo assim, os valores das mercadorias encontram-se inversamente relacionados à produtividade do trabalho: se o nível desta eleva-se, de maneira que uma certa mercadoria possa ser produzida em menos horas de trabalho, então seu valor sofre uma redução correspondente; por outro lado, uma queda na capacidade produtiva, ao fazer com que mais tempo de trabalho social médio seja necessário para fabricar uma determinada mercadoria, desencadeia um aumento em seu valor. Como já estabelecemos, o interesse central nesse aspecto quantitativo do valor deriva-se de sua relação com a distribuição do trabalho social num sistema econômico dominado pela produção capitalista de mercadorias.

A magnitude de valor da mercadoria, regulada pelo tempo de trabalho socialmente necessário, consiste numa norma ou critério social objetivo que impõe-se sobre as atividades concretas de trabalho dos indivíduos no modo de produção capitalista. Todas as particularidades do trabalho humano, sua relação com as carências e as aptidões técnicas e criativas dos indivíduos, acabam subordinadas à abstração do trabalho social mediante a troca. Como bem observado por Giannotti (1987), temos aqui uma inversão do concreto-sensível em abstrato-universal.¹¹⁵ De que maneira, entretanto, essa lógica social

¹¹⁵ “No valor, o universal anteposto, o tempo de trabalho abstrato, sem qualquer outra configuração, constitui uma *condição de existência social* deste ou daquele trabalho individual: somente valem os trabalhos que obedecem aos padrões socialmente vigentes. *A abstração serve de medida para a existência social do concreto, ao invés de constituir uma antecipação social de operações sobre concretos existentes*. Isto porque, no fundo, a abstração padrão se reporta a uma produtividade média do trabalho, a uma conjunção peculiar das forças produtivas, cuja efetividade é sempre social, pondo e se repondo através da reiteração das trocas.” (Giannotti, 1987, p.238)

objetiva logra regular o valor das mercadorias pelo tempo de trabalho necessário à sua produção? Esse é um ponto que permanecem sem resposta na análise da forma-mercadoria, uma vez que sua solução envolve o emprego de categorias ainda não desenvolvidas pela exposição marxiana. *Grosso modo*, o que explica o estabelecimento de um valor de mercado unitário e regulado pela produtividade do trabalho social médio para todas as unidades de uma certa classe de mercadorias é a concorrência entre os capitais operando em uma *mesma* esfera produtiva. Esse processo concorrencial caracteriza-se pelo fato de cada capital individual procurar reduzir o valor individual de sua mercadoria (o tempo de trabalho efetivamente despendido em sua fabricação) em relação ao seu valor de mercado (o tempo de trabalho social médio), com vistas a se apropriar de um lucro extra e aumentar sua reserva de mercado face aos concorrentes. Deste modo, a concorrência estabelece um nível médio de produtividade entre os capitais individuais investidos num mesmo setor, na medida em que as inovações técnico-produtivas responsáveis pela obtenção do lucro extra tendem a ser adotadas pelos demais capitais. Nas palavras de Marx (1968, p. 205-206)

“Assim, a concorrência, em parte entre os próprios capitalistas, em parte entre eles e os compradores de mercadorias, faz com que o valor de cada mercadoria individual numa esfera particular da produção seja determinado pela *massa total de tempo de trabalho social* requerida pela *massa total de mercadorias dessa esfera particular da produção social*, e não pelos *valores individuais das mercadorias separadas* ou pelo tempo de trabalho que a mercadoria individual custou ao seu produtor e vendedor *particular*.”

2.4.2. Processo de troca, abstração do trabalho e dinheiro: a análise da forma do valor

Na seção anterior, procuramos mapear o movimento argumentativo da primeira parte da análise da forma-mercadoria, que leva do valor de troca ao trabalho abstrato. Acompanhamos, assim, a caracterização empreendida por Marx de dois aspectos centrais da forma social da mercadoria: a substância do valor, identificado pelo autor com o trabalho social em sua forma especificamente capitalista, o trabalho abstrato, e a magnitude de valor, regulada pelo tempo de trabalho socialmente necessário. Cabe agora reconstruir o argumento apresentado pelo autor na segunda parte da análise da forma-mercadoria, que visa, por assim dizer, a complementar a redução da forma de valor à sua substância com uma reconstituição do processo através do qual o trabalho abstrato materializado na mercadoria encontra uma expressão objetiva em sua forma de valor. Essa forma de valor é o valor de troca ou dinheiro.

Chegamos aqui, portanto, ao momento da exposição da crítica da economia política em que o pensador alemão tematiza a conexão imanente entre a forma-mercadoria e o

dinheiro, deduzindo a necessidade da emergência do dinheiro a partir da contradição interna da mercadoria entre valor de uso e valor, i.e, entre sua forma material, decorrente do trabalho humano em sua dimensão concreta e qualitativamente determinada, e sua forma social, vinculada ao caráter abstrato-universal assumido pelo trabalho humano quando condicionado por relações sociais capitalistas. A resolução dessa contradição interna passa, como descrevemos no início do capítulo, pela duplicação (*Verdopplung*) da mercadoria.

De acordo com o juízo do próprio Marx, a análise da forma do valor assinala o ponto crucial de sua ruptura com a teoria do valor-trabalho, e com a concepção carente de determinidade histórica do modo de produção capitalista, que se encontra na base do pensamento da economia política clássica. Para o pensador alemão, se os economistas clássicos obtiveram notável sucesso em demonstrar a influência determinante do trabalho humano genérico sobre o processo de troca das mercadorias, fornecendo, inclusive, uma análise precisa da relação entre a atividade produtiva da sociedade e as proporções em que as mercadorias são trocadas, eles não estenderam sua investigação ao fato de o trabalho humano assumir uma forma social específica no sistema capitalista, expressa pelo valor das mercadorias.¹¹⁶ Em outras palavras, a economia clássica negligencia o problema da forma do valor; ela fracassa tanto em reportar sua origem ao caráter contraditório do trabalho empregado na produção capitalista de mercadorias, quanto em explicar o modo pelo qual o trabalho abstrato encontra expressão socialmente válida no dinheiro:

“Uma das insuficiências fundamentais da economia política clássica está no fato de ela nunca ter conseguido descobrir, a partir da análise da mercadoria, e, mais especificamente, do valor das mercadorias, a forma de valor que o converte precisamente em valor de troca. Justamente em seus melhores representantes, como A. Smith e Ricardo, ela trata a forma de valor como algo totalmente indiferente ou exterior à natureza do próprio valor. A razão disso não está apenas em que a análise da grandeza de valor absorve inteiramente sua atenção. Ela é mais profunda. A forma de valor do produto do trabalho é a forma mais abstrata mas também mais geral do modo de produção burguês, que assim se caracteriza como um tipo particular de produção social e, ao mesmo tempo, como um tipo histórico. Se tal forma é tomada pela forma natural e eterna da produção social, também se perde de vista necessariamente a especificidade não só da forma de valor, como também da forma-mercadoria, e, num estágio mais avançado, da forma-dinheiro, da forma-capital, etc.” (Marx, 2013, p.155, nota 32)

¹¹⁶ No entanto, mesmo a análise quantitativa do valor avançada pelos economistas clássicos é vista como insuficiente por Marx, sobretudo à medida que passa a ser aplicada para elucidar fenômenos mais concretos do modo de produção capitalista. Nesse sentido, a crítica de Marx à teoria clássica da magnitude do valor dirige-se: (1) à sua incapacidade de explicar a troca entre capital e trabalho assalariado a partir da lei do valor; (2) ao tratamento negligente do problema da formação da taxa geral de lucro e da conversão dos valores em preços de produção.

Em um sentido mais profundo, ao acusar os economistas clássicos de transformarem a forma de valor do produto do trabalho num pressuposto antropológico naturalizado, Marx está argumentando que eles possuem uma compreensão superficial do domínio de objetos com que acreditam lidar. Isto é, eles não se mostram capazes de caracterizar adequadamente em que consiste a objetividade econômica. Ora, a análise da forma do valor tem como seu propósito precisamente explicar a gênese e a natureza da objetividade de valor das mercadorias. Portanto, podemos dizer, em consonância com Hans-Georg Backhaus (1980, 1992, 1997), que ela lança as bases metodológicas para uma teoria geral dos objetos econômicos, explicitando o estatuto subjetivo-objetivo singular das categorias que são progressivamente desenvolvidas pela exposição da crítica da economia política. Assim, em seu ensaio clássico sobre a análise da forma do valor, que praticamente inaugurou a interpretação monetária da teoria do valor de Marx, Backhaus (1980, p.122) escreve que:

“A coisa sensível-suprassensível designa uma realidade *sui generis* que não pode ser reduzida aos aspectos técnicos ou fisiológicos do processo de trabalho nem aos conteúdos da consciência e do inconsciente humanos. A objetividade de valor (*Wertgegenständlichkeit*) abstrata consiste, para Marx, na objetividade social *par excellence*. Através do fato de que essa dimensão da realidade é simultaneamente subjetiva e objetiva, ela distingue-se de todas aquelas conexões sociais que são constituídas unicamente pela ação humana.”

Inspirado pela teoria de Adorno da sociedade como unidade dos domínios subjetivo e objetivo, Backhaus sustenta que a crítica da economia política deve ser interpretada nos termos de uma teoria crítica da constituição dos objetos econômicos¹¹⁷ Para o autor, as categorias da economia política remetem a formas objetivadas de relações sociais que adquirem autonomia face aos sujeitos, impondo sobre os mesmos normas externas que condicionam sua ação. Valor, dinheiro e capital apresentam-se, portanto, como os fenômenos paradigmáticos de uma espécie abstrata da objetividade social. Todavia, a “objetividade realiza-se somente através dos indivíduos, tudo é mediado pela consciência.” (Backhaus, 1992, p. 57) Por consequência, as estruturas da objetividade econômica, muito embora

¹¹⁷ Um ativo participante dos seminários coordenados por Theodor Adorno em Frankfurt na década de 1960, Backhaus assenta sua interpretação original do método da crítica da economia política de Marx sobre a concepção de sociedade esposada por Adorno. Isso é algo que ele deixa claro em seus textos: “No centro do trabalho de Adorno encontra-se a ‘sociedade’ como unidade de sujeito e objeto, ao invés do ‘modelo da base e da superestrutura’, que necessariamente trivializa a dedução das ideologias, isto é, sua derivação de leis estruturais como o ‘caráter fetichista da mercadoria’, o *proton pseudos*.” (Backhaus, 1992, p.56) Na sequência, ele afirma que é esse modelo subjetivo-objetivo da sociedade capitalista que abre o acesso teórico à crítica marxiana: “Apenas ao se postular uma dialética sujeito-objeto como o núcleo verdadeiro do processo econômico – que é dialética na medida em que ‘sujeito e objeto são o mesmo e, no entanto, não são o mesmo’ – torna-se suficientemente claro o fato de que, e o caminho através do qual, Marx transforma ‘a teoria econômica em teoria crítica’.” (Backhaus, 1992, p.58)

dominem os sujeitos e exerçam uma influência determinante sobre o curso de suas ações, são também produzidas ou mediadas pela conduta humana. Logo, Backhaus considera que os conceitos da economia não se referem nem a estruturas rígidas que transcendem o âmbito dos indivíduos, e nem a objetos puramente pensados ou intencionalmente produzidos pelos sujeitos. Trata-se antes de uma objetividade abstrata *sui generis* que, apesar de impor-se sobre os sujeitos ao modo de uma segunda natureza alienada, é inadvertidamente mediada por suas próprias atividades concretas e acaba sendo refletida de maneira fetichista em suas consciências. Essa compreensão metodológica particular da crítica da economia política como uma teoria social da objetividade econômica enforma a leitura que Backhaus faz do projeto marxiano tardio como um todo:

A formulação da questão central do *Capital* como uma ‘crítica das categorias econômicas’ é dirigida precisamente ao ‘problema insolúvel do ponto de vista da economia política’ de como se deve conceber ‘constituição’ ou ‘gênese’ do objeto econômico, isto é, da ‘coisa de valor’, em suas formas de ‘valor’, ‘dinheiro’ e ‘capital’: como, partindo de uma ‘base humana’, i.e, a substância social e supraindividual do valor, possa ser ‘desenvolvida’ sua ‘forma’ aparentemente existente ‘para além dos homens’, seu ‘desvario’.” (Backhaus, 1997, p. 459)

Para Backhaus, o programa crítico de reconstituição da gênese da objetividade econômica é posto em prática por Marx com maior êxito precisamente na análise da forma do valor. Ao demonstrar como a forma social de valor das mercadorias surge a partir do contato entre sujeitos envolvidos em uma rede de relações sociais contraditórias, ela torna inteligível a emergência de uma dimensão autoproduzida da realidade social que opera à revelia das intenções e da consciência dos sujeitos. A preocupação com esse teor crítico ou metaeconômico da análise da forma do valor permeia nossa leitura do argumento de Marx. Estamos convencidos de que, para além de lidar com questões relativamente especializadas de teoria do valor, essa parte da obra marxiana contribui para fundamentar sua concepção da sociabilidade capitalista e determinar o conteúdo do supostamente impenetrável conceito econômico de valor.¹¹⁸

¹¹⁸ Em seus escritos, Backhaus relata, ao ponto da insistência e com fartura de referências, como a ciência econômica contemporânea – dos neoclássicos aos neoricardianos – empreende um esforço sistemático, mas ultimamente fracassado, de expurgar o conceito de valor do interior do seu campo teórico. Entre outros autores, Backhaus se serve do exemplo de Joan Robinson para provar o seu ponto. Essa economista de fortes inclinações neoricardianas apresenta uma “crítica ao conceito de valor encontrado em Marx e na literatura clássica – que seria ‘não mais que uma mera palavra’” (Backhaus, 1992, p.72) No entanto, apesar de procurar descartar o ‘valor’ como um resíduo metafísico de pouca serventia teórica, ela se vê obrigada a lançar mão, em sua discussão da teoria do capital, dos conceitos de ‘quantidade abstrata e ‘riqueza abstrata’, sem perceber o parentesco conceitual com o valor. Nessa medida, “o valor objetivo, que ela chamou ... com desdém de uma ‘aparência misteriosa’, volta aqui para assombrá-la sob a forma da ‘quantidade abstrata’ – dessa vez, como uma efetiva mistificação.” (ibid)

Uma boa assimilação das motivações teóricas que residem por trás do argumento de Marx exige também conhecimento acerca do debate particular no qual o pensador alemão visa intervir. A análise da forma do valor possui dois principais interlocutores teóricos. Por um lado, Marx tem em mira David Ricardo, que, embora tivesse elevado a teoria do valor-trabalho da economia política clássica à sua formulação mais rigorosa e sistemática, concentrara seus esforços unicamente sobre a análise quantitativa do valor, sem nem sequer tomar nota da necessidade de fundamentar a conexão entre a substância do valor e sua forma de aparecimento no dinheiro:

“Ricardo parte da determinação dos valores relativos (ou valores de troca) das mercadorias pela *quantidade de trabalho*. (...) Mas Ricardo não examina a forma – a característica peculiar do trabalho que cria valor de troca ou que manifesta-se nos valores de troca –, a natureza de tal trabalho. Consequentemente, ele não apreende a conexão *desse trabalho* com o *dinheiro* ou o fato de que ele deve assumir a forma de *dinheiro*. Logo, ele fracassa completamente em apreender a determinação do valor de troca da mercadoria pelo tempo de trabalho e o fato de que o desenvolvimento das mercadorias leva à formação do dinheiro.” (Marx, 1968, p.164)

Podemos deprender, assim, que um dos propósitos que orientam a análise marxiana da forma do valor consiste em superar as lacunas da teoria de Ricardo. Por outro lado, ela deve ser também compreendida como uma crítica endereçada à análise da forma do valor que fora antes elaborada por Samuel Bailey.¹¹⁹ Esse autor, como vimos na seção passada, defendera uma posição de cunho extremamente cético sobre o conceito “objetivo” de valor da escola ricardiana. Para Bailey, o valor da mercadoria resume-se à quantidade de dinheiro pela qual ela pode ser trocada num ponto particular do tempo e do espaço, sendo, portanto, idêntico ao seu valor de troca. Marx quer preservar, em contraste com Bailey, a intuição dos clássicos de que a inteligibilidade da troca de mercadorias encontra-se estreitamente vinculada ao processo de produção social, mas sem deixar de explicar, também, como o trabalho social se manifesta sob a forma do dinheiro. Assim está constituído o pano de fundo teórico do argumento marxiano. Prossigamos agora à sua reconstrução.

Como estabelecido por Marx (2013, p.124) na primeira etapa da análise da forma-mercadoria, os produtos do trabalho humano “só aparecem como mercadorias ou só

¹¹⁹ Além de ser atestada por várias referências diretas ao longo do texto marxiano, a importância de Samuel Bailey à análise da forma do valor é destacada por Backhaus (1997, p.251). Para o intérprete alemão da obra de Marx, o argumento de Marx deve ser compreendido como uma metacrítica à análise relativista da forma de valor avançada por Bailey: “A peculiaridade da análise marxiana da forma do valor deve ser identificada sobretudo com o fato de que Marx havia acertado as contas com tais controvérsias e com as abordagens prévias da análise da forma do valor: sobretudo, com o precursor da teoria subjetiva do valor, a saber, Bailey, que ‘havia lidado com a análise da forma do valor’ e ‘conseguiu sondar os pontos fracos da teoria ricardiana do valor’, ao passo que os ricardianos somente puderam conferir-lhe uma resposta brutal mas não definitiva.”

possuem a forma de mercadorias na medida em que possuem esta dupla forma: a forma natural e a forma de valor” Enquanto unidade de determinações opostas, a mercadoria apenas reflete a tensão que subsiste entre as dimensões privada e social do trabalho encarregada da produção de mercadorias para a troca. Nessa medida, sua propriedade social de valor consiste numa objetivação do caráter social do trabalho que a produziu.

O problema que Marx se coloca é: de que maneira um simples objeto material pode assumir uma forma social de valor, se tornando veículo para a expressão de relações sociais entre sujeitos atomizados? Essa interrogação mostra-se tanto mais premente quanto o trabalho social em sua modalidade abstrata não pode ser constatado nem no corpo material da mercadoria e nem na atividade efetiva de trabalho levado a cabo por seus produtores. Esses últimos realizam somente trabalho concretos determinados, que visam à produção de um objeto útil qualquer. Seu caráter social resta oculto. Isso significa que o trabalho abstrato não pode ser empiricamente apreendido através da mensuração dos trabalhos particulares; ele emerge apenas de modo reificado, através da forma de valor das mercadorias. Para Marx, a essência é indissociável da sua forma de aparecimento.

Como, então, compreender o estatuto ontológico da objetividade de valor da mercadoria, em que “não está contido um único átomo de matéria natural” (Marx, 2013, p.125)? Ora, se essa realidade econômica subjetivo-objetiva mostra-se totalmente extrínseca à forma material das mercadorias, então ela deve emergir relacionalmente, no processo de intercâmbio das mercadorias. Isto é, “as mercadorias possuem objetividade de valor apenas na medida em que são expressões da mesma unidade social, do trabalho humano, pois sua objetividade de valor é puramente social, e, por isso, é evidente que ela só pode se manifestar numa relação social entre mercadorias.” (ibid)

No processo de troca, as mercadorias conferem uma expressão material aos seus valores por meio de sua equiparação com o dinheiro. O dinheiro apresenta-se como sua forma de valor desenvolvida, como materialização do trabalho social abstrato. Ele permite, portanto, que as mercadorias sejam comparadas e reciprocamente alienadas na condição de quantidades definidas da mesma substância – do tempo de trabalho social. Essa é a tese fundamental da análise da forma do valor, que faz da teoria marxiana do valor-trabalho, em contraste com a dos clássicos, uma teoria do valor necessariamente monetária. No entanto, não basta constatar dogmatically esse ponto. Como já dizia Hegel (2013, p.72): “Um assever seco vale tanto como qualquer outro.” É preciso, antes de mais nada, prová-lo, através de uma demonstração de como o processo de troca não apenas possibilita como também impele a expressão do trabalho social abstrato presente na mercadoria por meio de

sua relação com o dinheiro. Trata-se, pois, de fundamentar a tese de que a troca constitui, no modo de produção capitalista, o *locus* de socialização dos trabalhos *prima facie* privados dos produtores de mercadorias.

Esta complicada tarefa teórica é posta em prática por Marx através de um argumento de estrutura marcadamente dialética. A análise da forma do valor articula-se como uma *reconstrução teórica do dinheiro*, a qual, partindo da forma mais simples e abstrata da relação de valor entre mercadorias, desenvolve *progressivamente* as condições que caracterizam a expressão do trabalho humano na figura genérica do dinheiro. Esse progresso das etapas abstratas em direção às formas complexas da relação de valor é mediado pelo procedimento da *negação determinada*, que tem lugar a partir da verificação da impossibilidade de se explicar satisfatoriamente a expressão do valor no quadro das representações altamente abstratas da relação de troca (a saber, a forma simples e a forma desdobrada de valor). A demonstração da insuficiência das formas abstratas evidencia, assim, a necessidade da reformulação do quadro teórico a elas correspondente, com o acréscimo de novas categorias, pretensamente capazes de dar conta dos aspectos complexos do fenômeno. As intenções e a configuração dialética da análise da forma do valor são expressas pelo próprio Marx (2013, p.125), embora com certa brevidade, em suas considerações introdutórias à terceira seção do primeiro capítulo do *Capital*: “Cabe aqui provar a gênese dessa forma-dinheiro, portanto, seguir de perto o desenvolvimento da expressão do valor contida na relação do valor das mercadorias desde sua forma mais simples e opaca até a ofuscante forma-dinheiro.”

A explicitação dos princípios metodológicos que estruturam a análise da forma do valor lança luz sobre os equívocos da leitura, muito popular entre o marxismo tradicional e as sistematizações economicistas da teoria de Marx, segundo a qual a análise da forma do valor consiste numa reconstituição da gênese histórica do dinheiro em suas sucessivas etapas.

O ponto de partida da análise marxiana consiste numa representação abstrata da troca entre dois valores de uso quaisquer.¹²⁰ Trata-se da (1) *forma de valor simples*, que apresenta “a relação de valor de uma mercadoria com uma única mercadoria distinta dela, não importando qual seja.” (Marx, 2013, p.125) Em seu aspecto mais elementar, a relação de

¹²⁰ O estatuto metodológico da forma de valor simples, concebida enquanto representação manifestamente abstrata e unilateral do dinheiro (i.e, da forma desenvolvida de valor), é assinalado em termos claros na análise da forma do valor da primeira edição do *Capital*. Escreve Marx (1998, p.986): “Esta forma oferece certas dificuldades à análise porque é *simples*. As diversas determinações contidas nela estão encobertas, carecem de desenvolvimento, são abstratas e, por conseguinte, somente é possível assimilá-las e distingui-las mediante um certo esforço da capacidade de abstração.” Na nota de rodapé a essa passagem, Marx (1998, p. 986, nota 16) acentua de maneira ainda mais reveladora a inspiração hegeliana de sua análise do valor e a pressuposição do dinheiro pela forma simples: “Tal forma é, até certo ponto, a forma celular ou, como diria Hegel, o *em-si do dinheiro*.”

valor caracteriza-se pelo fato de que uma determinada mercadoria confere expressão ao seu valor ao equipará-lo ao valor de uso – à forma material – de outra mercadoria que lhe é qualitativamente distinta. Trata-se, portanto, de uma relação dividida em dois pólos opostos: por um lado, a mercadoria que tem seu valor expresso encontra-se na *forma de valor relativa*, uma vez que confere uma manifestação externa ao seu valor no corpo de outra mercadoria; pelo outro, a mercadoria cujo valor de uso serve como material para o aparecimento ou a expressão relativa do valor alheio assume a *forma de equivalente*.¹²¹ Marx não mede esforços para explicar que os produtos do trabalho humano adquirem as formas relativa e equivalente de valor somente no contexto de sua relação de troca. Assim, uma determinada mercadoria encontra-se na forma relativa porque expressa seu valor na relação com outra mercadoria. Já “a forma de equivalente de uma mercadoria é a forma de sua permutabilidade direta com outra mercadoria.” (Marx, 2013, p.132) Em outras palavras, o equivalente obtém a função de expressar valor unicamente em virtude de outras mercadorias o empregarem como material para expressarem seus valores.

A polaridade da relação de valor implica que ela não é uma relação nem *simétrica* e nem *reflexiva*: a mercadoria só pode expressar seu valor ao lhe conferir uma representação externa, distinguindo-o de sua própria forma material, do seu valor de uso; nessa relação, no entanto, apenas o valor da mercadoria na forma relativa é expresso, posto que o equivalente se vê reduzido ao papel passivo de suporte do valor alheio. Logo, a relação de valor viola os princípios da reflexividade – pois $A = A$ não é uma relação de valor – e da simetria – posto que, numa certa relação de valor $A = B$, apenas o valor da mercadoria na forma relativa encontra expressão no corpo material de B.

Essas delimitações teóricas e metodológicas preliminares sobre a relação de valor especificam os princípios gerais da estrutura categorial comum a todas as formas de valor, preparando assim o terreno para a análise das *condições de possibilidade para a expressão de valor no processo de troca*. Como, afinal, a relação de troca entre mercadorias permite a redução dos trabalhos concretos dos produtores privados a trabalho humano social e abstrato? De que maneira a interrelação entre os trabalhos se objetiva sob a forma de valor das mercadorias?

Marx encarrega-se, inicialmente, de examinar o problema das condições de possibilidade para a expressão do valor da mercadoria no quadro da forma de valor simples.

¹²¹ “Forma de valor relativa e forma de equivalente são momentos inseparáveis, interrelacionados e que se determinam reciprocamente, mas, ao mesmo tempo, constituem extremos mutuamente excludentes, isto é, polos a mesma expressão de valor; elas se repartem sempre entre mercadorias diferentes, relacionadas entre si pela expressão de valor.” (Marx, 2013, p.126)

Em consonância com as características da relação de valor que foram antes estabelecidas, ele apresenta um modelo que decompõe tal fenômeno em dois processos concomitantes de redução da diversidade qualitativa à unidade, os quais têm lugar na troca: primeiramente, a redução da mercadoria particular à condição de cristalização de tempo de trabalho social ou valor (R1); em segundo lugar, a redução do trabalho concreto e privado do produtor de mercadorias a trabalho humano abstrato e social (R2). A expressão do valor deve ser, portanto, concebida como constituída pelos processos interrelacionados R1 e R2.

Para explicar como uma determinada mercadoria pode conferir expressão ao seu valor no processo de troca com outra mercadoria, Marx examina a relação de valor à luz da diferenciação entre os seus pólos relativo e equivalente. Vimos antes que apenas a mercadoria na forma de valor relativa expressa seu valor. Como isso ocorre? A tese avançada pelo pensador alemão é de que, no interior da relação de valor, a mercadoria na forma relativa “representa” seu valor na forma material da mercadoria que desempenha o papel de equivalente. Ou seja, na medida em que tal mercadoria se vê equiparada ao equivalente num ato de troca, estabelecendo com ele uma relação de igualdade, ela passa a se relacionar com o equivalente como se o mesmo fosse a encarnação ou materialização do seu próprio valor. E dado que a substância do seu valor consiste em trabalho humano abstrato, a mercadoria se relaciona com a forma material do equivalente como se essa representasse pura objetivação de tempo de trabalho social.¹²² Nas palavras de Marx (2013, p.130):

“Por meio da relação de valor, a forma natural da mercadoria B se converte na forma de valor da mercadoria A, ou o corpo da mercadoria B se converte no espelho de valor da mercadoria A. Ao relacionar-se com a mercadoria B como corpo de valor, como materialização de trabalho humano, a mercadoria A transforma o valor de uso de B em material de sua própria expressão de valor.”

Desta maneira, o processo de redução da mercadoria a valor (R1) transcorre mediante a igualação da mercadoria na forma relativa com o equivalente¹²³ A mercadoria expressa seu valor – o fato de ser o produto de uma certa quantidade de trabalho abstrato – na medida em

¹²² Assim: “O valor de uso casaco somente converte-se na forma em que aparece o valor do linho porque o linho relaciona-se com o *material do casaco* como *concreção material imediata do trabalho humano abstrato*, ou seja, trabalho da mesma espécie daquele que está objetivado no próprio linho. O objeto casaco conta, diante do linho, como objetividade sensivelmente tangível do trabalho humano de mesma qualidade, e por isso, como valor em forma natural.” (Marx, 1998, p.988-989)

¹²³ Nesta medida, o que uma equação tal como “x mercadoria A = y mercadoria B” exprime é que “o valor de x mercadoria A é idêntico a y mercadoria B”, de modo que, por exemplo, “1 kg de arroz = 2 litros de leite” expressa o fato de que o valor de 1kg de arroz é igual a 2 litros de leite. Podemos claramente perceber que essa é uma representação abstrata da expressão do valor de uma mercadoria no dinheiro. Em nosso exemplo, poderia muito bem constar que “1kg de arroz = R\$6”, pelo que devemos entender que o valor de 1kg de arroz é igual a seis reais.

que é igualada a outra mercadoria que funciona como representante material do trabalho humano em seu caráter genérico, a saber, o equivalente. Esse processo R1 apresenta a seguinte estrutura conceitual:

$$(R1) \quad \begin{array}{l} \text{(Forma relativa)} \quad \text{(Forma de equivalente)} \\ x \text{ Mercadoria A} = y \text{ Mercadoria B} \\ \text{(Valor de uso)} \rightarrow \text{(Valor)} \end{array}$$

Apesar de R1 consistir no aspecto mais aparente da expressão do valor, sua ocorrência está indissociavelmente vinculada a um processo subterrâneo de equiparação dos trabalhos envolvidos na produção das mercadorias trocadas. Assim, ao mesmo tempo que o processo de troca expressa o tempo de trabalho abstrato contido na mercadoria através da relação de igualdade desta com o equivalente, ele também enseja a expressão do caráter abstrato do trabalho despendido na produção de tal mercadoria mediante sua equiparação ao trabalho encarregado de produzir o equivalente. Para Marx, portanto, a redução do trabalho concreto do produtor privado de mercadorias a trabalho abstrato – o processo R2 – acontece por meio de sua equiparação ao trabalho do produtor do equivalente:

“Quando o casaco é equiparado ao linho como coisa de valor, o trabalho nele contido é equiparado com o trabalho contido no linho. Ora, a alfaiataria que faz o casaco é um tipo de trabalho concreto diferente da tecelagem que faz o linho. Mas a equiparação com a tecelagem reduz a alfaiataria, de fato, àquilo que é realmente igual nos dois trabalhos, a seu caráter comum de trabalho humano. (...) Somente a expressão de equivalência de diferentes tipos de mercadorias evidencia o caráter específico do trabalho criador de valor, ao reduzir os diversos trabalhos contidos nas diversas mercadorias àquilo que lhes é comum: o trabalho humano em geral.” (Marx, 2013, p.128)

A igualação com o trabalho efetivado no equivalente consoma a redução do trabalho efetivado na mercadoria que se encontra na função relativa à condição de trabalho humano abstrato. Mas como esse mesmo processo pode engendrar a transformação do trabalho privado em trabalho social? Isso acontece pois, para Marx (2013, p.135), o trabalho efetivado na produção do equivalente, “embora seja trabalho privado como todos os outros, trabalho que produz mercadorias”, assume, dentro da relação de valor, o estatuto de “trabalho em forma imediatamente social”. Deste modo, abstração e socialização do trabalho mostram-se

resultados coextensivos do processo R2.¹²⁴

Vemos, portanto, que a análise marxiana da expressão do valor determina que tal fenômeno abrange dois movimentos complementares de redução, ambos mediados pelo processo de troca dos produtos do trabalho. Por um lado, a equiparação da mercadoria ao equivalente confere uma representação externa ao seu valor. Pelo outro, essa redução da mercadoria a valor repercute, indiretamente, sobre o trabalho concreto efetivado em sua produção, reduzindo-o a trabalho abstrato por meio de sua relação de igualdade com o trabalho efetivado no equivalente. Com isso, Marx fundamenta o que é a tese principal de sua concepção da sociabilidade capitalista: o processo de redução do trabalho privado a trabalho social tanto se encontra subordinado à troca de mercadorias, quanto coincide com a abstração de todas as suas particularidades concretas.¹²⁵ Em outras palavras, o movimento R2 de socialização dos trabalhos privados apresenta-se como tributário do movimento R1 de equiparação dos seus produtos no processo de troca.

A estrutura conceitual completa da expressão de valor pode ser representada nos seguintes termos, se supusermos que a mercadoria A encontra-se na forma de valor relativa e que a mercadoria B desempenha a função de equivalente:

Expressão de valor (Wertausdruck)

(R1) x mercadoria A = y mercadoria B

(Valor de uso) → (Valor)

(R2) Trabalho A = Trabalho B

(Trabalho concreto do produtor privado) → (Trabalho social abstrato)

Na sequência de sua investigação, Marx destaca que a concretização das duas reduções que compõem a expressão de valor depende, fundamentalmente, de o *equivalente* apresentar certas propriedades sociais que o tornem capaz de intermediar tal processo. Assim, para que a equiparação da mercadoria ao equivalente a reduza à condição de valor, é preciso, pois, que a forma material do equivalente torne-se, de fato, a “forma de aparecimento

¹²⁴ Nos parece adequado considerar a abstração e a socialização sob a rúbrica de um mesmo processo de redução. No texto de Marx, tais fenômenos são tratados como aspectos indissociáveis da relação entre trabalhos que é estabelecida através da troca de mercadorias.

¹²⁵ Conforme Rubin (1987, p.158): “A transformação do trabalho *privado* em trabalho *social* só pode realizar-se através da transformação do trabalho *concreto* em trabalho *abstrato*. (...) O trabalho abstrato não é apenas trabalho socialmente igualado, isto é, trabalho abstraído das propriedades concretas, trabalho impessoal e homogêneo. É trabalho que só se torna social como trabalho impessoal e homogêneo.”

(*Erscheinungsform*) do seu contrário, do valor” (Marx, 2013, p.134 - tradução adaptada) Da mesma maneira, a redução do trabalho concreto a trabalho abstrato depende de que a forma particular de trabalho concreto objetivado no equivalente se apresente como “a forma palpável de efetivação do trabalho humano abstrato” (ibid, p.135) Por fim, a socialização dos trabalhos privados pelo processo de troca tem como condição que o trabalho privado encarregado da produção do equivalente transforme-se, paradoxalmente, “em trabalho imediatamente social.” (ibid)

O sucesso da expressão de valor está vinculado, portanto, à inversão das propriedades materiais do equivalente e do trabalho concreto despendido no seu processo privado de produção em, respectivamente, valor e trabalho humano social em sua forma abstrata.¹²⁶ Ora, tais condições podem ser satisfeitas no plano da forma de valor simples, que se limita a vincular apenas duas mercadorias numa relação de valor? É evidente que não. Em primeiro lugar, nesta primeira forma de valor, o valor da mercadoria encontra expressão na forma material de uma única outra mercadoria. Logo, os valores de mercadorias diferentes não afiguram-se passíveis de comparação direta, posto serem representados em formas materiais distintas. Em segundo lugar, recordemos que o equivalente assume tal forma apenas na medida em que outra mercadoria se serve dele como material para expressar seu próprio valor. Equivalência significa, assim, permutabilidade. Na forma de valor simples, o equivalente apresenta-se como permutável apenas por uma única outra mercadoria. Logo, ele não está igualado à totalidade do trabalho social empregado na produção mercantil, mas apenas a uma determinada forma particular deste. Ele não pode, por conseguinte, consistir na forma imediata de aparição do valor, assim como o trabalho que o produziu não representa trabalho humano genérico e social.

A exposição marxiana constata, deste modo, que a forma de valor simples não se mostra capaz de satisfazer as condições exigidas pelo processo de expressão do valor da mercadoria. Essa incongruência entre o quadro teórico limitado da forma de valor simples e o objeto complexo que a análise de Marx visa a reconstruir (i.e, a expressão do valor no

¹²⁶ Marx lança mão aqui, assim como na obra de juventude, da ideia de uma inversão entre o concreto e o abstrato. No entanto, se, o jovem Marx empregava esse recurso conceitual para criticar o viés mistificador do método dialético, o Marx da crítica da economia política identifica a inversão como um processo constitutivo da própria estrutura do modo de produção capitalista. Como lemos numa passagem da primeira edição do *Capital*: “Esta *inversão* através da qual o concreto-sensível conta unicamente como forma em que manifesta-se o universal-abstrato, e não, ao contrário, o universal-abstrato como propriedade do concreto, caracteriza a expressão de valor. E é isso que dificulta a compreensão. Se digo que tanto o direito romano quanto o direito germânico são ambos direitos, afirmo algo óbvio. Se digo, ao invés disso, que o direito, esse ente abstrato, *efetiva-se* no direito romano e no direito germânico, nesses direitos concretos, a conexão torna-se mística.” (Marx, 1998, p. 1026)

dinheiro) engendra a *negação dialética* da forma simples. Sabemos que essa espécie peculiar de negação tanto conserva os aspectos positivos da forma abstrata negada quanto leva à supressão de suas limitações num novo objeto. Do ponto de vista estritamente *negativo*, a forma de valor simples acaba revelada como uma representação unilateral e insuficientemente desenvolvida do dinheiro. No entanto, sua análise cumpriu com um papel decisivo dentro da dialética da forma do valor. Ela permitiu a Marx demonstrar que a expressão de valor da mercadoria deve ser compreendida como um processo que, em primeiro lugar, (i) envolve diretamente a equiparação entre produtos do trabalho humano, e, mediatamente, entre formas de trabalho, na troca, e que, em segundo lugar, (ii) confere ao valor uma expressão objetiva através da externalização da *contradição interna* da mercadoria entre valor e valor, que se resolve na *contradição externa* entre forma de valor relativa e forma de equivalente. Com efeito:

“A análise mais detalhada da expressão de valor da mercadoria A, contida em sua relação de valor com a mercadoria B, mostrou que, no interior dessa mesma expressão de valor, a forma natural da mercadoria A é considerada apenas como figura de valor de uso, e a forma natural da mercadoria B apenas como forma de valor ou figura de valor (*Wertgestalt*) A oposição interna (*innere Gegensatz*) entre valor de uso e valor, contida na mercadoria, é apresentada (*dargestellt*), assim, por meio de uma oposição externa (*äußeren Gegensatz*), isto é, pela relação entre duas mercadorias, em que a mercadoria cujo valor está sendo expresso vale (*gilt*) apenas e imediatamente como valor de uso, e a segunda, na qual o valor é expresso, vale apenas e imediatamente como valor de troca. A forma de valor simples de uma mercadoria é, portanto, a forma simples de aparecimento (*Erscheinungsform*) da oposição nela contida entre valor e valor de uso.” (Marx, 2013, p.137 - tradução adaptada)

Isso quer dizer que o desenvolvimento conceitual da forma-mercadoria engendra necessariamente a externalização de sua oposição interna. Esse processo de repartição dos termos da oposição interna da mercadoria nas figuras da mercadoria e do equivalente apresenta-se, pois, como a duplicação (*Verdoppelung*) de sua forma original. Isto é, a tensão que subsiste entre as formas material e social da mercadoria faz com que ela duplique a si mesma na troca. Esse é o raciocínio (ainda não plenamente desdobrado a esta altura da exposição) que explica a conexão lógica imanente postulada por Marx entre a forma-mercadoria e o dinheiro.

Um dos princípios centrais da concepção metodológica que orienta a exposição marxiana é de que a negação da forma abstrata não desemboca no nada, mas conduz diretamente a uma forma superior. Assim, “a forma individual de valor transforma-se por si mesma numa forma mais completa.” (Marx, 2013, p.138) A forma de valor simples dá lugar

à (2) *forma de valor total ou desdobrada*, que consiste numa generalização da relação examinada na primeira forma, posto que agora a mercadoria situada no pólo relativo expressa seu valor não apenas em um único equivalente, mas na série completa de outras mercadorias presentes no mercado. Consequentemente, “na expressão do valor do linho, cada mercadoria, seja ela casaco, chá, trigo, ferro etc., é considerada como equivalente e, portanto, como corpo de valor. A forma natural determinada de cada uma dessas mercadorias é, agora, uma forma de equivalente particular ao lado de muitas outras.” (Marx, 2013, p.139-140)

A forma de valor desdobrada apresenta uma relação de valor consideravelmente melhor desenvolvida do que a forma simples. Pois, primeiramente, o fato de a mercadoria na forma relativa expressar seu valor através de relações de igualdade com o universo inteiro das mercadorias implica que o trabalho nela efetivado está sendo equiparado à totalidade das formas particulares de trabalho. Logo, esse trabalho particular tem sua qualidade genérica posta em destaque e, por conseguinte, a própria mercadoria passa a poder ser concebida como “massa amorfa de trabalho humano indiferente.” (ibid, p.139) Em segundo lugar, a expressão de valor da mercadoria numa série de relações de troca com mercadorias qualitativamente diversas permite perceber que as proporções em que as mercadorias são trocadas, seus valores de troca, exibem uma constância ou equivalência que indica sua determinação por uma unidade comum – o valor. Logo, a forma de valor desdobrada especifica a relação entre valor e valor de troca.

Não obstante tais avanços em relação à forma precedente, a forma de valor desdobrada também fracassa em satisfazer os critérios delineados por Marx como obrigatórios para a expressão de valor. Vimos que a redução da mercadoria a valor depende de que o equivalente se apresente como uma representação socialmente válida de valor ou trabalho social cristalizado. Isso não se verifica na forma desdobrada, uma vez que existe uma multiplicidade de equivalentes particulares distintos, cada qual encontrando-se em relação de igualdade com apenas uma mercadoria. O mesmo parecer aplicar-se ao trabalho concreto efetivado no equivalente, que não logra expressar “trabalho humano em geral”. Assim, não pode haver expressão bem-sucedida de valor na forma desdobrada; cada mercadoria representa seu próprio valor em uma série interminável de outras mercadorias qualitativamente distintas, de sorte que as suas expressões de valor não são mutuamente comparáveis.

Daí surge a necessidade de que a forma desdobrada de valor seja também negada dialeticamente. A negação da forma desdobrada, consiste, com efeito, no passo decisivo de toda a análise marxiana da forma do valor. Ela procede por meio da inversão (*Verkehrung*) da

relação de valor retratada na forma desdobrada; se, nesta, o valor de uma única mercadoria era expresso mediante sua equação com a série completa de outras mercadorias, então, ao inverter, obtemos uma relação em que todas as mercadorias expressem conjuntamente seus valores num único e mesmo equivalente. Através da inversão da forma desdobrada, a análise marxiana chega à (3) *forma de valor universal*. À primeira vista, essa pode aparentar ser uma mudança meramente formal. Mas trata-se de uma impressão enganadora. Nas forma de valor anteriores, o equivalente individual ou os vários equivalentes particulares apareciam como a mera contraparte passiva da tentativa de expressão de valor de uma única mercadoria individual. A equivalência, era, por assim dizer, uma relação de ordem subjetiva, desencadeada pela ação pontual de uma certa mercadoria sobre outros objetos. Na forma de valor universal, por sua vez, a equivalência assume o estatuto de uma relação social objetiva e socialmente válida. Essa alteração radical na estrutura da relação de valor se dá com a constituição de um equivalente comum às mais variadas mercadorias particulares – o *equivalente universal* –, que se apresenta como o resultado objetivo e não-intencionado das múltiplas expressões de valor (*prima facie* subjetivas) das mercadorias particulares:

“A forma de valor universal surge, ao contrário, como obra conjunta do mundo das mercadorias. Uma mercadoria só ganha expressão universal de valor porque, ao mesmo tempo, todas as mercadorias expressam seu valor no mesmo equivalente, e cada novo tipo de mercadoria que surge tem de fazer o mesmo. Com isso, revela-se que a objetividade de valor (*Wertgegenständlichkeit*), por ser a mera ‘existência social’ dessas coisas, também só pode ser expressa por sua relação social geral, e sua forma de valor tem de ser, por isso, uma forma socialmente válida.” (Marx, 2013, p.142)

Essa passagem é esclarecedora. Marx afirma que a objetividade de valor (*Wertgegenständlichkeit*) só se torna efetiva com a existência de uma “relação social geral” entre as mercadorias, mediada pelo equivalente universal. Por consequência, é somente por meio de sua relação com o equivalente universal que as mercadorias podem vir a expressar seus valores de “forma socialmente válida.” Podemos assim ver que a gênese do equivalente universal não é senão a gênese da objetividade de valor enquanto uma relação social reificada que prevalece sobre os arbítrios e as intenções individuais. Trata-se do momento privilegiado da exposição marxiana em que o pensador alemão investiga pormenorizadamente o fenômeno de inversão da subjetividade em objetividade que Backhaus, em sua leitura de proveniência adorniana, argumentou ser o atributo definidor das relações sociais do modo de produção capitalista e das categorias da crítica da economia política.

Além de exibir um elevado interesse crítico, a forma de valor universal apresenta-se

como “a primeira que relaciona efetivamente as mercadorias entre si como valores, ou que as deixa aparecer umas para as outras como valores de troca”. (ibid, p.142) Ela satisfaz, portanto, aquelas condições de possibilidade para a expressão de valor que foram estabelecidas quando da análise da forma simples – cuja inobservância levou à negação dessa e da forma desdobrada. Por que esse é o caso? De início, podemos destacar um motivo um tanto manifesto. A forma de valor universal caracteriza-se pelo fato de o universo inteiro das mercadorias expressar seus valores de maneira conjunta e exclusiva em um mesmo equivalente. Isso significa que todas as mercadorias representam seus valores como idênticos à forma material do mesmo objeto. Logo, os valores das diversas mercadorias tornam-se passíveis de serem comparados em termos de pura quantidade, na medida em que possuem uma homogeneidade qualitativa ou material: “Na forma de iguais ao linho, todas as mercadorias aparecem agora não só como qualitativamente iguais, como valores em geral, mas também como grandezas de valor quantitativamente comparáveis. Por espelharem seu valor num mesmo material, o linho, essas grandezas de valor se espelham mutuamente.” (ibid, p.142)

O caráter simples e unificado da expressão de valor na forma universal faz dos valores relacionáveis entre si. Trata-se de um ponto certamente muito importante. Mas como a forma universal pode reduzir as mercadorias à condição de tempo de trabalho social objetivado e os trabalhos concretos dos produtores privados a trabalho abstrato e social? Para responder a essa pergunta, devemos dirigir um olhar mais detido sobre o equivalente universal. Conforme coloca Marx (ibid, p.143), “um tipo particular de mercadoria recebe a forma de equivalente universal porque todas as outras mercadorias fazem dele o material de sua forma de valor unitária, universal.” Podemos extrair daí o corolário de que o equivalente universal – em sua forma material – se encontra sistematicamente equiparado à totalidade dos produtos qualitativamente diversos do trabalho humano presentes no mercado, vindo, deste modo, a figurar como “a encarnação visível, a crisalidação de todo o trabalho humano” (Marx, 2013, p.142) Ora, a igualação do equivalente à totalidade dos produtos do trabalho humano equipara, em simultâneo, o trabalho concreto encarregado de produzir o equivalente a todas as demais formas particulares de trabalho humano, o que lhe transforma em “forma de aparecimento do trabalho humano como tal” (ibid) Ademais, esse trabalho genérico que encontra expressão na figura do equivalente universal não é apenas desprovido de propriedades, mas também *trabalho imediatamente social*, haja vista que seu produto – o equivalente universal, ou, mais concretamente, o dinheiro – mostra-se diretamente permutável por qualquer outra mercadoria, a despeito de sua utilidade particular ou do

conjunto específico de carências dos seu possuidor.

À luz dos pontos acima apresentados, podemos melhor compreender a natureza do processo social que engendra a inversão das qualidades concreto-sensíveis do equivalente em determinações social-abstratas, conferindo assim existência objetiva ao valor e ao trabalho social abstrato. Fica evidente, além disso, que a existência de uma tal encarnação objetiva do trabalho abstrato na figura do equivalente universal consiste precisamente na condição de possibilidade para a expressão do valor da mercadoria.¹²⁷ Pois é somente através da equiparação da mercadoria a uma figura socialmente reconhecida de valor no processo de troca que a mesma pode ser reduzida a valor (R1) e o trabalho concreto despendido em sua produção pode ser socialmente relacionado ao trabalho dos demais produtores por meio de sua qualidade genérica de criar valor (R2). Isso significa que a existência da mercadoria como forma de mediação social está indissociavelmente atrelada à *duplicação de sua forma em mercadoria e equivalente universal*, ou mais precisamente, em *mercadoria e dinheiro*. A mercadoria confere expressão socialmente reconhecida ao seu valor – à sua forma social – apenas na medida em que estabelece relações de igualdade com o dinheiro no processo de troca. O valor da mercadoria efetivamente transforma-se no dinheiro ou equivalente universal, numa massa homogênea de trabalho social.

Desta maneira, a análise da forma do valor cumpre, ao nosso ver, com um papel teórico de primeira relevância na crítica da economia política. Em primeiro lugar, nela Marx determina a relação conceitual entre a forma-mercadoria e o dinheiro em estreita consonância com o preceito metodológico da duplicação da mercadoria. Essa duplicação consiste na externalização de sua oposição interna entre valor e valor de uso. Em segundo lugar, é ao longo dela que o pensador alemão demonstra como os vários trabalhos concretos dos produtores privados de mercadorias somente podem ser efetivamente reduzidos a uma substância social homogênea e comum através da troca monetariamente mediada dos seus produtos no mercado, em um processo que também relaciona cada trabalho privado ao quadro do trabalho social total, estabelecendo a dependência recíproca e multilateral *a priori* inexistente entre as unidades autonomizadas da divisão social do trabalho no modo de

¹²⁷ No texto da primeira edição do *Capital*, Marx (1998, p.998) chega a comparar a existência efetiva do trabalho humano genérico na figura do equivalente universal, concebido como uma abstração existente, ao cenário contrafactual do gênero animal existindo *em meio* às espécies individuais que estão nele subsumidas: “Na forma III, que é a segunda forma refletida e por isso está incluída nela, o linho aparece, pelo contrário, como a forma genérica do equivalente para todas as demais mercadorias. É como se ao lado dos leões, dos tigres, das lebres e de todos os outros animais reais, que agrupados reúnem-se nos diversos gêneros, espécies, subespécies e famílias, etc. do reino animal, existisse também o animal, a encarnação individual de todo reino animal. Tal indivíduo, que em si mesmo engloba todas as espécies efetivamente existentes da mesma coisa, é um ente geral, como animal, Deus, etc.”

produção capitalista. A análise da forma do valor complementa, assim, a definição puramente negativa ou fisiológica do trabalho abstrato dada por Marx no início do capítulo, destacando a especificidade social e a determinidade histórica desse conceito. Nesse sentido, as palavras com que o pensador alemão conclui seu exame da forma universal de valor são informativas. Nessa forma:

“(...) o trabalho objetivado no valor das mercadorias não é expresso apenas negativamente como trabalho no qual são abstraídas todas as formas concretas e propriedades úteis dos trabalhos efetivos. Sua própria natureza positiva põe-se em destaque: ela se encontra na redução de todos os trabalhos efetivos à sua característica comum de trabalho humano; ao dispêndio de força humana de trabalho. A forma de valor universal, que apresenta os produtos do trabalho como meras massas amorfas de trabalho humano, mostra, por meio de sua própria estrutura, que ela é a expressão social do mundo das mercadorias. Desse modo, ela revela que, nesse mundo, o caráter humano e universal do trabalho constitui seu caráter especificamente social.” (Marx, 2013, p.142-143)

Capítulo 3 – Dinheiro e processo de troca: a duplicação real da mercadoria

O exame do processo de troca empreendido por Marx no segundo capítulo do *Capital* pode, à primeira vista, parecer redundante, posto que o pensador alemão deduziu a conexão imanente entre mercadoria e dinheiro já na análise da forma do valor. No entanto, vejamos a coisa mais de perto. O resultado com que Marx concluiu a análise da forma-mercadoria foi de que a *oposição interna* da mercadoria deve necessariamente assumir uma *existência externa* na relação entre a mercadoria e o equivalente universal no processo de troca, sendo somente através dessa relação de igualdade com um outro que a mercadoria pode conferir expressão objetiva ao seu valor. Por maiores que sejam os avanços realizados por Marx na análise da forma do valor, sua investigação do nexos mercadoria-dinheiro permanece restrita aos limites do problema das condições de possibilidade para a expressão do valor da mercadoria. Ora, tal expressão de valor pode, a princípio, ser concretizada mediante a igualação meramente *ideal* da mercadoria com o dinheiro, não exigindo que a mercadoria venha a ser *efetivamente* alienada pelo dinheiro na troca. Assim, embora a análise da forma do valor tenha definido as características estruturais centrais da relação entre mercadoria e dinheiro, seu escopo se encontra circunscrito ao processo de *duplicação ideal*.¹²⁸ A explicação de como a relação opositiva entre mercadoria e dinheiro governa o transcurso do processo real de circulação – de como “as formas antitéticas das mercadorias consistem nas formas efetivas de movimento de seu processo de troca” (Marx, 2013, p.179) – é remetida por Marx ao seu estudo subsequente da *duplicação real*. Esse estudo tanto estabelece, no exame do processo de troca levado a cabo no segundo capítulo do *Capital*, os fundamentos teóricos para a compreensão da dinâmica entre mercadoria e dinheiro na esfera da troca, quanto expõe, na sequência, as três funções desempenhadas pelo dinheiro na circulação simples de mercadorias.

¹²⁸ Nossa hipótese interpretativa é respaldada pela leitura de Heinrich (1999, p.230) acerca da relação entre a análise da forma-mercadoria e o exame do processo de troca: “Mesmo na exposição das diferentes formas de valor, Marx não está preocupado com a troca efetiva, mas apenas com a forma-mercadoria enquanto tal. Marx demonstra que o valor da mercadoria não pode aparecer nela mesma, e que ele precisa, portanto, de uma forma objetiva própria para aparecer. A forma universal de valor é a forma de aparecimento que mostra-se adequada ao valor, isto é, a forma em que o valor da mercadoria efetivamente existe como valor. No entanto, tudo isso concerne apenas à mercadoria enquanto tal, e não ao seu processo de troca. As determinações formais desse objeto teórico, a mercadoria meramente “imaginada”, a mercadoria como tal, podem ser expostas dialeticamente, isto é, como uma relação de desenvolvimento conceitual entre as várias determinações de sua forma. A investigação do processo de troca não trata mais da mercadoria pensada, mas da relação efetiva entre as mercadorias, consistindo, portanto, numa análise de nível completamente distinto, pois as mercadorias relacionam-se não através de sua forma de valor, mas de uma troca levada a cabo por seus possuidores.”

3.1. A duplicação real da mercadoria no processo de troca

O que logo salta aos olhos ao se adentrar a exposição marxiana do processo de troca no segundo capítulo do *Capital* é a súbita mudança na orientação metodológica da investigação do autor. Enquanto, na análise da forma-mercadoria, o enfoque de Marx dirigia-se exclusivamente às formas sociais envolvidas no intercâmbio mercantil, a exposição da duplicação real da mercadoria no processo de troca coloca em primeiro plano as ações dos seus participantes, os possuidores de mercadorias (*Warenbesitzern*), cuja existência, até então, se encontrava apenas pressuposta. A análise do processo de troca lança mão, portanto, de uma referência constitutiva aos agentes do processo. Pois bem, de que modo devemos entender essa mudança na perspectiva assumida pela exposição? E qual a relação que a análise do processo de troca centrada na conduta dos seus agentes mantém com a parte da exposição que reconstruímos no capítulo anterior?

Podemos clarificar esses pontos recorrendo aos comentários de Michael Heinrich (1997). Para o intérprete do pensamento marxiano, a distinção metodológica entre o nível de análise puramente formal das objetividades econômicas e o estudo da ação dos possuidores de mercadorias não apenas guarda grande importância para se compreender o desenvolvimento progressivo das categorias da circulação simples, como também lança luz sobre o papel atribuído por Marx aos agentes dentro do sistema econômico capitalista.¹²⁹ Para Heinrich, existe um motivo teórico ou expositivo profundo a explicar o fato de Marx analisar, primeiramente, as formas sociais elementares do processo econômico, vindo a considerar somente na sequência a perspectiva dos agentes responsáveis pela realização de tal processo. Tal como mencionamos ao discutir as implicações filosófico-sociais da análise da forma do valor, Marx considera que os sujeitos situados num contexto de produção de mercadorias para o intercâmbio têm a sua agência condicionada pelas formas sociais objetivas que dominam o processo de troca. Logo, é apenas natural que o estudo de suas ações seja precedido pela análise pormenorizada das relações sociais que formam o contexto mais amplo em que elas se desenrolam, o qual se caracteriza pelo domínio da forma-mercadoria,

¹²⁹ No entanto, de acordo com Heinrich, mesmo o próprio Marx não teria respeitado essa distinção metodológica na análise da forma do valor da segunda edição do *Capital*. O intérprete da obra marxiana argumenta – ao nosso ver, de maneira convincente – que o acréscimo da forma-dinheiro ao plano do primeiro capítulo consiste numa intromissão da teoria da ação dos possuidores de mercadorias à análise das formas sociais, a qual prejudicaria a coerência do desenvolvimento expositivo da primeira seção da obra. Escreve Heinrich (1997, p.227): “Entretanto, a substituição da quarta forma de valor pela forma-dinheiro produz uma quebra na exposição dialética das formas de valor. Enquanto Marx desenvolve as transições entre as três primeiras formas com base nas deficiências conceituais da forma prévia, não existe qualquer diferença formal entre a forma universal de valor e o dinheiro.”

do dinheiro e, em um estágio mais complexo, do imperativo de valorização do capital sobre a conduta dos indivíduos. Existe, portanto, para Marx, uma primazia das relações sociais objetivas face às ações dos agentes do processo econômico, de sorte que “as máscaras econômicas das pessoas não passam de personificações das relações econômicas” (Marx, 2013, p.160)

Essa compreensão avançada por Marx a respeito da subordinação dos sujeitos às relações sociais capitalistas permite entrever, uma vez mais, a distância que afasta a crítica marxiana da economia política de qualquer espécie de individualismo metodológico. A abordagem teórica de Marx preconiza o reconhecimento de que a ação e a consciência individuais se mostram invariavelmente mediadas pelas relações sociais em que os mesmos encontram-se inseridos. Como ele coloca na primeira frase da *Introdução* de 1857: “Indivíduos produzindo em sociedade – por isso, o ponto de partida é naturalmente, a produção dos indivíduos socialmente determinada.” (Marx, 2011, p.39) Diante do condicionamento da esfera da subjetividade e da ação intencionalmente orientada pelos processos e pelas relações sociais supraindividuais peculiares do modo de produção capitalista, as abordagens metodológicas que pretendem definir, como ponto de partida para o estudo da sociedade atual, as ações e intenções de um indivíduo genericamente concebido, se apresentam como não mais que o produto ideológico da naturalização das relações sociais capitalistas. Para Marx, é imperativo compreender que os sujeitos não assumem a forma de proprietários privados que entram em contato uns com os outros apenas através do processo de troca de mercadorias devido à presença de um fundo antropológico básico – devido, conforme diria Adam Smith (1977, p.29), à presença de uma “propensão natural a oferecer, barganhar e trocar uma coisa pela outra” –, mas como resultado do desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista:

“Somente no século XVIII, com a sociedade civil-burguesa, as diversas formas de conexão social confrontam o indivíduo como simples meio para seus fins privados, como necessidade exterior. Mas a época que produz esse ponto de vista do indivíduo isolado é justamente época das relações sociais (universais desde esse ponto de vista) mais desenvolvidas até o presente.” (Marx, 2011, p.40)

Do ponto de vista da teoria marxiana, portanto, a própria concepção pretensamente trans-histórica do indivíduo como um agente econômico autointeressado que persegue livremente seus interesses privados através da troca, a qual se encontra na base da economia política clássica e assume proporções ainda mais radicais nos modelos formalizados da escola neoclássica, está fundada em um equívoco metodológico básico, qual seja, o apagamento das

relações sociais historicamente específicas responsáveis por transformar os indivíduos em possuidores de mercadorias. Para Marx (2011, p.105), toda teoria que parte de um modelo abstrato do agente econômico acaba recaindo no antropologismo e no ahistoricismo, uma vez que os indivíduos não podem ser definidos à margem de suas relações sociais. Nesse sentido, o pensador alemão argumenta que:

“(...) o próprio interesse privado já é um interesse socialmente determinado, e que só pode ser alcançado dentro das condições postas pela sociedade e com os meios por ela proporcionados; logo, está vinculado à reprodução de tais condições e meios. É o interesse das pessoas privadas; mas seu conteúdo, assim como a forma e os meios de sua efetivação, está dado por condições sociais independentes de todos.”

Em suma, podemos concluir que a análise marxiana do processo de troca a partir da perspectiva dos seus agentes acontece após a investigação das determinações da forma-mercadoria devido ao fato de que essas últimas delimitam o campo de ações possíveis a serem tomadas pelos sujeitos na sociedade civil-burguesa. A ordem da exposição da crítica da economia política expressa, pois, a subsunção dos possuidores de mercadoria às categorias econômicas – aos produtos reificados de suas próprias ações.

Tratemos agora da linha de argumentação central da análise marxiana do processo de troca, que estabelece as bases para o entendimento da duplicação real da mercadoria e, conseqüentemente, da dinâmica opositiva da esfera da circulação das mercadorias.

Para Marx, a relação entre os sujeitos enquanto possuidores de mercadorias está fundada em seu reconhecimento (*Anerkennung*) recíproco como proprietários privados de coisas (*Dinge*) externas que podem ser alienadas através da troca voluntária. O tratamento marxiano do processo de troca pressupõe, assim, que os agentes que nele tomam parte se apresentam como pessoas (*Personen*) de direito juridicamente livres. Nesta medida, existe uma certa congruência entre a teoria hegeliana do espírito objetivo, que retrata a esfera de liberdade negativa do direito abstrato como base da sociedade civil-burguesa e do Estado modernos, e a perspectiva aqui defendida por Marx. No entanto, Marx, muito mais do que Hegel, enfatiza a dependência desta liberdade formal para com as relações sociais que caracterizam a produção capitalista de mercadorias. Para ele, a relação de reconhecimento entre os sujeitos como proprietários privados consiste num reflexo da relação econômica básica do modo de produção capitalista, da qual ela deriva seu conteúdo particular.¹³⁰ Assim:

¹³⁰ Com base nestes breves apontamentos realizados por Marx a respeito do vínculo entre o direito moderno e as relações sociais capitalistas no início do segundo capítulo do *Capital*, o jurista soviético Evgeny Pachukanis (2017) propôs-se a formular uma teoria do fenômeno jurídico inspirada por e complementar às análises

“Essa relação jurídica (*Rechtsverhältnis*) cuja forma é o contrato, é uma relação volitiva (*Willensverhältnis*), na qual se reflete a relação econômica (*ökonomische Verhältnis*). O conteúdo dessa relação jurídica ou volitiva é dado pela relação econômica.” (Marx, 2013, p.159)

Como compreender o papel social desempenhado pelos possuidores de mercadorias à luz do conteúdo histórica e socialmente determinado de tal relação econômica? Em sua determinação mais geral, o possuidor de mercadorias consiste num sujeito auto-interessado, que age visando à consecução dos seus interesses particulares. Seu propósito ao participar do processo de troca se resume a se desfazer de um certo objeto externo que não lhe apresenta utilidade através de sua alienação por outro objeto que possa servir como meio para a satisfação das suas carências. Isto é, a sua “mercadoria não tem, para ele, nenhum valor de uso imediato. Do contrário, ele não a levaria ao mercado. Ela tem valor de uso para outrem.” (ibid, p.160) Desta maneira, a efetivação do valor de uso da mercadoria – sua transformação num objeto dotado de utilidade para seu possuidor – depende de que ela seja submetida à troca pela mercadoria de outro possuidor. Todavia, como a análise da forma-mercadoria demonstrou, as mercadorias são relacionadas na troca enquanto materializações da mesma substância social; elas só podem ser trocadas na condição de valores. Logo, percebemos que a análise marxiana do processo de troca estabelece que, por um lado, (1) a realização do valor de uso da mercadoria é mediada por sua forma de valor. Pelo outro, a assunção de uma forma de valor pela mercadoria se encontra condicionada, ao mesmo tempo, à confirmação do seu valor de uso, uma vez que sua alienação presume a existência de terceiros que reconheçam a utilidade do trabalho que foi nela despendido. Por consequência, Marx determina que, no processo de troca, (2) o valor é também mediado pelo valor de uso.

É o conflito entre esses dois termos (1) e (2) que constitui a *contradição estrutural elementar do processo de troca*, a qual pode ser compreendida como uma manifestação, no quadro teórico da ação dos possuidores de mercadorias, da oposição interna entre as formas material e social da mercadoria. Essa contradição expressa-se mais concretamente no fato de

marxianas do capitalismo. A tese fundamental sobre a qual assenta-se a sofisticada investigação de Pachukanis é de que existe uma correspondência de longo alcance entre as formas jurídicas elementares (o sujeito de direito, a propriedade, o contrato) e a sociabilidade *sui generis* do capitalismo, fundada na forma-mercadoria. Nesse sentido, Pachukanis (2017, p.124-125) sustenta que “em dado estágio de desenvolvimento, as relações entre as pessoas no processo de produção adquirem uma forma duplamente enigmática. Elas, por um lado, surgem como relações entre coisas, que são ao mesmo tempo mercadorias; por outro, como relações de vontade entre unidades independentes e iguais umas perante as outras, como as que se dão entre sujeitos de direitos. Ao lado da propriedade mística do valor aparece algo não menos enigmático: o direito. Ao mesmo tempo, a relação unitária e total adquire dois aspectos abstratos fundamentais: o econômico e o jurídico. (...) Somente em situação de economia mercantil nasce a forma jurídica abstrata, ou seja, a capacidade geral de possuir direitos se separa das pretensões jurídicas concretas.”

que a intenção particular ou individual que guia a ação do possuidor de mercadorias – a substituição de sua mercadoria por outra que seja para ele valor de uso – se encontra atrelada a uma condição de ordem social, a saber, a transformação da mercadoria em valor. A convivência entre essas dimensões individual e social da troca está longe de ser pacífica, posto que está sempre presente a possibilidade de que um dado possuidor de mercadorias fracasse em obter os meios de subsistência que procura devido à ausência de interesse, por parte dos detentores de tais meios de subsistência, na mercadoria particular que lhes está sendo ofertada pelo primeiro. Em outras palavras, a concretização da troca exige complementaridade entre os conjuntos de carências dos possuidores de mercadorias, e não há nada, à primeira vista, que assegure a vigência de tal estado de coisas. Marx (ibid, p.160-161) descreve essa contradição da seguinte maneira:

Cada possuidor de mercadorias só quer alienar sua mercadoria em troca de outra mercadoria cujo valor de uso satisfaça sua carência. Nessa medida, o processo de troca é para ele apenas um processo individual. Por outro lado, ele quer realizar sua mercadoria como valor, portanto, em qualquer outra mercadoria do mesmo valor que seja de seu agrado, não importando se sua mercadoria tem ou não valor de uso para o possuidor de outra mercadoria. Nessa medida, a troca é para ele um processo social geral.”

Desponta, assim, uma contradição entre a dimensão social do processo de troca das mercadorias e as normas que pautam a ação individual dos seus agentes: “Observando a questão mais de perto, vemos que todo possuidor de mercadorias considera toda mercadoria alheia como equivalente particular de sua mercadoria, e por conseguinte, sua mercadoria como equivalente universal de todas as outras mercadorias.” (ibid, p.161) Isto é, cada possuidor de mercadorias pretende trocar livremente sua própria mercadoria particular pelos valores de uso oferecidos por outros participantes do processo de troca, sem verificar se existe a reciprocidade necessária entre os seus interesses. A permutabilidade direta e sistemática acaba indevidamente pressuposta.¹³¹ Ora, uma vez que “todos os possuidores de mercadorias fazem o mesmo, nenhuma mercadoria é equivalente universal, e por isso, tampouco as mercadorias possuem qualquer forma de valor relativa geral na qual possam equiparar-se como valores e se comparar umas com as outras como grandezas de valor.” (ibid) Nos termos examinados, o processo de troca das mercadorias apresenta-se como uma

¹³¹ Como coloca Heinrich (2021, p.205-206), tudo se passa, nessa etapa da análise marxiana da contradição do processo de troca, como se “cada possuidor de mercadorias desejasse que sua mercadoria fosse trocável por qualquer outra mercadoria aleatória, isto é, ele gostaria que ela fosse *socialmente reconhecida de forma geral*. Em outras palavras, cada possuidor de mercadorias exige algo dos demais possuidores – que eles aceitem sua mercadoria na troca –, algo que nem sequer ele próprio está disposto a fazer, já que ele apenas aceita as mercadorias que satisfaçam seu próprio interesse.”

impossibilidade.¹³² Pois, na ausência de um equivalente universal, os produtos do trabalho humano “não se confrontam como mercadorias, mas apenas como produtos ou valores de uso.” (ibid)

Como pode ser resolvida essa contradição fundamental, que aparenta pôr em xeque a própria possibilidade do processo de troca? Em outras palavras, como o processo de troca supera a dissociação sistemática entre a particularidade das intenções dos possuidores de mercadorias e a sua dimensão social geral? Se, por um lado, Marx considera que “o processo de troca das mercadorias inclui relações contraditórias e mutuamente excludentes” (ibid, p.178), ele argumenta, pelo outro, que o “desenvolvimento da mercadoria não elimina essas contradições, porém cria as formas em que elas podem se mover.” (ibid) A resposta ao problema delineado reside, portanto, na estrutura conceitual da forma-mercadoria. E, de fato, a solução marxiana consiste, em suas linhas gerais, numa transposição do núcleo argumentativo da análise da forma do valor ao quadro da análise do processo de troca. Assim como as mercadorias apenas podem ser relacionadas umas às outras mediante sua conversão a uma forma comum de valor, ocorrida quando de sua equiparação ao equivalente universal, também as ações dos possuidores de mercadorias somente dão lugar a um processo sistemático de alienação de valores de uso qualitativamente distintos na medida em que elevam uma certa mercadoria à condição de equivalente universal, fazendo com que ela seja diretamente permutável por toda e qualquer outra mercadoria. Deste modo, “ser equivalente universal torna-se, por meio do processo social, a função especificamente social da mercadoria excluída. E ela se torna - dinheiro (*Geld*).” (ibid)

Com a existência do dinheiro, passa a ser possível que cada possuidor individual de mercadorias efetivamente substitua sua mercadoria particular pelos diversos valores de uso de que necessita para suprir suas carências. Isso porque, ao trocar sua mercadoria por uma certa soma de dinheiro, o sujeito pode conferir à mesma uma forma de valor socialmente

¹³²À luz deste resultado, podemos assentir à hipótese interpretativa de Backhaus, segundo a qual a análise marxiana do processo de troca tem como um dos seus objetivos fundamentais efetuar uma *reductio ad absurdum* dos constructos teóricos da troca direta de mercadorias e da teoria do valor pré-monetária. Para o teórico marxista, “o capítulo ‘O processo de troca’ trata da *impossibilidade de se pensar* o processo de troca de *mercadorias pré-monetárias*.” (Backhaus, 1997, p.394) A tese de Backhaus pode ser corroborada pela seguinte afirmação feita por Marx (2013, p.163) no capítulo de que estamos tratando: “Uma circulação em que os proprietários de mercadorias comparam mutuamente seus artigos e os trocam por outros artigos diferentes jamais ocorre sem que, em sua circulação, diferentes mercadorias de diferentes possuidores sejam trocadas e comparadas como valores com uma única terceira mercadoria. Essa terceira mercadoria, por servir de equivalente de diversas outras mercadorias, torna-se imediatamente, mesmo que em estreitos limites, a forma de equivalente universal ou social.” Essa crítica de Marx à ideia de uma troca pré-monetária de mercadorias é endereçada não apenas à ausência de mediação entre forma e substância na teoria do valor ricardiana, mas também, como atestam as repetidas referências em notas de rodapé, à separação entre o dinheiro e a produção mercantil promovida pelo socialismo proudhoniano.

válida, que a coloca em relação de permutabilidade com o universo mercantil inteiro. O dinheiro é trocável por tudo, desde que esteja presente em quantidade adequada. Assim, mediante a conversão prévia da sua mercadoria em dinheiro, os possuidores de mercadorias podem se apropriar dos valores de uso visados sem incorrer nas dificuldades relacionadas à diversidade dos seus conjuntos de carências e das qualidades úteis das mercadorias apresentadas por cada um. A permutabilidade universal das mercadorias particulares está condicionada, portanto, por sua relação com a mercadoria universal, que carrega a propriedade socialmente determinada da permutabilidade direta.¹³³ Essa função social singular que o dinheiro desempenha duplica seu valor de uso, posto que ele, enquanto “equivalente universal, é agora objeto de uma carência universal ocasionada pelo próprio processo de troca, possuindo para cada um a mesma utilidade, que é a de ser portador de valor de troca, meio de troca universal.” (Marx, 2008, p.76 - tradução adaptada)

Vemos, assim, que, em primeiro lugar, o processo de troca abarca uma tensão entre o âmbito individual das ações dos possuidores de mercadorias e as exigências sociais associadas à alienação sistemática e multilateral dos produtos do trabalho humano, e que, em segundo lugar, essa contradição é resolvida pela existência do dinheiro enquanto mercadoria imediata e diretamente permutável por toda e qualquer mercadoria particular. Eis como Marx deduz a necessidade da *duplicação real* da mercadoria em mercadoria e dinheiro a partir de sua análise do processo de troca. O dinheiro precisa estar obrigatoriamente presente, em sua condição de equivalente universal, no processo real de troca, pois a efetivação do valor de uso das mercadorias particulares depende de que elas assumam a forma da permutabilidade universal por meio de sua transformação efetiva, e não apenas idealmente representada, em dinheiro. Nas palavras de Marx (2013, p.161-162):

“O cristal monetário (*Geldkristall*) é um produto necessário do processo de troca, no qual diferentes produtos do trabalho são efetivamente equiparados entre si e, desse modo, transformados em mercadorias. A expansão e o aprofundamento históricos da troca desenvolvem a oposição (*Gegensatz*) entre valor de uso e valor que jaz latente na natureza das mercadorias. A necessidade de expressar externamente essa oposição, com vistas ao intercâmbio, contribui para que se estabeleça uma forma autônoma do valor da mercadoria, e não cessa ou encontra repouso até atingir seu objetivo final, por meio da duplicação (*Verdopplung*) da mercadoria em mercadoria e dinheiro. Portanto, na mesma medida em que se opera a transformação dos produtos do trabalho em mercadorias, opera-se também a transformação (*Verwandlung*) da mercadoria em dinheiro.” (Marx, 2013, p.161-162 - tradução adaptada)

¹³³ “Como todas as mercadorias são apenas equivalentes particulares do dinheiro, que é seu equivalente universal, elas se relacionam com o dinheiro como mercadorias particulares com a mercadoria universal.” (Marx, 2013, p.164)

Estamos agora em condições de prosseguir ao exame da exposição marxiana da forma-dinheiro, que retira todas as implicações do modelo teórico da duplicação real, desenvolvendo-o subsequentemente como uma teoria geral da esfera da circulação de mercadorias.

3.2. A exposição marxiana da forma-dinheiro

O nexos conceitual profundo que vincula a forma-dinheiro à forma-mercadoria é trazido à tona com extraordinária clareza por Marx no segundo capítulo de *Contribuição para a Crítica da Economia Política*, no qual o autor (2008, p.93), imediatamente antes de se debruçar sobre as funções do dinheiro, assevera que: “A dificuldade capital na análise do dinheiro foi vencida assim que se chegou a compreender que este tem origem na mercadoria.” Como procuramos demonstrar nas seções anteriores deste trabalho, Marx empreende tal derivação da origem do dinheiro a partir da forma-mercadoria em dois estágios complementares: primeiramente, com a análise da forma do valor, ao investigar as condições que regem a expressão do valor da mercadoria e chegar à conclusão de que esse processo só pode se concretizar através da duplicação ideal da mercadoria em sua relação de troca com o equivalente universal ou dinheiro; em segundo lugar, na análise do processo efetivo de troca, a qual revela que a superação do conflito entre as intenções particulares dos agentes e as demandas gerais da troca depende da duplicação real da mercadoria, que confere ao dinheiro o estatuto de “forma de equivalente socialmente válida” (Marx, 2013, p.161) e objetivamente presente no intercâmbio mercantil.

A exposição marxiana das funções assumidas pela forma-dinheiro no processo de circulação das mercadorias assenta-se sobre tais desenvolvimentos teóricos, consistindo num passo adiante na definição das relações sociais básicas que vinculam os sujeitos no modo de produção capitalista.¹³⁴ Para Marx, o dinheiro não se apresenta como um mero expediente técnico de que os indivíduos lançam mão a fim de facilitar o intercâmbio dos produtos dos seus trabalhos, mas deve ser antes compreendido antes como uma forma específica de relação social materializada, tornada necessária pela estrutura atomizada da divisão social do trabalho no capitalismo e que opera a interconexão entre os trabalhos privados dos possuidores de

¹³⁴ Não se deve perder de vista que a exposição do dinheiro levada a cabo por Marx na primeira seção da crítica da economia política diz respeito ao papel desempenhado pelo dinheiro no interior da circulação simples de mercadorias, sem levar em conta, portanto, as determinações que o dinheiro assume enquanto forma de existência do capital. Em *Contribuição*, Marx (2008, p.93-94) adverte: “No estudo que segue, convém reter que se trata somente das formas do dinheiro que nascem imediatamente da troca de mercadorias, e não das que pertencem a um grau mais elevado do processo de produção, como a moeda de crédito.”

mercadorias. Na exposição marxiana, o dinheiro figura, acima de tudo, como a forma necessária de expressão do valor – do trabalho abstrato presente na mercadoria. A ênfase depositada sobre esta conexão necessária da dimensão social dos trabalhos privados e da forma-mercadoria com o dinheiro distingue, decididamente, a concepção de dinheiro elaborada por Marx na crítica da economia política daquela esposada pelos economistas clássicos. Marx afirma ser em virtude da negligência de tal conexão que, mesmo “dentre os economistas que aceitam plenamente a medida da grandeza de valor pelo tempo de trabalho, encontram-se as mais variadas e contraditórias noções do dinheiro, isto é, da forma acabada do equivalente universal.” (Marx, 2013, p.155, n.32)

Como se estrutura a exposição marxiana do dinheiro? Marx investiga a forma-dinheiro sob o ângulo das três funções que o dinheiro exerce na esfera da circulação de mercadorias: em primeiro lugar, como *medida de valor*; em segundo lugar, como *meio de circulação*; e finalmente, como *dinheiro em sentido estrito*. Em linha com o método marxiano de exposição, devemos considerar que cada uma dessas formas constituem representações unilaterais e interligadas do objeto complexo dinheiro, as quais têm seu conteúdo determinado somente à luz de sua relação com o todo – no caso, a figura completa do dinheiro, composta a partir da síntese de suas três determinações. Como coloca Suzanne de Brunhoff (1976, p.26), “é apenas ao final destes três passos que a ‘existência econômica do dinheiro’ é plenamente definida, apesar de seu caráter de equivalente universal ser o princípio animador de todas as suas funções e de sua articulação.”

Estamos, assim, cientes do plano que organiza a exposição marxiana do dinheiro, bem como do método dialético que Marx nela emprega a fim de dar conta das suas várias funções. Agora, qual é o princípio que rege o desenvolvimento progressivo das formas do dinheiro? Para além da ideia correta, mas ainda muito inespecífica, de que se trata de um movimento do simples ao complexo, a dialética do dinheiro cumpre com uma função crucial à crítica da economia política, na medida em que, como sugere Rubin (2017, p.775), a ordem específica seguida por Marx em seu tratamento progressivo das determinações do dinheiro expressa a crescente separação entre o curso do dinheiro e a circulação das mercadorias:

“O processo de formação do dinheiro a partir da mercadoria é, ao mesmo tempo, o processo de alienação gradual do dinheiro do mundo das mercadorias, um processo de polarização gradual entre o caráter das mercadorias e o caráter do dinheiro. As diferentes formas do dinheiro exprimem diferentes estágios dessa alienação do dinheiro em relação às mercadorias, num processo que intensifica-se gradualmente.” (Rubin, 2017, p.775)

Esta leitura coaduna-se com a hipótese levantada por Reichelt (2013), segundo a qual o tratamento da primeira função do dinheiro consiste num aprofundamento da tese da duplicação ideal da mercadoria, ao passo que as análises da segunda e da terceira função acontecem essencialmente no marco estabelecido pela análise da duplicação real. Em outros termos, a exposição marxiana progride de uma etapa em que o dinheiro existe apenas como forma idealizada do valor da mercadoria (*medida de valor*) à existência autônoma do dinheiro como uma forma de valor que se contrapõe à mercadoria no processo de troca (*meio de circulação*). Por fim, o dinheiro passa a apresentar-se como riqueza em forma abstrata e universal, existindo à margem da circulação (*dinheiro em sentido estrito*).

Esse último momento da exposição do dinheiro carrega uma significância expositiva e teórica particular. Ele indica que a autonomização do dinheiro em relação ao mundo das mercadorias assume, eventualmente, proporções tais que a própria finalidade do movimento de circulação experimenta uma inversão: se, até essa altura, os possuidores de mercadorias aparentavam participar do processo de troca visando a obter os meios para satisfazer suas carências, a exposição das categorias do entesouramento e do meio de pagamento revela – mesmo que de modo ainda preliminar – a existência de formas de relações sociais que postulam o valor como finalidade última do processo de circulação. Em outras palavras, na sua terceira determinação, o dinheiro converte-se de *meio* da circulação em *fim* da atividade dos sujeitos na troca.

Com isso, a exposição marxiana da circulação simples de mercadorias alcança seus limites. A aparência (*Schein*) de um movimento de circulação regido pelo valor de uso começa a ruir ao serem avistados os primeiros indícios do domínio exercido pela forma de valor sobre o circuito das trocas.¹³⁵ A fórmula inicial da circulação simples, M-D-M, abre o caminho para operações que tem como finalidade o acúmulo da riqueza universal, a expansão da fortuna em dinheiro. O desenvolvimento conceitual dessas novas formas leva, em um certo ponto, à negação da circulação simples enquanto aparência imediata do modo de produção capitalista e à derivação do conceito de capital.

¹³⁵ Como observa Marx (2011, p.162) a respeito da categoria de entesouramento nos *Grundrisse*: “Na medida em que provém da circulação em sua existência autônoma, o dinheiro manifesta-se nessa mesma existência como resultado da circulação; ele se fecha sobre si mesmo pela circulação. Nossa determinabilidade já está contida de maneira latente sua determinação como *capital*.”

Existe, em síntese, dois problemas aos quais nos manteremos particularmente atentos em nossa reconstrução da exposição marxiana da forma-dinheiro. Em primeiro lugar, (1) trataremos das continuidades inicialmente constatadas e das diferenças progressivamente desenvolvidas entre a forma-mercadoria e a forma-dinheiro, visando elucidar como Marx caracteriza a *unidade externa de opostos* em que estão reunidos tais termos. Essa unidade, como antes estabelecido, determina a dinâmica da esfera da circulação das mercadorias. Em segundo lugar, (2) examinaremos o vínculo entre a crescente autonomia do dinheiro e a inversão da finalidade do processo de circulação, um fenômeno que leva, por assim dizer, ao ponto de contato entre a circulação simples e o capital.

3.2.1. O dinheiro como medida de valor

Em sua exposição da primeira função do dinheiro, Marx percorre um terreno muito semelhante àquele que fora desbravado na análise da forma do valor. Em seu papel de medida dos valores (*Wertmaße*), o dinheiro encarrega-se de “fornecer ao mundo das mercadorias o material de sua expressão de valor ou de apresentar os valores das mercadorias como grandezas de mesmo denominador, qualitativamente iguais e quantitativamente comparáveis.” (Marx, 2013, p.169) Vemos que a função de medir valores é compreendida nos termos do problema das condições de possibilidade para a expressão socialmente válida do valor da mercadoria, o qual, como se expôs no capítulo anterior, é resolvido pela emergência do equivalente universal. É, pois, o fato de as diferentes mercadorias particulares conferirem conjuntamente expressão aos seus valores na matéria do equivalente geral que permite às mesmas se relacionarem umas com as outras como materializações de tempo de trabalho social abstrato, como valores de qualidade homogênea. Portanto, a definição do dinheiro como medida de valor se segue diretamente da caracterização do equivalente universal empreendida na análise da forma do valor.

Marx recupera esses resultados anteriores com um objetivo determinado em mente: ele pretende explicar o que é o preço, destacando o conteúdo conceitual que se esconde por trás dessa forma econômica aparentemente simples. Reichelt (2013, p.175) assinala com grande precisão que “o fato mesmo de as mercadorias terem um preço, que será sempre um preço bem definido, está no centro das reflexões marxianas e todo o desenvolvimento precedente deve ser entendido como pressuposto imprescindível para a explicitação dessa determinidade formal.” Como, então, Marx compreende a especificidade da forma-preço? Ora, o preço consiste na forma de valor mais básica que a mercadoria pode assumir em seu

processo de circulação, bastando, para isso, que ela seja posta em uma relação de igualdade tão somente representada com o equivalente: “A expressão de valor de uma mercadoria em ouro – x mercadoria A = y mercadoria B – é sua forma-dinheiro, ou seu preço.” (Marx, 2013, p.170) A transformação da mercadoria em preço apresenta-se, portanto, como o processo de sua duplicação ideal em dinheiro, que confere uma expressão de valor comum ao mundo das mercadorias. A duplicação ideal é uma pré-condição para o processo real de alienação sistemática e multilateral dos produtos do trabalho como mercadorias, uma vez que essas últimas só podem ser comparadas como quantidades representadas de tempo de trabalho abstrato, o que, por sua vez, depende de elas expressarem unitariamente os seus valores no dinheiro. Nesse sentido, a medida dos valores das mercadorias pelo dinheiro é descrita por Marx (2008, p. 94) em *Contribuição* como “uma espécie de processo teórico preparatório da circulação real.”

Não obstante constitua o pressuposto incontornável do processo de circulação das mercadorias, o dinheiro, em sua função de medida dos valores ou na forma do preço das mercadorias, apresenta uma existência que se encontra restrita ao plano ideal, carecendo de autonomia em relação à forma-mercadoria ou de qualquer instanciação concreta. A representação do valor como dinheiro envolve a expressão ideal do tempo de trabalho objetivado da mercadoria em quantidades representadas de dinheiro. Nesse processo, o valor conta unicamente como uma propriedade objetiva da própria mercadoria. Assim, Marx (2013, p.170) declara que:

“O preço ou a forma-dinheiro das mercadorias, tal como sua forma de valor em geral, é distinto de sua forma corpórea real e palpável, ou seja, é uma forma apenas ideal ou representada. O valor do ferro, do linho, do trigo, etc., apesar de invisível, existe nessas próprias coisas; ele é representado por sua igualdade com o ouro, por uma dada relação com o ouro, a qual só existe em suas cabeças(...) Como a expressão dos valores das mercadorias em ouro é ideal, nessa operação só pode ser aplicado o ouro representado ou ideal.”

Podemos ver, portanto, que a exposição marxiana da primeira função do dinheiro coloca em destaque a identidade entre a forma-mercadoria e o dinheiro, na medida em que esse último se vê distinguido apenas idealmente da mercadoria, apresentando-se como uma propriedade relacional pertencente a esta.¹³⁶ Essa caracterização segue os passos do tratamento concedido

¹³⁶ “O dinheiro não ainda existe como um objeto real, separado da mercadoria, mas ao invés disso aparece aqui apenas como uma forma-dinheiro ideal, que inere à mercadoria e representa uma propriedade da mesma.” (Rubin, 2017, p.776)

ao fenômeno da expressão do valor, que atribui ao equivalente universal o estatuto de matéria empregada pela expressão socialmente válida dos valores.

Afora realçar a idealidade da medida dos valores e remontar sua origem à forma-mercadoria, a exposição de Marx também realiza alguns avanços significativos na caracterização da esfera da circulação de mercadorias, antes de mergulhar mais afundo nas peculiaridades da forma-preço. O primeiro destes avanços concerne a um assunto que abordamos de passagem ao discutir a distribuição do trabalho social no modo de produção capitalista. Nos referimos aqui à articulação estabelecida por Marx entre os conceitos de valor e de preço. A forma-preço da mercadoria consiste, como acabamos de ver, na expressão do seu valor através de sua equiparação ao dinheiro. Embora a igualação ao equivalente universal seja o único meio disponível para que a mercadoria confira uma representação socialmente válida ao tempo de trabalho social nela contido, essa expressão de valor possui um caráter necessariamente relativo. Pois a relação entre a mercadoria e o dinheiro está sujeita à interferência de fatores que são inteiramente externos à magnitude de valor da mercadoria, regulada pelo tempo de trabalho socialmente necessário. Ou seja, as condições particulares do mercado – a relação dinâmica entre oferta e demanda – afetam as proporções em que uma dada mercadoria pode ser trocada pelo dinheiro, fazendo com que o preço seja um reflexo mais ou menos preciso do seu valor. Existe, portanto, uma unidade entre valor e preço, mas essa unidade é marcada pela autonomia relativa de cada um dos termos presentes na relação, os quais podem se afastar até certo ponto, mesmo que tendam a ser reaproximados pelo mecanismo da concorrência intersetorial. Marx argumenta, assim, que a possibilidade da incongruência entre valor e preço está inscrita na própria definição desses conceitos – o que não deve ser tomado como um simples “defeito”, mas antes como um atributo inconfundível de uma sociedade em que a distribuição do trabalho social entre as esferas produtivas ocorre por meio da circulação das mercadorias:

“A grandeza de valor da mercadoria expressa, portanto, uma relação necessária – e imanente ao seu processo constitutivo – com o tempo de trabalho social. Com a transformação da grandeza de valor em preço, essa relação necessária aparece como relação de troca entre uma mercadoria e a mercadoria-dinheiro existente fora dela. Nessa relação, porém, é igualmente possível que se expresse a grandeza de valor da mercadoria como o mais ou menos pelo qual ela é vendável sob dadas circunstâncias. A possibilidade de uma incongruência quantitativa entre preço e grandeza de valor, ou o desvio do preço em relação à grandeza de valor, reside, portanto, na própria forma-preço. Isso não é nenhum defeito dessa forma, mas, ao contrário, aquilo que faz dela a forma adequada a um modo de produção em que a regra só se pode impor como a lei média do desregramento que se aplica cegamente.” (Marx, 2013, p.176-177)

Essa incongruência entre valor e preço pode até mesmo se dar em termos qualitativos, na medida em que objetos que não são produto do trabalho social e, por consequência, não possuem valor, podem assumir a forma-preço e serem alienados na troca. Marx apresenta uma explicação a respeito de tal fenômeno em sua teoria da renda da terra no Livro III do *Capital*, ao analisar como a propriedade da terra acaba sendo incorporado ao circuito das trocas num sistema econômico universalmente monetarizado como o modo de produção capitalista.

Se tais reflexões permitem a Marx vincular a medida dos valores às categorias mais elementares de sua exposição, esclarecendo assim o papel exercido pela forma-preço ao articular o processo de reprodução social numa sociedade de produtores privados, o pensador alemão pretende também, por outro lado, explicar as formas concretas que o preço assume no intercâmbio de mercadorias. Para tanto, ele se detém sobre as determinações práticas que habilitam o dinheiro a desempenhar efetivamente o papel de medida do valor entre os agentes. Sabemos, pois, que o equivalente universal se apresenta como a encarnação material do valor. Em sua investigação, Marx pressupõe o ouro como equivalente universal. Logo, os valores devem ser medidos com base em quantidades representadas de ouro. No entanto, não é factível supor que os agentes estimem independentemente os valores dos seus produtos com o auxílio de quantidades arbitrárias ou aleatórias do metal precioso bruto. A regularidade e a sistematicidade do processo de troca exigem que seja estabelecido uma *padrão de medida* para o dinheiro, com vistas a facilitar a comparação dos valores.¹³⁷ Esse padrão comum consiste, à primeira vista, num “peso metálico estipulado” (ibid, p.172), como, por exemplo, uma onça de ouro. Eventualmente, o padrão de medida estipulado assume a forma de unidades ou *denominações monetárias* sancionadas pelo Estado.

Pois bem, qual é o significado desse desenvolvimento para a teoria de Marx? A transformação da medida dos valores em padrão de medida lança luz, primeiramente, sobre as mutações formais que o dinheiro precisa sofrer para operar como preço no processo de troca. Em segundo lugar, todavia, esse processo de concretização da medida dos valores carrega consigo efeitos fetichistas, uma vez que a divisão do equivalente universal em denominações monetárias obscurece o fato de que a forma-dinheiro consiste numa representação social do trabalho despendido na produção das mercadorias. Nesse caso, a

¹³⁷ “Como medida dos valores e padrão dos preços, o ouro desempenha dois papéis completamente distintos. Ele é medida de valor por ser a encarnação social do trabalho humano e padrão dos preços por ser um peso metálico estipulado. Como medida de valor, ele serve para transformar as diversas mercadorias em preços, em quantidades representadas de ouro; como padrão de preços, ele mede essas quantidades de ouro.” (Marx, 2013, p.172-173)

forma concreta assumida pelo valor das mercadorias – o preço – acaba por eclipsar sua substância – o trabalho abstrato:

“O nome de algo é totalmente exterior à sua natureza. Não sei nada sobre o ser humano quando sei apenas que um homem se chama Jacó. Do mesmo modo, nas denominações monetárias libra, táler, ducado, franco, etc., desaparece todo sinal da relação de valor. A confusão sobre o sentido oculto desses símbolos cabalísticos é tanto maior porque as denominações monetárias expressam o valor das mercadorias e, ao mesmo tempo, partes alíquotas de um peso metálico, do padrão monetário. Por outro lado, é necessário que o valor, em contraste com os diversos corpos do mundo das mercadorias, desenvolva-se nessa forma coisificada (*sachlichen*), sem-conceito (*begrifflos*), mas também simplesmente social.” (Marx, 2013, p.175, trad. adaptada)

Em sua função de medida dos valores, o dinheiro se apresenta, portanto, como o *pressuposto* do processo de troca das mercadorias: “O dinheiro faz circular somente as mercadorias já transformadas em dinheiro *idealmente*, não somente na cabeça do indivíduo singular, mas também na representação da sociedade.” (Marx, 2011, p.134-135) Nessa primeira função, ele torna possível que os diversos valores sejam expressos como quantidades determinadas de trabalho humano abstrato. No entanto, a existência de uma medida comum entre as mercadorias não se mostra por si só suficiente para explicar como efetivamente acontece sua troca.

Desta maneira, a passagem da medida dos valores à função de meio de circulação é impelida pela necessidade de que ocorra um aprofundamento na autonomia do dinheiro em relação às mercadorias. Embora estas tenham sido transformadas em quantidades representadas de ouro pela medida dos valores, adquirindo assim uma propriedade social comum que torna possível sua comparação quantitativa mútua, a alienação da mercadoria no processo de troca depende de sua substituição por uma figura efetiva de dinheiro. Nas palavras de Marx (2013, p.177):

“A fim de exercer praticamente o efeito de um valor de troca, a mercadoria tem de se despojar de seu corpo natural, transformando-se de ouro apenas representado em ouro real (...) No preço, a mercadoria pode possuir, ao lado de sua forma real – ferro, etc. –, uma figura de valor ideal ou uma forma ouro representada, porém não pode ser a um só tempo realmente ferro e realmente ouro. Para o estabelecimento do seu preço, basta equipará-la ao ouro representado, mas, para servir a seu possuidor como equivalente universal, ela tem de ser substituída efetivamente pelo ouro.”

3.2.2. O dinheiro como meio de circulação

A exposição marxiana progride, assim, da consideração do “processo teórico preparatório da circulação real”, em que cabia ao dinheiro fornecer uma forma-preço às mercadorias, ao exame das determinações correspondentes ao movimento de circulação das mercadorias, no qual o dinheiro desempenha o papel de meio de circulação. (*Zirkulationsmittel*) Se o tratamento da medida dos valores se dava essencialmente nos limites da duplicação ideal da mercadoria, a exposição marxiana do meio de circulação extrai as consequências da análise da duplicação real da mercadoria no processo de troca, empregando-as para ajudar a definir a estrutura formal do processo de circulação que “mediatiza o metabolismo social (*gesellschaftlichen Stoffwechsel*)” (ibid, p.178) no modo de produção capitalista. A especificidade desse processo de circulação consiste no fato de que ele se apresenta como uma mudança de forma (*Formwechsel*) da mercadoria.

Com efeito, a investigação marxiana do meio de circulação parte precisamente do ponto em que se encerrara a análise do processo de troca (a qual reconstruímos na seção 3.1). Escreve Marx (ibid - trad. adaptada): “Vimos que o processo de troca das mercadorias inclui relações contraditórias e mutuamente excludentes (*widersprechende und einander ausschließende Beziehungen*). O desenvolvimento da mercadoria (*die Entwicklung der Ware*) não suprime estas contradições, mas cria a forma em que elas podem se mover.” Como foi demonstrado, a contradição do processo de troca consiste no resultado imediato da externalização da oposição interna da mercadoria, que assume a figura de um conflito entre as intenções particulares dos agentes e os requisitos sociais da troca generalizada. A resolução desse conflito passa pela emergência de um equivalente universal efetivamente presente no processo de troca – o dinheiro. Nessa medida, a troca “gera uma duplicação (*Verdopplung*) da mercadoria em mercadoria e dinheiro, uma oposição externa, em que apresenta-se sua oposição imanente entre valor e valor de uso. Nessa oposição, as mercadorias, enquanto valores de uso, confrontam-se com o dinheiro, como valor de troca.” (ibid, p.178) Ora, o objetivo perseguido por Marx em seu tratamento da segunda função do dinheiro é determinar como esta relação opositiva entre mercadoria e dinheiro – essa “unidade de diferentes” (*Einheit der Verschiedenen*), derivada da externalização da oposição interna da mercadoria – confere ao processo de circulação das mercadorias as suas determinações formais específicas, isto é, determina como ele está estruturado. Trata-se, pois,

de analisar como “as formas opostas das mercadorias” constituem, ao mesmo tempo, “as formas efetivas de movimento de seu processo de troca.” (ibid - trad. adaptada)

De um certo modo, nossa reconstrução da análise marxiana do processo de troca já antecipou o caminho seguido pela exposição de Marx. Estabelecemos que o dinheiro torna possível a troca multilateral entre os possuidores de mercadorias na medida em que permite a cada um converter o produto qualitativamente determinado do seu trabalho em um objeto diretamente permutável por qualquer mercadoria. Isso significa que os participantes do processo de troca somente podem alienar reciprocamente seus valores de uso ao efetuarem um *detour*, trocando previamente suas mercadorias particulares pelo dinheiro. Quais são as consequências que essa circunstância traz para a compreensão marxiana da troca? Em primeiro lugar, o papel singular desempenhado pelo dinheiro distingue inequivocamente o processo de troca em sua forma propriamente capitalista da troca direta de produtos, a qual remete à alienação direta entre dois valores de uso qualitativamente diversos.¹³⁸ Em segundo lugar, o desfecho do exame da duplicação real enseja a redefinição do processo de troca em termos mais concretos. Ele passa a apresentar a estrutura complexa de uma mudança de forma (*Formswechsel*) ou metamorfose (*Metamorphose*) da mercadoria, que divide-se em dois estágios separados. Como coloca Marx (ibid, p.179): “O processo de troca da mercadoria consiste, portanto, em duas metamorfoses contrapostas e mutuamente complementares: conversão da mercadoria em dinheiro e reconversão do dinheiro em mercadoria.”

A *metamorfose da mercadoria* apresenta-se como a unidade dos atos de compra e venda. No entanto, essa não é, como no caso da troca simples de produtos, uma identidade imediata (*unmittelbare Identität*), mas remete antes a uma unidade entre processos distintos e temporalmente sucessivos de transformação formal da mercadoria, os quais obedecem a critérios próprios e dispõem de certa autonomia um em relação ao outro. Desta maneira: “Dizer que esses dois processos independentes e opostos formam uma unidade interna significa dizer que sua unidade interna (*inneren Einheit*) se apresenta através de oposições externas (*äußeren Gegensätzen*).” (2013, p.187, trad. adaptada)

¹³⁸ Para Marx, a falta de atenção à especificidade formal do processo de troca está na base das insuficiências do tratamento concedido à troca pela economia clássica e vulgar. Conforme a crítica do pensador alemão, os seus antecessores ocupariam-se somente do conteúdo material do processo de troca – a saber, da substituição de um valor de uso por outro, representada pela fórmula M-M –, sem examinar a sua forma social, que o converte numa *metamorfose da mercadoria* (M-D-M): “A concepção inteiramente defeituosa dessa mudança de forma se deve, desconsiderando a falta de clareza sobre o próprio conceito de valor, à circunstância de que toda mudança de forma de uma mercadoria se consuma na troca entre duas mercadorias, uma mercadoria comum e a mercadoria-dinheiro. Se nos concentramos exclusivamente nesse estágio material, na troca de mercadoria por ouro, ignoramos justamente o que se deve ver, a saber, o que se passa com a forma. Ignoramos, assim, que o ouro, como simples mercadoria, não é dinheiro e que, em seus preços, as outras mercadorias relacionam-se com o ouro como com sua própria figura monetária.” (Marx, 2013, p.178)

Em consonância com a ordem da exposição marxiana, apresentaremos a metamorfose da mercadoria antes de dirigirmos nossa atenção à função desempenhada pelo dinheiro como meio de circulação. Essa escolha é inevitável, posto que o entendimento de como o dinheiro intermedia o processo de circulação das mercadorias exige que se conheça, primeiramente, a configuração geral assumida por esse processo. Na condição de metamorfose da mercadoria, o processo de troca é composto dos estágios sucessivos da venda e da compra. Seu percurso total pode ser representado como M-D-M, ou seja, “Mercadoria-Dinheiro-Mercadoria”. (ibid, p.180)

A investigação de Marx detém-se, de início, nas particularidades associadas à primeira mudança de forma da mercadoria. A mercadoria ingressa no processo de troca possuindo uma forma de valor ideal – o preço. A metamorfose da mercadoria deve iniciar com a realização do seu preço. Essa primeira mudança de forma tem lugar com a *venda* (M-D), que consiste na transformação efetiva da mercadoria em sua forma de valor. Como essa mudança de forma ocorre? Mediante a troca da mercadoria particular por uma quantidade de dinheiro real correspondente ao seu preço. Nesta medida:

“A externalização (*Entäußerung*) da forma original da mercadoria se consuma mediante a alienação (*Veräußerung*) da mercadoria, isto é, no momento em que seu valor de uso atrai efetivamente o ouro que, em seu preço, era apenas representado. Desse modo, a realização do preço ou da forma de valor apenas ideal da mercadoria é, ao mesmo tempo e inversamente, a realização do valor de uso apenas ideal do dinheiro, a conversão de mercadoria em dinheiro e, simultaneamente, de dinheiro em mercadoria.” (Marx, 2013, p.182)

No que concerne ao aspecto formal do problema, a venda apresenta-se, assim, como a passagem da forma de valor puramente ideal da mercadoria à sua forma de valor objetiva, que acontece conforme ela entra em relação com o meio de circulação no processo de troca. Essa transformação da mercadoria em dinheiro não deve ser entendida, entretanto, como um resultado que esteja assegurado de antemão. Pois a concretização da venda está condicionada à existência de demanda monetária pela mercadoria. Como argumenta Marx (ibid, p.180), para assumir a forma de dinheiro, “é preciso que a mercadoria seja sobretudo valor de uso para o possuidor de dinheiro, de modo que o trabalho nela despendido esteja incorporado numa forma socialmente útil ou se confirme como elo da divisão social do trabalho.” Isso significa que a venda consiste no processo responsável por (1) verificar que a mercadoria produzida sob condições privadas satisfaz, efetivamente, carências sociais; que ela é, portanto, um valor de uso. Por essa mesma via, a venda (2) confirma a pertinência social do trabalho privado do produtor de mercadorias, demonstrando a existência de demanda por seu

produto, bem como (3) reduz o tempo de trabalho concreto despendido pelo produtor na fabricação de sua mercadoria à média social que regula seu valor de mercado (i.e, a tempo de trabalho socialmente necessário).

A conversão da mercadoria em dinheiro está vinculada, portanto, à confirmação do seu valor de uso. Todavia, em se tratando de uma sociedade de produtores privados de mercadorias que conduzem suas atividades autonomamente, não existem garantias de que o trabalho privado de cada um venha a encontrar demanda social no mercado. É sempre possível que a estimativa ideal do valor do seu produto não receba confirmação na troca. Desta maneira, “a divisão social do trabalho converte o produto do trabalho em mercadoria e, com isso, torna necessária sua metamorfose em dinheiro. Ao mesmo tempo, ela transforma o sucesso ou o insucesso dessa transubstanciação em algo acidental.” (ibid, p.182) A venda apresenta-se, assim, como o “*salto mortale* da mercadoria”, que pode resultar ou bem no reconhecimento da mesma como produto do tempo de trabalho empregado pela sociedade na produção de suas condições materiais de existência, ou bem no descarte do trabalho do produtor de mercadorias devido à comprovação de sua incapacidade para satisfazer carências sociais.

Se a venda transcorre com sucesso, “a mercadoria despoja-se de todo traço de seu valor de uso natural espontâneo e do trabalho útil particular ao qual ela deve sua origem”, adquirindo a forma da “materialidade social e uniforme do trabalho humano indiferenciado.” (ibid, p.183) A mercadoria apresenta-se, assim, como dinheiro, assumindo uma forma de valor objetiva. Este é o ponto de partida para a segunda mudança de forma da mercadoria, a *compra* (D-M). Nela, o dinheiro, que representa a forma de valor autonomizada da mercadoria original, deve ser reconvertido em mercadoria, a fim de que o seu possuidor possa enfim se apoderar dos valores de uso por ele desejados. A metamorfose do dinheiro em mercadoria não enfrenta nenhum dos obstáculos que assomavam na etapa anterior da compra, uma vez que o dinheiro, na medida em que serve como material para a expressão de valor universal das mercadorias, encontra-se em relação de permutabilidade direta com todas essas últimas; as mercadorias particulares, ao serem submetidas ao processo de troca, se encontram já transformadas *idealmente* em dinheiro através da forma-preço. A reconversão do dinheiro em mercadoria consiste na mera *realização* desse preço pré-existente.

Com a segunda mudança de forma da mercadoria na compra (D-M), seu processo de troca está concluído. Desta maneira, Marx cumpre com seu objetivo de demonstrar como, no modo de produção capitalista, o metabolismo social (*gesellschaftlichen Stoffwechsel*) é mediado pela dupla mudança de forma (*Formwechsel*) da mercadoria. Em outras palavras,

constata-se que o processo social de alocação dos bens materiais está subordinado às relações sociais objetificadas constitutivas de uma sociedade assentada sobre a forma-mercadoria.

Ademais, a caracterização da metamorfose da mercadoria em sua extensão completa, como unidade dos movimentos complementares de venda (M-D) e de compra (D-M), provê Marx dos recursos teóricos necessários para que ele defina a estrutura conceitual da esfera da *circulação de mercadorias*, compreendida como uma totalidade constituída pelo entrelaçamento das metamorfoses das mercadorias particulares.¹³⁹ Em seu caráter social geral, a circulação consiste, de acordo com Marx, (2011, p.144), na “primeira forma em que a relação social não só aparece como algo independente dos indivíduos, por exemplo, em uma peça de dinheiro ou no valor de troca, mas também como a totalidade do próprio movimento social.”

Como o pensador alemão efetua a passagem da metamorfose *particular* da mercadoria à *totalidade* da circulação? Marx analisa o circuito percorrido por cada mercadoria ao longo de sua metamorfose, demonstrando que ele envolve, necessariamente, uma conexão com a metamorfose de outras mercadorias. Por um lado, a *venda* implica na existência de pelo menos dois possuidores de mercadorias, o produtor da mercadoria e o possuidor de dinheiro que a adquire. Esse dinheiro consiste na forma de valor assumida por uma outra mercadoria na segunda etapa de sua metamorfose. Pelo outro lado, a *compra* envolve a troca da mercadoria original convertida em dinheiro pelas mercadorias de, muito provavelmente, vários outros possuidores.¹⁴⁰ Essas mercadorias, por sua vez, percorrem suas próprias metamorfoses, no decurso das quais elas devem também travar contato com as metamorfoses de outras mercadorias. O processo estende-se, assim, ao infinito, de maneira a resultar na interconexão das metamorfoses das mercadorias no quadro geral da circulação. Assim: “O ciclo percorrido pela série de metamorfoses de uma única mercadoria entrelaça-se

¹³⁹A derivação da categoria de “circulação de mercadorias” cumpre com uma função crítica importante dentro da exposição de Marx, posto que traz à tona a independência do movimento de reprodução social frente aos sujeitos que nele tomam parte. Como escreve Marx (2011, p.143-144) nos *Grundrisse*: “A circulação é o movimento em que a alienação (*Entäusserung*) universal aparece como apropriação universal e a apropriação universal, como alienação universal. Embora a totalidade desse movimento apareça agora como processo social, e ainda que os momentos singulares desse movimento partam dos desejos conscientes e dos fins particulares dos indivíduos, a totalidade desses processos aparece como uma conexão objetiva que emerge de maneira natural e espontânea; totalidade que, sem dúvidas, resulta da interação dos indivíduos conscientes, mas que não está em sua consciência nem lhes está subsumida como totalidade.”

¹⁴⁰ Devido à estrutura da produção capitalista de mercadorias, que combina a unilateralidade da produção do indivíduo à multiplicidade de suas carências, a venda do produto singular costuma ser seguida pela compra de vários valores de uso. Portanto: “Como o produtor de mercadorias produz apenas um único tipo de produto, ele o vende frequentemente em grandes quantidades, ao passo que suas múltiplas carências o obrigam constantemente a fragmentar em muitas compras o preço realizado ou a soma de dinheiro recebida. Uma venda resulta, por isso, em muitas compras de diversas mercadorias. De modo que a metamorfose final de uma mercadoria constitui uma soma das primeiras metamorfoses de outras mercadorias.” (Marx, 2013, p.184)

inextricavelmente com os ciclos de outras mercadorias. O processo inteiro apresenta-se como circulação de mercadorias.” (Marx, 2013, p. 185) Aqui a exposição da crítica da economia política finalmente logra definir o caráter supraindividual e sistemático do processo de troca que serve de meio para o metabolismo social no capitalismo: a circulação global de mercadorias torna a subsistência e o trabalho de cada indivíduo dependente do trabalho da massa inteira de produtores. É essa concepção muito específica do processo de troca que está sendo desdobrada pela exposição de Marx desde as suas primeiras páginas. A análise marxiana dos atos individuais de troca invariavelmente pressupõem que esses têm lugar no interior da estrutura complexa da circulação.

A concepção de circulação de mercadorias denota o caráter formalmente específico assumido pelo processo de troca no modo de produção capitalista, que consiste numa estrutura social complexa formada pela totalização das metamorfoses particulares. Em sua forma especificamente capitalista, a troca (a) consiste numa unidade de dois processos opostos de compra e venda, que (b) são mediados pelo dinheiro em sua função de meio de circulação e (c) necessariamente entrelaçam-se com os ciclos de outras mercadorias. Marx emprega essa concepção historicamente determinada do processo de troca como a principal arma teórica de sua crítica à lei de Say, isto é, ao “dogma de que a circulação de mercadorias provoca um equilíbrio necessário de vendas e compras, uma vez que cada venda é uma compra, e vice-versa.” (ibid, p.186) Essa tese, segundo a qual “a superprodução generalizada de mercadorias em relação à demanda é impossível em uma economia de mercado” (Foley, 1985 p.183), encontra-se na base da recusa dos economistas clássicos à possibilidade das crises econômicas. Para Marx, a lei de Say está fundada no desconhecimento da especificidade formal do processo de troca no capitalismo, um equívoco teórico que leva os economistas clássicos e vulgares a conceberem a circulação de mercadorias (uma concepção historicamente determinada da troca) nos termos da troca direta de produtos (um modelo transhistórico inaplicável ao capitalismo).¹⁴¹ Essa assimilação é imprópria, posto que os

¹⁴¹ Na leitura de Reichelt (2013, p.191), a teoria das crises marcaria o ponto de encontro entre a economia política clássica e a teoria econômica vulgar, o que explica-se pelo fato de ambas as correntes teóricas prescindirem de analisar o dinheiro como forma de valor das mercadorias, considerando-o antes com um mero instrumento técnico que facilita a troca: “Como já se ressaltou diversas vezes, a teoria clássica se caracteriza exatamente por tentar romper a aparência objetiva em que incorre sem ressalvas a teoria vulgar, mesmo que o faça com meios em parte inadequados. Porém, isso não evita, como bem vimos na crítica marxiana a Adam Smith e David Ricardo, que a teoria clássica esteja impregnada de elementos da economia vulgar; ao contrário: sem as sobreposições parciais com teoremas da economia vulgar, a teoria clássica não seria clássica no sentido marxiano, pois coincidiria de modo imediato com a sua própria teoria. Contudo, na teoria da crise não há essa sobreposição parcial; nesse ponto, a própria teoria clássica se converte plena e inteiramente em economia vulgar.”

processos de compra e venda gozam de uma autonomia relativa dentro da unidade da circulação de mercadorias, o que torna o surgimento de uma oposição entre eles sempre possível. Nesse sentido, Marx (2013, p.187) afirma que:

“A circulação rompe as barreiras temporais, locais e individuais da troca de produtos precisamente porque provoca uma cisão na identidade imediata (*unmittelbare Identität*) entre o dar em troca o produto do próprio trabalho e o receber em troca o produto do trabalho alheio, transformando essa identidade na oposição (*Gegensatz*) entre compra e venda.”

Isso significa que a separação entre os processos de venda e de compra permite que a mercadoria seja transformada em dinheiro sem precisar ser posteriormente reconvertida em outras mercadorias. Sua metamorfose pode interromper-se após sua primeira etapa, de sorte que “ninguém precisa comprar apenas pelo fato de ele mesmo ter vendido.” (ibid, p.187) A propagação da dissociação entre os atos de venda e de compra pelo nível agregado da esfera da circulação engendra o fenômeno das crises.

Vemos, assim, que Marx estabelece um vínculo conceitual direto entre a oposição interna da mercadoria e a possibilidade das crises. Na medida em que a oposição interna entre valor e valor de uso encontra uma externalização na relação mantida pela mercadoria com o dinheiro, o processo de troca passa a se apresentar como uma metamorfose da mercadoria, constituída pelas fases distintas da compra e da venda. Ao mesmo tempo em que a exteriorização da oposição interna da mercadoria na troca permite, sob condições normais, a concreção do metabolismo social, a autonomia relativa das etapas da troca faz com que essa unidade externa possa sempre se transfigurar em oposição. As crises apresentam-se, portanto, como uma possibilidade endógena à circulação de mercadorias. Como coloca Marx (2013, p.187), numa passagem que captura com notável concisão a sequência lógica que leva da análise da forma-mercadoria à exposição do dinheiro e das contradições do movimento de circulação das mercadorias:

“A oposição (*Gegensatz*), imanente à mercadoria, entre valor de uso e valor, na forma do trabalho privado que ao mesmo tempo tem de se expressar como trabalho imediatamente social, do trabalho particular e concreto que ao mesmo tempo é tomado apenas como trabalho geral abstrato, da personificação das coisas e coisificação das pessoas – essa contradição interna (*innere Widerspruch*) adquire nas oposições (*Gegensätzen*) da metamorfose da mercadoria suas formas desenvolvidas de movimento. Por isso, tais formas implicam a possibilidade das crises, mas não mais que sua possibilidade. O desenvolvimento dessa possibilidade em efetividade requer todo um conjunto de relações que ainda não existem no estágio da circulação simples de mercadorias.” (Marx, 2013, p.187)

Ao longo dos parágrafos anteriores, obtivemos um entendimento detalhado de como a duplicação da mercadoria transforma a troca em uma metamorfose constituída pelos processos contrapostos de venda e de compra. Viemos a conhecer também a estrutura geral da esfera da circulação de mercadorias, formada pela série completa das metamorfoses particulares. Cabe agora investigar de modo mais pormenorizado a função exercida pelo dinheiro enquanto meio de circulação, retomando o questionamento acerca das continuidades e afastamentos entre o curso do dinheiro e a circulação das mercadorias.

O estatuto teórico do dinheiro como meio de circulação pode ser determinado a partir de um olhar cuidadoso sobre a estrutura da circulação de mercadorias. Em primeiro lugar, é evidente que o meio de circulação consiste numa forma de dinheiro dotada de objetividade e autonomia consideravelmente maior do que a medida ideal dos valores. Se, como medida dos valores, o dinheiro servia tão somente como o objeto representado de que as mercadorias se serviam a fim de expressar os seus valores como preços, o meio de circulação se apresenta no interior do processo de troca como dinheiro realmente existente, pelo qual a mercadoria deve ser efetivamente trocada para poder prosseguir em sua metamorfose. Assim, o dinheiro, enquanto forma de valor da mercadoria, adquire uma existência *prima facie* autônoma em relação a essa última. Ele não é mais um mero preço representado, mas um objeto material que participa ativamente da troca.

No entanto, a apreciação do ciclo completo da metamorfose da mercadoria revela que a autonomia adquirida pelo dinheiro em seu interior não é mais do que parcial. Se a mercadoria se converte em dinheiro no momento da compra, ela o faz somente de modo temporário, visando a ser subsequentemente reconvertida em valores de uso. Isto é, “o dinheiro aparece, primeiramente, como o sólido valor cristalizado em que se transforma a mercadoria, mas o faz apenas para, num segundo momento, diluir-se como simples forma de equivalente dela.” (Marx, 2013, p.185) Na forma de meio de circulação, o dinheiro apresenta-se, portanto, como uma forma material efêmera assumida pela mercadoria durante o seu ciclo, a fim de concretizar seu objetivo último de se tornar um valor de uso para o seu possuidor. Portanto, embora, como meio de circulação, o dinheiro não seja mais uma forma de valor apenas ideal, ele ainda tem sua existência e o seu movimento integralmente subordinados ao movimento descrito pela mercadoria em sua metamorfose.

Essa dependência funcional do dinheiro como meio de circulação para com a forma-mercadoria se reflete no curso do dinheiro (*Umlauf des Gelds*). Em contraste com a

natureza circular o movimento de metamorfose da mercadoria, o curso do dinheiro exibe a forma de um "constante afastamento do dinheiro do seu ponto de partida" (ibid, p.188) Isso ocorre pois ele troca de mãos toda vez que é empregado pra concluir a metamorfose da uma mercadoria. Assim, ao mesmo tempo em que essa última converte-se em valor de uso para seu possuidor, o dinheiro se vê transformado na forma de valor assumida temporariamente por alguma outra mercadoria que está percorrendo a primeira fase do seu ciclo. Todavia, essa relação tende a ser representada de maneira invertida ou fetichista por aqueles que se apegam à aparência imediata do fenômeno complexo da circulação de mercadorias, falhando em compreender o meio de circulação como resultado do processo de duplicação real da mercadoria:

“O resultado da circulação de mercadorias, a substituição de uma mercadoria por outra, não parece ser mediado por sua própria mudança de forma, mas pela função do dinheiro como meio de circulação, que faz circular mercadorias que, por si mesmas, são imóveis, transferindo-as das mãos em que elas são não-valores de uso para as mãos em que elas são valores de uso, e, nesse processo, movendo-se sempre em sentido contrário ao seu próprio curso. O dinheiro remove constantemente as mercadorias da esfera da circulação, assumindo seus lugares e, assim, distanciando-se do seu próprio ponto de partida. Por essa razão, embora o movimento do dinheiro seja apenas a expressão da circulação de mercadorias, é esta última que, ao contrário, aparece simplesmente como resultado do movimento do dinheiro.” (Marx, 2013, p.189)

Essa compreensão da natureza do dinheiro como meio de circulação forma o pano de fundo teórico da *crítica de Marx à teoria quantitativa da moeda*. Tal teoria, cuja inepção remonta aos escritos econômicos de John Locke e David Hume, assenta-se sobre a tese de que o nível geral de preços das mercadorias é diretamente determinado pela quantidade de moeda em circulação.¹⁴² O próprio Marx aderira à teoria quantitativa da moeda na década de 1840, em sua polêmica contra o programa socialista de Proudhon em *A Miséria da Filosofia*. Essa obra do período jovem ou intermediário é marcada por uma aceitação quase que irrestrita da doutrina econômica ricardiana. Como explica Vygotsky (1973, p.28), Marx, na

¹⁴² Embora não tenha sido o primeiro autor a postular uma relação direta entre a quantidade de dinheiro em circulação e os preços das mercadorias, David Hume foi pioneiro em conferir um desenvolvimento teórico mais sistemático a essa tese. O impacto do pensamento monetário de Hume mostra-se tanto mais importante pois ele, na condição de mentor de Adam Smith, exerceu influência direta sobre a formação da economia política clássica. Na passagem abaixo, extraída de um dos seus ensaios econômicos, podemos vislumbrar a defesa clara de uma teoria monetária quantitativa, bem como seus laços diretos com uma concepção puramente instrumental do dinheiro: “O dinheiro não é, propriamente falando, um dos objetos do comércio, mas apenas o instrumento convencionado pelos homens (*which men have agreed upon*) para facilitar a troca de uma mercadoria por outra. Ele não é nenhuma das engrenagens do comércio; mas o óleo que torna o movimento das engrenagens mais suave e fácil. Se considerarmos qualquer reino por si só, é evidente que a maior ou menor oferta de dinheiro não possui importância; pois os preços das mercadorias são sempre proporcionais à quantidade de dinheiro, e uma coroa na época de Henry VII servia ao mesmo propósito que uma libra no presente.” (Hume, 1985, p.281)

década de 1840, além de "aderir ao ponto de vista básico da teoria do valor de Ricardo, também aceitava a teoria do dinheiro defendida pelo último. Em *A Miséria da Filosofia*, o pensamento de Marx ainda está baseado na teoria quantitativa da moeda, que considera o dinheiro apenas como meio de circulação." Todavia, no *Capital* e nas demais obras do período de maturidade, o pensador alemão rejeita decididamente a teoria quantitativa, que entra em conflito com a própria ideia de uma teoria do valor concebida em termos essencialmente monetários. As razões para tanto podem ser depreendidas da estrutura da exposição marxiana do dinheiro e do papel atribuído por Marx ao meio de circulação em relação às mercadorias. Vimos que a função mais básica do dinheiro é a medida dos valores, uma vez que as mercadorias precisam possuir preços, estando idealmente relacionadas como valores, antes de ingressarem na esfera da circulação; é também conhecido que, ao exercer a função de meio de circulação, o dinheiro não faz mais que realizar esse preço ideal predeterminado. Dada a anterioridade lógica e temporal dos preços em relação ao meio de circulação, segue-se que os primeiros não podem ser determinados pelos segundos.¹⁴³ Pelo contrário, devem ser os preços que estabelecem a quantidade de moeda em circulação num dado momento. Assim: "Uma vez pressuposta como dada a quantidade de mercadorias, a quantidade de dinheiro em circulação varia de acordo com as flutuações nos preços das mercadorias." (Marx, 2013, p.191) O único outro fator que, segundo Marx, pode afetar a quantidade de moedas em circulação (abstraindo, neste momento, da possibilidade de o meio de circulação ser poupado pela compensação recíproca de obrigações de pagamento, i.e, de dívidas) é a *velocidade de circulação*, pelo que devemos compreender o número de trocas ou de metamorfoses que são mediadas por uma mesma peça monetária. Portanto, na teoria de Marx, a quantidade de dinheiro em circulação é determinada, em seu nível mais fundamental, pela preço da quantidade agregada de mercadorias oferecidas e pela velocidade com que circula o dinheiro, podendo ser representada pela fórmula $p.m/v$

A subordinação qualitativa e quantitativa do dinheiro como meio de circulação às necessidades funcionais da circulação de mercadorias ocasiona, ademais, um fenômeno importante, que salienta a ausência de autonomia do dinheiro nesta sua segunda forma. Na seção anterior, vimos que a função do dinheiro de medir os valores requer a implementação de uma padrão de medida. Em sua forma desenvolvida, esse padrão de medida apresenta-se como uma moeda (*Münze*) legalmente sancionada e emitida pelo Estado. Ora, é sob a forma

¹⁴³ Como explica de maneira sucinta Foley (1983, p.18): "De um ponto de vista teórico, a utilidade da teoria do dinheiro de Marx reside em seu ordenamento dos problemas enfrentados pela teoria monetária. O problema do valor do dinheiro é visto como anterior à questão da quantidade de meios circulantes."

de moedas que o meio de circulação efetua a mediação da metamorfose das mercadorias e toma parte no processo de circulação. Marx aponta que o fato de o meio de circulação desempenhar uma função puramente instrumental na circulação das mercadorias, aliado ao desgaste natural que as moedas sofrem à medida que avançam em seu curso, desencadeia um divórcio entre a função mediadora exercida pelo dinheiro e sua existência substancial como um objeto material dotado de valor. De início, esse fenômeno manifesta-se através do afastamento entre a quantidade de metal precioso que a denominação monetária representa (digamos, uma libra de ouro) e aquela que está de fato contida numa moeda depreciada. Isso faz com que "sua existência funcional absorva, por assim dizer, sua existência material." (ibid, p.202) Uma vez que o padrão de medida da denominação monetária e a quantidade de metal que as moedas efetivamente contêm se tornam grandezas distintas, emerge a possibilidade de que a função de meio de circulação seja cumprida não apenas por moedas metálicas, mas também por meros símbolos de dinheiro, desprovidos de qualquer valor próprio. Esse processo estabelece as bases para a *substituição da moeda metálica pelo papel-moeda* e, em estágios mais complexos, *pelo dinheiro creditício*. Desta maneira, Marx (2013, p.202-203) sustenta, referindo-se ao meio de circulação, que:

“A existência autônoma do valor de troca da mercadoria é aqui apenas um momento fugaz. Logo em seguida, ela é substituída por outra mercadoria. De modo que a mera existência simbólica do dinheiro é o suficiente nesse processo que o faz passar de uma a outra mão. Sua existência funcional absorve, por assim dizer, sua existência material. Como reflexo objetivo e transiente dos preços das mercadorias, ele funciona apenas como signo de si mesmo, podendo, por isso, ser substituído por outros signos. Mas o signo do dinheiro necessita de sua própria validade objetivamente social, e esta é conferida ao símbolo de papel por meio de sua circulação forçada.”

3.2.3. O dinheiro como dinheiro

Acompanhamos, até aqui, a exposição marxiana das duas primeiras funções do dinheiro. Se, na função de medida dos valores, o dinheiro apresentava-se como uma propriedade puramente ideal da mercadoria, instanciada em seu preço, vimos que, ao assumir o papel de meio de circulação, ele passa a existir como um objeto material com que as mercadorias se confrontam em seu processo de troca. No entanto, em que pese sua aparente autonomia, o dinheiro que desempenha a função de meio de circulação permanece subordinado à forma-mercadoria, não sendo mais que a forma de valor temporariamente assumida por esta última a fim de consumir sua metamorfose. Ele aparece, pois, como mero instrumento mediador do movimento das mercadorias, o qual tem por finalidade substituir

um produto que não apresenta utilidade imediata ao seu possuidor por outro que lhe sirva efetivamente como valor de uso. O que podemos concluir é que, nessas formas, o dinheiro e o valor não se apresentam como o fim do processo de circulação, mas como um meio mobilizado pontualmente pelas mercadorias a fim de levar a termo sua auto-realização como valores de uso.

Este cenário modifica-se substancialmente com a passagem à terceira determinação do dinheiro, na qual ele deve figurar como “representante material da riqueza”. Em sua terceira função, como *dinheiro em sentido estrito*, ele “não se manifesta somente como *meio*, tampouco apenas como *medida*, mas como fim-em-si-mesmo, e por isso, sai da circulação exatamente com a mercadoria particular, que por ora conclui seu movimento circular, e de mercadoria devem gênero (*denrée*).” (Marx, 2011, p.161)

Vale notar que Marx concebe a terceira determinação do dinheiro não apenas como um passo adiante em direção à existência autônoma do valor, mas também como uma forma conceitualmente desenvolvida do dinheiro que resulta da supressão das funções anteriormente apresentadas. Assim, o pensador alemão escreve nos *Grundrisse* que “o dinheiro, como algo autônomo, destaca-se da circulação e com ela se confronta, é a negação (unidade negativa) de sua determinação como meio de circulação e medida.” (Marx, 2011, p.171) No entanto, essa é uma negação dialética, que não elimina as formas simples, mas as explicita como pressupostos ou partes constitutivas da forma complexa.¹⁴⁴ Com efeito: “A terceira determinação do dinheiro, e seu desenvolvimento completo, pressupõe as duas primeiras determinações e é sua unidade. O dinheiro tem, portanto, uma existência autônoma fora da circulação; saiu da circulação.” (ibid, p.161) Nesse sentido, devemos considerar que o dinheiro *qua* dinheiro opera também como medida ou expressão dos valores. Todavia, ele não o faz de modo simplesmente representado, como era o caso em sua primeira função, mas antes consiste numa encarnação material do valor, da riqueza em sua forma universal. Por outro lado, assim como o meio de circulação, o dinheiro apresenta-se como um objeto material que contrasta com as mercadorias particulares, mas sem, no entanto, estar restringido ao papel de mero instrumento mediador das suas metamorfoses. Em suma: o dinheiro como dinheiro consiste numa representação material da riqueza universal que existe, ao menos

¹⁴⁴ Nessa medida, Suzanne de Brunhoff (1976, p.39) argumenta que a inteligibilidade da exposição marxiana da terceira função do dinheiro está vinculada às formas da medida dos valores e do meio de circulação: “Contudo, só se pode analisar o dinheiro como um objeto de entesouramento após as duas outras funções do dinheiro. Ele pressupõe o valor da mercadoria-dinheiro, a base de sua comensurabilidade com as outras mercadorias. Da mesma forma, ele pressupõe a circulação real de mercadorias; sem isso, ele perderia seu próprio objeto, o ouro monetário. Sem as duas primeiras funções, a terceira não possuiria qualquer significado; ela referiria-se à simples demanda por metal.”

potencialmente, dissociada do processo de circulação. O que a passagem à terceira determinação *nega* é, portanto, a idealidade ou a subordinação que marcam as duas primeiras funções; ela *conserva*, no entanto, a capacidade de expressão dos valores da forma-preço e a propriedade de permutabilidade direta do meio de circulação.

Com isso, delimitamos o contexto metodológico que cerca a análise da terceira determinação do dinheiro, bem como sua relação com as categorias precedentes de medida dos valores e meio de circulação. Agora, como a exposição marxiana desenvolve o dinheiro *qua* dinheiro? A quais espécies de relações sociais Marx se refere ao discorrer sobre um dinheiro real existente à parte da circulação? No *Capital*, a exposição de Marx segue um roteiro bem-traçado, de alta coesão lógica, em que são sucessivamente examinadas as categorias de entesouramento, meio de pagamento e dinheiro mundial. A apresentação feita a seguir está baseada sobretudo neste texto. No entanto, recorreremos também à formulação menos sistemática dos *Grundrisse* ao tratar de algumas particularidades do conceito marxiano de entesouramento, posto que nela Marx desenvolve de maneira muito mais explícita as sobreposições entre o dinheiro convertido em fim da circulação e o conceito de capital em sua forma mais abstrata.¹⁴⁵

Tratemos, primeiramente, da forma mais básica sob a qual o dinheiro pode se apresentar como um valor autônomo em relação às mercadorias – isto é, sob a forma do acúmulo de tesouros monetários retirados da circulação. Muito embora a transformação do dinheiro em fim último da circulação seja uma determinação inteiramente estranha às formas anteriores do dinheiro, a possibilidade do entesouramento (*Schatzbildung*) encontra-se inscrita na própria estrutura opositiva da metamorfose da mercadoria, que foi desenvolvida em seus detalhes na seção anterior. Isso permite a Marx derivar, sem maiores dificuldades, a categoria de entesouramento da segunda forma do dinheiro. O pensador alemão destaca que a metamorfose da mercadoria, sendo composta dos processos dissociados da venda e da compra, pode interromper-se *após* a conversão da mercadoria em dinheiro e *antes* da

¹⁴⁵ Até onde sabemos, foi Helmut Reichelt (2013), que, em sua reconstrução da exposição marxiana da circulação simples, primeiro investigou sistematicamente a derivação do conceito de capital a partir do entesouramento empreendida por Marx nos *Grundrisse*. Conforme argumenta Reichelt (2013, p.207) “O desenvolvimento da terceira determinação do dinheiro nos leva a um ponto de transição decisivo na exposição das categorias. Especialmente nos *Grundrisse*, Marx aponta explicitamente para isso e confere, na exposição categorial, um relevo consideravelmente maior do que em *O capital* ao fato de que essa terceira determinação do dinheiro — a unidade das duas anteriormente explicitadas — deve ser compreendida como uma forma em que ‘já está contida de maneira latente sua determinação como capital’ Na exposição rigorosa das categorias, essa determinação caracteriza, por isso, o ponto de transição entre a esfera da circulação simples e o ‘processo que está por trás dela [...] do capital industrial’” A singularidade do tratamento concedido por Marx ao entesouramento nos *Grundrisse* fora antes registrada por Roman Rosdolsky (2001, cap.8,11) No entanto, Rosdolsky, em sua análise de resto muito rigorosa, não desenvolveu de forma aprofundada a conexão estabelecida por Marx entre entesouramento e capital.

reconversão do dinheiro em mercadorias. Ou seja, o movimento M-D-M pode ser encerrado com a venda a mercadoria (M-D), responsável por transformá-la numa forma socialmente reconhecida de valor. Nesse caso, o possuidor de mercadorias retira o meio de circulação da esfera da troca com o propósito de acumulá-lo como uma soma soma de riqueza universal imobilizada para além dos limites da troca. O dinheiro transforma-se assim em tesouro, e o seu possuidor passa a desempenhar o papel de entesourador.

Marx argumenta que esse fenômeno aparentemente trivial da interrupção da metamorfose da mercadoria traz consigo implicações de elevada importância para a compreensão da estrutura da esfera da circulação, uma vez que descortina a existência de uma relação social em que o ingresso das mercadorias no processo de troca tem por finalidade a obtenção da riqueza em sua forma universal – a saber, o *valor*, e não, como nas formas precedentes em que a circulação aparentava-se subordinar às necessidades do metabolismo social, o *valor de uso*:

Com o primeiro desenvolvimento da circulação de mercadorias, desenvolve-se também a necessidade e a paixão de reter o produto da primeira metamorfose, a figura transformada da mercadoria ou sua crisálida de ouro. A mercadoria é vendida não para comprar mercadoria, mas para substituir a forma-mercadoria pela forma-dinheiro. De simples meio do metabolismo, essa mudança de forma converte-se em fim de si mesma. A figura externalizada da mercadoria é impedida de funcionar como sua figura absolutamente alienável, ou como sua forma-dinheiro apenas evanescente. Com isso, o dinheiro se petrifica em tesouro e o vendedor de mercadorias se torna um entesourador. (Marx, 2013, p.205)

O tesouro constitui, portanto, uma forma de dinheiro que se destaca do processo de circulação. Ele não é, como o meio de circulação, mero representante temporário do valor das mercadorias, que está subsumido às necessidades funcionais do movimento das mesmas e pode ser substituído por símbolos de si mesmo, mas um acúmulo material de riqueza que, embora provenha inicialmente da troca, deve subsistir autonomamente como valor às suas margens. Além de consistir num desenvolvimento subsequente, e sem dúvidas crucial, do processo de autonomização do valor em relação à forma-mercadoria, a determinação formal do dinheiro como tesouro vem a cumprir com funções técnicas imprescindíveis à dinâmica vigente na esfera da circulação. Isso acontece porque a existência de reservas monetárias separadas, ao menos momentaneamente, do circuito de trocas possibilita, em primeiro lugar, que os possuidores de mercadorias adquiram mercadorias sem ter antes de realizar uma venda, o que lhes permite obter os meios para satisfazer suas carências multilaterais mesmo no caso de a conversão de suas próprias mercadorias em dinheiro enfrentar um atraso imprevisto ou fracassar. Essa função, como veremos logo adiante, estabelece as bases para a

operação do dinheiro como meio de pagamento. Em segundo lugar, as reservas monetárias asseguram que a quantidade de moedas em circulação possa ser ajustada à demanda sempre flutuante por meios de circulação. Por fim, a função desempenhada pelos fundos de dinheiro assume uma importância ainda mais destacada quando a circulação não é mais considerada do ponto de vista da circulação simples, mas como uma etapa do circuito do capital. Com efeito, o processo de acumulação do capital tem como um de seus momentos inexoráveis a retenção do mais-valor realizado como lucro em reservas destinadas ao investimento em meios de produção e força de trabalho adicional.

Não obstante a contribuição funcional dos tesouros para a viabilidade da circulação de mercadorias, a exposição marxiana do entesouramento concentra o grosso dos seus esforços em extrair as consequências que se seguem da existência autônoma do dinheiro enquanto forma de riqueza universal – que vem necessariamente acompanhada pela conversão do dinheiro de *meio* em *fim* do processo de troca – para a estrutura da esfera da circulação de mercadorias e as relações sociais entre os seus agentes. De particular importância é o fato de o dinheiro se contrapor, como encarnação da *riqueza universal*, às várias mercadorias particulares que aparecem como meras partes qualitativamente distintas da *riqueza material* da sociedade. Já sabemos, desde a análise da forma do valor, que o equivalente universal é pensado por Marx como um objeto particular que sintetiza em sua própria forma a totalidade das relações entre as mercadorias – como um gênero existindo em meio às espécies que estão nele subsumidas. No entanto, enquanto medida dos valores ou meio de circulação, o dinheiro ou bem existia como representação ideal das mercadorias, ou bem se encontrava funcionalmente subordinado ao movimento que as mesmas empreendem em suas metamorfoses. Em sua terceira determinação, ao adquirir autonomia efetiva face às mercadorias, o dinheiro finalmente faz jus à universalidade que lhe fora atribuída. Com efeito: “No dinheiro, a riqueza universal é não apenas uma forma, mas simultaneamente o próprio conteúdo. O conceito de riqueza está, por assim dizer, realizado, *individualizado*, em um objeto particular.” (Marx, 2011, p 164)

Agora, por que o dinheiro imobilizado para além dos limites da circulação sob a forma de tesouro ostenta o caráter de “representante material da riqueza universal” ou de “forma absolutamente social da riqueza”? Marx argumenta que isso se deve ao fato de o dinheiro acumulado poder ser trocado diretamente pelas mais variadas mercadorias produzidas pela sociedade.¹⁴⁶ Assim, enquanto a posse de uma mercadoria particular

¹⁴⁶ “A possessão do dinheiro me coloca em relação com a riqueza (social) exatamente na mesma relação que a pedra filosófica me colocaria com as ciências.” (Marx, 2011, p.165)

possibilita ao seu possuidor satisfazer uma carência determinada, o dinheiro consiste em um representante material da riqueza social por excelência, que permite ao sujeito se apropriar de todos os produtos dos trabalhos privados alheios que sejam demandados por seu conjunto de carências.¹⁴⁷ Nesse sentido, o que o entesouramento faz é romper os laços que mantinham a propriedade de permutabilidade direta do dinheiro subordinada ao movimento das mercadorias, estabelecendo as bases para um acúmulo de riqueza e de poder social que transcende o que o indivíduo pode obter através do seu trabalho imediato.¹⁴⁸ O entesouramento eleva, assim, a existência autônoma do valor a um estágio muito mais desenvolvido do que nas categorias anteriores, fazendo do dinheiro “a forma corporificada da riqueza ante todas as substâncias particulares das quais consiste a riqueza.” (ibid, p.164)

Afirmamos no início desta seção que a categoria de entesouramento revela, pela primeira vez, a presença de um movimento na esfera da circulação que tem por objetivo a apropriação do valor, ao invés de estar orientado à mudança de forma da mercadoria. Isso é correto, mas não esgota todo o conteúdo do tratamento marxiano do entesouramento. Para Marx, a existência de um representante universal da riqueza social impele os possuidores de mercadorias a orientarem suas atividades produtivas à acumulação de dinheiro e, por conseguinte, de poder sobre os frutos da produção social. No entanto, esse impulso ou pulsão (*Trieb*) para o entesouramento é compreendido por Marx como um fenômeno marcado por uma contradição interna, posto que, embora o dinheiro forneça ao seu possuidor acesso ao universo inteiro das mercadorias, ele o permite se apossar de apenas de uma parcela limitada de tais recursos. Isso ocorre porque, a despeito de sua *universalidade qualitativa*, o dinheiro é sempre possuído em *quantidades definidas*, que representam somente uma parcela da riqueza social. Essa contradição entre qualidade e quantidade torna a pulsão pelo entesouramento necessariamente insaciável e propensa a se estender ao infinito. Nas palavras de Marx (2013, p.206):

¹⁴⁷ Nos *Grundrisse*, Marx assinala muito bem que o entesouramento inverte a relação anteriormente vigente entre as mercadorias e o dinheiro. Se, em suas duas primeiras funções, o dinheiro aparecia como uma forma representada das mercadorias, em sua terceira função, as diversas mercadorias particulares aparecem como formas possíveis de existência do dinheiro. Assim, “as mercadorias figuram umas tantas substâncias particulares do valor de troca, que pode, desse modo, transformar-se igualmente em qualquer uma dessas mercadorias por meio da troca, uma vez que é indiferente e superior à sua determinabilidade e particularidade. As mercadorias são, por conseguinte, apenas existências contingentes. Ele [o dinheiro] é o ‘*epítome de todas as coisas*’, no qual se apaga o seu caráter particular; a riqueza universal como conciso compêndio perante a sua extensão e fragmentação no mundo das mercadorias.” (Marx, 2011, p.163-164)

¹⁴⁸ “O dinheiro, pelo contrário, como o indivíduo da riqueza universal, como proveniente ele mesmo da circulação e representando exclusivamente o universal, como *resultado unicamente social*, não pressupõe absolutamente qualquer relação individual com seu possuidor; sua posse não é o desenvolvimento de qualquer um dos aspectos essenciais de sua individualidade, mas, ao contrário, posse do desprovido de individualidade, uma vez que essa relação social existe ao mesmo tempo como objeto sensível, exterior, do qual se pode apoderar mecanicamente e que da mesma forma pode ser perdido.” (Marx, 2011, p.165)

“O impulso para o entesouramento (*der Trieb der Schatzbildung*) é desmedido (*maßlos*) por natureza. Seja qualitativamente, seja segundo sua forma, o dinheiro é desprovido de limites (*schränkenlos*), quer dizer, ele é o representante universal da riqueza material, pois pode ser imediatamente convertido em qualquer mercadoria. Ao mesmo tempo, porém, toda quantia efetiva de dinheiro é qualitativamente limitada, sendo, por isso, um meio de compra de eficácia limitada. Tal contradição (*Widerspruch*) entre a limitação quantitativa e a ilimitação qualitativa do dinheiro empurra constantemente o entesourador de volta ao trabalho de Sísifo da acumulação. Com ele, acontece o mesmo que com o conquistador do mundo que, com cada novo país, conquista apenas uma nova fronteira a ser transposta.” (Marx, 2013, p 206)

A caracterização do impulso para o entesouramento como uma obsessão irrefreável pelo acúmulo de riqueza social na forma de dinheiro constitui, na formulação dos *Grundrisse*, o ponto de partida para a derivação do conceito de capital a partir das limitações da esfera da circulação simples. *Grosso modo*, o argumento de Marx é de que, em primeiro lugar, a pretensão dos entesouradores, a multiplicação do seu acúmulo de riquezas, não pode ser adequadamente concretizada através da mera retenção do dinheiro em tesouros imóveis situados para além da esfera da circulação. Na circulação simples, cada possuidor de mercadorias pode retirar da troca apenas a quantidade de valor nela colocou. Em segundo lugar, a própria existência do dinheiro como forma universal da riqueza acaba ameaçada caso sejam rompidos os seus vínculos com as mercadorias particulares no processo de circulação. Isso ocorre pois o dinheiro somente pode desempenhar o papel de equivalente universal, e servir como forma de aparecimento do trabalho humano genérico, devido à ação conjunta das mercadorias.

Antes de submetermos a articulação entre o entesouramento e o capital a uma análise mais pormenorizada, convém apresentar os elementos teóricos centrais das outras duas formas analisadas sob a rubrica do dinheiro *qua* dinheiro: o meio de pagamento e o dinheiro mundial. Nos *Grundrisse*, a análise dessas importantes formas assumidas pelo dinheiro em sua terceira determinação é realizada de modo meramente passageiro, sem que as suas particularidades teóricas e metodológicas sejam adequadamente desdobradas. Em contraste, no *Capital*, Marx alinha entesouramento, meio de pagamento e dinheiro mundial numa sequência expositiva que visa a expressar “a gradual intensificação da antítese entre o dinheiro e a mercadoria” (Rubin, 2017b, p.787), a qual reflete também a “crescente complexidade das relações de produção entre produtores de mercadorias.” (ibid, p.788)

Há uma razão metodológica muito clara que leva Marx a investigar a forma assumida pelo dinheiro como “meio de pagamento” (*Zahlungsmittel*) logo na sequência de sua

exposição do entesouramento. Essa categoria remete à função desempenhada pelo dinheiro numa modalidade até então desconhecida de troca, na qual a apropriação de uma determinada mercadoria não se dá em simultâneo à realização do seu preço, mas apenas em um momento posterior.¹⁴⁹ Nesse caso, a compra da mercadoria acontece através da contração de uma dívida, que deve ser saldada pelo devedor dentro do prazo estabelecido em contrato pelo credor. Ora, de onde pode se originar o dinheiro com que o comprador, agora transformado em devedor, deve efetuar o pagamento de sua compra? Das reservas monetárias formadas a partir da interrupção da metamorfose de suas outras mercadorias. Portanto, a função do meio de pagamento pressupõe a existência de tesouros; o meio de circulação deve ser primeiramente retirado do circuito das trocas, para ser posteriormente empregado como meio de pagamento a fim de consumir a troca. Desta maneira:

“O desenvolvimento do dinheiro como meio de pagamento torna necessária a acumulação de dinheiro para a compensação das dívidas nos prazos de vencimento. Assim, se por um lado o progresso da sociedade civil-burguesa faz desaparecer o entesouramento como forma autônoma de enriquecimento, ela o faz crescer, por outro lado, na forma de fundos de reserva de meio de pagamento.” (Marx, 2013, p.215)

Apesar de, à primeira vista, essa nova forma de troca distinguir-se da metamorfose da mercadoria apenas pelo afastamento temporal entre a alienação da mercadoria e a realização do seu preço, ela imprime mudanças expressivas sobre o papel desempenhado pelo dinheiro na circulação. Em primeiro lugar, ao operar como meio de pagamento, o dinheiro “não mediatiza mais o processo. O meio de pagamento entra na circulação, mas depois que a mercadoria já saiu dela. Ele apenas o conclui de modo independente, como forma de existência absoluta do valor de troca ou mercadoria universal.” (Marx, 2013, p.209) Em segundo lugar, a circunstância de a compra (D-M) anteceder a venda (M-D) quando o dinheiro funciona como meio de pagamento ajuda a consolidar o processo, iniciado com o entesouramento, de transformação do dinheiro no fim perseguido pelos agentes com a troca de suas mercadorias. Isso se dá pois o devedor, que anteriormente adquiriu um valor de uso mediante a promessa de efetuar um pagamento futuro, vende sua mercadoria não com a

¹⁴⁹ A exposição marxiana do meio de pagamento destaca tanto sua conexão lógica com a categoria prévia de entesouramento, quanto sua função técnica dentro da circulação de mercadorias. Conforme explica Rubin (2017b, p.785) “Uma vez que a produção de mercadorias diversas exige períodos de tempo distintos, os momentos de início e de fim para a produção de mercadorias diferentes não corresponde. O produtor de mercadorias frequentemente precisa aparecer como comprador antes de ter vendido sua própria mercadoria. (...) Já que o produtor ainda não vendeu sua mercadoria e, por conseguinte, não possui dinheiro, ele precisa comprá-la recorrendo ao crédito.”

intenção de trocá-la por outro valor de uso, mas para obter o dinheiro a ser empregado para saldar as suas dívidas:

“O vendedor converteu mercadoria em dinheiro a fim de satisfazer uma carência (*Bedürfnis*) por meio do dinheiro; o entesourador, para preservar a mercadoria na forma-dinheiro; o devedor, para poder pagar. Se ele não paga, seus bens são confiscados e vendidos. A figura de valor da mercadoria, o dinheiro, torna-se, agora, o fim próprio da venda, e isso em virtude de uma necessidade social (*gesellschaftliche Notwendigkeit*) que deriva do próprio processo de troca.” (Marx, 2013, p.209 - trad. adaptada)

Em terceiro lugar, a categoria do meio de pagamento revela a existência de uma nova oposição na estrutura da esfera da circulação de mercadorias, que vem a se somar à oposição entre compra e venda. Por um lado, a separação entre a alienação da mercadoria e o seu pagamento cumpre com uma função produtiva, posto que a compra através do crédito permite que o possuidor satisfaça suas carências ou dê continuidade à sua atividade de trabalho antes mesmo de concluir a venda dos seus próprios produtos. Num sistema de troca desenvolvido (em essência, no modo de produção capitalista), essa funcionalidade faz emergir um entrelaçamento entre as obrigações de pagamento dos vários produtores. No entanto, a unidade entre os processos separados de alienação da mercadoria e de pagamento pode se transformar numa oposição caso alguns dos elos da cadeia de pagamentos seja rompido. Deste modo, a oposição introduzida pela função do dinheiro como meio de pagamento na esfera da circulação das mercadorias acarreta, assinala Marx (2013, p.211), na existência de uma *segunda possibilidade endógena de crises*, resultante da articulação opositiva entre mercadoria e dinheiro:

“A função do dinheiro como meio de pagamento traz em si uma contradição imediata. (*unvermittelten Widerspruch*). Na medida em que os pagamentos se compensam, ele funciona apenas idealmente, como moeda de conta ou medida dos valores. Quando se trata de fazer um pagamento efetivo, o dinheiro não se apresenta como meio de circulação, como mera forma evanescente e mediadora do metabolismo, mas como a encarnação individual do trabalho, existência autônoma do valor de troca, mercadoria absoluta. Essa contradição emerge no momento das crises de produção e de comércio, conhecidas como crises monetárias.”

Embora a necessidade de observar a ordem do desenvolvimento progressiva das categorias impeça Marx de desenvolver este ponto na exposição do dinheiro empreendida nos limites da circulação simples, mostra-se oportuno mencionar que a forma assumida pelo dinheiro enquanto meio de pagamento consiste num pressuposto fundamental para a posterior

caracterização do papel desempenhado pelo crédito e pelo sistema bancário no movimento do capital industrial.¹⁵⁰ Com efeito:

“O dinheiro creditício surge diretamente da função do dinheiro como meio de pagamento, quando certificados de dívida relativos às mercadorias vendidas circulam a fim de transferir essas dívidas para outrem. Por outro lado, quando o sistema de crédito se expande, o mesmo ocorre com a função do dinheiro como meio de pagamento. Nessa função, ele assume formas próprias de existência nas quais circula à vontade pela esfera das grandes transações comerciais, enquanto as moedas de ouro e de prata são relegadas fundamentalmente à esfera do comércio varejista.” (Marx, 2013, p.213)

Nesse sentido, em linha com a compreensão da metodologia marxiana que viemos propondo neste trabalho, podemos perceber que tanto, por um lado, a categoria de meio de pagamento encontra seu desdobramento mais concreto nas análises do sistema de crédito e do capital portador de juros (*Zinstragendekapital*) avançadas no Livro III do *Capital*, tendo, assim, seu estatuto fundacional para os processos complexos do sistema capitalista retroativamente justificada, quanto, pelo outro, os próprios desdobramentos posteriores da exposição marxiana pressupõem a investigação das formas mais abstratas assumidas pelo dinheiro na circulação de mercadorias.¹⁵¹ Ademais, a própria compreensão do que é o dinheiro na crítica da economia política de Marx não se encerra com a exposição de suas determinações abstratas. Alguns autores interpretam a exposição marxiana do desenvolvimento da circulação de dinheiro em um sistema capitalista de crédito como promovendo uma *negação dialética* da concepção abstrata de dinheiro elaborada no plano da circulação simples de mercadorias, a qual modifica decisivamente o próprio conteúdo conceitual da categoria de dinheiro. Assim, do ponto de vista de Martha Campbell (2002, p.226), o tratamento marxiano das formas complexas assumidas pelo dinheiro no circuito do capital industrial, no âmbito do qual o dinheiro se manifesta como sistema de crédito, engendra a negação de propriedades que eram imprescindíveis à compreensão do dinheiro esboçada na circulação simples. Em particular, tem-se a consequência de que a forma propriamente capitalista do dinheiro não é o dinheiro metálico inicialmente examinado, mas o dinheiro creditício:

¹⁵⁰ “O movimento do capital portador de juros, mediado pelo sistema de crédito, não é um mero acréscimo, ou uma ‘superestrutura’ repousando sobre o capital industrial. Embora, como será demonstrado, o capital portador de juros emane da circulação do capital industrial, o movimento do capital industrial não é possível na ausência de crédito.” (Heinrich, 2012, p. 165)

¹⁵¹ A relação entre o capital portador de juros (isto é, o capital financeiro ou especulativo) e o capital industrial aparece, em seu nível mais fundamental, como uma relação entre credor e devedor. Todavia, é evidente que essa relação acaba complexificada, e mesmo negada em alguns dos seus aspectos, pelas determinações concretas do processo de reprodução do capital cuja exposição antecede o tratamento do capital financeiro. Assim, como explica Marx no Livro III, a relação entre capital financeiro e capital industrial consiste numa relação entre credor e devedor que é condicionada pelos processos capitalista de produção e de distribuição do valor e do mais-valor.

“Em vista de tais fatos, a exposição de Marx do sistema de crédito, no Livro III do *Capital*, deve ser concebida como uma revisão de sua exposição do dinheiro no Livro I. Trata-se de uma das revisões intencionais implicadas por seu método. No caso em questão, Marx necessitava dos resultados estabelecidos tanto no Livro I quanto no Livro II para demonstrar o motivo pelo qual o sistema de crédito emerge do capital. De acordo com esta interpretação, Marx não apenas reconhece que a forma moderna de dinheiro é o dinheiro bancário, mas ele também demonstra o porquê de o dinheiro assumir necessariamente essa forma no capitalismo”

Em todas as formas do dinheiro examinadas por Marx até este momento de sua exposição – da medida dos valores ao entesouramento e meio de pagamento –, o pensador alemão estava tratando das funções desempenhadas pelo dinheiro *no interior* de uma esfera de circulação nacional. No entanto, o dinheiro não se limita a expressar valor, mediatizar trocas e representar riqueza social dentro dos mercados nacionais, mas também estabelece vínculos *entre* as diferentes nações e as suas esferas particulares de circulação. Ao ser mobilizado no comércio internacional, o dinheiro assume a forma paradigmática de riqueza universal, posto que pode ser empregado para adquirir o produto de, efetivamente, toda forma determinada de trabalho humano. Desta maneira, ele passa a desempenhar a função de dinheiro mundial (*Weltgeld*):

“No comércio mundial, as mercadorias desdobram seu valor universalmente. Por isso, sua figura de valor autônoma as confronta, aqui, como dinheiro mundial. Somente no mercado mundial o dinheiro funciona plenamente como a mercadoria cuja forma natural é, ao mesmo tempo, a forma imediatamente social de efetivação do trabalho humano abstrato (*abstrakten menschlichen Arbeit*). Seu modo de existência (*Daseinsweise*) torna-se adequado ao seu conceito (*Begriff*).” (Marx, 2013, p.215)

Essa nova categoria define a última e mais complexa forma assumida pelo dinheiro no marco teórico da circulação simples. Todas as funções desempenhadas pelo dinheiro na circulação de mercadorias transcorrida dentro de uma esfera nacional se encontram reunidas em sua figura: “O dinheiro mundial funciona como meio universal de pagamento, meio universal de compra e materialidade absolutamente social da riqueza universal. O que predomina é sua função como meio de pagamento para o ajuste das balanças internacionais.” (Marx, 2013, p.217) É dirigindo o olhar para a forma assumida pelo dinheiro na esfera da circulação internacional de mercadorias que Marx encerra sua exposição do dinheiro em *Contribuição para a Crítica da Economia Política* e no *Capital*. Esse é o último acréscimo feito pelo autor à esfera da circulação simples antes do seu rearranjo, ocasionado pela derivação do conceito de capital em geral.

Capítulo 4 - A teoria marxiana da forma-capital: a constituição do valor como processo

“O desenvolvimento exato do conceito de capital é necessário, porque é o conceito fundamental da economia moderna (*die Grundbegriffe der modernen Ökonomie*), da mesma maneira que o próprio capital, cuja contraimagem abstrata é seu conceito, é a base da sociedade civil-burguesa (*die Grundlage der bürgerlichen Gesellschaft*).” (Marx, *Grundrisse*)

Ao longo dos últimos capítulos, reconstituímos a exposição (*Darstellung*) marxiana das categorias da circulação simples, com vistas a compreender a maneira como a crítica da economia política de Marx caracteriza as relações sociais mais básicas do modo de produção capitalista. Nesse esforço, constatamos que a tese fundamental em que tal exposição se baseia é de que a natureza contraditória exibida pelo trabalho social nesse modo de produção faz com que as relações entre os sujeitos sejam estabelecidas pela via indireta das formas socioeconômicas dos produtos do trabalho. Essa modalidade fetichista ou mercantil de socialização é progressivamente desdobrada pelo autor sob a rúbrica de um processo de duplicação (*Verdopplung*) da mercadoria, em que o caráter social do trabalho privado dos indivíduos encontra uma expressão ideal e efetiva na figura material do dinheiro. Ao fim e ao cabo, Marx determina que as relações entre os possuidores de mercadorias assumem a forma de um processo de circulação de mercadorias, estruturalmente definido pela oposição externa (*äußerer Gegensatz*) entre a mercadoria e o dinheiro.

Em que pese a centralidade de tais categorias para a compreensão da dinâmica socioeconômica nele vigente, os próprios termos empregados para referir-se ao capitalismo (“capitalismo”, “modo de produção capitalista”, etc) fazem sobressair que a sua forma social dominante consiste no capital; ele é “a iluminação universal em que todas as demais cores estão imersas e que as modifica em sua particularidade”, um “éter particular que determina o peso específico de toda existência que nele se manifesta” (Marx, 2011, p.59).

Portanto, o que nos propomos a investigar neste capítulo é a caracterização marxiana do conceito de capital, tendo especial cuidado em determinar as relações que a exposição de Marx estabelece entre o capital e as formas precedentes da mercadoria e do dinheiro. Queremos, deste modo, apreender os pontos centrais que norteiam a concepção marxiana de “capital em geral” (*Kapital im Allgemeinen*), entendida como “a síntese das determinações

que diferenciam o valor como capital do valor como simples valor ou dinheiro” (Marx, 2011, p. 243).

Em particular, procuraremos demonstrar, em conformidade com os resultados de nossa reconstrução metodológica, e na esteira de uma tradição interpretativa hoje consolidada, que as teorias marxianas do valor e do dinheiro têm seu sentido rigorosamente determinado apenas quando relacionadas pela exposição marxiana ao conceito de capital.¹⁵² Por outro lado, evidenciaremos que a própria definição do conceito de capital pressupõe, incontornavelmente, o desdobramento prévio das categorias de mercadoria e dinheiro. Esse ponto emerge como particularmente significativo na medida em que a relação produtiva entre capital e trabalho assalariado assume a forma da troca de mercadorias, sendo mediatizada pela esfera da circulação.

Para cumprir com tais objetivos, procuraremos compreender o argumento através do qual Marx efetua a transição da esfera da circulação simples de mercadorias ao conceito de capital nas formulações da crítica da economia política do final da década de 1850, os *Grundrisse* e o assim chamado *Urtext*. Essa transição é colocada em prática através do desenvolvimento do caráter contraditório da forma-dinheiro. Em contraste com o procedimento adotado posteriormente por Marx em *O Capital*, encontramos, em tais textos, uma tentativa da parte do autor de estabelecer um ponto de contato entre a esfera da circulação simples, concebida como aparência imediata (*Schein*) do capitalismo, e o modo de produção capitalista propriamente dito. Essa conexão está baseada, sobretudo, na ideia de que

¹⁵² Essa é uma linha de interpretação explorada de modo predominante, mas não exclusivo, pelas novas leituras de Marx. Por exemplo, para Helmut Brentel (1989, p.266) “uma teoria do valor como uma teoria do valor-trabalho somente pode ser explicada como uma *teoria do capital*. Todo falatório sobre valores, sobre a forma econômica no seu aspecto sistemático é carente de sentido na ausência de referência à socialização (*Vergesellschaftung*) capitalista.” Heinrich (1999, 256), a derivação do conceito de capital explicita que “a teoria do valor de Marx é não apenas uma teoria do valor *monetária*, mas uma teoria do valor apenas como *teoria do capital*, pois é apenas em seu movimento como capital que o valor adquire permanência.” Backhaus (1992, p. 68) defende a mesma tese em sua leitura adorniana da crítica da economia política, considerando, numa análise um tanto inusitada, que a união das problemáticas do valor e do capital na teoria de Marx deve-se, em grande medida, à assimilação do pensamento de Jean-Baptiste Say: “O primeiro autor que Marx leu durante a sua estadia em Paris foi Say. Sob essa influência, Marx problematizou desde o começo o conceito de valor partindo não de uma teoria dos *preços*, mas nos termos de uma teoria do capital. Assim, ele se tornou o primeiro autor a refletir sobre o valor não em sua simplicidade, mas em sua forma desenvolvida, isto é, como valor do *capital*, algo a que Ricardo confere muito menos atenção do que Say.” Uma ideia análoga está presente no trabalho de Postone (1996, p.272), que procura demonstrar como o modelo de sociabilidade implicado pelo conceito de valor é empregado por Marx para dar conta da dinâmica social e histórica específica ao processo capitalista de produção: “O valor, no entendimento de Marx, longe de explicar o equilíbrio de mercado no capitalismo ou mesmo de fundar um modelo da sociedade pré-capitalista, apresenta-se como tal (*comes into its own*), como uma categoria social estruturante, apenas com a constituição do capital como uma forma totalizante. E, como veremos, uma categoria de eficiência, racionalização e transformação contínua. O valor é uma categoria de uma totalidade direcionalmente dinâmica.” Poderíamos elencar aqui muitos outros autores que aderem a essa mesma hipótese interpretativa, e que a desenvolveram em maior ou menor profundidade nos seus trabalhos.

a autonomia do dinheiro como forma socioeconômica não pode ser justificada no âmbito da circulação simples, mas exige a sua transformação em capital – em um processo de valorização.

Por fim, discutiremos, com alguma brevidade, as alterações de maior significância acarretadas pela derivação do conceito de capital em geral sobre a compreensão da sociabilidade capitalista desenvolvida inicialmente pelo autor na esfera da circulação simples, assim como as lições que podem ser extraídas desta problemática para a compreensão do nexo entre exposição dialética e gênese histórica. No curso dessas reflexões, trataremos de esclarecer o sentido expositivo que os fenômenos da acumulação originária (*ursprünglichen Akkumulation*) e da intersversão (*Umschlag*) da lei de apropriação da circulação simples carregam para a crítica da economia política.

4.1. A passagem da circulação simples ao capital na literatura: transição imanente ou falsa dialética?

Como já mencionamos ao abordar a exposição marxiana do dinheiro no capítulo anterior, a hipótese de que a gênese lógica do capital é tratada, nos *Grundrisse* e também no *Urtext*, à maneira de uma derivação do capital a partir do caráter contraditório do dinheiro é desenvolvida de modo mais sistemático por Helmut Reichelt (2013):

“O desenvolvimento da terceira determinação do dinheiro nos leva a um ponto de transição decisivo na exposição das categorias. Especialmente nos *Grundrisse*, Marx aponta explicitamente para isso e confere, na exposição categorial, um relevo consideravelmente maior do que em *O Capital* ao fato de que essa terceira determinação do dinheiro — a unidade das duas anteriormente explicitadas — deve ser compreendida como uma forma em que ‘já está contida de maneira latente sua determinação como capital’” (Reichelt, 2013, p.207)

Reichelt é acompanhado neste juízo por outro expoente das novas leituras alemãs de Marx, Michael Heinrich (1999). Heinrich mostra-se ainda mais enfático do que Reichelt em destacar a centralidade teórica do argumento dos *Grundrisse* ao projeto marxiano como um todo. Lamentando que tal argumento tenha sido suprimido em *O Capital*, ele sustenta que a ausência de uma passagem entre as esferas conceituais da circulação simples e do capitalismo *per se* arrisca prejudicar a própria coesão do encadeamento categorial da exposição marxiana. Assim: “Se a insistência de Marx de que a circulação simples é apenas a superfície do ‘processo burguês como um todo’, deve ser demonstrado que a circulação simples exige uma determinação formal subsequente, que existe uma transição conceitual da circulação simples

ao capital.” (Heinrich, 1999, p.255) Esse procedimento imprescindível de derivação categorial a que Heinrich se refere corresponde precisamente àquele levado a cabo por Marx nos *Grundrisse*.

Uma posição semelhante à dos autores alemães é defendida por Roman Rosdolsky (2001). O intérprete da obra de Marx considera que a passagem da circulação simples ao capital é concebida de modo idêntico por Marx nos *Grundrisse* e em *O Capital*, com a diferença de que, nesse texto posterior, alguns dos pormenores da derivação dialética teriam sido suprimidos. Nesse sentido, Rosdolsky (2001, p.168) efetua a seguinte interrogação: “Onde está a solução do problema? Que condições são necessárias para que o dinheiro ultrapasse a etapa do entesouramento primitivo, para que se conserve e se multiplique como valor independente, sem dissipar-se como mero meio de circulação e sem coagular-se como tesouro?”. Rosdolsky sustenta que, de acordo com o argumento elaborado por Marx nos *Grundrisse*, a passagem do valor ao capital depende, fundamentalmente, do consumo produtivo da força de trabalho pelo capital. Logo:

“A solução do problema é a mesma que conhecemos do primeiro tomo de *O Capital*. A diferença é que ali a solução aparece em forma acabada, omitindo-se os passos intermediários que conduzem a ela, enquanto aqui (nos *Grundrisse* – acréscimo nosso) podemos observá-la, por assim dizer, *in status nascendi*. (...) Seria vão opor a solução de *O Capital*, aparentemente mais ‘realista’, à variante mais metafísica que aparece nos *Grundrisse*. Ambas resultam do método dialético de Marx e devem ser aceitas ou rechaçadas como tais. A diferença está apenas no modo de exposição.” (Rosdolsky, 2001, p.169)

No entanto, a superioridade da passagem do dinheiro ao capital como empreendida por Marx nos *Grundrisse* está longe de ser uma unanimidade entre os intérpretes. Para o filósofo marxista pós-althusseriano Jacques Bidet (2007), não apenas a tentativa levada a cabo pelo pensador alemão de efetuar uma derivação dialética do capital a partir do dinheiro está fundada em pressupostos equivocados e termina em fracasso, como também Marx teria tomado nota de tal insucesso e introduzido o conceito de capital através de um argumento baseado em princípios inteiramente novos em *O Capital*. Apesar de a leitura de Bidet incorrer nos lugares-comuns clássicos da tradição althusseriana ao abordar a influência da filosofia de Hegel sobre o método de Marx, e de firmar compromisso com a tese textualmente implausível de que o objeto de estudos da primeira seção do *Capital* seria uma concepção historicamente inespecífica da “produção mercantil em geral”, o filósofo francês lança um desafio ao tratamento concedido por Marx à gênese dialética do capital nos *Grundrisse* que, ao nosso ver, merece ser considerado com maior atenção. O ponto fundamental da crítica de

Bidet é de que Marx cometeria um equívoco categorial ao atribuir, nos *Grundrisse*, a fórmula D-M-D ao movimento de circulação da terceira determinação do dinheiro. Ao fazê-lo, o pensador alemão estaria introduzindo artificial e arbitrariamente no quadro da circulação simples a concepção de um movimento cíclico que diz respeito apenas ao circuito do capital – ao valor já envolvido num processo de auto-valorização. Assim: “A tentativa de Marx inclui dois aspectos distintos e complementares. Por um lado, ele se antecipa ao impor uma forma especificamente capitalista sobre a circulação simples. Pelo outro, ele analisa esse processo especificamente capitalista com base nas categorias retiradas da circulação simples.” (Bidet, 2007, p.156) Em último caso, Bidet sustenta que o passo decisivo da passagem da circulação simples ao capitalismo em *O Capital* não resulta do desdobramento das contradições do dinheiro, mas se dá com o acréscimo externo de uma categoria retirada da experiência: o trabalho assalariado. Portanto, “não se trata de um desenvolvimento dialético da contradição, mas simplesmente de uma expansão do quadro teórico. Marx acrescenta nesse ponto uma consideração nova, aquela do trabalho assalariado, e faz naufragar o esquema anterior, produzindo um campo teórico novo, das relações propriamente capitalistas.” (Bidet, 2007, p.159)

As teses e os questionamentos levantados na literatura secundária servem como referências à nossa apresentação da passagem do dinheiro ao conceito de capital nos *Grundrisse*. Não temos a pretensão de fornecer uma resposta exaustiva à querela entre aqueles que encontram na exposição dos *Grundrisse* os desenvolvimentos faltantes das formulações posteriores do projeto marxiano, e os que colocam em disputa seu rigor. Visamos ao propósito mais modesto de lançar luz sobre a construção do argumento de Marx, extraíndo daí consequências para a questão do modelo segundo o qual é pensada a articulação entre o valor e o capital na exposição da crítica da economia política.

4.2. Das contradições do dinheiro como dinheiro ao dinheiro como capital: a derivação do conceito de capital nos Grundrisse

No último capítulo, acompanhamos como a exposição marxiana reconstruiu progressivamente o processo de autonomização do dinheiro em relação às mercadorias. Sendo inicialmente uma forma de valor puramente *representada* das mercadorias, o dinheiro passa a desempenhar a função de *meio* ou *instrumento* material empregado pelas mercadorias para mediatizar as mudanças de forma ocorridas em seu processo de troca, adquirindo, por fim, o estatuto de *forma autônoma da riqueza universal*, que existe, ou ao menos reivindica

existir, descolada da esfera da circulação das mercadorias. Nessa sua última forma, introduzida e desenvolvida a partir da categoria de entesouramento, o dinheiro deixa de ser um simples meio subordinado ao metabolismo social para se transformar no próprio fim do processo de circulação. Ademais, como o tesouro proporciona ao seu possuidor acesso ao universo inteiro dos produtos do trabalho humano, mas o faz em proporções necessariamente limitadas, a pulsão para o entesouramento tende a ser perseguida *ad infinitum* pelos possuidores de mercadorias. A carência de riqueza em sua forma universal ou abstrata apresenta-se, por definição, como desprovida de limites e insaciável, posto se tratar de um impulso para a apropriação de um poder social genérico passível de aumento infindo, e não de uma conduta que visa satisfazer uma determinada carência particular.

Portanto, na medida em que denota o acúmulo de riqueza universal imobilizada para além da esfera da troca, o entesouramento exhibe um caráter contraditório; ele expressa, pois, a “contradição entre a ilimitação quantitativa e a limitação qualitativa do dinheiro” (Marx, 2011, p.206), a qual engendra uma busca irrefreável e infinita pelo acúmulo de riquezas. Esse é um desenvolvimento que se encontra presente em todas as formulações da crítica da economia política, mas que não permite, por si só, que Marx efetue a transição do dinheiro ao capital. Afinal, o movimento de valorização do capital, ainda que seja muito mais eficaz do que o entesouramento em engendrar a multiplicação da riqueza genérica do seu detentor, também se caracteriza por sua tendência de progredir até o infinito. Para passar do dinheiro na forma que ele assume na circulação simples ao conceito de capital, são necessários alguns passos adicionais, que podem ser localizados no tratamento conferido por Marx à terceira determinação do dinheiro nos *Grundrisse*.

A tese avançada por Marx nos *Grundrisse* é de que o caráter contraditório do entesouramento não se limita à (C1) contradição entre universalidade qualitativa e particularidade quantitativa, mas reside sobretudo (C2) na própria definição do dinheiro como forma autônoma da riqueza universal. O que está em jogo não é, portanto, apenas a insaciabilidade do desejo pela acumulação de riquezas, mas a possibilidade mesma de o dinheiro se conservar como existência objetiva do valor enquanto se mantém afastado do processo de circulação sob a forma de tesouro. A investigação empreendida por Marx nos *Grundrisse* procura demonstrar, precisamente, que essa possibilidade não se coloca. Com efeito: “O dinheiro, em sua determinação última, acabada, manifesta-se pois, sob todos os aspectos, como uma contradição (*Widerspruch*) que se dissolve a si mesma; que tende à sua própria dissolução (*Auflösen*).” (Marx, 2011, p.176 - trad. adaptada) Como veremos, é através do desenvolvimento conceitual desta segunda contradição imanente ao entesouramento (C2)

que a exposição da crítica da economia política logra tanto promover a negação dialética do quadro teórico da circulação simples, quanto dele deduzir o conceito de capital. Desta maneira, nos *Grundrisse* e no *Urtext*, a derivação do capital é colocada em prática através do desenvolvimento das contradições abarcadas pela circulação simples enquanto esfera que constitui a aparência imediata (*Schein*) do modo de produção capitalista.

Agora, como compreender a natureza desta contradição que impede o entesouramento de cumprir com seu próprio objetivo, o acúmulo desenfreado de riquezas? Por que a existência do dinheiro como forma autônoma de valor ou como riqueza universal se mostra insustentável na esfera da circulação simples de mercadorias?

A tônica da análise de Marx é dada pela ideia de que o rompimento dos laços entre o dinheiro e a esfera da circulação resulta invariavelmente na supressão de suas propriedades socialmente condicionadas de representar riqueza e de existir como encarnação do valor, as quais, como foi explicado na exposição do equivalente universal, consistem num resultado refletido da ação conjunta das mercadorias, e, mais fundamentalmente, na materialização das relações sociais entre produtores privados interdependentes. Essa dependência do tesouro em relação ao processo de circulação expressa-se em três pontos. Em primeiro lugar, Marx argumenta que o dinheiro retido à margem da circulação representa ao seu detentor riqueza universal por lhe conferir a capacidade de se apropriar de toda e qualquer forma de riqueza particular. No entanto, a realização dessa riqueza universal implica no necessário desaparecimento do dinheiro como tesouro, posto que, ao ser empregado efetivamente pelo seu possuidor para adquirir os meios para a satisfação de suas carências, o dinheiro é “lançado novamente na circulação, e desaparece antes os distintos modos particulares de riqueza.” (Marx, 2011, p.177) Em outras palavras, para transformar em *ato* sua capacidade de representar imediatamente o universo inteiro das riquezas materiais, o tesouro monetário deve retornar à circulação e exercer o papel de meio de compra, sendo trocado por mercadorias particulares. Todavia, ao assumir a forma de valores de uso, o dinheiro deixa de servir como materialização da universalidade do trabalho social. Assim, o tesouro constitui um acúmulo de riqueza universal apenas em *potência*, posto que seu emprego efetivo acarreta em sua própria dissolução.

Em segundo lugar, o dinheiro apresenta-se como riqueza universal na medida em que confere ao seu possuidor acesso imediato ao universo inteiro das riquezas materiais. No entanto, se o acúmulo de dinheiro não for acompanhado por um aumento comparável na quantidade de riquezas materiais produzidas pelo trabalho conjunto da sociedade, ele acaba sendo de caráter puramente fictício ou nominal. Nas palavras de Marx (2011, p.177):

“Ademais: o seu multiplicar por meio da acumulação, sendo sua própria quantidade a medida de seu valor, revela-se falso. Se as outras riquezas não se acumulam, ele próprio perdeu seu valor à medida mesmo que seja acumulado. O que se manifesta como sua multiplicação é, de fato, sua diminuição. A sua autonomia é pura aparência; sua independência da circulação só existe referida a ela, como dependência dela.”

Por fim, a própria capacidade de a riqueza ser conservada sob a forma de tesouro se mostra enganadora, uma vez que flutuações no valor do dinheiro ou reviravoltas nas condições técnico-sociais do processo de produção de mercadorias podem afetar severamente ou mesmo destituir o dinheiro entesourado do seu estatuto de riqueza universal. Escreve Marx: “Como o absolutamente seguro, riqueza inteiramente independente da minha individualidade, o dinheiro é, ao mesmo tempo, como aquilo que me é inteiramente exterior, o inseguro absoluto que pode ser separado de mim por qualquer acaso.” (ibid) Consequentemente, o dinheiro “se contradiz ainda na última determinação, porque deve representar a riqueza enquanto tal; mas, de fato, representa somente *quantum* idêntico de valor variável. Por isso se cancela como valor de troca *consumado*.” (ibid)

Vemos, assim, que a autonomia ou objetividade do dinheiro é negada não apenas em suas duas primeiras determinações, mas também naquela em que ele deveria se apresentar como uma forma de valor autônoma. Isso se deve ao fato de que o dinheiro retido para além dos limites da circulação como tesouro somente pode funcionar efetivamente como riqueza universal ao ser empregado na aquisição da riqueza em sua forma materialmente determinada de mercadoria. No entanto, a reintrodução do dinheiro entesourado no circuito das trocas ocasiona o desvanecimento do tesouro. Logo, a existência autônoma do valor aparenta, por um lado, exigir que o dinheiro mantenha vínculos ativos com o circuito das trocas, podendo relacionar-se com as mercadorias como os elementos de que compõe-se a riqueza universal – como produtos de trabalhos concretos determinados. Pois a existência do valor enquanto forma social objetiva resulta, como estabelecido pela análise da forma do valor, da ação conjunta das mercadorias. Pelo outro lado, o tesouro apenas pode ostentar a aparência de representante da riqueza universal quando mantido a salvo da circulação. Consequentemente, o dinheiro em sua terceira determinação apresenta-se como uma categoria contraditória: “sua independência com relação à circulação é mera aparência.” (Marx, Urtext, p. 479) Embora o tesouro devesse consistir numa forma autônoma de valor, servindo como materialização socialmente reconhecida do trabalho social, como uma reserva objetiva de riqueza universal,

seu afastamento do processo de circulação o destitui de sua forma social específica.¹⁵³ Quando apartado da circulação, o dinheiro “deixa de ser dinheiro e torna-se mero metal, mero valor de uso, que, todavia, na medida em que não necessita servir como tal em sua qualidade metálica, é inútil, i.e, não se efetiva como a mercadoria no consumo, enquanto valor de uso.” (Marx, 2010a, p.485)

O exame da contradição do entesouramento enseja a conclusão de que o dinheiro não encontra uma forma na qual possa servir como materialização da riqueza universal ou como existência objetiva do trabalho humano abstrato na esfera da circulação simples. Ele pode, é bem verdade, ser retido como valor após a primeira metamorfose da mercadoria, mas perde essa forma social de valor ao ser removido da circulação. Verifica-se, portanto, uma aporia entre a necessidade de o dinheiro tomar parte no processo de circulação para poder assumir a forma de riqueza universal e se valorizar, e a circunstância de que a conversão do dinheiro em mercadorias particulares engendra o apagamento de sua determinação formal, do seu caráter de valor. À primeira vista, esse resultado aparenta ser de ordem exclusivamente negativa, uma vez que se configura como uma recusa da possibilidade de que o dinheiro seja acumulado como riqueza universal ou se apresente como uma forma autônoma de valor. Todavia, se atentarmos aos detalhes do argumento marxiano, e extrairmos as consequências que dele se seguem, poderemos perceber que a demonstração do caráter contraditório da forma-dinheiro desempenha um papel fundamental na exposição das categorias da crítica da economia política. Como escreve Marx (2011, p.195): “O dinheiro nega-se ao simplesmente se dissolver na circulação; mas nega-se da mesma forma ao confrontar autonomamente a circulação. Essa negação, sintetizada em suas determinações positivas, contém os primeiros elementos do capital.” Desta maneira, a negação do dinheiro em sua terceira determinação permite ao pensador alemão tanto promover a negação da esfera da circulação simples de mercadorias como um todo, reduzindo-a à condição de aparência imediata (*Schein*) do processo de reprodução do capital industrial, quanto readequar o quadro categorial

¹⁵³ Para Helmut Brentel (1989), a exposição marxiana do dinheiro tem como um dos seus propósitos centrais demonstrar a impossibilidade de o dinheiro se estabelecer como uma forma autônoma de valor na esfera da circulação simples. Esse desenvolvimento culmina com o exame do caráter contraditório do entesouramento, que aponta o caminho para a existência autônoma das formas sociais na figura do dinheiro como capital, que relaciona-se com o trabalho vivo como seu oposto. “Portanto, em contraste com as aparências formais, a constituição econômica dos objetos [*Ökonomischer Gegenstandskonstitution*] deve estar fundada numa auto-referência da forma econômica, em um pôr-se-a-si-mesmo [*Sich-selbst-setzen*], num ser capaz de produzir-se reiteradamente a partir de si próprio. No dinheiro como dinheiro, na forma do tesouro, o valor de troca assume, de fato, uma existência quasi-independente e objetiva, mas apenas em oposição abstrata à circulação. Ele não possui independência real [*wirkliche Selbständigkeit*] enquanto algo que surge *a partir de sua própria mediação*.” (Brentel, 1989, p.259)

mobilizado no começo de sua investigação a um nível superior de complexidade do seu objeto.

Como, então, o desenvolvimento da contradição do dinheiro possibilita à exposição marxiana progredir ao conceito de capital? Até onde vimos, a análise da terceira determinação do dinheiro encerrou-se em um cenário aporético: por um lado, o dinheiro precisa participar do processo de circulação para manter sua forma social; pelo outro, a participação na circulação tem por efeito transformá-lo em mercadorias particulares, suprimindo sua forma de valor. Em outros termos, a troca do dinheiro por mercadorias particulares, embora consista na realização do seu caráter de riqueza universal, faz com que o mesmo deixe de representar a objetivação do trabalho humano abstrato e passe a figurar como o produto de um certo trabalho concreto específico – como um mero valor de uso. É esse o raciocínio que leva Marx a considerar o dinheiro *qua* dinheiro como uma categoria contraditória; as particularidades do entesouramento entram em conflito com as condições necessárias para a existência do dinheiro como uma forma social dotada de autonomia. Assim sendo, o dinheiro deve ser negado como categoria simples. No entanto, o desenvolvimento do caráter contraditório do dinheiro, ao mesmo tempo que conduz ao resultado negativo exposto acima – a explicitação dos fatores que impedem o entesouramento de conferir autonomia ao dinheiro enquanto forma de valor –, contribui também para determinar os atributos que devem caracterizar uma forma de valor que existe efetivamente, e não apenas como uma possibilidade irrealizável. Assim, se a análise anterior demonstrou que a perpetuidade do afastamento do tesouro em relação à circulação acaba por destituir o dinheiro de sua forma social, segue-se que a existência autônoma do valor deve necessariamente envolver o reingresso do dinheiro no processo de circulação. Apreendida em sua dimensão positiva, a negação do dinheiro como dinheiro impele a exposição de Marx a uma nova categoria – à figura do valor que se conserva *através* de sua participação no circuito das trocas:

“Negado como mera *forma universal da riqueza*, o dinheiro tem assim de se realizar nas substâncias particulares da riqueza real: porém, na medida em que, desse modo, se afirma efetivamente como *representante material* da totalidade da riqueza, o dinheiro tem de se manter ao mesmo tempo como a forma universal. O seu ingresso na circulação deve ser ele mesmo um momento de seu manter-se-em-si-mesmo (*Beisichbleiben*), e seu manter-em-si-mesmo deve ser seu ingresso na circulação. O que significa que, como valor de troca realizado, o dinheiro deve ser posto ao mesmo tempo como processo no qual o valor de troca se realiza. É simultaneamente a negação de si como uma forma puramente coisal, forma da riqueza exterior e contingente frente aos indivíduos. Deve aparecer, ao contrário, como a produção da riqueza, e a riqueza, como resultado das relações mútuas dos indivíduos na produção. Por conseguinte, o valor de troca é determinado agora como processo, não mais como simples coisa para a qual a circulação é apenas um movimento externo, ou que existe como indivíduo em uma matéria particular: [é determinado]

como relação consigo mesmo mediante o processo de circulação.” (Marx, 2011, p.178)

A subsistência do dinheiro como uma forma socioeconômica independente requer, portanto, não apenas que ele provenha da circulação como o seu *produto*, mas que ele se apresente como um produto da circulação que serve também como *ponto de partida* para o recomeço de tal processo. Isso significa que a autonomia do valor consuma-se apenas na forma de um processo cíclico de valorização do dinheiro, em que este é inicialmente adiantado como forma universal de valor, assume temporariamente a forma de mercadorias particulares e encerra o processo como uma quantidade ampliada de dinheiro. Nesse ciclo, que caracteriza-se, em contraste com a circulação de mercadorias, pelo movimento D-M-D, o valor existe como um *sujeito* que se conserva por meio de sua auto-diferenciação, à medida que assume, de modo alternado, as formas de mercadoria e de dinheiro.¹⁵⁴ Nos deparamos aqui com o *conceito de capital* em sua forma mais abstrata e geral:

“A primeira determinação do capital é, portanto: que o valor de troca procedente da circulação, e que, por isso, a pressupõe, se conserva nela e por meio dela; que não se perde ao ingressar nela; que a circulação não é o movimento de seu desaparecimento (*Verschwinden*), mas antes o movimento do seu efetivo autopôr (*wirklichen Sichsetzens*) como valor de troca, a sua autorrealização como valor de troca.” (Marx, 2011, p.200)

É assim que Marx efetua a derivação do conceito abstrato de capital nos *Grundrisse* e no *Urtext*. Ao contrário do que ocorre na exposição do *Capital*, em que a fórmula geral do capital é introduzida sem maiores mediações com o quadro teórico da circulação simples, Marx apresenta, nestas formulações iniciais da crítica da economia política, o capital como a forma em que o valor finalmente assume uma existência autônoma em relação às mercadorias – uma autonomia que estava prefigurada nos desenvolvimentos anteriores, especialmente pelo entesouramento, mas que não pôde ser apropriadamente caracterizada até esta altura. A gênese do conceito de capital é, portanto, concebida como o resultado da negação da terceira determinação do dinheiro: se, por um lado, o entesouramento visava, sem sucesso, ao acúmulo de riqueza universal por meio da retenção do dinheiro para além dos limites da

¹⁵⁴ Se, na formulação do *Capital*, Marx não efetua a passagem da circulação simples ao conceito de capital através do desenvolvimento da contradição do dinheiro, ele não deixa de observar, ao realizar uma análise comparativa das especificidades formais dos ciclos M-D-M e D-M-D, que é apenas no interior do movimento cíclico de valorização representado por D-M-D que a autonomia do valor enquanto forma social manifesta-se em sua plenitude. Assim: “Se, na circulação simples, o valor das mercadorias atinge no máximo uma forma independente em relação aos seus valores de uso no dinheiro, aqui ele se apresenta, de repente, como uma substância em processo, semovente [*eine fortschreitende, sich selbst bewogende Substanz*], para a qual mercadorias e dinheiro não são mais do que meras formas.” (Marx, 2013, p.230 - trad. adaptada)

troca, o capital, por sua vez, possibilita a multiplicação das riquezas e a consolidação da forma socioeconômica do valor precisamente na medida em que consiste em dinheiro que se submete, de maneira reiterada, ao processo de circulação, ao intercâmbio mercantil.¹⁵⁵

À luz da reconstrução da estrutura do argumento de Marx, podemos agora melhor avaliar a crítica dirigida por Jacques Bidet à articulação estabelecida pelo pensador alemão entre a circulação simples e o capital nos *Grundrisse*. Bidet acusa Marx de ter incorporado o movimento cíclico do capital, representado pela fórmula D-M-D, à esfera da circulação simples, identificando-o, de maneira imprópria, com o movimento da terceira determinação do dinheiro. Deste modo, o argumento de Marx estaria fundado no artifício de se abordar uma categoria do modo de produção capitalista *per se* como se essa também pertencesse à circulação simples, de sorte a estabelecer um ponto de contato entre ambas as esferas. Ora, a crítica de Bidet é pertinente? Marx postula, de fato, a presença do ciclo D-M-D no nível da circulação simples?

Como estabelecido nos parágrafos precedentes, a exposição marxiana da passagem do dinheiro ao capital nos *Grundrisse* e no *Urtext* assume a forma de uma derivação do conceito abstrato de capital – da concepção, de resto ainda indeterminada, de um processo cíclico de valorização do dinheiro – a partir da negação do dinheiro como dinheiro. É, com efeito, a demonstração de que a autonomia do valor como forma socioeconômica não pode ser explicada com base nas determinações exibidas pelo dinheiro na circulação simples que desencadeia a transição ao capital. Pois bem, sendo esse o caso, há sentido em afirmar que Marx atribui o movimento D-M-D à terceira determinação do dinheiro? É evidente que não. Há algumas passagens isoladas do Capítulo do Dinheiro nos *Grundrisse* em que Marx menciona a fórmula D-M-D em meio à sua discussão da categoria de entesouramento. Contudo, uma análise compreensiva do argumento apresentado pelo filósofo alemão indica inequivocamente que o propósito visado pelo desenvolvimento da contradição do dinheiro consiste em demonstrar que, dentro das condições estabelecidas pela esfera da circulação simples de mercadorias, uma processo cíclico de valorização do dinheiro através de sua participação na troca não pode ser pensado sem que se incorra em contrassensos. Assim, a negação do dinheiro como dinheiro possibilita, por um lado, que seja estabelecida a necessidade da passagem do dinheiro como categoria simples à figura do dinheiro que se conserva enquanto tal ao ser lançado de volta na circulação. Pelo outro, o progresso da

¹⁵⁵ Como Marx expressa com particular clareza nos *Grundrisse*: “A imortalidade a que o dinheiro aspirava quando se pôs negativamente perante a circulação, quando se retirou dela, o capital consegue porque se conserva precisamente pelo fato de que se expõe à circulação.” (Marx, 2011, p.202)

exposição a esse novo objeto, o conceito abstrato de capital, torna manifesto que o quadro teórico da circulação simples não dispõe dos recursos conceituais requeridos para dar conta de tal fenômeno. Por conseguinte, a resolução da contradição do dinheiro passa não somente pela emergência de uma objetividade inédita, mas depende, fundamentalmente, de que o quadro teórico da circulação simples seja reestruturado com vistas a torná-lo capaz de conceituar as relações e os processos sociais complexos envolvidos na existência autônoma do valor como capital.¹⁵⁶

Esse é o significado expositivo e metodológico fundamental da transição do dinheiro ao capital, que parece não ser devidamente apreendido pela crítica de Bidet. Marx não poderia ser mais explícito em especificar que a esfera da circulação simples não oferece as condições necessárias para que o ciclo D-M-D entre em vigência, uma vez que o dinheiro nela opera ou bem como meio de circulação, ao adquirir uma existência efêmera e funcionalmente subordinada à metamorfose da mercadoria, a qual visa à concreção do metabolismo social, ou bem acaba retirado da troca como tesouro, numa operação que o priva de sua própria determinação social. Em ambos os casos, o movimento de circulação apresenta um *caráter estritamente formal*, limitando-se a promover uma mudança na forma assumida pelas mercadorias, mas sem alterar em qualquer medida a magnitude do seu valor.¹⁵⁷ Essa natureza puramente formal da esfera da circulação simples está vinculada ao fato de os sujeitos se apresentarem, em seu interior, na condição genérica de meros possuidores de mercadorias que alienam reciprocamente os produtos dos seus trabalhos particulares. Não havendo entre eles distinção de classe social ou coerção direta, essa troca é regida pela lei da equivalência, de maneira que cada um pode retirar do processo de circulação somente a

¹⁵⁶ Na seguinte passagem do *Urtext*, Marx ressalta a natureza dialética da negação do dinheiro. Ele defende, em primeiro lugar, que o caráter contraditório do dinheiro não deve levar à rejeição do conceito como um todo, mas apenas da falsa independência que o dinheiro exibe na esfera da circulação simples; em segundo lugar, que a constatação das limitações do dinheiro como dinheiro lança luz sobre a imediatidade da circulação simples. Escreve o pensador alemão: “O dinheiro, pois, mesmo em sua determinação concreta como dinheiro, na qual ele já é uma negação de si próprio como medida de valor ou como mera moeda, é negado no movimento de circulação em que é posto como dinheiro. Mas o que é negado aqui é apenas a forma abstrata em que o valor de troca tornando-se autônomo aparece no dinheiro, e também a forma abstrata desse processo de tornar-se autônomo. Do ponto de vista do valor de troca, o todo da circulação é negado, uma vez que não traz consigo o princípio de sua autorrenovação.” (Marx, 2010a, p.480)

¹⁵⁷ A impossibilidade da existência do capital ou do valor autônomo na esfera da circulação simples é assinalada por Marx também nos *Grundrisse*. Numa importante passagem, o pensador alemão argumenta ser “igualmente claro que o movimento simples dos valores de troca, tal como está dado na circulação pura, jamais pode realizar capital. Pode levar à retirada e ao acúmulo do dinheiro, mas tão logo o dinheiro retorna à circulação, dissolve-se em uma série de processos de troca com mercadorias que são consumidas; por isso, desaparece, tão logo esgota o seu poder de troca. Da mesma maneira, a mercadoria que se trocou por mercadoria por meio do dinheiro sai da circulação para ser consumida destruída. Mas se a mercadoria se autonomiza no dinheiro ante a circulação, ela representa nada mais do que a forma universal, insubstancial da riqueza.” (Marx, 2011, p.196)

quantidade de trabalho socialmente necessário que nele colocou.¹⁵⁸ Isso se aplica até mesmo ao entesourador, que, ao reter o dinheiro originado da venda de sua mercadoria, não faz senão conferir a forma da universalidade ao produto do seu próprio trabalho. Assim sendo, Marx declara, indo de encontro ao fundamento da crítica de Bidet, que o conceito abstrato de capital, embora derivado dialeticamente do caráter contraditório do dinheiro, *não* pode estar presente na circulação simples:

“O fato é que o movimento efetivo da forma D-M-D não existe na circulação simples, na qual os equivalentes são meramente convertidos da forma de mercadoria naquela de dinheiro e vice-versa. Se eu troco um táler por uma mercadoria com um valor de um táler, e essa de novo por um táler, trata-se de um processo que não possui *conteúdo*. (...) Na própria circulação simples, o aumento da magnitude de valor, o movimento em que o objetivo é o aumento do próprio valor, pode aparecer apenas na forma da acumulação, através da operação M-D, uma venda continuamente repetida da mercadoria, quando não se permite ao dinheiro dar sequência ao seu percurso completo e ser transformado em mercadoria após a mercadoria ter sido transformada em dinheiro. É por essa razão que o dinheiro não aparece como ponto de partida, como exigido pela forma D-M-D, mas sempre apenas como resultado da troca.” (Marx, 2010a, p.489)

O movimento puramente formal da circulação simples mostra-se, assim, incapaz de dar conta da *circularidade* do processo de valorização do dinheiro. O fato de o dinheiro oriundo da troca ter de ser recolocado no processo de circulação como seu *ponto de partida* permanece incompreensível para um quadro teórico que concebe a troca, em suas características fundamentais, como um processo que faz o intermédio do consumo de mercadorias pressupostas:

“A forma D-M-D exprime, claramente, que o estabelecimento da independência do dinheiro deve aparecer como processo, sendo igualmente o pressuposto e o resultado da circulação. No entanto, essa forma enquanto tal não recebe qualquer conteúdo na circulação simples, e nem mesmo aparece como movimento do conteúdo – um movimento de circulação para o qual o valor de troca não é apenas

¹⁵⁸ Como explicamos no segundo capítulo, a esfera da circulação simples, enquanto aparência imediata (*Schein*) do modo de produção capitalista, consiste numa representação abstrata do processo de circulação em que os sujeitos relacionam-se exclusivamente como livres possuidores de mercadorias. Trata-se de uma aparência que será negada à medida que a exposição progride ao processo de reprodução do capital industrial, mas que designa, efetivamente, a forma distorcida em que o capitalismo se apresenta à apreensão imediata. Portanto, “na circulação simples enquanto tal (no valor de troca em seu movimento), a ação recíproca dos indivíduos é, quanto ao conteúdo, somente satisfação mútua e interessada de suas necessidades, e, quanto à forma, trocar, pôr como igual (equivalentes), de modo que a propriedade também é posta aqui somente como apropriação do produto do trabalho mediante o trabalho e o produto do trabalho alheio mediante o trabalho próprio, na medida em que o produto do próprio trabalho é comprado mediante o trabalho alheio.” (Marx, 2011, p.180) Todavia, os princípios da aparência imediata experimentam uma interversão quando da passagem à reprodução do capital. Assim: “Isso se modificará no ulterior desenvolvimento do valor de troca e revelará, enfim, que a propriedade privada do produto do próprio trabalho é idêntica à separação entre trabalho e propriedade; de modo que trabalho = criação propriedade alheia e propriedade = comandará trabalho alheio.” (ibid, p.181)

uma forma, mas o conteúdo e o fim do próprio processo, e que, em virtude disso, consiste na própria forma do *valor de troca em processo*.” (Marx, 2010a, p.496)

Antes de seguir em frente, façamos um rápido balanço dos resultados obtidos até agora em nossa reconstituição do argumento marxiano da transição do dinheiro ao capital nos *Grundrisse*. Foi visto, em primeiro lugar, que o argumento de Marx toma como seu ponto de partida a terceira determinação do dinheiro, em que ele se apresenta como tesouro. Destacamos que essa categoria, a qual consiste na forma mais complexa assumida pelo dinheiro no contexto da circulação simples, é caracterizada pelo pensador alemão como estruturalmente contraditória: o entesourador pretende acumular o dinheiro como uma figura da riqueza universal através da sua retirada da circulação, mas fracassa nesse propósito justamente por desfazer os vínculos entre o dinheiro e o universo das mercadorias. Em vista disso, Marx conclui que a existência do dinheiro enquanto uma forma objetiva de valor não pode ser justificada reportando-se apenas às funções que o mesmo desempenha como medida dos valores, meio de circulação ou dinheiro; ela deve ser compreendida com base em uma determinação subsequente, que corresponde ao processo cíclico de valorização do dinheiro mediado pela troca. Trata-se, pois, do *conceito abstrato de capital*, o qual se realiza no movimento D-M-D. Constatada a necessidade de introdução da determinação do dinheiro como capital para explicar a constituição do valor como forma social autônoma, Marx avalia se essa nova categoria pode ser satisfatoriamente examinada com o auxílio do quadro teórico esboçado na circulação simples. A resposta a que o autor chega mostra-se naturalmente negativa, uma vez que a formalidade do movimento da circulação simples torna inconcebível a ocorrência de um processo de circulação em que o dinheiro sirva tanto como ponto de partida quanto como resultado, ou no qual tenha lugar a ampliação sistemática dos valores em fluxo. Logo, a esfera da circulação simples como um todo deve ser submetida ao procedimento da *negação determinada*, que conserva o conteúdo de verdade das categorias simples, ao mesmo tempo que suprime seu caráter imediato, através de sua circunscrição no interior da estrutura complexa que é progressivamente desdobrada pela exposição.¹⁵⁹

Comprendemos, assim, o caminho seguido por Marx (2011, p. 196) nos *Grundrisse* para determinar a esfera da circulação simples como “o fenômeno de um processo transcorrendo por trás dela.” Todavia, embora seja notório que o fundamento da circulação

¹⁵⁹ O sentido metodológico da passagem da circulação simples ao capital, concebido nos termos de uma negação dialética, é expresso de modo particularmente conciso por Patrick Murray (1988, p.184): “O capital não é uma outra ‘coisa’ existindo por trás das aparências da circulação simples. Pelo contrário, é um *processo* logicamente mais concreto, que *pressupõe* a circulação simples, *preserva* a verdade da circulação simples enquanto uma verdade parcial, ao mesmo tempo que introduz relações que *transcendem* a lógica da circulação simples. O capital é a supressão ou *Aufhebung* da circulação simples, e não a sua aniquilação.”

simples consiste no circuito do capital industrial, essa circunstância ainda não pôde ser provada pela exposição marxiana. Tudo o que sabemos, até aqui, é que a existência autônoma do valor depende de ele assumir a forma de um processo cíclico de valorização do dinheiro, o qual não tem como ser explicado mediante o aparato categorial que se encontra disponível na esfera da circulação simples. No entanto, ainda não são conhecidas as condições responsáveis por tornar possível a transformação do valor no que Marx (2013, p.230) caracteriza, em *O Capital*, como o “sujeito automático do processo”. Resta aclarar, portanto, como a negação da imediatidade da circulação simples dá lugar a uma reconfiguração do quadro teórico mobilizado pela investigação marxiana, que permite conceituar o movimento do valor como capital.

Se a derivação do conceito de capital a partir das limitações da circulação simples ostenta uma estrutura lógica que, a despeito de sua complexidade e da natureza algo experimental do texto dos *Grundrisse*, pode ser discernida com relativa clareza, os passos seguintes dados pelo autor oferecem maior resistência à interpretação. À primeira vista, a transição do conceito abstrato de capital à troca entre capital e trabalho assalariado e, conseqüentemente, ao processo de produção do capital, aparenta ser empreendida sem que Marx a faça acompanhar de maiores justificativas. Isso suscitou objeções como aquela de Jacquet Bidet (2007), segundo a qual a passagem ao capital deve ser compreendida como um “segundo começo” da exposição marxiana, em que Marx recorre à experiência ordinária para obter a categoria de força de trabalho, que “faz naufragar o esquema anterior” da circulação simples.¹⁶⁰ Ao nosso ver, tais objeções baseiam-se em uma leitura apressada do argumento do pensador alemão. Nessa medida, defendemos, em contrapartida a Bidet e a leituras congêneres, que a passagem do conceito abstrato de capital à análise do processo de produção não acontece de maneira arbitrária, por meio de uma inclusão *ad hoc* da força de trabalho no quadro categorial marxiano, mas antes consiste no desenvolvimento de elementos que se encontram implicitamente presentes na própria concepção do dinheiro que se conserva e se reproduz através do processo de circulação. Para compreender com clareza como Marx passa

¹⁶⁰ A interpretação de Bidet, que concebe a passagem da circulação simples ao capital *per se* como uma ruptura *necessária* no desenvolvimento dialético da crítica da economia política, retira inspiração de uma crítica clássica dirigida ao método especulativo hegeliano. Como observa o filósofo francês ao se referir à solução dada por Marx ao problema da possibilidade de conservação do valor através do consumo produtivo da força de trabalho: “Colletti, exumando a crítica publicada por Trendelenburg em 1840, sustenta que o segredo do movimento da dialética hegeliana repousa sobre a interpolação [*Einschiebung*] de um terceiro termo retirado de fora, da experiência. É claro, em qualquer caso, que isso é de fato o que ocorre quando a exposição de Marx introduz repentinamente aqui o trabalhador assalariado.” (Bidet, 2007, p.159) Contudo, vale pontuar que nem todos aqueles que identificam uma semelhante quebra na ordem da exposição marxiana baseiam os seus diagnósticos numa tal oposição contundente ao pensamento hegeliano e à sua incorporação por Marx na crítica da economia política.

da simples ideia da autovalorização do dinheiro ao processo de produção em sua forma especificamente capitalista, convém efetuar uma análise comparativa entre a circulação simples e a circulação do dinheiro como capital, atentando, sobretudo, ao destino que é dado em cada um desses casos ao valor como forma social.

A circulação simples tem seu ponto de partida na mercadoria, compreendida como a objetivação de uma certa quantidade de tempo de trabalho social. Para poder participar da circulação, a mercadoria precisa resolver a sua oposição interna entre valor e valor de uso por meio da duplicação de sua forma, que acontece à medida que ela entra em relação com o dinheiro na condição de existência objetiva da sua forma de valor. No entanto, como estabelecemos no capítulo anterior, a mercadoria confere uma manifestação independente à substância do seu valor no dinheiro de maneira apenas temporária. Tão logo a sua metamorfose esteja finalizada e a mercadoria adentre em definitivo a esfera do consumo, o dinheiro perde a sua forma social específica, que ele adquirira unicamente como *reflexo* do movimento formal de auto-realização da mercadoria como valor de uso. Assim: “Ao examinarmos a forma M-D-M, o valor de troca, seja em sua forma de preço, ou na sua forma de moeda, ou na forma do movimento igualador, na forma do próprio movimento de troca, existe apenas como mediação evanescente.” (Marx, 2010a, p.484) Com o fim da metamorfose da mercadoria, “nada permanece além do meio de circulação como um mero resíduo. Mas como tal resíduo, ele perde a sua determinação formal. Ele desaba nessa matéria, que permanece na forma de cinza inorgânica do processo.” (ibid)

Encarada dessa perspectiva, a circulação consiste, pois, num processo *singular* e *puramente formal* de alienação recíproca dos produtos do trabalho com vistas à satisfação das carências particulares dos seus possuidores, no qual a mercadoria assume temporariamente uma forma de valor, que desaparece com a consumação do metabolismo social. O resultado da circulação simples é, assim, a retirada da mercadoria da esfera da circulação e a desaparecimento de sua forma de valor. Esse resultado não estabelece as bases para o recomeço de tal processo, de sorte que, na circulação simples, não é o *mesmo* valor que percorre diferentes ciclos, mas antes cada ato de circulação M-D-M consiste na metamorfose de uma mercadoria *distinta*, que encerra-se permanentemente com o retorno da mercadoria à forma do valor de uso.

Essa constatação de que o ponto de partida da circulação simples não pode ser caracterizado com base nas condições presentes em tal processo leva Marx a concluir que o mesmo se funda em um *pressuposto externo*: a saber, a circulação, concebida como um movimento puramente formal de mediação entre possuidores de mercadorias reciprocamente

indiferentes, pressupõe a forma-mercadoria como o produto acabado de um processo de produção sobre o qual nada se conhece. Em outros termos, as mercadorias compõem a circulação simples já estando constituídas como valores, apresentando-se como os resultados de processos pregressos de objetivação do trabalho social. Portanto, como sintetiza Marx (2011, p.196): “a circulação não traz consigo mesmo o princípio da autorrenovação. Os seus próprios momentos lhe são pressupostos, não são postos por ela mesma. As mercadorias têm de ser lançadas continuamente na circulação desde o exterior, como combustível no fogo. Do contrário, a circulação se extingue na indiferença.” Transparece, assim, que o motivo pelo qual Marx caracteriza a circulação simples como a aparência imediata (*Schein*) do modo de produção capitalista consiste no fato de o processo de produção das mercadorias como valores estar excluído do seu escopo – o que oculta a determinação dos processos e das relações sociais mantidas entre os sujeitos na esfera *prima facie* formal da circulação (as categorias abstratas da circulação simples) pelo processo de produção do capital.¹⁶¹

A negação determinada da circulação simples deve, portanto, suprimir a imediatidade dessa última através do redirecionamento do quadro teórico da exposição marxiana ao processo de produção das mercadorias em sua determinação formal como processo de produção capitalista. E isso é justamente o que a concepção do dinheiro como capital, derivada por Marx a partir da contradição do dinheiro como dinheiro, possibilita realizar. Essa concepção remete a um valor que (1) conserva-se como forma social autônoma através de sua participação num processo de circulação em que ele aparece como ponto de partida e resultado, e (2) retorna às mãos do seu possuidor como uma soma expandida de dinheiro. Estamos diante de um processo que, em contraste com a circulação simples, estabelece, no seu próprio resultado, as condições necessárias para o seu reinício em escala ampliada. Nele, o dinheiro é lançado na circulação e retorna ao seu final acrescido de um mais-valor, num movimento que pode se repetir indefinidamente, posto visar à finalidade inatingível do acúmulo da totalidade da riqueza universal. Desta maneira, o capital, enquanto uma forma socioeconômica de valor tornada autônoma em relação à circulação, não desaparece ao final do seu ciclo, mas passa a existir como um processo sem fim ou sem medida (*maßlos*) de

¹⁶¹ Como está brilhantemente colocado por Marx numa passagem que citamos em nossos esclarecimentos preliminares sobre o conceito de circulação simples: “A circulação, que aparece, portanto, na superfície da sociedade civil-burguesa (*bürgerlichen Gesellschaft*) como o imediatamente dado, existe somente à medida que é incessantemente mediada. Considerada em si mesma, a circulação é a mediação de extremos pressupostos. Mas não põe esses extremos. Por conseguinte, ela própria tem de ser mediada não só em cada um de seus momentos, mas como totalidade da mediação, como processo total. É por isso que seu ser imediato é pura aparência (*Schein*). A circulação é o fenômeno (*Phänomenon*) de um processo transcorrendo por trás dela.” (Marx, 2011, p.196)

auto-valorização que institui os seus próprios pressupostos. Ora, nesse caso, em que o movimento do valor como capital abarca a totalidade do processo de circulação e estabelece as bases para a sua repetição em escala expandida, a constituição das mercadorias enquanto objetivação do tempo de trabalho social não pode ser mais pressuposta como um acontecimento externo ao ciclo do capital, mas deve antes se apresentar como parte constitutiva do mesmo. Pode ser verificada, portanto, uma diferença decisiva entre a circulação de mercadorias tomada como circulação simples, e a mesma compreendida na forma de um processo autossubsistente de circulação do capital: “Na circulação, o preço *determinado* (*der bestimmte Preis*) está pressuposto, e ela o põe como dinheiro apenas formalmente. A própria *determinidade* (*Bestimmtheit*) do valor de troca, ou a medida dos preços, deve agora [na circulação do dinheiro como capital - acréscimo nosso] ela mesma manifestar-se como ato de circulação. Posto desse modo, o valor de troca é *capital*, e a circulação simultaneamente é posta como ato de produção.” (Marx, 2011, p.178)

A concepção de capital derivada por Marx da terceira determinação do dinheiro permite, assim, que a exposição marxiana suprima a imediatidade da circulação simples de mercadorias, ao revelar que, no modo de produção capitalista, a esfera da circulação se encontra mediada pelo processo de produção das mercadorias.¹⁶² Desta maneira, a exposição marxiana se vê levada, por força de sua lógica interna, a examinar o processo de produção na condição de um momento necessariamente atravessado pelo capital em seu percurso cíclico. Como, no entanto, Marx passa do reconhecimento da necessidade de se analisar a esfera da circulação à luz dos seus vínculos com o processo de produção das mercadorias à afirmação categórica de que a conservação e multiplicação do capital se dá, fundamentalmente, através do consumo produtivo da força de trabalho? O conceito de força de trabalho ou de trabalho assalariado provém mesmo, como insinua Bidet, do exterior do quadro teórico?

Ao nosso ver, ambos os questionamentos podem ser esclarecidos se dirigirmos um olhar mais detido à *especificidade formal do processo de produção enquanto momento subsumido ao ciclo do capital*. Esse ciclo, expresso pela fórmula D-M-D', compõe-se de duas fases: o adiantamento do dinheiro na circulação com vistas à sua conversão em mercadorias (D-M), e a reconversão das mercadorias em dinheiro (M-D'), através da qual concretiza-se a

¹⁶² A circulação simples, enquanto aparência imediata (*Schein*) do capitalismo, regressa ao capital industrial como seu fundamento (*Grund*), numa operação expositiva que é desencadeada pelo desenvolvimento da contradição (*Widerspruch*) do dinheiro. A inspiração hegeliana do argumento de Marx é manifesta. Isso é corroborado pela leitura de Ruy Fausto (2002, p.287), que entende a negação da circulação simples com base no modelo da lógica da essência de Hegel: “A circulação simples cai no seu fundamento (*Grund*, fundamento e abismo), mas a produção se torna um momento do movimento do capital (chamado às vezes de ‘processo de produção do capital’ — produção e circulação — em oposição ao ‘processo imediato de produção’).”

auto-valorização do capital. É evidente que, nesse caso, o processo de produção das mercadorias somente pode transcorrer no intervalo entre as duas fases contrapostas da circulação, apresentando-se, pois, como o *consumo produtivo* das mercadorias M. Agora, quais são as consequências teóricas que se seguem da incorporação do processo produtivo ao ciclo do capital? Como isso afeta a forma assumida pelo processo de produção? Assim como toda e qualquer outra modalidade histórica da produção social, a produção capitalista caracteriza-se, do ponto de vista *técnico-material*, como um processo em que a força de trabalho humana confere, através da atualização de suas potencialidades imanentes, uma nova forma útil à objetividade com a qual ela se confronta. Ele envolve, pois, o trabalho e os meios de produção, tendo como resultado um produto que consiste num valor de uso. Por outro lado, o processo de produção capitalista de mercadorias apresenta particularidades formais que o singularizam em relação às demais configurações historicamente existentes da produção. Sua ocorrência no interior do circuito do capital implica que as condições subjetiva (a força de trabalho) e objetiva (os meios de produção e a matéria-prima) do processo produtivo devem ser adquiridas pelo capital na medida em que ele ingressa inicialmente na circulação como dinheiro. Logo, tanto os instrumentos mobilizados na produção quanto a própria força de trabalho devem ser incorporados ao capital através do processo de troca, assumindo, por conseguinte, a forma social específica de *mercadoria*.¹⁶³ Nesta medida, podemos compreender que o processo de produção das mercadorias como valores, o fundamento da circulação simples, não pressupõe o trabalho em sua mera condição genérica de atividade orientada a um fim responsável por intermediar o metabolismo social, mas antes *a força de trabalho humana transformada em mercadoria*, passível de ser livremente alienada na esfera da circulação. Trata-se, pois, da capacidade de trabalho na forma historicamente determinada do *trabalho assalariado*. É com a força de trabalho colocada à venda pelos trabalhadores assalariados no mercado que o capital necessita se confrontar para ser capaz de

¹⁶³ No sexto e último capítulo da primeira redação do volume inicial do *Capital* de 1863-4, o qual tornou-se conhecido sob o nome de *Resultados Imediatos do Processo de Produção*, Marx lança um olhar retrospectivo sobre o sentido de sua exposição categorial do processo de produção capitalista. Ao destacar a associação entre a universalidade da forma-mercadoria e a disseminação do trabalho assalariado, Marx observa que um dos aspectos mais distintivos da sociabilidade capitalista é a circunstância de não apenas os produtos, como também as condições da produção, apresentarem-se sob a forma de mercadorias. Escreve o autor: “Assim como os *produtos*, e como os *ingredientes* destes, as *condições de produção* são elas próprias produtos, sendo também reduzidas a mercadorias. E, como consequência do processo de valorização, elas são incluídas nos cálculos como *somas de dinheiro*, i.e, na forma autônoma de valor de troca. Aqui, portanto, o processo de trabalho consiste sempre numa união indissolúvel entre *processo de trabalho* e *processo de valorização*, assim como o produto apresenta-se como um todo composto de *valor de uso* e *valor de troca*, i.e, a *mercadoria*.” (Marx, 1976, p. 952)

colocar em prática o processo produtivo mercantil que viabiliza o seu movimento de auto-valorização.

Podemos identificar, assim, a existência de uma linha de continuidade direta na exposição marxiana entre, por um lado, a derivação do conceito abstrato de capital, cuja única determinação consiste, à primeira vista, na valorização do dinheiro mediante a circulação, e, pelo outro, a descoberta de que o ciclo do capital envolve, necessariamente, a troca entre o trabalho assalariado e o capital como um dos seus momentos constitutivos. Esse desenvolvimento se dá através de dois passos: em primeiro lugar, Marx analisa o ciclo do capital do ponto de vista das suas particularidades formais e constata que, ao contrário da circulação simples, o ciclo do capital abarca também o processo de produção das mercadorias como valores, o qual é concebido sob a forma específica de processo de produção capitalista; em segundo lugar, o pensador alemão argumenta que a subsunção do processo produtivo ao ciclo do capital implica que as condições necessárias para a sua realização, a força de trabalho e os meios de produção, devem se apresentar sob a forma de mercadorias, na medida em que apenas podem ser incorporadas ao comando do capital através da troca mercantil. Em um certo sentido, esse resultado permite à exposição marxiana justificar retroativamente a decisão do pensador alemão de dar início ao seu estudo do modo de produção capitalista com a esfera da circulação simples. Marx elege a forma-mercadoria como seu ponto de partida porquanto, no capitalismo, a força de trabalho e os meios de produção são adquiridos pelo capital na forma socialmente determinada de mercadorias. Por conseguinte, se, por um lado, a esfera da circulação regressa ao processo de produção capitalista como seu fundamento (*Grund*), pelo outro, tal processo de produção existe somente enquanto mediado pela circulação no contexto do circuito do capital industrial. Desta maneira, para dar conta do processo de produção capitalista em sua especificidade formal enquanto processo de valorização do capital, é imperativo investigar, primeiramente, as relações mantidas entre os sujeitos como possuidores de mercadorias na esfera de mediação social da circulação. Logo: “Para desenvolver o conceito de capital, é necessário partir não do trabalho, mas do valor e, de fato, do valor de troca já desenvolvido no movimento da circulação. É tão impossível passar diretamente do trabalho ao capital quanto passar diretamente das diversas raças humanas ao banqueiro, ou da natureza à máquina de vapor.” (Marx, 2011, p. 200) É o condicionamento da produção pela troca e a sua subordinação aos propósitos do valor autonomizado como capital que confere à produção capitalista seu caráter *sui generis*.

Fica demonstrado, pois, que a leitura de Bidet, segundo a qual Marx não estabeleceria quaisquer mediações entre o conceito de trabalho assalariado e o quadro teórico anterior da

circulação simples, mostra-se equivocada se nos ativermos ao desenvolvimento dos *Grundrisse* e do *Urtext*. Em *O Capital*, Marx, de fato, examina a transição da circulação simples ao capitalismo sem fundamentar explicitamente a necessidade do conceito de capital mediante referência às indeterminidades da circulação simples; a fórmula D-M-D', tratada pela alcunha de "fórmula geral do capital", e que corresponde, como Reichelt bem o nota, ao que Marx antes abordara sob a rúbrica do "conceito abstrato de capital", acaba aparecendo na exposição de maneira algo súbita, como uma modalidade de circulação distinta da circulação simples, cuja origem permanece, no entanto, envolta em sombras. Como explicamos, verifica-se o caso inverso nas formulações anteriores àquela do *Capital*. Em nossa opinião, isso confere maior plausibilidade à interpretação de Rosdolsky (2001, p.169), que compreende a passagem do dinheiro ao capital em *O Capital* como uma versão abreviada do desenvolvimento dialético mais pormenorizado dos *Grundrisse*. Referindo-se a essa última obra, o estudioso ucraniano do pensamento de Marx afirma que: "A solução do problema é a mesma que conhecemos do primeiro tomo de *O Capital*. A diferença é que ali a solução aparece em forma acabada, omitindo-se os passos intermediários que conduzem a ela, enquanto aqui podemos observá-la, por assim dizer, *in statu nascendi*."

Posto isso, Marx não se contenta em apresentar o processo de produção como uma etapa constitutiva do circuito do capital; ele assevera, ademais, que o processo produtivo condicionado pela troca entre capital e trabalho assalariado consiste no momento decisivo para a constituição do capital como uma forma socioeconômica autônoma. A capacidade do capital de se conservar e se multiplicar no desenrolar da circulação D-M-D precisa, portanto, ser explicada com base no que ocorre no processo de produção das mercadorias como valores. Como Marx chega a essa conclusão, que determina praticamente todo o curso subsequente de sua exposição, e qual a estratégia de que ele lança mão para a fundamentar?

Em nossa perspectiva, este é o ponto da exposição da crítica da economia política em que as suas diferentes formulações voltam a coincidir, muito embora Marx faça uso de um léxico teórico de densidade mais elevada nos *Grundrisse* e no *Urtext* do que em *O Capital*.¹⁶⁴ Observemos, primeiramente, o tratamento conferido por Marx ao problema nas formulações do final da década de 1850. Nelas, o pensador alemão volta os seus olhos à questão de como

¹⁶⁴ Nessa medida, concordamos com Helmut Reichelt (2013, p.255) quando ele afirma que a solução dada por Marx ao problema das condições de possibilidade da valorização do capital é concebida nos mesmos termos nas diferentes formulações da passagem do dinheiro ao capital: "Mas como essa fórmula geral é possível sob as condições da circulação simples? Esse é o teor da pergunta decisiva que se coloca agora e que é apenas outra formulação para a pergunta levantada nesse mesmo ponto nos *Grundrisse*: qual é o valor de uso perante o qual se autonomiza o valor de troca existente como unidade processual de mercadoria e dinheiro? Ou são trocados equivalentes e, nesse caso, não pode haver mais-valor ou então há o capitalismo e não existe troca de equivalentes."

o valor transformado em capital pode assegurar sua própria autoconservação enquanto forma social autônoma no decorrer do seu ciclo. Essa consolidação do valor como forma social deve necessariamente vir acompanhada por sua multiplicação, uma vez que, “para o valor que se mantém em si como valor, o aumentar coincide com o autoconservar, e ele só se conserva precisamente pelo fato de que tende continuamente para além de seu limite quantitativo (*quantitativ Schranke*), limite que contradiz sua determinação formal (*Formbestimmung*), sua universalidade intrínseca.” (Marx, 2011, p.210)

É de saída evidente que a fonte da valorização do capital não pode ser remetida aos fenômenos que têm lugar na esfera propriamente dita da circulação, posto que, como viemos discutindo ao longo das últimas páginas, o processo de troca das mercadorias viabiliza a mudança de forma das mesmas, mas não altera de qualquer maneira a magnitude do seu valor. As mercadorias são pressupostas como valores de grandeza determinada – como produtos de certo tempo de trabalho social de produtores privados – antes de ingressarem na circulação, no interior da qual apenas logram conferir expressão ideal ou efetiva a tal valor pré-existente. Sendo esse o caso, cabe inferir que a constituição do capital como forma socioeconômica autônoma deve ocorrer fora dos limites da esfera da circulação, precisamente no momento em que são produzidos os seus pressupostos – as mercadorias. Deste modo, a conservação e a multiplicação do valor que o capital depende do *consumo* das mercadorias que foram adquiridas com o dinheiro devolvido à circulação na forma de capital, as quais, como estabelecemos no passo anterior de nossa reconstrução, consistem nas condições subjetiva e objetiva para o processo produtivo.

Como, todavia, o consumo das mercadorias, a efetivação do seu valor de uso, pode assegurar a transformação do valor em um processo autossuficiente de valorização? Na circulação simples, a passagem das mercadorias particulares à esfera do consumo marcava a desaparecimento de sua forma social. O consumo aparecia, então, como um processo inteiramente desprovido de relevância econômica ou social, que concernia apenas à relação mantida pelo sujeito carente com um bem útil. Tudo isso muda quando o consumo passa a ser encarado como *consumo produtivo*, subordinado ao ciclo do capital. A partir de então, não se tem mais uma relação externa entre valor e valor de uso, na qual a mercadoria assume temporariamente a forma monetária a fim de poder realizar o seu próprio valor de uso. Pelo contrário, no processo capitalista de produção,

“ (...) a mercadoria deve ser consumida como valor de uso, mas nesse consumo deve ser retida como valor de troca, em outras palavras, a sua desaparecimento deve desaparecer, e deve ser ela própria apenas um meio para a emergência de um valor

de troca maior, para a produção e a reprodução do valor de troca – *consumo produtivo*, i.e, consumo através do trabalho, para objetivar trabalho (*um die Arbeit zu vergegenständlichen*), para criar valor de troca.” (Marx, 2010a, p.492)

Aqui, é a realização do *valor de uso* que possibilita a reprodução do *valor* enquanto capital. Mas isso somente se mostra possível pois a força de trabalho consiste numa mercadoria *sui generis*, cujo consumo enseja a criação de novos valores.¹⁶⁵ Com efeito:

“É apenas a natureza específica do valor de uso comprado com o dinheiro – a saber, que o seu consumo, o consumo da capacidade de trabalho (*Arbeitsvermögen*), é produção, tempo de trabalho sendo objetivado, consumo que põe valor de troca; que o seu ser efetivo como valor de uso é a criação de valor de troca – que faz da troca entre dinheiro e trabalho a troca específica D-M-D, em que o próprio valor de troca é posto como objetivo da troca, e o *valor de uso comprado consiste em valor de uso imediato para o valor de troca*, i.e, é *valor de uso que põe valor* (*Wertsetzender Gebrauchswert*).” (Marx, 2010a, p.506)

Esse mesmo desenvolvimento tem os seus pontos centrais sintetizados da seguinte maneira na exposição do *Capital*:

“A mudança de valor do dinheiro destinado a se transformar em capital não pode ocorrer nesse mesmo dinheiro, pois em sua função como meio de compra e de pagamento ele realiza apenas o preço da mercadoria que ele compra ou pela qual ele paga, ao passo que, mantendo-se imóvel, em sua própria forma, ele se petrifica como um valor que permanece sempre o mesmo. Tampouco pode a mudança ter origem no segundo ato de circulação, a revenda da mercadoria, pois esse ato limita-se a transformar a mercadoria de sua forma natural em sua forma dinheiro. A mudança tem, portanto, de ocorrer na mercadoria que é comprada no primeiro ao D-M, porém não em seu valor, pois equivalentes são trocados e a mercadoria é paga pelo seu valor pleno. Desse modo, a mudança só pode provir de seu valor de uso como tal, isto é, de seu consumo. Para poder extrair valor do consumo de uma mercadoria, nosso possuidor de dinheiro teria de ter a sorte de descobrir no mercado, no interior da esfera da circulação, uma mercadoria cujo próprio valor de uso possuísse a característica peculiar de ser fonte de valor, cujo próprio consumo fosse, portanto, objetivação de trabalho, e, por conseguinte, criação de valor. E o possuidor de dinheiro encontra no mercado uma tal mercadoria específica: a capacidade de trabalho, ou força de trabalho.” (Marx, 2013, p.242)

Com isso, Marx logra finalmente definir o que possibilita à circulação do dinheiro como capital se apresentar como um processo cíclico de autovalorização. É a incorporação da

¹⁶⁵ Fica evidente, sobretudo nos *Grundrisse*, que Marx concebe a relação entre capital e trabalho assalariado nos termos da categoria hegeliana de oposição. Na *Lógica* de Hegel, a oposição (*Gegensatz*) expressa o processo reflexivo de determinação da identidade ou da diferença de uma coisa a partir das relações de oposição que ela mantém com um Outro. Para Marx, é apenas no contexto de sua relação com a força de trabalho como um oposto que o dinheiro adquire a forma específica de capital: “A troca através da qual o dinheiro torna-se capital não pode ser a troca com as mercadorias, mas apenas com o seu oposto conceitualmente determinado (*begrifflich bestimmten Gegensatz*), com a mercadoria que é ela própria um oposto conceitualmente determinado dele – o trabalho.” (Marx, 2010a, p.504)

força de trabalho humana ao circuito do capital através da troca, e a subsequente atualização do seu valor de uso num processo produtivo que visa à produção de mercadorias portadoras de um excedente de valor, que permite ao capital tanto se conservar ao longo da circulação, quanto retornar ao seu fim como uma soma expandida de valor, ou seja, de trabalho humano objetivado que encontra expressão socialmente reconhecida no dinheiro. Nesse sentido, Marx afirma que a troca entre capital e trabalho assalariado tem por efeito estabelecer uma relação parasitária em que o capital, enquanto trabalho passado objetivado alçado à condição de forma social, se apropria da força de trabalho humana como potência criadora de valores, aumentando sua própria magnitude por meio da absorção do trabalho alheio.¹⁶⁶ Donde as famosas passagens em que o autor apresenta uma analogia entre o capital e a figura do vampiro.¹⁶⁷ Assim:

“Por meio da troca com o trabalhador, o capital apropriou-se do próprio trabalho; o trabalho deveio um de seus momentos, que atua agora como vitalidade fecundante sobre sua objetividade meramente existente e, por isso, morta. (...) À medida que o capital, como dinheiro existente em todas as formas particulares do trabalho objetivado, entra agora em processo com o trabalho não objetivado, com o trabalho vivo, existente como processo e ato, ele é antes de tudo essa diferença qualitativa entre a substância, de que ele consiste, e a forma na qual existe agora também como *trabalho*. É no processo dessa diferenciação (*Unterscheidung*) e de sua supressão (*Aufhebung*) que o próprio capital devém processo. O trabalho é o fermento que é jogado no capital e produz sua fermentação.” (Marx, 2011, p.231-232 - trad. adaptada)

À luz de tais considerações, podemos concluir que a existência do valor como forma socioeconômica autônoma, embora estivesse pressuposta desde o princípio da crítica da economia política, em que Marx caracterizara a forma-mercadoria como uma unidade opositiva de valor e valor de uso, somente recebe demonstração teórica adequada conforme a exposição marxiana progride ao conceito geral de capital e determina que este tem como fundamento o consumo produtivo da força de trabalho no processo capitalista de produção. Assim, o movimento infindo de acumulação do dinheiro como capital (o valor como *processo*) é alimentado pela apropriação, por parte do capital, do *trabalho excedente*

¹⁶⁶ “O que o trabalhador troca com o capital é seu próprio trabalho (na troca, a disponibilidade sobre ele); ele o *aliena* (*entäussert*). O que ele recebe como preço é o valor dessa alienação (*Entäusserung*). O trabalhador troca a atividade ponente de valor (*wertsetzende Thätigkeit*) por um valor predeterminado, independentemente do resultado de sua atividade.” (Marx, 2011, p.253)

¹⁶⁷ “Mas o capital tem um único impulso vital, o impulso de se autovalorizar, de criar mais-valor, de absorver, com sua parte constante, que são os meios de produção, a maior quantidade possível de trabalho. O capital é trabalho morto que, como um vampiro, vive apenas da sucção de trabalho vivo, e vive tanto mais quanto mais trabalho vivo suga.” (Marx, 2013, p.307)

realizado pelos trabalhadores cujos serviços ele adquire na esfera da circulação, numa operação que se mostra perfeitamente compatível com o postulado da troca de equivalentes.

Agora, o fato de o capital constituir-se a partir da extração de trabalho não-pago dos assalariados não implica em uma inevitável transgressão às leis da circulação de mercadorias, as quais preconizam a equivalência entre a magnitude de valor das mercadorias trocadas? Como pode a troca entre capital e trabalho ser conciliada à teoria do valor marxiana? Essa é, com efeito, uma dificuldade que os economistas clássicos não puderam transpor em suas tentativas de formular uma teoria do valor-trabalho sensível às particularidades estruturais do sistema econômico capitalista. Assim, se, por um lado, o diferencial entre o valor desembolsado pelo capital em meios de trabalho e salário e o retorno obtido com a venda das mercadorias levou Adam Smith a abdicar da concepção de trabalho *necessário* como medida do valor em favor de uma teoria dos custos de produção, a qual explica o valor com base no trabalho *comandado*, pelo outro lado, David Ricardo, apesar de ter corrigido inconsistências e circularidades da doutrina econômica de Smith, sequer tomou nota dos graves impasses que a troca entre capital e trabalho traz para a sua teoria do valor.¹⁶⁸ A solução conferida por Marx ao problema em sua *teoria do mais-valor* consiste menos numa nova resposta do que em uma reformulação dos termos segundo os quais o mesmo é compreendido.¹⁶⁹ O pensador alemão afirma que, da maneira em que está colocada na obra dos clássicos, “a questão é intrinsecamente insolúvel, pois o *trabalho* enquanto tal é contraposto à *mercadoria*, a uma quantidade definida de trabalho materializado.” (Marx, 1968, p.388) Portanto, para compreender como um mais-valor pode surgir da troca entre o capital e os trabalhadores assalariados, é preciso distinguir o *trabalho propriamente dito*, a atividade através da qual os sujeitos reelaboram a matéria segundo uma forma pré-concebida, da *força ou capacidade de trabalho*, “o complexo das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo.” (Marx, 2013, p.242) O que o trabalhador aliena em sua troca com o

¹⁶⁸ Não há aqui espaço para reconstituir com profundidade a relação entre o tratamento concedido à questão do excedente ou mais-valor pela teoria do valor de Marx e as perspectivas distintas assumidas por seus antecessores. Além da discussão extensa do problema realizada pelo próprio pensador alemão ao longo de *Teorias do Mais-Valor*, outras interpretações elucidativas são realizadas por Napoleoni (1980), Belluzzo (1998) e Heinrich (1999, cap.1).

¹⁶⁹ Segundo Enrique Dussel (1996, p.162), o conceito de mais-valor (*Mehrwert*) é cunhado por Marx apenas nos *Grundrisse*, na sequência do seu exame das especificidades formal-econômicas da troca entre capital e trabalho assalariado: “O problema do mais-valor é intuído por Marx já desde os *Cadernos de Paris* de 1844, mas apenas muito depois ele começa a construir as categorias para formulá-lo explicitamente. (...) É preciso aguardar até os *Grundrisse*, nos textos que agora comentamos, para se encontrar a *primeira* elaboração da *categoria de ‘mais-valor’* em forma definitiva – embora muitos progressos ainda serão realizados nas décadas seguintes.”

capital é o direito ao emprego temporário de sua força de trabalho.¹⁷⁰ Apesar do salário que ele recebe consistir num equivalente do valor da sua força de trabalho, o exercício desta última no processo de produção – a atualização de sua capacidade criadora de valores – permite gerar valores superiores àqueles que foram adiantados pelo capital na sua aquisição.

Logo:

“O valor da força de trabalho e a sua valorização no processo de trabalho são grandezas distintas. É essa diferença de valor que o capitalista tem em vista quando compra a força de trabalho. Sua qualidade útil, sua capacidade de produzir fios ou botas, é apenas uma *conditio sine qua non*, já que o trabalho, para criar valor, tem necessariamente de ser despendido de modo útil. Mas o que é decisivo é o valor de uso específico dessa mercadoria, o fato de ela ser fonte de valor, e de mais valor do que aquele que ela mesma possui.” (Marx, 2013, p.270)

É, portanto, por meio da prolongamento da jornada de trabalho dos trabalhadores assalariados para além do período exigido para a reposição do valor da força de trabalho que o capital obtém um mais-valor. A troca de equivalentes entre capital e trabalho tem por efeito induzir os últimos à realização de trabalho excedente, trabalho além do necessário para a satisfação de suas carências, que visa unicamente a valorização do capital. Trata-se, pois, de uma relação de exploração historicamente singular, em que a extração do excedente não se dá por meio da coerção direta, amparada em prerrogativas políticas ou jurídicas, mas se apresenta como o resultado uma troca *prima facie* voluntária entre possuidores formalmente livres de mercadorias. Isso faz do capitalismo, como observa com perspicácia Moishe Postone (1996), um “sistema de dominação abstrata, impessoal”, em que a subjugação é menos exercida intencionalmente por grupos privilegiados do que por obra do sistema de formas sociais objetivas, ou estruturas de mercado, que mediatizam as relações entre os sujeitos.¹⁷¹

¹⁷⁰ É interessante notar que a ideia de que a troca do dinheiro pelo trabalho assalariado envolveria a alienação não do trabalho em-si, mas do direito temporário ao usufruto da capacidade de trabalho dos indivíduos, encontra-se já claramente delineada no Direito Abstrato hegeliano. Ao propor uma tipologia dos contratos no §80 da *Filosofia do Direito*, Hegel (2022, p.297) descreve o contrato de salário como a “alienação do meu *poder de produzir* ou de *prestar serviços*, na medida em que são alienáveis, por um tempo restrito ou segundo uma outra restrição qualquer.”

¹⁷¹ Apesar de Postone oferecer uma leitura muito compreensiva da teoria da sociabilidade presente na crítica da economia política de Marx, pensamos que o autor, em sua tentativa de distanciar-se radicalmente do marxismo tradicional, acaba defendendo uma separação entre a problemática das formas sociais e a da dominação de classes que mostra-se insustentável. Em particular, Postone não leva em conta o fato de que a transformação do valor em uma forma socioeconômica autônoma, quando de sua conversão em capital, implica no estabelecimento de uma dinâmica de exploração de classes na produção, a qual, inclusive, aprofunda a separação originária entre os trabalhadores e os meios de produção à medida que a acumulação de capital progride.

Esperamos ter reconstruído, ao longo desta seção, o desenvolvimento hermético, mas sem dúvidas muito profícuo, através do qual Marx efetua a derivação do conceito de capital nos *Grundrisse* e no *Urtext*. Procuramos demonstrar como a passagem do dinheiro ao capital obedece aos princípios metodológicos que orientam a exposição marxiana, sendo colocada em prática por meio da negação determinada da esfera da circulação simples, a qual conduz, por sua própria necessidade interna, ao conceito de capital enquanto forma superior que se mostra capaz de suspender a imediatidade do dinheiro como dinheiro. Desta maneira, o conceito de capital cumpre, em essência, a função expositiva de aclarar como o valor, o trabalho humano abstrato, pode se apresentar como uma forma socioeconômica autônoma em relação às mercadorias e aos seus possuidores, transformando-se em “sujeito automático” do processo de reprodução social.

À guisa de fechamento, e a fim de não deixar nós desatados, gostaríamos agora de debater brevemente alguns desdobramentos teóricos importantes da redefinição do valor como capital. Queremos abordar, em especial, as implicações da derivação do conceito geral de capital para a posição assumida pelo método de Marx a respeito do nexos entre exposição e história, e os efeitos provocados no quadro teórico marxiano pela explicitação de que as relações entre os possuidores de mercadorias consistem, na verdade, em relações condicionadas pela divisão da sociedade em classes.

Em nossa reconstrução da concepção metodológica empregada por Marx na elaboração da crítica da economia política, explicamos que o propósito que guia a exposição marxiana consiste na reprodução teórica da estrutura interna do modo de produção capitalista, sendo colocado em prática mediante o conhecido princípio da ascensão do abstrato ao concreto. Com esse movimento progressivo das categorias e relações simples em direção às formas mais complexas, Marx pretende determinar o conteúdo conceitual de cada categoria através do desvelo das relações de pressuposição e de consequência que as categorias mantêm entre si no interior da totalidade multifacetada. Desta maneira, a ordem em que procede o desenvolvimento das categorias na crítica da economia política obedece, como declara Marx (2011, p.60) na *Introdução* de 1857, à “relação que têm entre si na moderna sociedade civil-burguesa, e que é exatamente o inverso do que aparece como sua ordem natural ou da ordem que corresponde ao desenvolvimento histórico.”

No entanto, se não existe homologia possível a ser estabelecida entre a ordem da exposição marxiana e o curso efetivo da história, isso não significa que a primeira seja

desprovida de relevância para a compreensão do processo histórico de formação do modo de produção capitalista. Pelo contrário, para Marx, é a reconstrução expositiva da organização estrutural do capitalismo que, ao especificar quais são os pressupostos fundamentais para a constituição do capital enquanto forma social dominante, deve lançar luz sobre os caminhos a serem percorridos no estudo de sua gênese histórica. Conforme o autor escreve nos *Grundrisse*: “o nosso método indica os pontos em que a análise histórica tem de ser introduzida, ou onde a economia burguesa, como simples figura histórica do processo de produção, aponta para além de si mesma, para modos de produção anteriores.” (Marx, 2011, p.378)

Essa subordinação metodológica da gênese histórica ao desenvolvimento categorial encontra sua instanciação paradigmática justamente no momento em que Marx determina que a transformação do dinheiro em capital – a autonomização efetiva da forma social de valor – tem como seu pressuposto elementar a troca do capital pela força de trabalho. Ora, a força de trabalho assume a forma de uma mercadoria livremente alienável apenas sob condições históricas singulares, que se verificam, de maneira exclusiva, no modo de produção capitalista. Para que isso aconteça, é preciso que, por um lado, os trabalhadores não estejam mais submetidos a relações de dependência, podendo dispor livremente de sua própria capacidade de trabalho, e que, pelo outro, tenha havido um processo radical de separação entre os trabalhadores e as condições materiais da produção, de sorte a não lhes restar outra alternativa senão a venda da sua capacidade de trabalho aos detentores dos meios de produção. Logo, o surgimento histórico do modo de produção capitalista deve ser remetido a um tal processo de separação entre trabalhadores e meios de produção:

“A relação-capital (*Kapitalverhältnis*) pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização do seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção, e por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação originária (*ursprüngliche Akkumulation*) não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como ‘originária’ pois constitui a pré-história (*Vorgeschichte*) do capital e do modo de produção que lhe corresponde.” (Marx, 2013, p.786 - trad. adaptada)

Agora, a constatação de que o modo de produção capitalista encontra-se fundado, no que diz respeito tanto à “história do seu devir” quanto à sua “história contemporânea”, na “separação do trabalho livre das condições objetivas de sua realização” (Marx, 2011, p.388) e

na conseqüente conversão dessas últimas em propriedade privada, traz consigo implicações de longo alcance para a compreensão das relações sociais capitalistas que fora desenvolvida pelo autor no nível da circulação simples.

Se, no âmbito da circulação simples como aparência imediata (*Schein*) do capitalismo, os sujeitos aparentavam se relacionar uns com os outros exclusivamente na condição de possuidores formalmente livres de mercadorias, entre os quais não se podia apontar quaisquer diferenças de ordem econômica ou sociológica,¹⁷² a derivação do conceito de capital e a descoberta das condições responsáveis por fazer o dinheiro assumir essa nova forma introduzem, no universo social antes homogêneo dos trocadores de mercadorias, a *divisão entre classes sociais*. A negação da circulação simples pela transformação do dinheiro em capital explícita, portanto, a circunstância de que a sociedade civil-burguesa consiste tanto, quando vista a partir de uma perspectiva estritamente formal, numa sociedade composta de indivíduos livre que entram apenas em relações voluntárias e recíprocas, quanto, se considerada à luz da unidade da circulação e da produção sob o comando do circuito do capital, em uma formação social assentada sobre uma divisão drástica entre os despossuídos, que têm de alienar a sua própria capacidade de trabalho a fim de poder assegurar os seus meios de subsistência, e aqueles que detêm controle monopólico sobre os meios de trabalho. Temos, agora, um universo de possuidores de mercadorias dividido entre trabalhadores assalariados e capitalistas.

Mas essa reviravolta não acaba por colocar a perder tudo aquilo que havia sido determinado acerca das relações sociais fundantes do modo de produção capitalista na circulação simples? A diferença de mediação social entre o capitalismo e as formações sociais progressas se revela, no final das contas, como mera ilusão a ocultar o fato concreto da dominação de classes? Tendo em vista o que sabemos sobre o método de Marx, podemos afirmar que não. Há, de fato, uma determinação retroativa do conteúdo das categorias simples da investigação marxiana quando do seu progresso ao conceito de capital. A mercadoria que se tomou como ponto de partida é revelada como o produto do processo de produção capitalista; os possuidores de mercadorias distinguem-se em trabalhadores assalariados e capitalistas. Mas as relações entre os indivíduos continuam consistindo, em sua dimensão formal mais básica, em relações de troca de mercadorias, mediadas pela forma de valor. Esse

¹⁷² “De fato, como a mercadoria ou o trabalho estão determinados somente como valor de troca e a relação pela qual as diferentes mercadorias relacionam-se entre si se apresenta como troca desses valores de troca, como sua equiparação, os indivíduos, os sujeitos, entre os quais esse processo transcorre, são determinados simplesmente como trocadores. Entre eles não existe absolutamente nenhuma diferença, considerada a determinação formal, e essa determinação é econômica, a determinação em que se encontram reciprocamente na relação de intercâmbio; o indicador de sua função social ou relação social mútua.” (Marx, 2011, p.184-185)

é o caso mesmo no que diz respeito à relação entre capital e trabalho assalariado; embora os princípios formais que a caracterizam sejam eventualmente impugnados pelo desdobramento da relação capitalista no processo de acumulação do capital, eles não deixam por isso de ser princípios formais que regulam o aparecimento e o transcurso da mesma na esfera da circulação.¹⁷³

Nessa medida, a concepção de sociabilidade capitalista proposta por Marx em sua análise da forma mercadoria continua a expressar, de maneira válida, a especificidade fundamental das relações sociais no modo de produção capitalista, a saber, a mediação da relações entre os sujeitos pelas formas socioeconômicas dos produtos do trabalho, que se tornam autônomas diante dos mesmos. No entanto, o que o desdobramento do conceito de capital faz é acrescentar uma camada adicional de complexidade a tal caracterização, uma vez que, no modo de produção capitalista, a atividade produtiva dos trabalhadores assalariados está determinada, já na fase da produção direta, pelas finalidades que lhes são impostas pelo capital. Nesse caso, a socialização *ex post* dos trabalhos privados dos produtores pela troca continua a vigorar; os seus produtos ainda têm de assumir uma forma de valor monetária para que eles sejam validados como parte constitutiva do trabalho social total. Mas esse procedimento não é mais levado a cabo pelos produtores diretos, mas antes pelos capitalistas, que exercem um controle autocrático sobre a produção, determinando os seus meios, métodos e fins. Desta maneira, a distribuição do trabalho social no modo de produção capitalista *per se* é também mediada pela forma de valor, mas não ocorre mais a partir das ações auto-interessadas de produtores autônomos de identidade indefinida, mas antes como resultado da disputa concorrencial entre capitais individuais visando a maximização do seu lucro.¹⁷⁴ Essa modificação do quadro teórico traz impactos muito expressivos para a dimensão quantitativa da teoria do valor marxiana. Estando presente a concorrência entre capitais, os *valores*, determinados pelo tempo de trabalho socialmente necessário, dão lugar aos *preços de produção* enquanto reguladores das flutuações dos preços de mercado.¹⁷⁵

¹⁷³ Como aponta com precisão Jorge Grespan (1994, p.101), para Marx, “a igualdade não é aparência ilusória da igualdade verdadeira; é sua *forma de aparecimento*. Os homens se defrontam na circulação já em situações sociais opostas, mas também ainda como possuidores de mercadorias equivalentes. A igualdade e a desigualdade deles se distinguem enquanto ‘*processo superficial*’ e ‘*processo subjacente*’, que não se anulam um ao outro, configurando uma dualidade que é o núcleo da apreensão marxiana da sociedade burguesa.”

¹⁷⁴ Uma análise cuidadosa de como o mecanismo de distribuição do trabalho social opera quando exercido através da concorrência intercapitalista é realizada por Rubin (1987, cap. 18).

¹⁷⁵ Há um debate muito extenso e inconclusivo na literatura a respeito do assim chamado *problema da transformação*, que, *grosso modo*, gira em torno da validade do procedimento quantitativo avançado por Marx para efetuar a transição dos valores aos preços de produção. Os seus detalhes fogem ao interesse deste trabalho. Uma visão geral das posições em jogo e uma proposta de solução condizente com a nossa interpretação da teoria do valor de Marx pode ser encontrada em Moseley (2016).

Contudo, não obstante a intuição central da exposição marxiana das categorias da circulação simples seja preservada, ainda que acompanhada de algumas transformações, ao longo do restante do estudo do autor, há algo que sem dúvidas acaba sendo resolutamente negado com a passagem da circulação simples ao capital. Esse algo é a possibilidade de se caracterizar o funcionamento do modo de produção capitalista em sua totalidade com base nas determinações referentes às relações entre os possuidores de mercadorias na circulação simples, e, conseqüentemente, de transpor as leis da circulação simples (a saber, da igualdade, liberdade e apropriação pelo trabalho próprio) ao processo de reprodução do capital. Para Marx, a demonstração de que as relações entre os sujeitos como possuidores de mercadorias têm como seu fundamento (*Grund*) o circuito do capital industrial acaba por fazer com que os princípios da circulação simples sejam transformados em seus opostos, num processo concebido por Marx como uma interversão (*Umschlag*)

Conforme a leitura acertada de Ruy Fausto (1987), esse processo de interversão dos princípios da circulação simples em seus opostos compreende duas etapas. Em primeiro lugar, a exposição transformação do dinheiro em capital traz a tona a circunstância de que o capital é constituído pela extração de mais-valor dos trabalhadores assalariados no processo produtivo. Todavia, a troca entre capital e trabalho ainda pode, no âmbito da análise do processo de produção singular ou isolado, ser harmonizada com os princípios formais da circulação simples. Isso se dá porque a desigualdade de condições entre os trabalhadores e os possuidores de dinheiro, que leva os primeiros a aceitarem realizar trabalho excedente em prol dos segundos, permanece uma *pressuposição externa*.¹⁷⁶ A primeira negação da circulação simples deve, portanto, ser complementada pela demonstração subsequente de que a separação entre os trabalhadores e os meios de produção é um pressuposto continuamente produzido como *resultado da ação do próprio capital*. Isso acontece quando Marx examina o processo de produção do capital como um processo de acumulação, no qual o mais-valor obtido ao fim de cada ciclo acaba reinvestido com vistas à sua reprodução em escala ampliada. Essa segunda etapa conclui a negação da circulação simples, na medida em que comprova que a relação assimétrica entre capital e trabalho, que envolve a contínua

¹⁷⁶ “Com efeito, para que essa troca seja possível, é preciso que haja uma espécie de dissimetria entre os dois agentes: um deles deve possuir meios de produção e dinheiro, e o outro não. Mas essa dissimetria não põe em cheque o caráter de troca de equivalentes da operação (considerada no nível em que se a considera). Com efeito, os meios de produção (ou a ausência deles) não entram na operação, ela mesma, que consiste em trocar força de trabalho contra dinheiro. Por outro lado, se se quiser introduzir a dissimetria, nada nos impede pensar que ela resulta da circunstância de que um dos agentes trabalhou mais do que o outro. Como não sabemos nada das origens da situação, é possível que um dos agentes disponha de meios de produção porque ele trabalhou um número maior de horas do que o outro.” (Fausto, 1983, p.190)

apropriação de trabalho não-pago por parte dos controladores dos meios de produção, consiste no resultado necessário do domínio do capital sobre a reprodução social. Desta maneira, os princípios da circulação simples acabam relegados à condições de princípios que concernem unicamente à *forma* da relação entre capital e trabalho, sendo contraditos por seu *conteúdo*. Assim, tendo em vista o desenlace da exposição do processo de acumulação do capital, Marx afirma ser

“(...) evidente que a lei da apropriação ou lei da propriedade privada, fundada na produção e circulação de mercadorias, transforma-se, obedecendo a sua dialética própria, interna e inevitável, em seu direto oposto (*direktes Gegenteil*). A troca de equivalentes, que aparecia como a operação original, torceu-se ao ponto de que a troca se efetiva agora apenas na aparência (*Schein*), pois, em primeiro lugar, a própria parte do capital trocada por força de trabalho não é mais do que uma parte do produto do trabalho alheio, apropriado sem equivalente; em segundo lugar, seu produtor, o trabalhador, não só tem de repô-la, como tem de fazê-lo com um novo excedente. A relação de troca entre o capitalista e o trabalhador se converte, assim, em mera aparência pertencente ao processo de circulação, numa mera forma (*Form*), estranha ao próprio conteúdo (*Inhalt*) e que apenas o mistifica. A contínua compra e venda da força de trabalho é a forma. O conteúdo está no fato de que o capitalista troca continuamente uma parte do trabalho alheio já objetivado, do qual ele não cessa de apropriar-se sem equivalente, por uma quantidade maior de trabalho vivo alheio (*lebendiger fremder Arbeit*). Originalmente, o direito de propriedade apareceu diante de nós como fundado no próprio trabalho. No mínimo esse suposto tinha de ser admitido, porquanto apenas possuidores de mercadorias com iguais direitos se confrontavam uns com os outros, mas o meio de apropriação da mercadoria alheia era a alienação (*Veräusserung*) de sua mercadoria própria, e essa só se podia produzir mediante o trabalho. Agora, ao contrário, a propriedade aparece do lado do capitalista, como o direito a apropriar-se de trabalho alheio não pago ou do seu produto; do lado do trabalhador, como impossibilidade de apropriar-se do seu próprio produto. A cisão entre propriedade e trabalho torna-se consequência necessária de uma lei que, aparentemente, tinha origem na identidade de ambos.”

Esse desenvolvimento consiste no ponto culminante da crítica de Marx à concepção clássica da sociedade civil-burguesa, a qual foi elaborada ao longo de todo o primeiro livro do *Capital*. Fica estabelecido, então, que “por mais que o modo capitalista de apropriação pareça violar as leis originais da produção de mercadorias, ele não se origina em absoluto da violação, mas, ao contrário, da observância dessas leis.” (Marx, 2013, p.659) Em outros termos, a constituição de um modo de produção fundado na *propriedade privada* leva, por seu próprio movimento, à emergência de uma dinâmica socioeconômica baseada na *expropriação* do trabalho alheio.¹⁷⁷

¹⁷⁷ “A produção baseada no valor de troca, sobre cuja superfície acontece aquela troca livre e igual de equivalentes, é no fundo troca de *trabalho objetivado* como valor de troca pelo trabalho vivo como valor de uso, ou, como também pode ser expresso, comportamento do trabalho em relação às suas condições objetivas – e, por essa razão, com a objetividade criada pelo próprio trabalho – como propriedade alheia: *alienação (Veräusserung) do trabalho*.” (Marx, 2011, p.424)

Conclusão

Este estudo teve como finalidade resgatar a compreensão avançada por Marx acerca do núcleo fundamental das relações sociais do capitalismo, sendo colocado em prática através de uma reconstrução da exposição (*Darstellung*) da crítica da economia política. Levando a sério a ideia de que o estudo marxiano do modo de produção capitalista é elaborado com base no método dialético de exposição, procuramos demonstrar como o desenvolvimento progressivo das categorias de valor, dinheiro e capital, empreendido por Marx nas seções iniciais da crítica da economia política, oferece uma reconstituição teórica do gradual processo de autonomização do valor enquanto forma socioeconômica.

Pudemos entrever como, no curso desse desenvolvimento categorial meticulosamente planejado, o pensador alemão (I) define o estatuto das categorias ou relações sociais especificamente capitalistas como o de formas objetivas assumidas pelo trabalho social, e (II) determina o conteúdo de tais formas sociais mediante a explicitação progressiva das relações de identidade e diferença, de pressuposição e implicação lógica, que entre elas subsistem. Alcançamos, assim, através do nosso esforço reconstrutivo direcionado aos momentos iniciais da *Darstellung* de Marx, um entendimento pormenorizado dos seus conceitos de valor, dinheiro e capital. Esses consistem nas formas socioeconômicas básicas do modo de produção capitalista, no núcleo fundamental desse sistema de relações sociais objetivamente mediadas. Trata-se de uma caracterização das estruturas básicas desse sistema socioeconômico que alicerça todas as investigações dos processos de produção e circulação do capital posteriormente levadas a cabo pelo autor. Logo, embora o escopo do nosso trabalho seja reduzido, acreditamos ter conseguido apreender, com sucesso, as contribuições de maior originalidade e relevância filosófica que Marx tem a oferecer para o entendimento das dinâmicas mercantis e capitalistas que governam a sociedade moderna.

Convém, por fim, efetuar um balanço do percurso travado até aqui e dos resultados obtidos em cada um dos capítulos deste estudo.

Após termos extraído, no *primeiro capítulo*, através da análise de cartas e de textos não-publicados, os princípios centrais da concepção metodológica empregada por Marx na crítica da economia política, mergulhamos diretamente na exposição da crítica da economia política. Em observância à ordem do desenvolvimento categorial realizado pelo autor, iniciamos o nosso esforço reconstrutivo com a exposição das categorias da circulação simples

de mercadorias, ao longo da qual o pensador alemão determina as relações mantidas entre as formas socioeconômicas da mercadoria e do dinheiro. Inspirados pela interpretação de Helmut Reichelt (2013), tomamos como o fio condutor de nossa reconstrução a tese da duplicação (*Verdopplung*) ideal e real da mercadoria em mercadoria e dinheiro.

No entanto, antes de tratarmos propriamente da análise da mercadoria, procuramos efetuar alguns esclarecimentos preliminares oportunos. Nesse sentido, conferimos uma definição precisa ao conceito de circulação simples de mercadorias, esclarecendo que esse designa a aparência (*Schein*) do modo de produção capitalista, e não, como sugeriam as interpretações tradicionais, um sistema de produção mercantil pré-capitalista. Em seguida, procuramos colocar em evidência a concepção *sui generis* de sociabilidade capitalista que está pressuposta no ponto de partida da exposição, explicando que a forma-mercadoria com que começa o estudo marxiano do capitalismo não deve ser entendida como um objeto útil qualquer posto à venda, mas antes como a forma de mediação social que une produtores privados reciprocamente indiferentes.

Tendo em mãos os conhecimentos contextuais adquiridos por meio de tais esclarecimentos preliminares, prosseguimos, no *segundo capítulo*, ao exame da análise da forma-mercadoria. Identificamos que tal análise é composta de dois argumentos complementares: em primeiro lugar, o argumento da dedução do valor, por meio do qual Marx efetua a redução da *multiplicidade* dos valores de troca à *unidade* do valor, e determina que este tem como fundamento ou substância o trabalho humano abstrato; em segundo lugar, a análise da forma do valor, em que o pensador alemão intenta demonstrar como o trabalho humano abstrato (a *substância do valor*) encontra expressão no valor de troca ou dinheiro (a forma do valor). Naturalmente, as nossas atenções concentraram-se sobre a análise da forma do valor, a qual, como vimos: (i) fundamenta a *ruptura de Marx com a economia política clássica*, em especial com a teoria do valor de Ricardo, ao evidenciar que existe uma conexão intrínseca e inevitável entre o trabalho abstrato e o dinheiro; (ii) explicita a *compreensão marxiana dos objetos econômicos* como formas reificadas de relações sociais, na medida em que demonstra que a objetividade de valor (*Wertgegenständlichkeit*) consiste num reflexo das relações entre as atividades produtivas dos produtores privados capitalistas; (iii) determina exatamente qual é o estatuto do *processo objetivo de abstração do trabalho* envolvido na constituição do valor, nomeadamente, o de uma redução da diversidade qualitativa dos trabalhos concretos à universalidade homogênea do trabalho abstrato, ocorrida através da equiparação da mercadoria ao equivalente universal no processo de troca.

Vemos, assim, que os resultados de nossa reconstrução da análise da forma do valor não foram poucos. De relevância mais direta aos propósitos do presente trabalho, estão as circunstâncias de que ela traz a tona o modelo genérico segundo o qual Marx pensa a natureza dos objetos ou formas socioeconômicas, e explicita a necessidade de que a mercadoria entre em relações de igualdade com o dinheiro para que ela possa conferir uma expressão socialmente válida ao seu próprio valor. Em outras palavras, o pensador alemão estabelece, no âmbito da análise da forma do valor, a necessidade da *duplicação (Verdopplung) da mercadoria*. Trata-se, é bem verdade, de uma duplicação que é, a esta altura, ainda puramente *ideal*, uma vez que apenas foi estabelecido que a mercadoria precisa ser equiparada a um Outro, à figura do equivalente universal, para que o seu valor (o tempo de trabalho social que está nela encarnado) encontre uma expressão distinta da forma material da mercadoria. Nesse caso, a relação entre mercadoria e dinheiro não apresenta-se como mais do que algo simplesmente pensado ou representado.

No *terceiro capítulo*, tratamos de reconstruir a exposição empreendida por Marx das relações efetivas travadas entre mercadoria e dinheiro na esfera da circulação – o que ele aborda sob a rubrica da duplicação real. Para tanto, estudamos, em primeiro lugar, a análise marxiana do processo de troca, a qual estabelece, a partir da *contradição* entre as intenções individuais que orientam a ação dos possuidores de mercadorias e as exigências sociais associadas à alienação sistemática e multilateral dos produtos do trabalho humano, que um processo generalizado de troca ou circulação de mercadorias requer que a mercadoria particular adquira a propriedade da permutabilidade direta por meio de sua substituição, real e não apenas imaginada, pelo dinheiro. Em outros termos, mostra-se necessário postular a existência da *duplicação real* da mercadoria em dinheiro para que o intercâmbio de mercadorias possa, de fato, ser compreendido como a operação mediadora do metabolismo social. Em segundo lugar, tendo por base esse modelo da duplicação real extraído da análise do processo de troca, nos debruçamos sobre a exposição marxiana da forma-dinheiro. Procuramos retratar a análise feita por Marx das várias funções desempenhadas pelo dinheiro na esfera da circulação de mercadorias no sentido de um processo de progressiva autonomização do dinheiro como forma de valor em relação ao universo das mercadorias. Assim, enquanto *medida dos valores*, o dinheiro existe somente como uma forma de valor idealmente representada da mercadoria, correspondente ao seu preço. Como *meio de circulação*, o dinheiro adquire uma existência material autônoma como forma de valor da mercadoria em meio à sua metamorfose, mas “evapora” tão logo essa última esteja concluída. Por fim, como *tesouro*, o dinheiro deixa de ser um mero meio subordinado à troca e se torna

o próprio fim perseguido pelos sujeitos, que desejam imobilizá-lo como parte da riqueza universal. Deste modo, nessa última determinação, o dinheiro adquire uma forma de valor *aparentemente* autônoma em relação à circulação.

No último capítulo do trabalho, perseguimos o objetivo de clarificar o conteúdo do conceito marxiano de capital, levando em conta as estruturas teóricas desenvolvidas por Marx em sua reconstituição do fenômeno da duplicação da mercadoria. Nesse medida, realizamos um estudo bastante detalhado do argumento que o pensador alemão apresenta, nos *Grundrisse*, para justificar a passagem da esfera da circulação simples, compreendida como a aparência indeterminada do modo de produção capitalista, ao conceito de capital. Esse argumento toma a forma de uma derivação do conceito de capital a partir do caráter contraditório do dinheiro. *Grosso modo*, o ponto de Marx é que o processo de autonomização do dinheiro como forma de valor não pode se concluir na esfera da circulação simples de mercadorias, pois mesmo em sua forma mais desenvolvida, como tesouro, ele deixa de consistir na materialização do trabalho social, em riqueza universal, tão logo seja removido da esfera da circulação. A autonomização do valor exige que o dinheiro seja posto simultaneamente como ponto de partida e como resultado da circulação; como uma soma de valor que retorna valorizada do seu périplo pelo circuito das trocas. Portanto, a conversão do dinheiro em uma forma socioeconômica autônoma implica sua transformação em *capital*. Como, no entanto, o dinheiro enquanto capital pode sistematicamente expandir a própria magnitude através da passagem pela circulação? Ora, na medida em que o capital entra numa relação de troca com a mercadoria cujo valor de uso consiste na capacidade para a criação de novos valores, a força de trabalho, da qual ele tira pleno proveito durante o processo de produção.

Desta maneira, cumprimos com o nosso propósito de esclarecer a natureza do conceito marxiano de capital. Determinamos, pois, que ele é caracterizado por Marx em duas dimensões fundamentais. O capital é, por um lado, uma forma socioeconômica convertida num processo autônomo de valorização, que atua na circulação de mercadorias ao modo de um verdadeiro Sujeito, constituindo-se enquanto tal por meio de sua própria auto-diferenciação. Por outro lado, o capital consiste numa soma de dinheiro que se transforma numa forma socioeconômica autônoma justamente na medida em que entra numa relação com a força de trabalho como o seu *oposto*, relação essa em que ele logra multiplicar o seu próprio valor mediante a apropriação de trabalho alheio. Encarado dessa perspectiva, o capital funda-se numa dinâmica espoliativa de classes, que contrapõe capitalistas e trabalhadores assalariados – proprietários privados dos meios produtivos e trabalhadores

juridicamente livres, mas destituídos das condições necessárias para assegurar a própria subsistência. Nas palavras de Marx:

“O capital, como valor que valoriza a si mesmo, não encerra apenas relações de classe, um caráter social determinado e que repousa sobre a existência do trabalho como trabalho assalariado. Ele é um movimento (*Bewegung*), um processo cíclico que percorre diferentes estágios e, por sua vez, encerra três formas distintas do processo cíclico. Por isso, ele só pode ser compreendido como movimento, e não como coisa (*Ding*) imóvel. Aqueles que consideram a autonomia (*Verselbständigung*) do valor uma mera abstração esquecem que o movimento do capital industrial é essa mesma abstração *in actu*. O valor percorre aqui diferentes formas, diferentes movimentos, nos quais ele se conserva e, ao mesmo tempo, se valoriza, aumentando de tamanho.” (Marx, 2014, p.184 - trad. adaptada)

Bibliografia

1. Bibliografia primária

MARX, Karl. *Theories of Surplus Value: Part I* (1963) Progress Publishers: Moscow.

_____ *Theories of Surplus Value: Part II* (1968) Progress Publishers: Moscow.

_____ *Theories of Surplus Value: Part III*. (1971) Progress Publisher: Moscow.

_____ *Results of the Immediate Process of Production* (1976) Em: Capital: Volume One. Penguin Publishers/New Left Review. Tradução: R. Livingstone.

_____ *Ökonomische Manuskripte und Schriften 1858-1861* (1980) Editora: Dietz Verlag, Berlin.

_____ *Ökonomische Manuskripte 1857-1858* (1983) MEW - Band 42. Editora: Dietz Verlag, Berlin.

_____ *Das Kapital: Kritik der Politischen Ökonomie. Erster Band, Hamburg 1872* (1987) Editora: Dietz Verlag.

_____ *Letter to Kugelmann, July 11th, 1868* (1988) Em: Marx & Engels Collected Works Vol 43: Marx and Engels: 1868-1870. Editora: Lawrence & Wishart; 1988.

_____ *La Mercancia - 1867* (1998) Em: El Capital: Libro Primero, Volume 3. Tradução: Pedro Scaron. Editora: Siglo XXI.

_____ *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* (2005) Tradução: Rubens Enderle e Leonardo de Deus. Editora: Boitempo.

_____ *The Original Text of the Second and the Beginning of the Third Chapter of a Contribution to the Critique of Political Economy* (2010a) Em: Marx & Engels Collected Works - Volume 40 Editora: Lawrence & Wishart Electric Book, pp. 430 - 501.

_____ *Marx & Engels Collected Works - Volume 40* (2010b) Editora: Lawrence & Wishart Electric Book

_____ *Marx & Engels Collected Works - Volume 41* (2010c) Editora: Lawrence & Wishart Electric Book

_____ *Marx & Engels Collected Works - Volume 42* (2010d) Editora: Lawrence & Wishart Electric Book

_____ *Grundrisse: Manuscritos Econômicos de 1857-1858* (2011). Tradução de Mario Duayer. São Paulo: Boitempo.

_____ *O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital* (2013) Trad. Rubens Enderle – São Paulo: Boitempo.

_____ *O Capital: crítica da economia política: Livro II: o processo de circulação do capital* (2014) Trad. de Rubens Enderle - São Paulo: Boitempo.

_____ *O Capital: crítica da economia política: Livro III: o processo global da produção capitalista.* (2017) Trad. de Rubens Enderle – São Paulo: Boitempo

_____ *Últimos Escritos Econômicos* (2020) Tradução de Hyury Pinheiro. São Paulo: Boitempo

2. Bibliografia secundária

ALTHUSSER, Louis. *Por Marx* (2015) Tradução: Maria Leonor Loureiro. Editora da Unicamp, 2015.

ARNDT, Andreas. *Hegel, Marx and Freedom* (2016) Tradução: Anita Mage. Em: Revista Opinião Filosófica, Porto Alegre, v. 07; nº. 01, 2016

_____ *Para Além do Idealismo e do Materialismo: o Conceito Hegeliano de Dialética e as Críticas de Marx às Mistificações Hegelianas* (2020) Tradução: Márcio Egidio Schäfer. Em: Revista Dialectus, ano 9, nº18, p. 25-38.

_____ *Conceptual Thought as Critique: Remarks on Hegel and Marx* (2021) Em: Crisis and Critique, Volume 8 Issue 2. Tradutor: Frank Ruda.

ARNON, Arie. *Marx's theory of money: the formative years* (1984) Em: History of Political Economy 16:4, Duke University Press.

ARTHUR, Christopher. *The New Dialectic and Marx's Capital* (2004) Brill Publishers: Leiden, NL

BACKHAUS, Hans-Georg. *On the Dialectics of the Value-Form.*(1980) In: Thesis Eleven, 1980. p. 99 – 120

_____ *Between Philosophy and Science: Marxian Social Economy as Critical Theory* (1992) Em: Open Marxism - Volume 1. Pluto Press: London.

_____ *Dialettica della forma di valore: elementi critici per la ricostruzione della teoria marxiana del valore* (1997) Tradução: Emilio Agazzi. Editora: Riuniti.

BAILEY, Samuel. *A Critical Dissertation on the Nature, Measure and Causes of Value* (1825) Edição: Charles Wood, London.

BEISER, Frederick. *Hegel* (2005) Editora: Routledge

BELLOFIORE, Ricardo. *A Monetary Labor Theory of Value* (1989) *Review of Radical Political Economics*, 21(1-2), 1-25.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Melo. *Valor e Capitalismo: um ensaio sobre a economia política* (1998) Editora da Unicamp.

BIDET, Jacques. *Exploring Marx's Capital* (2007) Brill Press: Leiden, 2007.

BÖHM-BAWERK, Eugen von. *Karl Marx and the Close of his System* (1949) Editora: Augustus M. Kelley, New York.

BONEFELD, Werner. *Critical theory and the critique of political economy: on subversion and negative reason* (2014) Editora: Bloomsbury Academic.

_____ *Negative Dialectics and the Critique of Economic Objectivity* (2016) Em: *History of the Human Sciences*, 2016, Vol. 29(2) 60–76

BRANDOM, Robert. *A Spirit of Trust* (2019) Editora: The Belknap Press of Harvard University Press, 2019

BRENTEL, Helmut. *Soziale Form und Ökonomisches Objekt* (1989) Editora: Westdeutscher Verlag, 1989

BRUNHOFF, Suzanne de. *Marx on Money* (1976) Tradução: Maurice J. Goldbloom. Editora: Urizen Books, New York.

BURNS, Tony. FRASER, Ian. *Introduction: An Historical Survey of the Hegel–Marx Connection* (2000) Em: org(s) Tony Burns, Ian Fraser - *The Hegel-Marx Connection*. Editora: St. Martin 's Press, 2000.

CAMPBELL, Martha. *The Credit System* (2002) Em: *The Culmination of Capital: Essays on Volume Three of Marx's Capital / edited by Martha Campbell and Geert Reuten*. Editora: Palgrave Macmillan, UK.

CLARKE, Simon. *Marx, Marginalism and Modern Sociology: from Adam Smith to Max Weber* (1991) Editora: Palgrave Macmillan.

DUMÉNIL, Gerard. *Beyond the Transformation Riddle: A Labor Theory of Value* (1983) Em: Science & Society, Vol. 47, No. 4

DUSSEL, Enrique. *La producción teórica de Marx: un comentario a los Grundrisse* (1985) Editora: Siglo XXI, México.

_____ *Hacia un Marx desconocido. Un comentario de los Manuscritos del 61-63* (1988) Editora: Siglo XXI, México.

_____ *El último Marx (1863-1882) y la liberación latinoamericana* (1990) Editora: Siglo XXI, México.

ELSON, Diane. *The Value Theory of Labour* (1979) Em: Value: Representation of Labour in Capitalism. Humanities Press International, p. 115 – 178.

ENGELS, Friedrich. *Apêndice e notas suplementares ao Livro III d'O Capital*. (2017) Tradução.: Rubens Enderle. Em: O Capital: Livro III - São Paulo: Boitempo, 2017

FAUSTO, Ruy. *Sobre o Jovem Marx* (1980) Em: Revista Discurso, n.13, 1980, p.7-52.

_____ *Marx: Lógica e Política. Tomo I.* (1983) São Paulo: Brasiliense

_____ *Marx: Lógica e Política. Tomo II.* (1987) São Paulo: Brasiliense.

_____ *Marx: Lógica e Política. Tomo III* (2002) Editora 34.

FINESCHI, Roberto. *Marx e Hegel: Contributi a una Rilettura* (2006) Editora: Carocci editore S.p.A., Roma.

FLECK, Amaro. *O Anticapitalismo de Adorno: Entre o marxismo e as novas leituras de Marx* (2019) Em: Dissonância: Revista de Teoria Crítica, v.3 n.2, Dossiê Theodor W. Adorno, 2º semestre de 2019, pp. 151-179.

FOLEY, Duncan. *On Marx's Theory of Money* (1983) Em: Social Concept 1(1), 5-19, 1983.

GIANNOTTI, J.A. *Trabalho e Reflexão: ensaios para uma dialética da sociabilidade* (1983) Editora Brasiliense: São Paulo.

GRESPLAN, Jorge. *A dinamica da crise: um estudo sobre o conceito de crise na critica da economia politica de Marx* (1994) Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciencias Humanas, Campinas, SP.

_____ *Marx e a Crítica do Modo de Representação Capitalista* (2019) Editora: Boitempo, São Paulo, 2019.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Compêndio: Vol.1 - A Ciência da Lógica* (1995) Tradução: Paulo Meneses. Editora: Loyola.

_____ *Fenomenologia do Espírito* (2013) Tradução de Paulo Meneses - 8ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.

_____ *Ciência da Lógica - Vol..2: A Doutrina da Essência* (2017) Tradução: Christian Iber & Federico Orsini. Editora: Vozes.

_____ *Linhas Fundamentais da Filosofia do Direito* (2022) Tradução: Marcos Müller. São Paulo: Editora 34, 2022.

HUME, David. *Of Money* (1985) Em: Hume, David. *Essays: Moral, Political and Literary*. Editora: Liberty Fund, Indianapolis, 1985, pp.281-295.

HEINRICH, Michael. *Die Wissenschaft vom Wert: Die Marxsche Kritik der politischen Ökonomie zwischen wissenschaftlicher Revolution und klassischer Tradition* (1999) Editora: Westfälisches Dampfboot

_____ *Introduction to the Three Volumes of Marx's Capital* (2012) Monthly Review Press.

_____ "Capital" After MEGA: Discontinuities, Interruptions and New Beginnings. (2016). In: *Crisis & Critique: Volume 3, Issue 3* - p. 93 - 138.

_____ *How To Read Marx's Capital: Commentary and Explanations on the Beginning Chapters* (2021) Monthly Review Press, US.

HENRICH, Dieter. *Between Kant and Hegel: Lectures on German Idealism* (2003) Editora: Harvard University Press.

HOFF, Jan. *Marx Worldwide: On the Development of the International Discourse on Marx since 1965* (2017) Tradução: N. Gray. Historical Materialism Series - Brill Publisher: Leiden/Boston.

KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura* (2012) Tradução: Fernando Costa Mattos. Editora: Vozes, Petrópolis - Rio de Janeiro.

LENIN, Vladimir Ilitch. *Cadernos sobre a Dialética de Hegel* (2011) Tradução: José Paulo Netto. Editora da UFRJ.

LONGUENESSE, Béatrice. *Hegel's Critique of Metaphysics* (2007) Tradução: Nicole Simek. Cambridge University Press.

LUKÁCS, György. *História e Consciência de Classe: Estudos sobre a Dialética Marxista* (2003) Tradução: Rodnei Nascimento. Editora Martins Fontes.

MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a Dádiva: Forma e Razão da Troca nas Sociedades Arcaicas* (2003) Tradução: Paulo Neves. Em: Marcel Mauss - *Sociologia e Antropologia*, pp. 183 - 314. Editora: Cosac Naify, 2003.

MOSELEY, Fred. *Money and Totality: a Macro-Monetary Interpretation of Marx's Logic in Capital and the End of the 'Transformation Problem'* (2016) Editora: Brill Publishers, Leiden.

MÜLLER, Marcos. *Exposição e Método Dialético em “O Capital”* (1982). Extraído do Boletim Seaf, nº2, Belo Horizonte, 1982.

MUSTO, Marcello. *Dissemination and reception of the Grundrisse in the world* (2008) Em: Musto, Marcello (ed). *Karl Marx’s Grundrisse: foundations of political economy 150 years later* (2008) Routledge Publisher: London, 2008.

MURRAY, Patrick. *The Mismeasure of Wealth: Essays on Marx and Social Form* (2016) Editora: Brill Publishers, Leiden.

NAKAMURA, Emmanuel. *Marx tem um método dialético próprio?* (2022) Em: *Trans/Form/Ação, Marília*, v. 45, n. 2, p. 77-94, Abr./Jun., 2022.

NAPOLEONI, Claudio. *Smith, Ricardo, Marx* (1980) Tradução: José Fernandes Dias. Editora: Graal.

NEGRI, Antonio. *Marx Beyond Marx: Lessons on the Grundrisse* (1992) Tradução: Harry Cleaver. Editora: Pluto Press

NOBRE, Marcos. *Como Nasce o Novo* (2018) Editora: Todavia.

PIPPIN, Robert. *Hegel’s Idealism: the Satisfactions of Self-Consciousness* (1989) Editora: Cambridge University Press.

PACHUKANIS, Evguiéni. *Teoria Geral do Direito e Marxismo* (2017) Tradução: Paula Vaz de Almeida. Editora: Boitempo.

POSTONE, Moishe. *Time, Labour and Social Domination* (1996) Cambridge University Press.

RANCIÈRE, Jacques. *Le concept de critique et la critique de l’économie politique des «Manuscrits de 1844» au «Capital»* (1965) Em: Althusser, Louis, et al. *Lire Le Capital*. Presses Universitaires de France, 2014.

REDDING, Paul. *Analytic Philosophy and the Return of Hegelian Thought* (2007) Editora: Cambridge University Press

REICHELT, Helmut. *Sobre a Estrutura Lógica do Conceito de Capital em Karl Marx* (2013) Tradução: Nélio Schneider. Editora da Unicamp: Campinas, 2013.

REUTEN, Geert. *Value as Social Form* (1988) In: Williams, M. (eds) *Value, Social Form and the State*. Palgrave Macmillan, London.

RICARDO, David. *The Principles of Political Economy and Taxation* (2004) Dover Publications.

ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e Estrutura do Capital de Marx* (2001) Tradução de César Benjamin. Editora da UERJ/Contraponto.

RUBIN, Isaak Illich. *A Teoria Marxista do Valor* (1987) Tradução de José Bonifácio A. Filho - Editora Polis: São Paulo.

_____ *Essays on Marx's Theory of Money (1926-28)* (2017a) In: Responses to Marx's Capital: From Rudolf Hilferding to Isaak Illich Rubin. ed(s): Richard Day, Daniel F. Gaido. Brill Publisher: 2017

_____ *The Dialectical Development of Categories in Marx's System* (2017b) In: Responses to Marx's Capital: From Rudolf Hilferding to Isaak Illich Rubin. ed(s): Richard Day, Daniel F. Gaido. Brill Publisher: 2017

SERRANO, Bruno Klein. *Teoria crítica da forma-valor: Theodor W. Adorno e a Neue Marx-Lektüre* (2023) Tese (Doutorado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

SHAIKH, Anwar. *Valor, Acumulacion y Crisis: Ensayos de Economía Política* (1990) Tradução: Álvaro Zerda. Editora: Tercer Mundo Editores; Bogotá, Colombia.

SIMMEL, Georg. *The Philosophy of Money* (2004) Tradução: Tom Bottomore & David Frisby. Editora: Routledge

SMITH, Adam. *The Wealth of Nations* (1977) Chicago University Press: Chicago.

SMITH, Tony. *Hegel, Marx and the Comprehension of Capitalism* (2014) Em: Marx's Capital and Hegel's Logic :a reexamination / edited by Fred Moseley and Tony Smith, 2014. Editora: Brill.

TAYLOR, Charles. *Hegel* (1987) Editora: Cambridge University Press

TORRES, R. R. (1978). *Teatro e Teoria: A Filha Natural em Berlim*. Em: *Discurso*, n° 8, p. 53-66.

VYGODSKI, Vitali. *The Story of a Great Discovery: How Karl Marx Wrote "Capital"* (1973) Tradução: Christopher S. V. Salt. Editora: Verlag die Wirtschaft Berlin.